

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**DO LIBAMBO AOS "FESTEJOS DOS NEGROS": PERSPECTIVAS E
PRISMAS ESCRAVISTAS DE COMPRAS E VENDAS DE
TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO -
RJ (1880 – 1888)**

WILLIAM CUNHA GALDINO

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DO LIBAMBO AOS "FESTEJOS DOS NEGROS": PERSPECTIVAS E
PRISMAS ESCRAVISTAS DE COMPRAS E VENDAS DE
TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO -
RJ (1880 – 1888)**

WILLIAM CUNHA GALDINO

Sob a orientação do professor

Dr. Álvaro Pereira do Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
2022

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

G1491 Galdino, William Cunha, 1993-
DO LIBAMBO AOS "PESTEJOS DOS NEGROS": PERSPECTIVAS
E PRISMAS ESCRAVISTAS DE COMPRAS E VENDAS DE
TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO
RJ (1880 - 1888) / William Cunha Galdino. - Rio de
Janeiro, 2022.
200 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.
Coorientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa.
Coorientadora: Keith Valéria de Oliveira Barbosa.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA , 2022.

1. Escravizados. 2. Trabalhadores. 3. Tráfico. 4.
Comércio . 5. Cantagalo. I. Nascimento, Álvaro Pereira
do, 1964-, orient. II. Costa, Carlos Eduardo Coutinho
da, 1982-, coorient. III. Oliveira Barbosa, Keith
Valéria de , 1982-, coorient. IV Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA . V. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 1275 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.075386/2022-50

Seropédica-RJ, 12 de dezembro de 2022.

WILLIAM CUNHA GALDINO

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 09 de dezembro de 2022

Banca Examinadora:

Dra. KEITH VALÉRIA DE OLIVEIRA BARBOSA, UFAM Examinadora Externa à Instituição

Dr. CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA, UFRRJ Examinador Interno

Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Presidente e orientador

(Assinado digitalmente em 12/12/2022 10:27)
ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1542358

(Assinado digitalmente em 12/12/2022 14:16)
CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/RI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 2649875

(Assinado digitalmente em 12/12/2022 10:56)
KEITH VALÉRIA DE OLIVEIRA BARBOSA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 090.474.167-24

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1275**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **12/12/2022** e o código de verificação: **759d39bcee**

AGRADECIMENTOS

Ingressar no Programa de Pós- Graduação em História (PPHR) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi uma das experiências mais desafiadoras da minha vida e nestes dois anos de pesquisa no mestrado, as adversidades e dificuldades se fizeram presentes em meio ao estado de pandemia mundial da Covid-19 (In memoriam) a todas os vitimados. Um período que exigiu adequações, estratégias e diferentes experiências de pesquisa e aprendizagem. Com isso, buscando vencer as dificuldades em meio ao caos, parabênizo a todos os funcionários(as) e professores da UFRRJ que mesmo de forma remota promoveram a manutenção do ensino e pesquisa da universidade. Registro também que saio mais fortalecido e orgulhoso por ter conseguido finalizar e contribuído com essa dissertação que foi fruto de muita dedicação.

Sou imensamente grato ao meu orientador Prof. Álvaro Pereira do Nascimento que em seu jeito de ser, transmitia a serenidade e a leveza nos momentos mais difíceis e também em outras ocasiões recheadas de descontração e gargalhadas. Agradeço pelas palavras, gentileza, incentivos e, sobretudo pelas contribuições que moldaram, estruturaram e enriqueceram essa pesquisa. Sou também grato aos professores que aceitaram participar deste processo de pesquisa na qualificação e na banca de defesa. Prof. Keith Valéria de Oliveira Barbosa e o Prof. Carlos Eduardo Coutinho da Costa que me ajudaram muito com indicações de bibliografias, realizaram apontamentos e observações importantes, sobretudo também incentivaram a todo o momento a continuidade importância desta pesquisa.

Agradeço ao Centro de Memória de Cantagalo, em especial aos colaboradores Manuel Affonso Ornelas, Beatriz Soares Bastos e Wesley Gonçalves. Pois a atenção e empenho destes proporcionou a viabilidade desta pesquisa com inúmeras fontes fornecidas pelo Centro de Memória. Pontuo que essa iniciativa do Centro traduz em um belíssimo trabalho de restauração, armazenamento, digitalização e preservação de fontes históricas importantes de Cantagalo.

Agradeço a todos os meus amigos(as) de vida que sempre estiveram torcendo por mim e apoiando durante esse processo. Em especial a minha fiel companheira Carolina Tanurre a quem sempre recorro em todos os momentos da minha vida, meu verdadeiro porto seguro. Também aos amigos(as) da vida que sempre estão comigo Deborah Naylor, Beatriz Tanurre, Jeen Nascimento e Rafael Vasconcelos.

Não poderia esquecer também de agradecer a amizade e carinho formadas durante a minha graduação na UFRJ e fortalecidas para a vida. Muito obrigado ao meu amigo/irmão Matheus Rodrigues um dos seres humanos mais incríveis que pude conhecer. Me ajudou muito

durante o processo de inscrição e preparação do mestrado, bem como nesta pesquisa. A minha amiga/irmã Gabrielle Abreu que sempre me apoiou e ajudou em todos os momentos, para além disso, quando eu precisa-se encontrar segurança e conforto eu sabia a quem recorre. Sem grau de importância agradeço também aos meus amigos(as) Naillivy Carvalho, Anderson Marinho, Deborah Costa, Guilherme Moreira e Lucas de Oliveira.

Agradeço aos meus amigos Eduardo Schiavini e André Bentes a verdadeira dupla da diversão. Agradecimento especial a minha amiga Laís Marçal (In memoriam) que sempre esteve me dando força, carinho e o calor dos risos e da sua amizade. Muito obrigado por tudo Laís você é e sempre será uma POTÊNCIA.

Aos amigos(as) de mestrado que conheci na Rural agradeço a Tatiane Miranda, Yolanda Lopes e Yuri Barbosa. E por último, mas não menos importante ao Luiz Trajano, meu companheiro de trocas de histórias de vida, desabafos, ideias e boas risadas. Juntos um ajudando o outro para desbravar as dificuldades de produzir uma pesquisa acadêmica, um verdadeiro amigo que levo para a vida.

Aos meus familiares a minha imensa gratidão por sempre me apoiar e me fortalecer, em especial a minha guerreira e inspiração minha mãe mãe Maria das Graças, meu irmão Wallace Galdino, minhas tias Vilma, Ernestina e Ilma. Aos meus avós Ernestina e Guilherme/ Yolanda e Gurgel (In memoriam) e o meu irmão Robert (In memoriam).

**DO LIBAMBO AOS "FESTEJOS DOS NEGROS": PERSPECTIVAS E PRISMAS
ESCRAVISTAS DE COMPRAS E VENDAS DE TRABALHADORES
ESCRAVIZADOS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO - RJ (1880 – 1888)**

Resumo

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar as trabalhadoras e trabalhadores negros escravizados, vendidos por meio do comércio e tráfico intraprovincial e interprovincial para a região de Cantagalo, nos finais do século XIX (1880 – 1888). Distintos olhares e debates se intensificaram com o iminente fim da escravidão no final do século XIX. Muitos aspectos sociais e políticos do Império foram disputados pelos senhores, entre eles, a manutenção do trabalho escravo. O tráfico interprovincial e o comércio interno de escravizados no município de Cantagalo, nos finais do século XIX, coexistiram com a gradativa ampliação dos discursos contrários à manutenção da escravidão. Com a consolidada cultura agrícola cafeeira na região de Cantagalo, se fez necessário o contínuo comércio de trabalhadores escravizados, mesmo nos contextos de iminente fim da escravidão. Na observação dessas problemáticas do comércio e tráfico de escravizados, a proposta é a investigação e análise de registros de compras e vendas de escravizados em Cantagalo, datados entre 1880 a 1883. Durante este período, podemos compreender alguns indícios e trajetórias desses trabalhadores “chegados” em Cantagalo, bem como os cenários e contextos de compras e vendas de escravizados(as) na região. A partir do Livro de Registros de compras e vendas de escravos em Cantagalo, também é apresentado e questionado os perfis sociais desta população (gênero, idade, origem, cor, ofício) com enfoque para a construção e entendimento destes corpos negros no mundo do trabalho. Por fim investigaremos a “festa dos negros”, buscando os discursos contrários e favoráveis à manutenção da escravidão em Cantagalo e os aspectos de sociabilidades em meio aos conflitos.

Palavras chaves: trabalhadores; negros; escravizados; experiências; tráfico; comércio; Cantagalo.

**FROM LIBAMBO TO "FESTEJOS DOS NEGROS": PERSPECTIVES AND
SLAVERY PRISMS OF PURCHASES AND SALES OF SLAVED WORKERS IN THE
MUNICIPALITY OF CANTAGALO - RJ (1880 – 1888)**

Abstract

The main objective of this research is to analyze the enslaved black workers, sold through trade and intraprovincial and interprovincial trafficking to the region of Cantagalo, at the end of the 19th century (1880 - 1888). Different views and debates intensified with the imminent end of slavery at the end of the 19th century. Many social and political aspects of the Empire were disputed by the masters, among them, the maintenance of slave labor. Interprovincial trafficking and the internal trade of slaves in the municipality of Cantagalo, at the end of the 19th century, coexisted with the gradual expansion of discourses against the maintenance of slavery. With the consolidated agricultural coffee culture in the region of Cantagalo, the continuous trade of enslaved workers became necessary, even in the context of the imminent end of slavery. In observing these issues of trade and trafficking in slaves, the proposal is to investigate and analyze records of purchases and sales of slaves in Cantagalo, dated between 1880 and 1883. During this period, we can understand some signs and trajectories of these “arrived” workers. in Cantagalo, as well as the scenarios and contexts of purchases and sales of slaves in the region. From the Book of Records of Purchases and Sales of Slaves in Cantagalo, the social profiles of this population (gender, age, origin, color, trade) are also presented and questioned, with a focus on the construction and understanding of these black bodies in the world of slaves. job. Finally, we will investigate the “black party”, seeking the opposing and favorable discourses to the maintenance of slavery in Cantagalo and the aspects of sociability in the midst of conflicts.

Keywords: Workers; blacks; enslaved; experiences; slave trade; business; Cantagalo.

Arquivos e Acervos consultados

AN - ARQUIVO NACIONAL

AMP - ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/>)

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MIDLIN – USP (<bbm.usp.br>)

BN - BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital (<http://memoria.bn.br>)

CMDC - CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DE CANTAGALO

FUNDAÇÃO DOM JOÃO IV – PRÓ-MEMÓRIA DIGITAL

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1.1. Distribuição do Território de Cantagalo por freguesias no ano de 1856.....	35
Tabela 1.2. Distribuição populacional do Território de Cantagalo por freguesias no ano de 1872.....	38
Tabela 1.3. Distribuição populacional de escravizados e livres por freguesias de Cantagalo no ano de 1872.....	39
Tabela 1.4. Distribuição e classificação por cor de escravizados nas Freguesias de Cantagalo no ano de 1872.....	40
Tabela 1.5. Distribuição e classificação por cor da população livre de Cantagalo no ano de 1872.....	41
Tabela 1.6. Distribuição populacional de escravizados em Cantagalo e regiões do Vale do Paraíba Fluminense em 1872.....	58
Tabela 2.1. Levantamento dos trabalhadores escravizados distribuídos por faixas etárias, encontrados no livro de registros 1880 a 1883.....	78
Tabela 2.2. Levantamento dos trabalhadores escravizados classificados por cor, encontrados no livro de registros 1880 a 1883.....	79
Tabela 2.3. Levantamento dos números totais pagos por ano, das vendas e compras de todos os trabalhadores escravizados vendidos no livro de registros 1880 a 1883.....	80
Tabela 2.4. Levantamento da quantidade de escravizados vendidos e comprados por ano no Livro de registros 1880 a 1883.....	81
Tabela 2.5. Levantamento e distribuição de todas mães vendidas no Livro de registros de 1880 a 1883.....	94
Tabela 3.1. Os números de escravizados comprados e vendidos por João Joaquim Gonçalves Braga no Livro de registros 1880 a 1883.....	101
Tabela 3.2. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos em 1880.....	104
Tabela 3.3. Números de ocorrências de origem/matricula dos escravizados vendidos por João Joaquim Gonçalves Braga.....	110
Tabela 3.4. Relação dos escravizados vendidos na negociação de 29 de dezembro de 1881 ao Barão de Paquequer.....	111

Tabela 3.5. Levantamento acerca dos valores de escravizados descritos no inventário de Maria Eyer Reis no ano de 1887.....121

Tabela 3.6. Comparação de preços finais de escravizados encontrados em inventários no ano de 1880 e 1887.....123

LISTA DE CIRCULOS:

Círculo 2.1. Porcentagem e divisão por gênero de todos os trabalhadores escravizados comprados e vendidos no Livro de registros 1880 a 1883.....73

Círculo 3.3. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos em 1883.....106

LISTA DE MAPAS:

Mapa 1.1. A Capitania do Rio de Janeiro e o Sertão com índios bravos - 1777.....19

Mapa 1.2. Sertão de Macacu (Fazenda do Capitão Ferreira e a Colônia Suíça) -181921

Mapa 1.3. Transformações geográficas de Cantagalo do início do século XIX37

LISTA DE IMAGENS:

Imagem 1.1. Prédio da Câmara Municipal de Cantagalo instalada no antigo Hotel Priux.....32

Imagem 1.2. Prédio da Antiga Câmara Municipal de Cantagalo.....33

Imagem 1.3. Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento.....34

Imagem 1.4. Interior da Igreja do Santíssimo Sacramento.....34

Imagem 2.1. Escritura do primeiro escravizado vendido encontrado no livro de registro no ano de 1880.....70

Imagem 2.2. Números populacionais e sociais do Município de Cantagalo em 1880.....75

Imagem 2.3. Quadro demonstrativo dos filhos livres de mulheres escravizadas em Cantagalo 1884.....97

Imagem 3.1. Cartografia da Fazenda Conceição do Pinheiro.....114

Imagem 3.2 - Notícia de fuga do escravizado Severino.....115

Imagem 3.3. Notícia sobre o dia da Abolição em Cantagalo: “Festa dos negros”.....	128
Imagem 3.4. Notícia de espancamento a um ex- escravo em Santa Maria Magdalena.....	130
Imagem 3.5. Associação dos Lavradores de Cantagalo informando sobre a chegada e demanda de imigrantes europeus.....	136

LISTA DE FIGURAS:

Figura.1.1. Região Central da Cidade de Cantagalo (Sede) – 1860.....	31
Figura 2.1. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados, segundo o Livro de compras e vendas de Cantagalo no ano de 1880.....	83
Figura 2.2. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados, segundo o Livro de compras e vendas de escravizados em Cantagalo no ano de 1881.....	84
Figura 2.3. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados segundo o Livro de escrituras, compra e vendas de Cantagalo no ano de 1882.....	84
Figura 2.4. Figura 2.2. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados, segundo o livro de compra e vendas de escravos em Cantagalo de 1880 a 1883.....	85
Figura 3.1 - Números de recorrências de domicílios dos vendedores encontrados no Livro de registros de 1880 a 1883.....	103
Figura 3.2. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos em 1881.....	105
Figura 3.3. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos no ano de 1882.....	105

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Distribuição dos Capítulos.....	07
Perspectivas Teóricas.....	08
Metodologias e Fontes.....	11
Capítulo I. CANTA QUE O GALO É PRIMITIVO E PRETO: o TERRITÓRIO, o CORPO e a MEMÓRIA DO NEGRO EM CANTAGALO.....	13
1.1 . A metamorfose de um TERRITÓRIO infestado de “primitivos” nos sertões do Rio de Janeiro.....	14
1.2 . Breve histórico do Arraial, Villa e Cidade de Cantagallo: A construção de um território escravista em transformação.....	27
1.3 . o NEGRO e o CORPO do Trabalhador NEGRO em CANTAGALO.....	42
Capítulo II. Os pretos; crioulos; fulas; africanos e pardos: Um retrato do tráfico e comércio de trabalhadores negros no município de Cantagalo nos finais do XIX.....	61
2.1 O LIVRO DE ESCRITURAS, COMPRAS E VENDAS DE ESCRAVIZADOS EM CANTAGALO.....	62
2.2. Perspectivas e perfis sociais dos escravizados em Cantagalo.....	64
2.3. Mãos negras à venda, conte os seus réis!	68
2.4. De onde é vosmecê? Pois eu vim de lá pequenininho, mas eu vim de lá pequenininho...82	
2.5. Mulheres, mães e trabalhadoras escravizadas em Cantagalo nos finais do século XIX....86	
Capítulo III. Dos negócios da escravidão a emancipação recente: um convite para a “Festa dos Negros” em Cantagalo.....	99
3.1 Um negociante e vendedor de escravizados nas terras de Cantagalo: O português João Joaquim Gonçalves Braga.....	100
3.2 O tal do 13 de maio, nós estamos livres mesmo senhorzinho?.....	118
3.1.1 Qual é teu preço?.....	118
3.1.2 O dia da “festa dos negros” em Cantagalo.....	123
3.2 Os Trabalhadores: Homens e Mulheres de cor em Cantagalo foram convidados para a festa?.....	133

4.1. Considerações Finais.....	142
5.1 Arquivos e Sites.....	143
6.1. Fontes.....	143
7.1. Bibliografia.....	144
Anexo I – “Aldea de cabocles a Canta-Gallo” - Aldeia de caboclos em Cantagalo, 1834.....	150
Anexo II – “Colonie Suisse de Cantagallo”.....	150
Anexo III – Alvará de criação da Vila no Morro Queimado para os imigrantes Suíços.....	151
Anexo IV – Mapa da disposição cartográfica da Fazenda Monte Café em Sapucaia.....	152
Anexo V – Anúncio de fuga do escravizado Saturnino no Jornal do Commercio (RJ) - 19 de janeiro de 1870.....	153
Anexo VI – Anúncio de fuga do escravizado Vicente no Jornal do Commercio (RJ) - 7 de março de 1870.....	153
Anexo VII – Anúncio de fuga do escravizado Miguel no Jornal do Commercio (RJ) 14 de março 1870.....	154
Anexo VIII – Anúncio de fuga do escravizado Eugenio no Jornal do Commercio (RJ) 2 de janeiro de 1887.....	154
Anexo IX – Noticia direcionada “aos lavradores” de Cantagalo no Jornal A Pátria (RJ) 1 de dezembro de 1889.....	155
Anexo X – Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1880 (novembro - dezembro).....	156
Anexo XI– Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1881 (janeiro a dezembro).....	163
Anexo XII – Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1882 (janeiro a dezembro).....	177
Anexo XIII– Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1883 (janeiro a maio).....	184

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar as trabalhadoras e trabalhadores negros escravizados, vendidos por meio do comércio e tráfico intraprovincial e interprovincial para a região de Cantagalo, nos finais do século XIX (1880 – 1888). Na busca pela investigação desses trabalhadores negros(as) inseridos neste período turbulento e complexo sob o contexto de cativo, buscaremos compreender quem seriam esses sujeitos e suas experiências. Perguntas essas que sugerem uma análise demo-econômica (gênero, idade, origem, cor, ofício) na região. Bem como, observar esses trabalhadores com a perspectiva de compreender algumas trajetórias e as dinâmicas laborais do Município de Cantagalo.

A demarcação temporal desta pesquisa se conecta com algumas das principais leis da regulamentação da escravidão no Brasil – Leis do “Tráfico” (1831 e 1851), Lei do “Ventre Livre”¹ (1871), Lei dos “Sexagenários”² (1885) e a Lei Áurea³(1888) e seus impactos no espaço escravista de Cantagalo. Diante desse contexto, pretende-se aqui entender as experiências da escravidão e examinar as formas de sociabilidades, conflitos e experiências dos negros cativos em Cantagalo.

Pensemos na imagética das mãos e pés presos por correntes de ferros, nos troncos, os chicotes e os pescoços imobilizados pelo libambo⁴. Trata-se de uma imagem que pode ser estática ou em constante movimento nas construções históricas, quando focamos olhar para esse período, pois com efeito, os negros e negras escravizados sofreram a dor de um sistema altamente violento.

Durante mais de 300 anos no Brasil, esses corpos estiveram em disputas nos espaços sociais e nos distintos campos discursivos, como peça motriz e a engrenagem fundamental da economia do país. Os olhares que discutem as dinâmicas desses fenômenos da história econômica, do labor, da saúde e educação durante a escravidão no Brasil são distintos. Cada vez mais os historiadores ressignificam e reconhecem o protagonismo dos cativos e da população negra na formação social de nosso país.

¹No dia 28 de setembro de 1871, foi assinada a Lei nº 2.040, conhecida como “Lei do Ventre Livre. A Lei do Ventre Livre declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos no Brasil, a partir da aprovação da lei.

²Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos.

³Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 declara extinta a escravidão no Brasil.

⁴ Instrumento esse de coerção dos movimentos dos corpos, muito utilizado em distintos períodos da escravidão no Brasil.

Desde 1980 as produções historiográficas mudaram “por completo o entendimento da dinâmica” do escravismo brasileiro⁵, momento esse que o historiador Rafael Marquese aponta como o lançamento de luz sobre a face interna da escravidão. Utilizando novas perspectivas analíticas e metodológicas, com o desenvolvimento dos campos da história social, história cultural, história comparada e a adesão da micro-história⁶. Nutridos de novos paradigmas e aparatos metodológicos, distintas fontes foram analisadas, entre elas estão os inventários, listas nominativas, censos populacionais e assentamentos paroquiais de casamentos e batismos⁷. Apresentam-se novas abordagens e perspectivas e cada vez mais se distanciando da ideia de escravizados como indivíduos coisificados, inertes e muitas vezes invisíveis. Os homens e mulheres de cor são sujeitos ativos na construção de seu devir⁸.

Múltiplas análises na historiografia vêm se empenhando em focalizar esse fenômeno das distintas noções e percepções sobre os escravizados e libertos no período da escravidão, bem como também, os recém libertos no pós-abolição. Atribuídos a isso, para outros fins e abordagens, as contribuições das análises e metodologias da Arqueologia e da História Oral possibilitaram identificações de distintas culturas materiais na escravidão e no pós-emancipação no Brasil. A materialidade é constituída e forjada pelos os indivíduos em suas subjetividades.

Ao mobilizarmos esses vestígios podemos extrair as práticas cotidianas, constituindo importante via de acesso à história da escravidão (especialmente as sociabilidades dos escravizados e africanos)⁹. Tais estudos trouxeram diversas outras perspectivas, por exemplo, das vidas nas senzalas e quilombos, evidenciando nesses espaços distintas práticas mantidas ocultas ou que foram deslegitimadas pela historiografia.

As recentes contribuições historiográficas brasileiras contemporâneas sobre a escravidão¹⁰ apresentam o protagonismo dos escravizados na formação social de nosso país. As interrelações entre o mundo da cultura e do trabalho, seus modos de vida e de pensar, os

⁵MARQUESE, Rafael Bivar. **As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira**. Revista De História, São Paulo, no 169, P. 229, julho e dezembro 2013.

⁶SECRETO, Maria Verônica. **Novas perspectivas na história da escravidão**. Tempo, Volume 22, n 31, 2016.

⁷SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio. **Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história**. Revista de História Comparada, v. 7, n. 1, p. 293-338, 2013.

⁸Ibidem, SECRETO, 2013.

⁹Ibidem, SYMANSKI; GOMES, 2013.

¹⁰Ver; MACHADO, Maria Helena P. T. **Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n°16, p. 143; CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995/ Nova fronteira, 1998; GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil** /Flávio dos Santos Gomes. — 1a ed.— São Paulo: Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda brasileira).

processos de dominação e o desenvolvimento dos campos discursivos que os justificam e legitimam, e até a construção de suas identidades étnicas e culturais fazem parte desta e outras literaturas pulsantes que são inseridas nas historiografias recentes.

Contudo, as perguntas norteadoras para as pesquisas sobre trabalhadores escravizados ainda são desafiadas a reavaliar as fontes documentais disponíveis, sob perspectivas da vida escravizada e das relações sociais nelas impostas ao longo do tempo¹¹.

A historiadora Keith Barbosa, em seu artigo sobre terra, trabalho e conflitos escravos no Vale do Paraíba, articula que o “processo de intensificação do tráfico transatlântico de escravos e o aumento da valorização do café no mercado internacional, fizeram parte do conjunto de variáveis que conduziram às transformações sociais no Vale, impulsionando a ascensão da economia cafeeira”¹². A autora, em outro trabalho, apresenta ainda as dinâmicas da manutenção dessa mão de obra escravizada, a partir das análises e discursos dos médicos da região e os diversos conflitos entre senhores e os trabalhadores. No que se refere ainda a dimensão de uma proposta de corporificação histórico imagética destes trabalhadores, distintas eram as enfermidades que se manifestavam entre os escravizados, era necessário a imediata solução ou “cura”, para não haver qualquer tipo de perda ou prejuízo por parte do senhor. As assistências e orientações médicas para os corpos escravizados enfermos, se tornou cada vez mais efetivo nos empreendimentos escravistas nos finais do século XIX. Tais questões nos levam a especular que devia ser múltiplas as estratégias dos proprietários para manterem sua escravaria produtiva¹³.

A historiografia também apresentou as expectativas, desejos e esperanças das pessoas escravizadas, ultrapassando a leitura do sujeito passivo e inerte e por vezes coisificado em boa parte da produção acadêmica até a década de 1970. Em contribuição a esse raciocínio exposto, temos incontornável produção e discussão do historiador Sidney Chalhoub analisando a escravidão na corte e as complexas estratégias e visões de liberdades dos escravizados¹⁴. Chalhoub apresenta os cenários territoriais privados e públicos que envolviam o sistema escravista da cidade, negociações e personagens que nelas eram protagonistas (políticos, os senhores, ex-senhores, escravizados, negociantes, advogados, juristas, abolicionistas) etc.

¹¹Ibidem, MACHADO, 1988.

¹²BARBOSA, Keith. **Terra, trabalho e conflitos escravos no Vale do Paraíba Fluminense na segunda metade do século XIX**. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 08, dez. 2016. p. 72.

¹³BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira et al. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)**. 2014. P. 114. Tese de Doutorado.

¹⁴CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Distintos foram os personagens nas práticas de compra e vendas de cativos, categorizados e localizados em seus graus de importância. Para além de três elementos fundamentais: o vendedor, o comprador e o escravizado; surgem outros personagens que articulam essa estrutura de comércio de gente. Entre eles, as figuras dos negociantes, dos caixeiros (transportador) e dos procuradores. O historiador José Flávio Motta pesquisou a região do Vale Paraíba Paulista, mais precisamente na cidade de Piracicaba de 1861-1880. Analisou os registros de compras e vendas de escravos, possibilitando a apresentação de um estudo com metodologia de variáveis demo-econômicas (sexo, idade, origem, preço), das quais já mencionadas a cima e que serve de referência para o presente estudo¹⁵.

O iminente esgotamento das dinâmicas da escravidão, nos finais do século XIX, não paralisou a valorização da mão de obra escravizada nos espaços rurais. As experiências dos trabalhadores cativos na Corte eram distintas daquelas nos espaços rurais. Muitos cativos e suas estratégias de liberdades nas capitais, adquiriam suas alforrias por meio do trabalho de ganho ou até mesmo depois do esgotamento desse, após o falecimento de seu senhor. Muitos donos de escravizados libertavam seus cativos em testamentos. Esses escravizados por meio da negociação ou mesmo a criação de laços com o seu senhor, adquiriam uma certa autonomia e estratégias para formalizar a sua liberdade. Em muitos casos para esses trabalhadores escravizados nas cidades, o pior cenário em meio a seu processo de liberdade, seria a sua realocação ou venda para os espaços de trabalhos rurais.

Nos espaços urbanos diversos processos judiciais entre os cativos e os herdeiros se iniciaram, de um lado os herdeiros na busca pela a manutenção da posse escrava, e do outro lado, os cativos buscando a formalização da sua liberdade. Pensar e compreender que os dispositivos jurídicos e as visões das liberdades são distintos, é de certo o melhor caminho para fugir de análises estruturantes. Buscamos assim compreender alguns processos de múltiplas experiências e estratégias na busca da liberdade dos trabalhadores escravizados no contexto social rural de Cantagalo.

De acordo com o censo de 1872 a disposição e distribuição de mão de obra escravizada em Cantagalo chegou ao número de 16 mil escravizados, território esse tradicionalmente representado como pertencente ao Vale do Paraíba fluminense, onde homens e mulheres, mães e pais, filhos e filhas, famílias inteiras, tiveram a intensa participação nas experiências sociais das lavouras cafeeiras. Todavia, no território rural de

¹⁵MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. São Paulo: Alameda, 2012.

Cantagalo, as transformações laborais das lavouras chegaram com o declínio da produção de café nos finais do século XIX. Cada vez menos territórios eram atribuídos para as *plantações*, dada a falta de incentivos e créditos, e a crescente substituição de mão de obra escravizada pelo trabalho livre preferencialmente a ser executado por imigrantes europeus. Se aponta que a crise cafeeira da década de 1880 foi resultante da baixa dos preços deste artigo e dos inúmeros focos de pestes nas lavouras¹⁶.

Em outras justificativas, o crescente debate e circulação de ideias abolicionistas foi uns dos fatores potencializadores para as transformações, nos espaços escravagistas, entre eles os rurais, bem como a diminuição da taxa de natalidade entre os cativos. Para região de Cantagalo, segundo a historiadora Vanessa Melnixenco, mobilizando o já mencionado censo de 1872, o número da população de livres ultrapassa o de cativos nesse período, indícios esses de uma profunda mudança demográfica após o Ventre Livre.

Com o fim da escravidão, as notícias da abolição em terras rurais logo chegariam poucos dias após do 13 de maio, contudo a forte eminência emancipatória já era bem disseminada no meio social e político de Cantagalo. Os cativos tiveram papel importante neste processo com o número crescente de fugas e insurreições. A “paz” cafeeira seria, então, abalada nos finais do século XIX no Vale do Paraíba.

Os libertados “antecipadamente”, os fugidos ou apadrinhados tiveram como experiência a constante negociação da sua liberdade, sendo esse status indissociável as dinâmicas da condição do trabalho. Após a abolição, Cantagalo sofrerá algumas modificações e perdas territoriais, bem como, mudanças de status políticos e sociais. O mesmo se deu na transição produtiva, com o surgimento e a substituição gradativa nas lavouras de café pela mão de obra branca estrangeira. As famílias de prestígio resignificaram suas dinâmicas políticas e econômicas durante a instauração da República, mas em suas memórias, ainda pulsavam as glórias das grandes lavouras, do café e o saudosismo expressados por seus mais nobres habitantes, pois é notório que no:

“decurso do segundo império e nos primeiros anos da República, bastavam as palavras mágicas – Município de Cantagallo- para darem ideia de grandeza, vitalidade, riqueza e cultura de umas das mais celebradas regiões do sul brasileiro, e cujo nome repercutia também pelo Brasil afora”¹⁷

¹⁶MELNIXENCO, Vanessa Cristina. **Friburgo e Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)**. (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

¹⁷Álbum do município de Cantagalo, Direção do Dr. Júlio Pompeu. 1922. O álbum encontra-se digitalizado no arquivo de memória de Cantagalo.

Após a abolição se gerou um novo paradigma social, no qual, os negros, recém libertos ou aqueles que já não viviam mais juridicamente sob o regime de escravidão, tiveram como experiência um período de estagnação ou coerção da sua mobilidade social. A falta de direitos e da liberdade plena para ex-escravizados, demonstrou-se um processo complexo, pois em paralelo a essa realidade, foram instauradas e encorajadas a “modernização” e a “civilização” para o país¹⁸, onde os homens de cor nos discursos racistas não faziam parte desse plano de nação.

O historiador Álvaro Pereira do Nascimento apresenta em suas análises as dinâmicas dos sujeitos de cor no pós-abolição, seus meios de luta e resistência perante as novas dinâmicas sociais da República. Eles foram ressignificados pelas instituições de poder e pelas normativas dos direitos ao trabalho, havendo assim, uma perpetuação da precariedade das condições dos negros nos núcleos dos trabalhos “livre” brasileiro. Em Cantagalo, o fomento da imigração estrangeira se fez presente em meio a esses discursos de “modernização” da nação. Nascimento, no intento de identificar as construções dos discursos e os imaginários sobre os negros na historiografia e nos ensinamentos de História, desmistifica as perspectivas quase intrínsecas na formação histórica de que todos os sujeitos negros eram “marginais”, “ladrões”, “assassinos”, “bêbados” e outros adjetivos pejorativos atribuídos aos homens e mulheres de cor¹⁹.

A busca da estabilidade e de condições de sobrevivência apresentava seus limites, adquirir a liberdade também significava o exercício constante de estratégias e escolhas dos distintos ex-cativos, no qual a busca do trabalho, terras, moradias, educação, interação social e conservação da família se apresentou como uma busca permanente – renegociação – com reverberações até os dias atuais²⁰.

A ideia de que a imigração estrangeira nesses espaços rurais ocasionou a imediata migração dos libertos para outras regiões, não traduz a totalidade das experiências nos pós-abolição. Muitos desses libertos permaneceram nos seus núcleos de trabalhos que outrora foram coercitivos. Abandonar essa estabilidade não era, de certo, a melhor opção para muitos libertos, pois a incerteza da sociabilidade e trabalho em lugares longínquos e desconhecidos era um dos fatores de permanência. O historiador Carlos Eduardo Coutinho da Costa, ao analisar as migrações negras do Vale do Paraíba no pós-abolição, apresentou as estratégias

¹⁸SIQUEIRA, José Jorge. **Liberdade Cidadã e a Questão do Negro na I República: o caso do Vale do Paraíba Fluminense**. Sankofa (São Paulo), v. 02, p. 01-23, 2012.

¹⁹NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

²⁰RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

múltiplas, entre elas as migrações por temporada, para trabalho nas lavouras em outras regiões como a Baixada Fluminense²¹. Esses contingentes populacionais ocuparam a baixada fluminense, bem como também as encostas dos morros da capital do Rio de Janeiro, inserindo o cenário das favelas nas transformações urbanas do Rio de Janeiro.

As disputas da permanência nos núcleos de trabalhos fizeram com que os “libertos”, articulassem suas habilidades e forças laborais na busca de novos horizontes e perspectivas. Havia distintas formas e estratégias de sobrevivência desses indivíduos, articuladas através de suas subjetividades e agências, levando-os à estabilidade na antiga fazenda ou à migração forçada pela perpetuação da violência nos núcleos de trabalhos, por exemplo. Sair desses espaços poderia ser libertador, na busca de educação escolar²² e extinção do medo sobre a manutenção da escravidão.

Em outros trabalhos, perspectivas para além da dimensão da escravidão se fizeram necessárias, surgindo análises que buscaram apresentar como negras e negros, cativos e livres, articularam saídas nesses espaços no cotidiano da “frágil” liberdade no pós-abolição²³. Para a região é possível encontrar pesquisas do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF), através do projeto “Memórias do Cativo” no qual são exibidas algumas entrevistas gravadas na região de Duas Barras, entre 2006 e 2007.

Os relatos dessas entrevistas são em perspectivas das memórias, transmissões dos saberes ancestrais, conhecimentos e distintos códigos culturais de negros e negras da região, a exemplo das folias de reis, dos instrumentos musicais, dos calangos e suas místicas, das crenças, das migrações, dos trabalhos nos campos e das interações sociais. Também as reconstituições familiares, filhos(as), netos(as), mães e pais.

Distribuição de Capítulos

No primeiro capítulo iremos apresentar produções e contribuições historiográficas sobre a temática do(s) mundo(s) do(s) trabalho(s), que nos ajudem a entender as dinâmicas dos trabalhadores e trabalhadoras negras em cativo Cantagalo. Neste capítulo também

²¹COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

²²Ibidem, COSTA, 2015.

²³Ver; RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil**. Estudos Históricas (Rio de Janeiro), v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

apresentamos a formação, consolidação e a ocupação da região. Região essa que recebia a denominação de território “selvagem” e inexplorado, logo passaria por metamorfoses durante todo o século XIX, transformando-se em um território economicamente articulado para a plantação e produção do café. Em seguida, iremos apresentar um diálogo com os estudos que versam os olhares dos corpos dos trabalhadores negros na sociedade brasileira, neles estão óticas do Direito e da Medicina, que durante anos tutelaram o corpo negro escravizado como objeto de estudos, ditos “científicos”. Com essas contribuições, podemos analisar de maneira qualificada os olhares acerca dos corpos de trabalhadores negros comprados, traficados e enviados para a região de Cantagalo.

No segundo capítulo apresentaremos os distintos personagens que aparecem nas dinâmicas de negociações e vendas de escravizados na região, entre eles estão, o vendedor, o comprador, o negociante, o caixeiro (transportador), os procuradores e por último, mas não menos importante, os escravizados vendidos no comércio intraprovincial e interprovincial. Buscaremos algumas trajetórias e experiências desses trabalhadores escravizados, homens e mulheres que podemos observar a partir da busca e análise de vestígios e cruzamentos com outras fontes. Para este capítulo mobilizamos como fonte um importante registro, o Livro de “escrituras, compras e vendas de escravos” da comarca do Santíssimo Sacramento em Cantagalo, datado de 1880-1883.

No terceiro capítulo, analisaremos a “festa dos negros” a partir da perspectiva de “evento e discurso” sobre a (pós-)abolição em Cantagalo, buscando compreender esse momento de “ruptura” e ressignificações das estruturas sociais e políticas para os trabalhadores negros neste espaço rural. Mobilizamos também enquanto fontes atas da Câmara Municipal de Cantagalo no final de 1888, bem como, colunas e opiniões nos periódicos da região: “*O Conservador*” e “*Voto Livre*”. Buscaremos os discursos contra e a favor da manutenção da escravidão e os distintos impactos ocorridos na região nesse período. Assim podemos compreender diferentes contextos e experiências dos trabalhadores escravizados na sociedade de Cantagalo em meio a abolição da escravidão.

Perspectivas Teóricas

A contribuição teórica que pretendemos instrumentalizar nessa pesquisa baseiam-se nos empenhos intelectuais de três autores distintos: os historiadores Flávio dos Santos Gomes e E. P. Thompson e o sociólogo Muniz Sodré. Contribuições essas que versam correntes

inovadoras e, às vezes, transgressoras na historiografia, possibilitando assim, novos paradigmas sobre os estudos da escravidão no Brasil.

O historiador Flávio Dos Santos Gomes propõe uma reflexão sobre as experiências do campesinato negro²⁴, análise essa focada mais precisamente nos quilombos e seus desdobramentos econômicos. Sua reflexão parte nas dinâmicas de ser e estar em um núcleo coletivo e “transgressor” – os quilombos –, onde as mãos e pés de escravizados fugidos e libertos contribuíram nas dinâmicas do trabalho e cultivo das roças. Esses corpos “transgressores” mobilizaram nos espaços em que ocupavam, uma agricultura coletiva ou mesmo individual que proporcionou a sua subsistência. Esse mesmo espaço produzia e seu excedente era comercializado, pois esses distintos espaços estavam integrados e conectados na produção e fornecimento de artigos nas redes de abastecimentos das suas proximidades territoriais²⁵. Esses núcleos coletivos promoviam experiências de trabalhos no campo em meio à “ilegalidade”.

Flávio Gomes explica que esses indivíduos buscavam vender suas produções para as comunidades e povoamentos em torno dos quilombos, refutando assim a ideia do isolamento, para o autor alguns quilombos estavam mais próximos das cidades do que se imaginam e muitos desses espaços existiram e resistiram aos intentos de desaparecimento. A pesquisa não tem o recorte temático das experiências dos quilombos. Neste trabalho pretendemos compreender os trabalhadores escravizados na região, buscando sempre atribuir a esses sujeitos, a conexão com a sociabilidade em torno do seu núcleo de trabalho. Entendemos que a ideia e debates para construção de campesinato negro, extrapolam o sentido territorial, pois o campo é um organismo vivo, ao qual é possível articular corpos, ideias, experiências, tensões e negociações.

A atribuição desses sujeitos descritos nos registros de compras e vendas de escravos, apenas como “de roça”, não traduz totalmente as suas funções e dinâmicas no campo. As mãos negras dinamizadas neste espaço, precisam ser vistas como detentores de distintas experiências que produzem e modificam não só a terra, mas também a sociedade. Pensando assim, as mãos que trabalham no dia a dia nos campos produzem saberes, técnicas, expertises para a rotina do trabalho, bem como, para a finalidade da produção agrícola, sobretudo, o café. Sendo assim essa perspectiva nos ajudará a articular contextos e interações sociais desses homens e mulheres “de roça”.

²⁴DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

²⁵Ibidem, DOS SANTOS GOMES, 2015.

Ao pensarmos as contribuições sobre as complexidades das sociedades escravistas, necessitamos de uma profunda reflexão de suas diferentes fases, pois durante muito tempo a busca da “autenticidade” e da construção da História como ciência, negaram concepções de tempos, sociedades, tradições, costumes ou mesmo da “civilidade” para alguns povos, entre eles os africanos. Aqueles povos que não constituíam um ethos filosófico, social, cultural e político ocidental, não apresentavam grandes interesses para a Ciência da História. O sociólogo Muniz Sodré ao pensar o processo civilizatório e as influências das tradições culturais da África no Brasil, articula que a “liturgia dos africanos e de seus descendentes prestou-se a objeto de ciência (antropológica, sociológica, psiquiátrica, psicanalítica) no panorama dos estudos brasileiros”²⁶. Para Sodré essas diversas liturgias foram ressignificadas e interpretadas a partir de uma filosofia “eticizada”²⁷, com paradigmas euro referenciados. O sociólogo ainda denúncia que nenhuma dessas ciências e estudos deram a palavra ao negro. Ao pensar o povo Nagô e a sua contribuição cultural no Brasil, Muniz Sodré busca uma outra via analítica, aplicando um conceito chamado de “comunicação transcultural”²⁸, que rompe o tempo e o espaço geográfico.

Múltiplos são os trabalhos acerca dos processos de construção histórica de identidades nacionais e regionais – e neste caso trata-se também de identidades “locais” – em que negligências e apagamentos se fazem presentes nas narrativas, ausentando qualquer contribuição dos negros e negras nesses processos. Mas esse intento falhou, pois indiscutivelmente, tal contribuição viveu e vive até os dias de hoje nas sociedades brasileiras, nos sons, cantos, batuques, dialetos e palavras etc.

Aqui o intento de “pensar nagô”, não denomina e afugenta apenas sujeitos de um determinado coletivo. Pensar o nagô é romper as fronteiras e olhares filosóficos que não nos ajudam a entender as complexidades do ser negro, do sistema escravista e a das ancestralidades. Mobilizamos neste trabalho uma perspectiva analítica que busca entender e considerar dimensões e contribuições culturais, estéticas e ancestrais afro-referenciadas, para dialogar na presente pesquisa sobre esses trabalhadores negros em Cantagalo.

O conceito de “experiência” fomentado pelo historiador inglês E. P. Thompson – que sugeriu alternativas de observação de um evento histórico em contraponto ao prisma estruturalista do marxismo ortodoxo – assim, como perspectiva, o historiador promoveu em suas pesquisas a atenção ao indivíduo e sua vivência social. A partir desse conceito,

²⁶Ver o Prólogo: SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Editora Vozes Limitada, p. 12, 2017.

²⁷Ibidem, SODRÉ, p. 8, 2017.

²⁸Ibidem, SODRÉ, p. 12, 2017.

Thompson comprovou, que mais do que as grandes estruturas e normas complexas, as experiências são fatores essenciais na intensificação das ações sociais do indivíduo. Arelada está a noção de “agência” dos sujeitos históricos. O arcabouço oferecido pelo historiador inglês propiciará a essa pesquisa a análise das experiências e expectativas dos trabalhadores negros no mundo do trabalho em Cantagalo, considerando esses trabalhadores enquanto agentes de suas próprias dinâmicas, trajetórias e subjetividades. Munidos de estratégias, redes e luta para um labor digno e qualificado.

Metodologias e Fontes

A metodologia deste trabalho consistirá em análises qualitativas e quantitativas de fontes de ordens distintas. A maioria dos documentos que permearam essa pesquisa foram colhidos em visita ao Município de Cantagalo, mais precisamente no Centro de Memória e Pesquisa de Cantagalo (CDMP²⁹). Neste espaço encontram-se disponíveis para consulta o Livro de Registro de “compra e venda de escravos da Freguesia do Santíssimo Sacramento” em Cantagalo, periódicos locais, e as atas da Câmara Municipal. Para a sistematização e análise das fontes pretendemos enquanto metodologia utilizar transcrição e cruzamento das informações encontradas.

Para esta pesquisa mobilizamos como fonte uma importante documentação, o Livro de Registro de “compra e venda de escravos”, datado de 1880-1883. Essa fonte é um documento jurídico e burocrático que contém nomes de sujeitos envolvidos nos “negócios da escravidão” da região.

O livro de registros será mobilizado nessa pesquisa para coletar e identificar informações dos trabalhadores negros vendidos no comércio de cativos da região. Esses registros de compras e vendas de escravizados, e neles são encontrados: nomes e origem dos “*senhores e possuidores*”, os nomes dos compradores, locais de residência e a quantia paga na compra.

Esses registros também apresentam informações dos escravizados vendidos, como os nomes, características físicas, ano de nascimento, ocupação laboral e origem e matrícula. Essas informações são importantes, pois ao formulamos categorias para análises, podemos extrair informações onomásticas, etárias, de gênero, raciais e região de nascimento entre

²⁹O centro de memória de Cantagalo é vinculado à UNIRIO, neste espaço se encontra um número expressivo de documentos restaurados e digitalizados disponibilizados pela instituição.

outras possíveis. Podemos assim criar e apresentar panoramas com distintas informações sobre esses trabalhadores escravizados da região.

A análise dessa fonte é importante e buscamos utilizar a metodologia de variáveis demo-econômicas (gênero, idade, cor, origem, preço). Com essas categorias e variáveis, podemos apresentar quadros e informações dos perfis sociais dos escravizados vendidos e comprados neste período em meio ao iminente fim da escravidão. Mais do que números, as folhas deste livro apresentam experiências de corpos negros em meio às ações de transação monetária e de posse. Nele encontramos registros de trânsitos e tráficos de e para diferentes regiões do país a fim de ocupar espaços de trabalhos na região.

Os jornais que pretendemos utilizar na pesquisa são datados de 1879 a 1890, entre eles o “*Conservador*”, o “*Jornal Voto Livre*” e o seu sucessor no período republicano o “*Jornal Pátria*”. Mediante a leitura e transcrição desses periódicos encontramos fortes embates acerca dos interesses da manutenção ou não da escravidão na região, apresentando discursos e contextos da elite local. O primeiro jornal é de status “conservador” e o segundo “liberal”.

Antagônicos. Esta fonte jornalística também nos ajuda a localizar e perceber em suas páginas as perspectivas das elites locais sobre os discursos políticos e sociais acerca com relação ao país em geral, e mais especificamente acerca das ações de negros escravizados – fugas, motins e conflitos. Neles também analisaremos as reconfigurações e permanências sociais e políticas da sociedade de Cantagalo no pós-abolição. Propomos assim a busca de informações por meio das notícias sobre a condição e a situação dos trabalhadores negros e negras recém libertos em Cantagalo.

Desta forma, a apresentação e empenho desta pesquisa se constrói na pretensão de contribuição com os debates sobre as experiências, condições, transformações e transição das dinâmicas laborais dos escravizados em cativo nos anos finais do século XIX em Cantagalo.

CAPÍTULO I. CANTA QUE O GALO É PRIMITIVO E PRETO: o TERRITÓRIO e os CORPOS dos ESCRAVIZADOS em CANTAGALO - RJ

(...) Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio é luto
Negro é a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade.
-Dona Ivone Lara

A “Dona” é “negra”, são duas palavras em seus sentidos semânticos que carregam distintas construções sociais, identitárias e noções provisórias nas sociedades. No Brasil nos seus mais variados espaços e tempos, essas denominações são fatores de distinções de hierarquia social e racial. Os negros e os descendentes desses que foram escravizados e distribuídos por diferentes espaços de trabalhos no Império, produziram bens e artigos para os consumos que abasteciam as demandas internas e mundiais. Posteriormente esses mesmos corpos podiam também ser entendidos, como o atraso que delegava a sua constante e necessária vigilância.

Este capítulo não é sobre a Dona Ivone Lara ou mesmo sobre o samba, mas ousamos nos conectar com a simbologia desta “Dona Negra” e seu samba espetacular para expor que o “negro é uma cor de respeito”³⁰ sim senhor. Com essas perspectivas a dona do samba nos ajudará a cantar e narrar um pouco sobre as metamorfoses dos territórios, os corpos e a memória do negro em Cantagalo. Propomos assim, nos guiarmos nesses versos para compreender e analisar novos paradigmas e olhares sobre essas questões aqui apresentadas.

Neste capítulo iremos articular produções e contribuições historiográficas sobre a temática da escravidão, que nos ajudem a entender as dinâmicas dos trabalhadores e trabalhadoras negras em cativo e livres em Cantagalo. Buscaremos também analisar a constituição, metamorfose e impactos destes territórios chamados de “primitivos”, que durante o século XIX se estabeleceu como uma macro região econômica que articula as plantações e produção do café. Em seguida, iremos apresentar um diálogo com os estudos que versam os olhares dos corpos negros na sociedade brasileira; com essas contribuições,

³⁰Ver: Burns, Mila. **Dona Ivone Lara - Sorriso Negro**. Brasil, Editora Cobogó, 2021. Dona Ivone Lara lançou a música “Sorriso negro” em conjunto com os compositores (Jorge Portela/Adilson Barbado/Jair Carvalho) com participação de Jorge Ben Jor no álbum que leva esse mesmo nome em 1981.

podemos analisar de maneira qualificada os olhares acerca dos corpos de trabalhadores negros dinamizados na região de Cantagalo.

1.1. A metamorfose de um TERRITÓRIO infestados de “primitivos” nos sertões do Rio de Janeiro

O território das “Minas Novas do Cantagallo” é o nome dado e outorgado por administradores coloniais durante o século XVIII. Essas bandas “pra lá longe” da corte do Rio de Janeiro foram ocupadas a partir de 1760 por grupos de garimpeiros clandestinos. Antes disso, em meados do século XVIII, esse território é também referenciado como “Sertões do Leste ou Sertões do Macacu”, pertencente a Capitania do Rio de Janeiro. A busca de controle e ocupação colonial por essas bandas se deu pela procura e exploração de ouro, frequentemente assaltadas por aventureiros, viajantes e garimpeiros³¹ na região. Clélio Erthal discorre que nos finais do século XVIII já havia sinais de contrabando de ouro nessa região que “ao contrário da faixa marítima, que é toda plana e de fácil acesso, essa vertente interna do maciço Atlântico é enrugada e áspera, formando um “mar de morros” que muito dificultou sua ocupação”³². Como pontuado pelo autor, o terreno era de difícil acesso e pouco fiscalizado. Os aventureiros que buscavam o ouro ali não tinham como obstáculos as

³¹Entres eles, o famoso traficante português Manoel Henriques ou mais conhecido como Mão de Luva. Esse personagem histórico é continuamente referenciado em pesquisas sobre Cantagalo, Nova Friburgo e Mina Gerais durante o século XVIII. Indicado pelo historiador Vinicius Maia Cardoso [**Grifo do autor**] Ver: José Antônio Soares de Souza. “**As minas do sertão de Macacu**”. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, nº 326 (1980); Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo. Subsídio para a história do município de Cantagalo**. Vol. II. 2ª ed. (Niterói: 1981); Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo** (Niterói: 1942); Sebastião Antônio Bastos de Carvalho. **A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense**. [1991] 2ª ed.. (Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC, 2013) (Há uma edição para 2015); Clélio Erthal. **Cantagalo, Da miragem do ouro ao esplendor do café** (Niterói: Erthal, 1992) (Há uma 2ª edição pela Nitpress, em Niterói, para 2008); Jorge Miguel Mayer. “**Mão de Luva: História e Lenda**”, Revista Tessituras 6 (2015-2016); Célia Nonata da Silva. **Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII** (Belo Horizonte: Crisálida, 2007); Carla Maria Junho Anastasia, **A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas Belo Horizonte**: UFMG, 2005); Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira. “**Mão de Luva**” e “**Montanha**”: **bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII** (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755 - 1786). Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008; Érika Mendonça Peixoto. **Santa Clara do Macuco e a metamorfose do trabalho (1850-1888)**. Dissertação de mestrado (Niterói: Universo, 2013); Vanessa Cristina Melnixenco. **Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)**. Dissertação de Mestrado (Rio de Janeiro: Unirio, 2014); Mauro Leão Gomes, **Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Cantagalo na Província do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004; Sheila de Castro Faria. **Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)**. Estudos de Cultura Material. Dossiê. Anais do Museu Paulista. Vol. 26 (2018): 1-24”.

³²Ver o primeiro capítulo: “O cenário, a fauna, a flora e os primitivos habitantes”. ERTHAL, Clélio. **Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café**. NitPress, p, 15, 2008.

autoridades coloniais, talvez os seus maiores desafios eram as matas e terrenos densos e alguns povos indígenas que habitava a região, como os Coroados, Puris e Coropós³³.

Um bando famoso de contrabandistas por essas terras que desafiavam a Coroa, era a do Mão de Luva, um indivíduo que agregou construções históricas e “místicas” para a fundação de Cantagalo até os dias de hoje. Sua audácia em explorar ouro de forma ilegal, acabou por mobilizar um expressivo aparato militar em sua busca. Em um relato de um trabalhador chamado Silva ao Tenente Coronel Soares Coimbra³⁴, este disse que trabalhou durante um mês com esse bando e de seu relato que foi extraído uma importante informação, a de que:

“assistiu a grandes quantidades de ouro a serem extraídas durante a sua breve permanência, e contou que alguém lhe tinha dito que havia depósitos de prata e pedras preciosas por perto. Além de um “cabra” mestiço que estava a trabalhar no local, o garimpeiro não viu trabalhadores indígenas. Afirmou, porém, que havia comunicação entre o bando do Mão de Luva e as aldeias indígenas ao longo da trilha que descia ao litoral”³⁵.

Essa informação nos apresenta que o sucesso do descaminho ou mesmo o transporte do ouro, era preciso estabelecer constante comunicação com aldeias indígenas estabelecidas pelos caminhos da mineração até o litoral do Rio de Janeiro. Esse território então não é tão “primitivo” assim, se seguimos uma análise de relações sociais e econômicas. Essas aldeias provavelmente forneciam guias para os deslocamentos e algumas provisões alimentícias e outros suprimentos³⁶ aos contrabandistas. Além disso, um outro membro do bando admitiu que tinha visitado algumas aldeias em busca de escravizados fugidos. Mais um indicio com relação a esse território e suas interações e interrelações socioeconômicas, afinal esses territórios também eram locais de refúgios de escravizados fugidos.

É importante salientar também que a ocupação destes territórios não se inicia com os garimpeiros, muito menos, com as forças coloniais ou imigrantes europeus. E com essa perspectiva buscaremos compreender um pouco sobre esse território dito “transgressor” e “selvagem”. Nesse sentido muitas das narrativas que apresentam os espaços nos sertões do Rio de Janeiro como vazios e totalmente disponíveis, não condizem com a realidade, pois a

³³Ibidem, ERTHAL, p, 17. 2008.

³⁴Incumbido de se dirigir e colher relatos sobre o contrabando de ouro nos sertões, Soares Coimbra enviou um resumo das descobertas resultantes das suas diligências jurídicas ao vice-rei Vasconcelos e Sousa em 1786.

³⁵LANGFUR, Hal. **ÍNDIOS, TERRITORIALIZAÇÃO E JUSTIÇA IMPROVISADA NAS FLORESTAS DO SUDESTE DO BRASIL**. Os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX), p. 173, 2019.

³⁶Ibidem, LANGFUR, P. 173, 2019.

interiorização em diversas regiões da Colônia foi acompanhada de conflitos, extermínios, conquistas e assimilação forçada de distintas nações indígenas.

Antes das intervenções coloniais e de ocupação de outras populações não indígenas, viviam nesses espaços números expressivos de indígenas de diferentes troncos étnicos. Para a região que hoje compreende o Município de Valença, o historiador Felipe Alvarenga argumenta para a existência desses coletivos indígenas que “praticavam atividades de coleta, pesca e cultivavam, principalmente, milhos (os quais comiam ainda verdes), mandiocas, inhames, bananas, batatas, dentre outros gêneros alimentícios”³⁷. Por outro lado, Erthal sugere que para essa região compreendida hoje como Cantagalo, esses povos “primitivos”³⁸:

“Apresentavam características comuns: eram moreno-avermelhados, atarracados e musculosos, falavam a mesma língua e tinha hábitos semelhantes, pois ao que parece descendiam todos na nação Goitacá; mas inimigos irreconciliáveis, nunca puderam viver em harmonia, impossibilitando tais desavenças o aldeamento em comum pelos missionários, quando ali chegaram”³⁹

Esse imaginário físico ou mesmo, a descrição de alguns povos indígenas apresentadas por Erthal como sendo pessoas sem harmonia e “irreconciliáveis”, provavelmente é estruturado e amparado em fontes do período colonial no século XVIII e XIX. O historiador Vinicius Maia Cardoso apresenta que o encorajamento para intervenção colonial em 1786 sobre essa região se iniciou a partir de duas possíveis explicações. A primeira delas, é o argumento da mudança da Capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, pois a nova capital apresentava uma posição estratégica para o escoamento ultramarino do ouro e de outros artigos econômicos. A segunda explicação segundo o autor, é a narrativa de descobrimento ao “acaso” de ouro na região por um indígena, no qual algumas amostras foram levadas a um morador de Vila de Macacu, que por sua vez pedira as autoridades coloniais da capitania uma licença para a mineração⁴⁰. A exploração da mineração nos sertões de Macacu foi o principal objetivo para a ocupação dessas terras distantes dos litorais. Na Carta Régia do vice-rei em 1785, determina-se o cuidado simultâneo das minas improdutivas e da agricultura, mandou-se ocupar essa região antes proibida. Também era preciso acabar

³⁷DE MELO ALVARENGA, Felipe. **POR UM VALE DO PARAÍBA INDÍGENA: CONFLITOS ÉTNICOS E A TRANSFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS ÍNDIOS EM VALENÇA (1780-1835)**. Revista de História, n. 181, p. 3, 2022.

³⁸Ibidem, ERTHAL, 2008, [Grifo do autor].

³⁹Ibidem, ERTHAL, 2008, p. 18.

⁴⁰CARDOSO, Vinicius Maia. **"Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui" Conflitos, querelas e desavenças nos sertões do Macacu-Capitania do Rio de Janeiro, século XVIII**. TEMPUS Revista en Historia General, n. 10, p. 8, 2019.

com a bandalheira do contrabando desenfreado de ouro, para fins de instaurar a ordem e o direito da coleta de impostos para a coroa portuguesa.

Podemos observar um mapa abaixo da Capitania do Rio de Janeiro datada de 1777, analisamos e destacamos o sertão descrito como região “pouco conhecido *montuozo* e emboscado, ocupado por várias nações de índios selvagens”⁴¹. Os “Sertões de Macacu” era um imenso espaço entre as margens do Rio Paraíba (destaque em azul) na divisa com a Província de Minas Gerais, esse espaço era limitado também entre vários maciços e linhas de montanhas, entre elas, a Serra dos Órgãos. Porém é importante salientamos que esse olhar espacial e a delimitação apresentados nos mapas, são pensados e apresentados por meio das demandas da administração colonial e seus agentes. Outros indivíduos e coletivos sociais, como os indígenas que viviam nestas terras, tinham outras relações e noções geográficas com os territórios. Assim essas delimitações e construções da narrativa como um território “primitivo”, é uma demanda colonial.

Vinicius Maia Cardoso apresenta em sua pesquisa importantes informações sobre a ocupação dos sertões de Macacu em meados do século XVIII. O historiador articula que as empreitadas e incursões além do Macacu contaram com um forte aparato e contribuição do Estado, com a ajuda de tropas militares, bem como o auxílio dos “ocupantes de terras minerais ou agricultáveis, de escravos negros e de indígenas envolvidos com transporte de gêneros, abertura de estradas, condução de canoas nas travessias dos muitos rios que cortam a região”⁴².

O historiador apresenta ainda que a Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, a vila mais próxima do sertão, se estabeleceu como uma região com significativa produção de alimentos que abasteciam a população local, bem como, os indivíduos vindos de fora que estão envolvidos nas ocupações e desbravamentos nos Sertões. A *villa* também participava e contribuía com os abastecimentos e demandas da Capitania do Rio de Janeiro⁴³, entre eles a farinha de mandioca, feijão, milho e arroz⁴⁴.

Segundo o memorialista Erthal após um alvará de 1785 concedido pelo Vice Rei Dom Luiz de Vasconcellos e Sousa, foram concedidas sesmarias para aqueles que quisessem investir na exploração no Sertão de Macacu, e liberou-se a subida da “serra com uma avidéz inaudita, penetrando-a rapidamente e nela espalhando como andorinhas, em busca de ouro ou

⁴¹Grifo do autor do mapa, o Engenheiro Militar Português Francisco João Roscio.

⁴²Maia Cardoso, V. **Às margens dos sertões: a economia de abastecimento e pequeno escravista do Vale do Macacu - século XVIII.** *Caminhos Da História*, 24(2), 22–42, 2020. Link:<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2614>

⁴³Ibidem, CARDOSO, p. 25, 2020.

⁴⁴Ibidem, CARDOSO, p. 28, 2020.

de terras agricultáveis”⁴⁵. Mas essa concessão aos sesmeiros e posseiros trazia alguns encargos e responsabilidades dos requerentes para com a Coroa, entre elas, a ocupação imediata da terra para torná-la produtiva, realização de obras e melhorias na região de suas terras, e pagar os tributos. Mas a subida desenfreada para os sertões também atraiu aqueles que não se encaixavam nessas condições para ser um possuidor de terras. Erthal expõe que muitos recorriam a ocupação ilegal e procuravam se alastrar por lugares isolados⁴⁶.

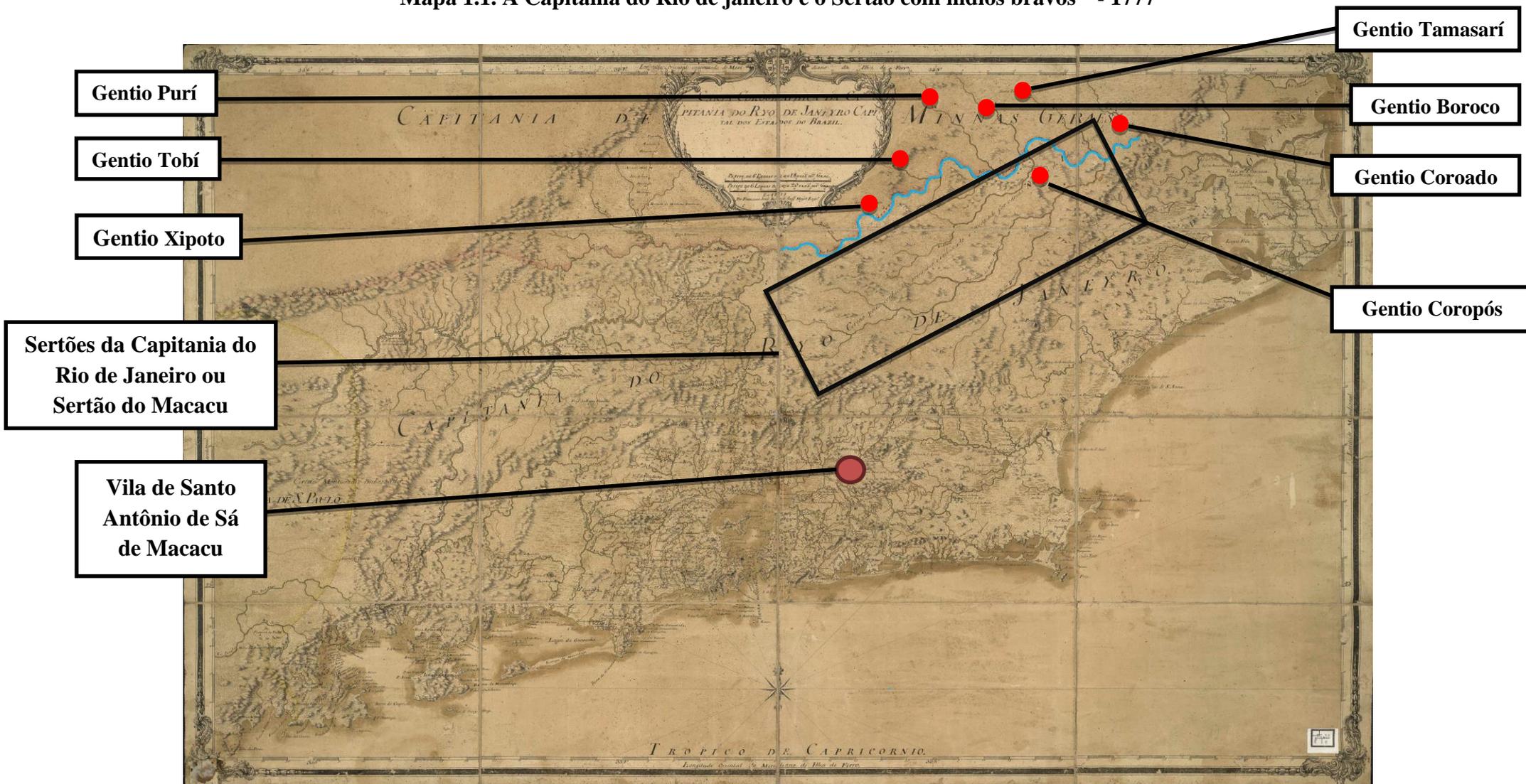
Essas ocupações ilegais e os fomentos da imigração coloniais promoveram por outro lado conflitos e dispersão de povos indígenas pelo sertão adentro. Os deslocamentos em si dos povos indígenas é consequência do avanço de populações hostis em seus espaços de morada e convivência, o sertão está ao mesmo tempo tão longe, como também, perto de espaços geográficos socialmente e politicamente reconhecidos como cidades, vilas, arraiais, freguesias, curatos e etc. Abaixo podemos analisar um mapa da Capitania do Rio de Janeiro de

1777.

⁴⁵Ibidem, ERTHAL, p. 93, 2008.

⁴⁶Ibidem, ERTHAL, p. 102, 2008

Mapa 1.1. A Capitania do Rio de Janeiro e o Sertão com índios bravos⁴⁷ - 1777



⁴⁷ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. [S.l.: s.n.], 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1768. Nota(*) atentamos que a descrição das nomenclaturas de alguns povos indígenas no mapa está com estruturação semântica colonial de difícil leitura.

O mapa acima ainda apresenta a localização de alguns “gentios” indígenas que estavam nas proximidades do sertão, em sua maioria encontram-se precisamente na Província de Minas Gerais e adentro do “desconhecido sertão”. Encontramos assinalados os gentios Xipotos nas proximidades do rio Paraíba (assinalado na cor azul), em seguida os gentios Tubi [Tupi?] um pouco mais afastado do rio. Outros povos também aparecem, entre eles, os gentios Puris, os Tamasaris, os Borocos e os Coroados, todos encontrados além do Rio Paraíba em terras sobre tutela da Província de Minas Gerais. Por último os gentios Coropós as margens do outro lado do Rio Paraíba, em terras tuteladas pela Capitania do Rio de Janeiro.

Os relatos de viajantes quase sempre são as referências mais utilizadas para analisar descrições e informações sobre os povos indígenas, bem como, contextos e cenários de regiões longínquas. Em 1809 o inglês John Mawe⁴⁸ passará por Vila de Macacu no qual o cenário segundo ele era de uma população deploravelmente “raquítica e pobre; [com] um ar doentio”⁴⁹. Encontrará no caminho do leito do rio Macacu algumas plantações de açúcar e poucas pastagens. Em seus relatos nesta região não há menção a nenhum indígena, mas chamamos a atenção na sua descrição distante algumas léguas de Macacu, uma propriedade de tal senhor chamado Capitão Ferreira e seu grande contingente de negros, os números são de 100, ocupados principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, algodão e café. Era um prioritário “muito humano e liberal”⁵⁰, entre os seus negros:

Alguns filhos de negros brincavam, outros, de idade mais avançada, ajudavam as mulheres a descaroçar algodão; e os homens ralavam e preparavam mandioca. A sua alegria não se interrompeu, à nossa chegada, nem demonstraram nenhum constrangimento na presença dos superiores⁵¹.

Ferreira possuía expressivo número de mão de obra escravizada, sua fazenda se encontrava próxima ao leito do rio Macacu e ao córrego Toui. A freguesia mais próxima entre o seu empreendimento e o sertão era a freguesia de *Sta'Anna* e o povoado de Conceição. Toda essa região em torno da Vila de Macacu era um importante entreposto comercial e logístico entre os caminhos da Capital para os sertões como vimos acima. Nessa região passam estradas que levam para o sertão e o rio Macacu, no relato de viagem de John

⁴⁸Foi um mineralogista inglês, nasceu em Derbyshire em 1764. Fez carreira na catalogação e análises de mineiras pela Inglaterra e Escócia. Iniciou uma viagem para América do Sul em 1804, visitando a Argentina e Uruguai. Em 1809 partirá para o Brasil colhendo e descrevendo informações sobre as províncias de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

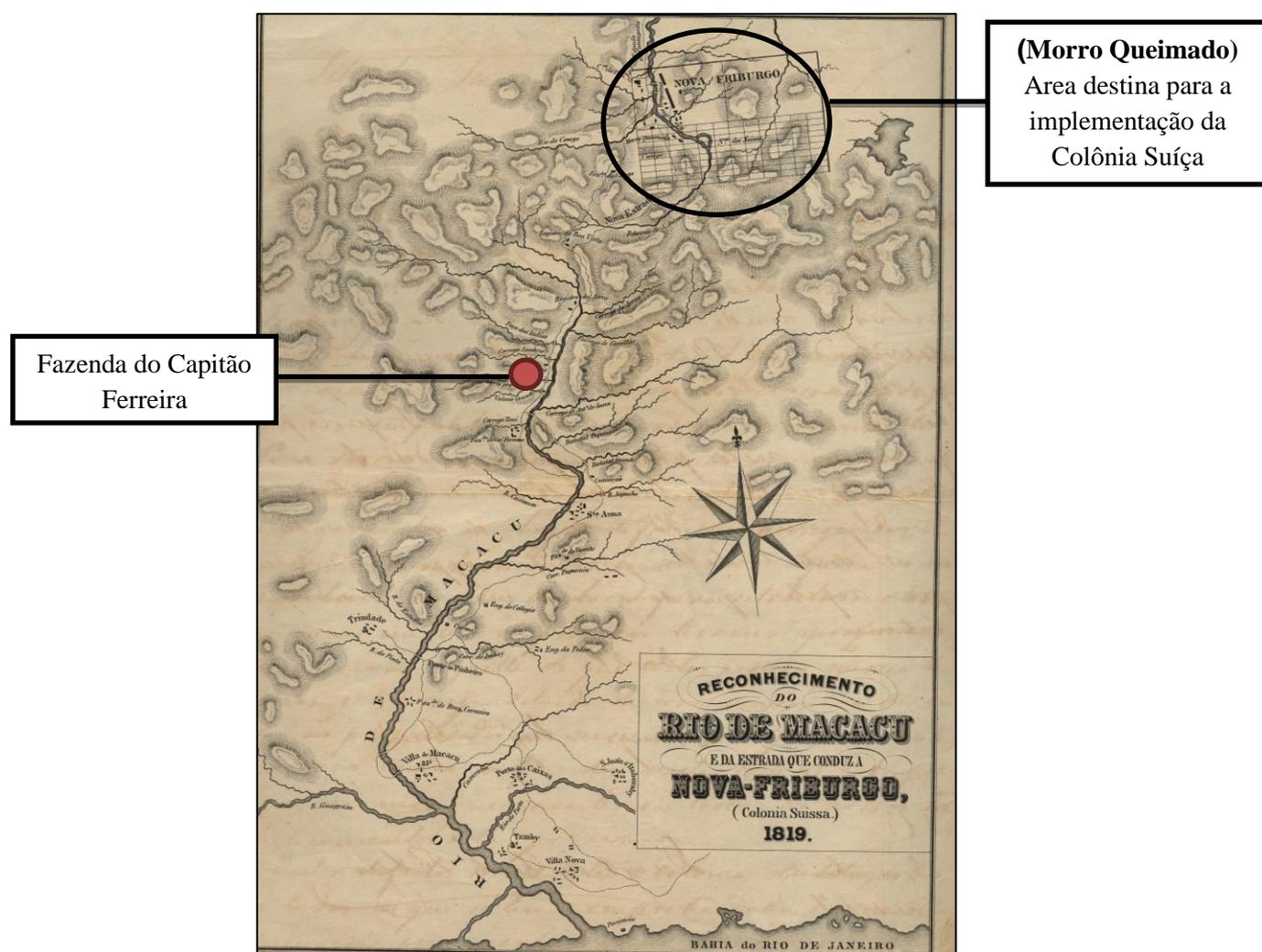
⁴⁹MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo; Editora Itatiaia Limitada, p. 91, 1978. Link: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7191>

⁵⁰Ibidem MAWE, John. p. 92, 1978.

⁵¹Ibidem MAWE, John. p. 92, 1978.

Mas essa região é descrita como ponto de parada entre a capital e a recém ocupação suíça no Morro do Queimado. Abaixo encontramos e assinalamos no mapa de 1819 a fazenda do capitão Ferreira e a Colônia Suíça.

Mapa 1.2. Sertão de Macacu (Fazenda do Capitão Ferreira e a Colônia Suíça) - 1819



Fonte: Arquivo Fundação Dom João VI (Mapoteca)⁵².

Cada vez mais o território dito “primitivo” foi modificado recebendo instalações de fazendas, engenhos, comércios diversos, estradas entre outras demandas para consolidar uma estrutura organizada, em avanço sobre o sertão. Pode se dizer que houve uma verdadeira metamorfose nos territórios, com impactos e complexidades ambientais em regiões antes não acessadas pelos não indígenas. Em pouco tempo as dinâmicas políticas e sociais da economia

⁵²Fonte digitalizada e disponível no site da Fundação Dom João VI. Link: <https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital>

colonial, foram adentrando por esse território. Como vimos acima em 1809 um empreendimento comercial escravista da cana de açúcar já se fazia presente na fazenda do Capitão Ferreira. Esta e outras regiões do Vale do Paraíba foram se transformando, e segundo Mariana Muaze, as matas densas e virgens juntos com os territórios de tribos indígenas diversas foram sendo substituídos por um cenário de imensos e modernos cafezais e algumas outras culturas de subsistência e com a cana-de-açúcar⁵³.

Essas intervenções promoveram impactos não só no meio ambiente, mas também para as populações indígenas, ocasionado deslocamentos constantes, distúrbios da cadeia nutritiva, doenças, violências e assimilação.

O historiador André Rocha Carneiro em sua análise sobre Barra Mansa no século XIX, apresenta os conflitos e a dispersão dos indígenas Puris nesta região. Muitos foram mortos com os processos de aldeamentos, segundo André por volta de 1780 iniciou alguns intentos de povoamento da região por pessoas não indígenas, os Puris perdiam cada vez mais seus territórios, sobre essa ameaça, os Puris como reação e represálias saqueavam lavouras e promoviam alguns ataques e assassinatos⁵⁴. A resposta da coroa para “pacifica-los” foi eficaz, em 1788 se reuniu um grupo de moradores locais e um corpo de cavalaria auxiliar para enfrenta-los, os combates trouxe a tragédia para os Puris desta região, “muitos foram mortos pela superioridade das armas, em combates diretos e emboscadas, bem como pela disseminação da peste da bexiga (varíola) entre os indígenas”⁵⁵.

Para região de Cantagalo se apresentam outros relatos que ajudam compreender esses reflexos nas populações indígenas, o naturalista suíço Johann Jakob Von Tschudi durante a sua expedição pelo Vale do Paraíba em meados de 1864, apresentam-se como uma dessas referências, onde podemos encontrar olhares e narrativas de algumas nações indígenas indicadas no mapa, bem como, os registros e relatos sobre a passagem do suíço por Cantagalo.

Observamos por ora que há uma forte narrativa histórica, de que a região passará de terras “primitivas” no século XVIII para uma satisfatória e bem sucedida ocupação da colônia de origem europeia no início do XIX, que veremos mais à frente. Estamos focados agora nos contextos do status de primitivo e os olhares sobre os indígenas nesta região.

⁵³MUAZE, Mariana. **O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense–fase III.** INEPAC/Instituto Cidade Viva. Rio de Janeiro, v. 3, p. 297, 2010.

⁵⁴CARNEIRO, André Rocha. **Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense–Barra Mansa no século XIX,** p. 45, 2013.

⁵⁵Ibidem, CARNEIRO, p. 45, 2013.

Em muitos momentos relatos durante a sua a viagem, Tschudi discorre que por falta de tradição entre os povos indígenas, é uma tarefa difícil esclarecer devidamente a sua história⁵⁶. Essa visão da falta de uma tradição entre esses povos originários prevaleceu por muito tempo nos discursos, pois em na visão euro referenciada, a tradição devia ser preenchida de saberes acumulados e herdados das sociedades ditas clássicas ou civilizadas. Tschudi apresenta também que a falta de dados ou organização das relações de parentesco para traçar a história dos indígenas não é nada positivo⁵⁷ e seria um traço inegável do caráter primitivo.

A viagem segue as margens do Rio Paraíba do Sul antes de chegar a Cantagalo, Tschudi passou pela Cidade de Campos dos Goitacazes⁵⁸ e se admirou segundo ele com uma sociedade com uma forte população “europeia, entre a qual se acham comerciantes, artífices, mestres-escolas, etc. A maioria, porém, é constituída de gente de *côr*, mestiços, de branco e índio, ou de uma destas raças e negro”⁵⁹. Segundo o autor a região de Campos merece felicitações por ter uma forte e pujante população europeia, pois só com a ajuda destes, traria a cultura do avanço para na região. O avanço que o autor defende pode ser lido por normas e costumes europeus, referência da maioria dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil.

Depois de um par de dias nesta região, seguiu viagem pelo rio, até chegar em São Fidélis⁶⁰. Segundo Tschudi havia nesta região nos finais do século XVIII algumas famílias de indígenas dos grupos dos Coropós e os Coroados e que foram catequizadas por missionários italianos⁶¹, esses últimos em 1779 já estariam por serem agrupados e aldeados diante desse processo. No mapa que apresentamos datado de 1777, os gentios Coroados foram assinalados na província de Minas Gerais, um sinal que um dos ramos do grupo havia se dispersado para outras regiões. Essa observação demonstra que populações indígenas de uma determinada etnia pode ser encontradas em diferentes territórios, isso se deve aos enormes conflitos entre os indígenas e as autoridades coloniais, os moradores e autoridades locais⁶².

⁵⁶Foi um naturalista nascido em Glarus, na Suíça em 1818. Esteve pela primeira vez na América do Sul entre 1838 a 1843, viajando pelo Peru de 1857 a 1859 esteve pela primeira vez no Brasil, onde retornaria em 1860 servindo como embaixador da Confederação Helvética. TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo. p. 21, 1953. Digitalização do Acervo da Biblioteca Brasileira da USP. Link:<https://www.brasiliana.usp.br/handle/bbm/7001>

⁵⁷Ibidem, TSCHUDI, p. 21, 1953.

⁵⁸28 de março de 1835, a vila foi elevada à categoria de cidade, sob o nome de São Salvador dos Campos dos Goitacás

⁵⁹Ibidem, TSCHUDI, p. 23, 1953.

⁶⁰São Fidélis foi fundada, por ordem do Governador e Vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Sousa, no ano de 1779 e dia 19 de abril de 1850, São Fidélis foi elevada à categoria de vila.

⁶¹Ibidem, TSCHUDI, p. 26, 1953.

⁶²O historiador Marcelo Sant’ana Lemos analisa e apresenta alguns desses conflitos entre 1768 a 1791, foram identificados vinte conflitos atribuídos aos povos Puri e Coroados. Alguns conflitos se iniciaram por furtos de roças, assaltos, roubos, ataques a fazendas e outros. Ver a dissertação: LEMOS,

Os cercos a essas comunidades, os deslocamentos e fugas, culminaram na dispersão destes por extensos territórios. Diferentes fatores ajudam nessa dispersão, entre eles, os conflitos por terras, assassinatos, agressões, doenças, estupros, a própria escravidão e demais violências fizeram com que a comunidade dos Coroados se dispersasse ao logo de todo século XVIII, nas áreas que compreendem as Capitânicas do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo⁶³.

Ao retomarmos a saga do suíço até chegar as terras de Cantagalo, pois este partiu de São Fidelis pelo Rio Paraíba em direção a Aldeia da Pedra⁶⁴, onde hoje se encontra o Município de Itaocara. Por essas terras também foram catequizados e aldeados os povos Coropós e Coroados, o viajante Tschudi encontrará segundo ele, algumas famílias destes há poucas léguas da aldeia, encontrou-se com:

“alguns miseráveis ranchos de índios. Em nenhum deles havia plantação e, passando por estas habitações, encontrei seus moradores numa inércia estúpida, mas sempre prontos a pedir esmola. Ninguém tinha para com esta gente a mínima consideração. Dizem que são indolentes, imundos e ladrões, e trocam por bebida cada vintém que conseguem de um ou outro modo”.⁶⁵

Esse olhar viciante e marginalizado das populações indígenas é comum nos relatos de viajantes, em cartas, relatórios coloniais ou em expedições distintas com fins ditos científicos. Nesta descrição e narrativa apresentada por Tschudi não foge à regra, pois para ele esses povos primitivos seriam “indolentes, imundos, beberrões e ladrões”. Essas mesmas descrições e atribuições pejorativas como veremos mais a frente em outro tópico, são direcionados também as populações negras escravizadas.

Os traços de civilidade e da cultura do trabalho só eram atribuídos a determinados aldeamentos indígenas que aceitassem a assimilação e a cultura do trabalho periódico e as vezes escravo. Alguns indígenas Puris eram empregados na derrubada de árvores e nos transportes das toras em São Fidelis⁶⁶. Durante muito tempo se consolidou no ideário

Marcelo Sant'ana et al. **O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)**. 2004.

⁶³Ibidem, LEMOS, p. 40, 2004.

⁶⁴São José de Leonissa da Aldeia da Pedra foi fundada por ordem do último vice-rei do Brasil, o Conde de Arcos, no ano de 1808.

⁶⁵[Grifo do autor Tschudi] “Segundo Norberto de Sousa, o número dos índios Coropós era, de acordo com dados oficiais, de 39 famílias, em 1842. Os Coroados contavam 226 indivíduos (106 homens e 120 mulheres). Suas aldeias estão situadas numa área de meia légua quadrada de terras junto do rio Paraíba, a partir do vale de Água Preta ou Jacob até a barra do ribeirão das Areias”. Ibidem, TSCHUDI, p. 31, 1953.

⁶⁶Ibidem, TSCHUDI, p. 32, 1953.

histórico já superado⁶⁷ de que o trabalho indígena sem a coerção foi tentando e por fim não deu muito certo, pois esses povos eram incapazes de serem “amansados”, ou seja, corroborando com a percepção de que se houve alguma contribuição e adesão de cultura do trabalho com indígenas no Brasil, teria sido secundário e conjuntural⁶⁸.

A historiografia que aborda temas como o trabalho escravo dos povos indígenas vem contribuindo para refutar essas linhas de análise de que não houve escravização sistemática de indígenas. É amplamente reconhecido que a escravização de povos indígenas, bem como, a utilização da sua mão de obra, foram empregados em diferentes contextos, espaços e tempo no Brasil. Como vimos, ainda em meados do século XIX alguns povos estão inseridos no cotidiano social do trabalho em muitas regiões nas cercanias de Cantagalo, sobre eles permanecem a estigmatização e hostilidades. E aqueles que não se sujeitam ao trabalho, recebem a mancha da desocupação, o que não é verdade. Pois muitos conflitos entre os aldeamentos indígenas e moradores, se iniciavam também, por abusos no uso contínuo do seu trabalho, com remunerações baixas e por condições precárias.

O historiador Hal Langfur em suas análises sobre os povos indígenas no Brasil, articula que a justiça oficial amparadas em suas leis paternalistas, trouxeram inúmeros prejuízos aos povos indígenas. Cada vez a tutela jurídica “retirou os índios das suas terras, legitimou a sua utilização como trabalhadores forçados e permitiu a apropriação de recursos essenciais para a sua sobrevivência”⁶⁹. Essa mesma perspectiva é apresentada pelo historiador Marcelo Sant’ana Lemos, em sua análise sobre os povos indígenas Coroados na região de Valença no século XIX. Marcelo explica que em decorrência do processo da expansão da fronteira agrícola para essa região, resultou em profundos impactos aos Coroados, “levando-os para a situação de aldeamento, posteriormente, a “destribalização”, desterritorialização e o desaparecimento étnico-político”⁷⁰.

Por fim podemos compreender que esse sertão da Capitania do Rio de Janeiro em meados do século XVIII e inícios do XIX, nunca foi desabitado ou intocável. Havia a necessidade colonial de requerer e implantar a ordem nessas regiões, justamente para consolidar seus planos sociais e políticos para a Coroa, entre eles, era preciso disciplinar tanto o solo (modificação e controle), como também instaurar a disciplina dos povos indígenas que

⁶⁷Ver: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Indígenas e africanos**. Dicionário da escravidão e liberdade, p. 260-267, v.50, 2018.

⁶⁸DIAS, Camila Loureiro. **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade**. Estudos Avançados, v. 33, p. 237, 2019.

⁶⁹Ibidem, LANGFUR, p. 157, 2019.

⁷⁰Ibidem, LEMOS, p. 8. 2004.

precisavam deixar de serem primitivos. Vimos também que era preciso coibir e findar o contrabando de ouro, pois a saúde econômica da Metrópole necessitava de uma estrutura administrativa e fiscal forte para coibir os sonegadores dos impostos, entre eles, o imposto do 1/5 (um quinto)⁷¹ ou popularmente conhecido como “quintos dos infernos”.

Além disso, a mudança da Capital da Colônia para o Rio de Janeiro contribuía para o avanço e desbravamento do “Sertão Bravo”, pois era, preciso promover novos espaços para a produção da cultura agrícola. O capitão Ferreira em 1809 já implantava os seus 100 trabalhadores negros no seu empreendimento açucareiro nessas bandas bravas.

A metamorfose do obstáculo “primitivo”, seja ele, dos espaços (o sertão) ou dos indivíduos (indígenas), foi imposta e concretizada nos sertões do Rio de Janeiro. Posteriormente, esses territórios são historicamente construídos e denominado como o Vale do Paraíba, lugar que recebeu inúmeros corpos de negros traficados e escravizados ilegalmente da África. A construção histórica dos Vales se constitui por contextos e políticas coloniais nos oitocentos de avanço e dominação destes territórios, resultou-se a estruturação e consolidação da cultura econômica da agricultura extensiva e escravista⁷², priorizando o café, mas não só, diversas culturas como a cana de açúcar e outros alimentos foram implementadas.

Vimos também um pouco sobre os olhares e relatos sobre os indígenas no dito sertão e como a sua presença é constantemente referenciada como algo primitivo. É preciso lembrar que o processo da construção histórica, as narrativas e ideias sobre os povos indígenas estão fortemente ligadas ao processo da construção de uma história nacional. Os considerados primitivos deveriam sofrer uma intervenção com a finalidade de adequá-los ao um determinado discurso, que se constituiu e foi forjado por olhares e convenções da “civilidade”. Os povos indígenas no Brasil foram apagados durante muito tempo pela historiografia e como resultado disso ainda são poucos os trabalhos e pesquisas sobre a presença e contribuições indígenas em Cantagalo⁷³. É possível mobilizar e empenhar-se em análises sobre essa temática para a região, buscando fontes de arquivos coloniais – incluindo petições, representações, testemunhos, demandas de terras, processos judiciais, etc⁷⁴. Encorajamos essa busca que trará contribuições para os debates e contextos históricos da presença indígena na região.

⁷¹O imposto cobrado pela Coroa Portuguesa sobre todo o ouro encontrado em suas colônias.

⁷²Ibidem, MUAZE, Mariana. 2013.

⁷³Ver a representação de aldeamento indígenas em Cantagalo no Anexo I.

⁷⁴Ibidem LANGFUR, p. 158, 2019.

1.2. Breve histórico do Arraial, Villa e Cidade de Cantagallo: A construção de um território em transformação e escravista.

Os territórios primitivos se tornaram uma vaga lembrança a ser esquecida, principalmente por aqueles que o conquistaram. As metamorfoses destes territórios ditos selvagens, em poucos anos modificaram os mapas da colônia e futuramente do Império, o resultado produziu, criação e implementação de espaços sociais (sociedades), com disposições políticas reconhecidas e validadas pela ótica colonial. Produziu-se a transformação destes espaços em: arraiais, villas e cidades, entre elas, a de Cantagalo um território que ao longo do XIX era repartidas por distintos desenhos e estruturação de propriedades. Se estabeleceu também distintos núcleos produtivos que iam dos grandes produtores do café aos pequenos lavradores, posseiros, sesmeiros etc. A região estabeleceu forte influência nos debates sociais e políticos sobre a manutenção da escravidão e favorecimento econômico do artigo cafeeiro, encontramos alguns desses debates na imprensa local⁷⁵. Portanto Cantagalo pode ser entendido e inserido numa estrutura do polo cafeeiro escravista e centro de acúmulo de riquezas advindos da comercialização deste produto no século XIX.

Nas dimensões sobre os estudos dos processos de ocupação e da escravidão para a chamada região do “Vale do Paraíba”, no qual, Cantagalo está inserido encontramos produções e análises distintas para cada tempo e espaço. A historiadora Emília Viotti⁷⁶ nos apresenta em seus estudos, que as ocupações no Vale do Paraíba se organizaram primeiro nas regiões de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende. O desbravamento nessas terras produtivas, gerou impactos e mudanças significativas nessas regiões, tornaram-se conhecidas “áreas centradas na agricultura de café, abastecidas intensamente pela grande oferta da mão de obra escrava, projetando-se como importante região política e economicamente consolidada”⁷⁷.

Diversas ações foram substanciadas por apropriações de territórios virgens, acarretando o surgimento de vilas, povoados, cidades, novos caminhos e ponto de pousos ou de comércio⁷⁸. O geógrafo Valter Luiz de Macedo pesquisando os contextos e processos de

⁷⁵Entre essas fontes jornalística, é o jornal local de Cantagalo chamado “O Conservador”.

⁷⁶COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

⁷⁷MUAZE, M. “**Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial.**” In: MUAZE, M. & SALLES, R. (orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 57, 2015.

⁷⁸MACEDO, Valter. **Província fluminense: um território a serviço da nação**. Editora Dialética, 2022.

construções dos territórios da Província do Rio de Janeiro, ressalta que as políticas coloniais portuguesas de controle dos territórios se deram pelas incursões e ocupações, o sucesso desta política era determinado por distintos fatores, entre eles, o empenho de tecnologias disponíveis para eficácia desse processo, bem como, a criação e implementação de conjunto de normativas para o controle: “sesmarias, fortificações, instituição de vilas e cidades. Divisão física em freguesias e comarcas, aldeamentos, abertura de caminhos, registros, portos e ancoradouros”⁷⁹.

O Vale do Paraíba é usado como referência de estudos sobre distintas problemáticas sobre a escravidão, economia, política e aspectos sociais no século XIX. Vale ressaltar essa concepção e ideia espacial de um determinado território, aqui chamado de Vale do Paraíba, é uma construção histórica. A imagem cristalizada do Vale é compreendida por terras cortadas pelo Rio Paraíba do sul, cobrindo parte do leste do estado de São Paulo, oeste do Rio de Janeiro e partes de Minas Gerais. Como vimos anteriormente os chamados sertões e o primitivo, passam por uma metamorfose e gradativamente distintos espaços geográficos se modificam. Segundo Mariana Muaze, esses territórios passam a reunir relações políticas, econômicas, sociais e culturais⁸⁰ que produziam e estruturavam uma elite imperial extremamente influente no século XIX.

Pode-se dizer que os inúmeros intentos do povoamento e controle colonial pelos Sertões foram bem-sucedidas. Neste período por meio de alvarás, importantes Vilas foram estabelecidas nos “certão”, entre elas, Cantagalo (1814), Nova Friburgo (1820) e Valença (1826). No ano de 1814, Cantagalo foi elevado à condição de Vila pelo príncipe regente D. João⁸¹, que lhe conferiu o nome de “São Pedro de Cantagallo”. De acordo com Lutterback⁸², o povoamento dessa região nos primeiros anos apontaria para uma composição de 58% de brancos; 23% de pardos ou pretos; e 16% de índios, não sendo possível determinar a origem em 3% dos indivíduos. A Vila sofreu diversas transformações territoriais⁸³ e foi sendo povoada por diversos esforços políticos e sociais no decorrer dos oitocentos.

Uma fatia de terra foi oferecida para um ensaio e fomento colonial, entre eles, a ocupação de imigrantes suíços, assim foi idealizada e posto em prática a acomodação de

⁷⁹Ibidem, MACEDO, 2022.

⁸⁰Ibidem. MUAZE, p. 295, 2010.

⁸¹Príncipe regente de Portugal, fugiu em 27 de novembro de 1807 rumo à colônia. Desembarcando junto com a sua comitiva na cidade de Salvador em 23 de janeiro. Recebeu em 1818 a aclamação e o título de D. João XVI Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

⁸²LUTTERBACK, Álvaro. **O Conservador x Voto Livre: a imprensa que fez história em Cantagalo**. 2011.

⁸³Elevado à condição de cidade com a denominação de Cantagalo, pela Lei/Decreto Provincial nº 965, 1857.

forma inédita e institucionalizada por incentivos das autoridades políticas do Império a partir de 1819, de imigrantes estrangeiros (**Mapa 1.2**).

Esses imigrantes eram oriundos de distintos cantões (Províncias) do seu país natal, a Suíça⁸⁴, muitos destes vieram de uma região chamada Friburg, cujo o nome da Cidade atual Nova Friburgo deriva.

O historiador Rodrigo Marins Marreto explica que a região destinada para os suíços denominada de Morro Queimado⁸⁵, recebeu boa parte do contingente imigratório de suíços, um número totalizante de 2.006 pessoas que partiram para o Brasil nos inícios do século XIX, mais precisamente em 1818. As viagens nesses tempos eram perigosas e exaustivas, após a travessia do Atlântico, era preciso uma segunda jornada, a viagem até a região destinada para a colônia. Esse percurso era demasiadamente longo e o número de suíços diminuiu para 1.617 durante esse tempo, 399 morreram durante a viagem. Esse declínio se resume aos reflexos de dificuldades das viagens nos navios, à exaustão ou mesmo a proliferação de algumas moléstias, agravados por carestia nutritiva, pois havia limitação da alimentação e precariedade do tratamento de doenças que acometiam os viajantes.

A sonhada empreitada e sucesso em terras estrangeiras não foi fácil, houve grandes dificuldades no uso dos terrenos da região para o cultivo do café. Marreto explica também que para alguns imigrantes as terras não eram de boa qualidade e prósperas, aliado a isso, também a falta infraestrutura e o desinteresse das autoridades proporcionou nos primeiros anos, uma insatisfação dos colonos, muitos achavam que a colônia era mal administrada e sua organização eram iniciais e provisórias.

Os planos da mineração para essa região primitiva no sertão foram esgotados e fracassados, destinou-se então a distribuição de terras para alguns sesmeiros instruindo a eles a implementação da produção agrícola. A historiadora Sheila Faria em suas análises sobre alguns escassos inventários dos primeiros posseiros da região do arraial de Cantagalo, apresenta as origens e alguns empreendimentos na região, a partir dos registros dessas fontes, a historiadora também identifica que em meados de 1810, já havia indícios da produção do café na região. A promoção da produção do café serviu como primeiro empreendimento daqueles que se aventuraram a ocupar os “sertões” do Rio de Janeiro, regiões essas que apresentavam adversidades distintas, diferente da corte Joanina, por meio de um alvará Cantagalo em 1814 agora passará a ser considerada como Vila de São Pedro de Cantagallo:

⁸⁴República Helvética.

⁸⁵Encontramos o Alvará de criação da colônia Suíça no Anexo III.

“descrita como sendo formada por terreno “montuoso” localizada a oeste da Serra dos Órgãos, a 30 léguas da capital do Império. Tinha cerca de 1.800 habitantes e 2.700 escravos, distribuídos em 450 fogos (domicílios), com exportação anual de 100 mil arrobas de café e algum toucinho... Tinha 27 engenhos de açúcar, 17 tabernas, três lojas de fazenda, uma estalagem, uma padaria e duas lavras de ouro”⁸⁶.

O território apresentava adversidades distintas para tal empreendimento, como por exemplo, a região vizinha de Nova Friburgo que não viu nos anos iniciais de sua criação o sucesso da agricultura. Durante o período oitocentista foi se ressignificando os espaços de produção e povoamento desta região, motivados também pela crescente demanda e promoção deste artigo para o mercado interno e o exterior. Para a Vila de Cantagalo é indicado que em 1833 o número de casas é apenas de sessenta domicílios, como apontando por Erthal é um número bem abaixo da região vizinha da Vila de Nova Friburgo que contava com mais de cem casas⁸⁷.

Situado na região do baixo Vale Paraíba, na chamada “banda oriental”, Cantagalo tem características territoriais com vastas terras entranhadas em colinas, vales e campos. Ao longo dos finais do século XVIII veio ser ocupada por iniciativas de controle e exploração de ouro e durante o XIX veio a se transformar em áreas de exploração e fomentos de empreendimentos da agricultura cafeeira. Na imagem abaixo podemos observar a disposição organizativa do centro da agora intitulada Cidade de Cantagalo⁸⁸ em meados de 1860, segundo a historiadora Sheila Faria esse esboço é atribuído erroneamente como sendo Nova Friburgo, mas na verdade é Cantagalo. A referência da imagem é intitulada de “Nova Friburgo” No livro do cônsul suíço Johann Jakob von Tschudi, uma pintura da década de 1860, utilizada como folha de rosto do bloco de notas da Farmácia Peckolt⁸⁹, localizada na Rua Direita.

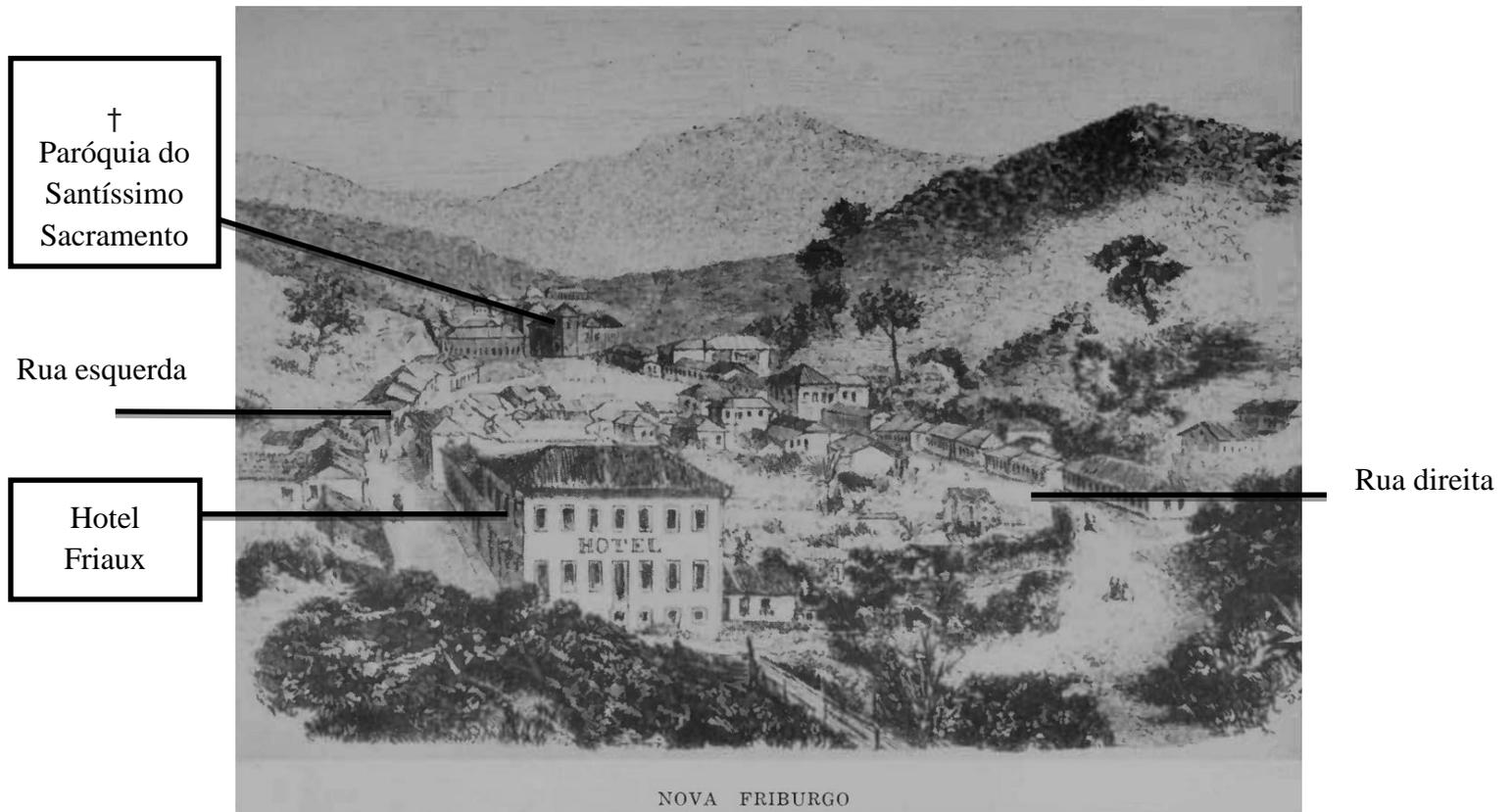
⁸⁶Ibidem, FARIA, p. 23, 2018.

⁸⁷Ibidem, ERTHAL, p. 162, 2008

⁸⁸ Elevado à condição de cidade com a denominação de Cantagalo, pela Lei/Decreto Provincial n° 965, 1857.

⁸⁹ Theodore Peckolt foi um naturalista germânico que residiu em Cantagalo por duas décadas, em meados do século XIX.

Figura 1.1. Região Central da Cidade de Cantagalo (Sede) – 1860.



Fonte: TSCHUDI, Johann Jakob von. p. 99, 1953. [adaptado]

Nesta interpretação da cidade podemos ver dois eixos de circulação: uma rua esquerda e uma rua direita que se cruzam no largo central, onde se encontra a sede da Igreja do Santíssimo Sacramento. A freguesia do Santíssimo Sacramento levava o nome desta mesma igreja e sendo a freguesia central, era o local onde se estabelecia os comércios, edifícios públicos, as estruturas jurídicas e políticas de Cantagalo. Segundo o Botânico e naturalista inglês George Gardner que passará por Cantagalo muitos anos antes da interpretação desta imagem, em 1841 ele descreve a disposição da Vila “em uma rua comprida e larga praça, dois lados da qual já cheios. Suas casas são em máxima parte bem construídas e o conjunto tem um aspecto de asseio e elegância”⁹⁰. Destacamos também o prédio que abriga o Hotel

⁹⁰GARDNER, George. **Viagens no Brasil**. Editora Nacional, p. 452, 1942.

Friaux, posteriormente, essa construção se tornaria um dos principais e importantes espaços de Cantagalo. Em 1902, este mesmo prédio foi transformado em sede da Câmara de Cantagalo, servindo também no decorrer dos anos como Prefeitura e Câmara de Vereadores. Voltamos aos relatos de George Gardner que se hospedou em Hotel, segundo ele a “estalagem dirigida por um francês, um homenzarrão já bem avançado em idade, que nos disse que em moço pertencera à guarda de Napoleão⁹¹”. Os indícios nos levam a crer que o inglês hospedara no então Hotel citado, pois o mesmo em relatos é a única referência de acomodação em Cantagalo.

Abaixo apresentamos algumas imagens dessas construções:

Imagem 1.1. Prédio da Câmara Municipal de Cantagalo instalada no antigo Hotel Priux.

(Detalhe)⁹²



Nesta fotografia encontrada no Livro escrito por Erthal, podemos observar que na totalidade do público presente há um expressivo número de pessoas negras. O título da foto encarna como “Um dia festivo junto a Câmara Municipal”. Não sabemos a data exata do dia destas festividades, alguns indícios nos apontam que é provável que seja em ou pós o ano de

⁹¹Ibidem, GARDNER, 1942.

⁹²Fonte: ERTHAL, Clélio. **Cantagalo, do surto da pecuária à industrialização do calcário**. p. 45, 2003.

1902 com a inauguração da câmara. A frente da sede do poder político da cidade está o povo estratificado, a distribuição de cidadãos segue pela rua esquerda e no segundo andar da Câmara encontramos observado as festividades alguns indivíduos que provavelmente alcança algum status de importância na sociedade de Cantagalo, pois estão, em destaque no prédio do poder político local. Na imagem abaixo podemos observar os traços atuais da antiga câmara municipal, alguns parâmetros originais da edificação permaneceram, a sacada do segundo andar que outrora estavam postos alguns indivíduos no dia festivo está ali, recebe o acolhimento frontal de duas majestosas árvores. O diferencial que encontramos é construção de um segundo pilar do lado direito.

Imagem 1.2. Prédio da Antiga Câmara Municipal de Cantagalo.

(Detalhe)⁹³



⁹³Foto de minha autoria, tirada em 21 de agosto de 2019.

Destacamos o prédio da antiga Câmara Municipal da Cidade como o espaço que mais impactou as experiências desta pesquisa, pois foi neste prédio que hoje está desativado que encontramos a principal fonte durante o processo de levantamento desta pesquisa. Em meio a caixas e estantes encontramos o livro de Registros de compra e vendas da Freguesia do Santíssimo Sacramento, bem como inúmeras outros registros da administração pública da Cidade. No capítulo dois iremos nos debruçar melhor na análise desta fonte, com a ajuda de perspectivas demográficas alguns dados sobre os escravizados comercializados na região entre 1880 a 1883.

Imagem 1.3. Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento



Imagem 1.4. Interior da Igreja do Santíssimo Sacramento



(Detalhe)⁹⁴

⁹⁴Fotos de minha autoria, tiradas em 21 de agosto de 2019. A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento importante espaço religioso de Cantagalo, por meio de um Alvará foi elevada condição de Paróquia em 1806.

Apresentados esse breve contextos da formação do Município de Cantagalo e de alguns conjuntos arquitetônicos de grande valor histórico da cidade, podemos compreender um pouco mais sobre a organização e transformação da Vila. Em meados da segunda metade do século XIX, a distribuição por freguesias em 1856 era organizada da seguinte forma:

Tabela 1.1. Distribuição do Território de Cantagalo por freguesias no ano de 1856.

Cantagalo	Freguesias
Vila de Nova Friburgo	Santíssimo Sacramento
	Santa Rita do Rio Negro
	São Francisco de Paula
	Nossa Senhora do Carmo
	São João Batista
	Nossa Senhora da Conceição do Papequer
	Curato de Bom Sucesso

Fonte: Biblioteca Nacional, Carta topográfica e administrativa da província de Rio de Janeiro e do município neutro [Cartográfico]. Villiers de L’Ile-Adam, J. de, Visconde⁹⁵. Notas: A Vila de Nova Friburgo pertencia e fazia parte da jurisdição de Cantagalo neste período.

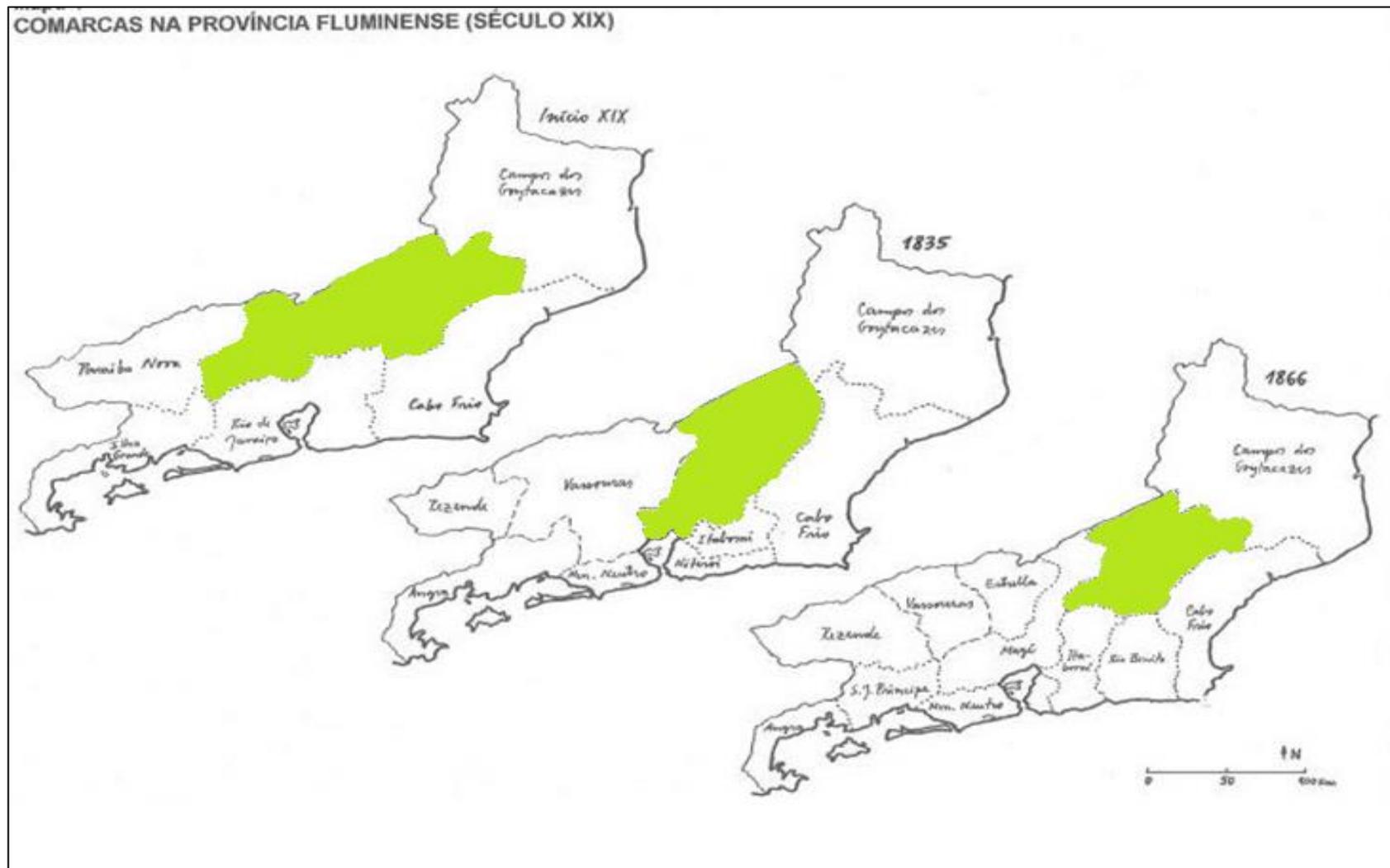
Os espaços geográficos e sua organização levavam em conta os interesses da Coroa, pois a criação de Vilas e freguesias teriam que proporcionar de forma conjunta uma organização social que garantisse direitos e poderes hierárquicos do Império, bem como, também o recolhimento do fiscal. Sobe essas premissas, cabia a organização local a administração e adequação dos territórios de sua jurisdição.

Na próxima página vemos o mapa da província do Rio de Janeiro no início do século XIX até meados de 1866. Assinalamos na cor verde o espaço geográfico de Cantagalo e suas modificações territoriais durante o século XIX. Cantagalo nos inícios do XIX fazia fronteiras

⁹⁵Link:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326424/cart326424.jpg

com as Vilas de Paraíba Nova, Ilha Grande, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes. Em 1835 é possível observar a ocupação e a divisão dos limites geográficos, novos territórios são estabelecidos, entre eles, Rezende, Vassouras, Niterói e Itaboraí, também há uma modificação nominal de Ilha Grande, passando a se chamar Angra dos Reis.

Mapa 1.3. Transformações geográficas de Cantagalo do início do século XIX



Fonte: Base Cartográfica CIDE, 1996. [adaptado]

Em 1856 Cantagalo apresenta os limites fronteiriços estabelecidos com Vassouras, Itaboraí, Cabo Frio, Macaé e Campos. Gradativamente é possível observar que o território de Cantagalo diminuí e novas Vilas são criadas, em 1866 os limites fronteiriços eram com Magé, Niterói, Rio Bonito, Cabo Frio e Campos do Goytacazes. Neste período novos territórios na Província do Rio de Janeiro foram criados, entre eles o distrito de Estrella, São João do Príncipe e Magé. As transformações e os desmembramentos dos territórios de Cantagalo durante os séculos XIX e XX gerou diversos outros municípios, entres eles estão “Nova Friburgo, Carmo, Sumidouro, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Bom Jardim, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto”⁹⁶.

Abaixo apresentamos alguns números analisados no relatório de recenseamento do Brasil em 1872, a partir desses dados iniciamos a busca para compreender algumas informações demográficas deste território nos finais do século XIX. Começamos com os indicativos totais das populações organizados por freguesias em Cantagalo:

Tabela 1.2. Distribuição populacional do Território de Cantagalo por freguesias no ano de 1872.

Freguesias	População
Santíssimo Sacramento	11.855
Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras	3.085
Nossa Senhora do Carmo	6.979
Santa Rita do Rio Negro	6.892
TOTAL	28.751

Fonte: Relatório de recenseamento do Brasil de 1872, p. 354.

Os números acima analisados no censo de 1872, revelam a distribuição total de pessoas por freguesias em Cantagalo, totalizando os números de pessoas livres e escravizadas é de 28.751 “almas”. Com essas informações podemos compreender melhor a distribuição demográfica e social de Cantagalo nos finais do XIX. Desta população total de Cantagalo em 1872, aproximadamente mais de 11 mil pessoas estão localizadas na freguesia principal e

⁹⁶FARIA, Sheila de Castro. **Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX).** ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-35.

sede do Santíssimo Sacramento. As freguesias do Carmo e Santa Rita do Rio Negro contabilizavam aproximadamente mais de 6 mil habitantes cada uma, por fim, a Freguesia de Duas Barras é a menos habitada e os números são de 3.805 habitantes.

Qual o número da gente escravizada?

Tabela 1.3. Distribuição populacional de escravizados e livres por freguesias no ano de 1872.

Freguesias	Escravizados			Livres		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Santíssimo Sacramento	2.788	3.947	6.735	2.111	3.061	5.172
Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras	464	741	1.205	616	1.270	3.353
Nossa Senhora do Carmo	1.524	2.149	3.673	1.392	1.961	2.237
Santa Rita do Rio Negro	1.943	2.749	4.692	931	1.306	1.886
TOTAL	6.719	9.586	16.305	5.050	7.598	12.648

Fonte: Relatório de recenseamento do Brasil de 1872, p. 352.

A organização populacional dos escravizados em Cantagalo apresenta alguns detalhes para este período. Na Freguesia do Santíssimo Sacramento o número de escravizados corresponde a 41,30% do total, em ordem decrescente, segue a Freguesia de Santa Rita do Rio Negro com 28,77%, a Freguesia do Carmo com 19,46% e por último a Freguesia da Conceição das Duas Barras com aproximadamente 7% dos escravizados da cidade. Em outra amostragem podemos também apresentar os números da distribuição de escravizados por gêneros de cada freguesia. Na Freguesia do Santíssimo Sacramento as Mulheres somam 41,39% e os homens 58,60%, em Conceição das Duas Barras as mulheres são 38,50% e os homens 61,49%. Na Freguesia do Carmo as mulheres são 41,49% e os homens são 58,50%,

por fim, em Santa Rita do Rio Negro as mulheres somam aproximadamente 41% e o homens 58%. Esses números apresentam um cenário onde dos 16.305 escravos a maioria é de homens equivalente a 58,79%, enquanto as mulheres representam 41,20% deste total.

Tabela 1.4. Distribuição e classificação por cor de escravizados nas Freguesias de Cantagalo no ano de 1872.⁹⁷

Freguesias	Escravizados	
	Preto	Pardo
Santíssimo Sacramento	4.749	1.986
Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras	830	372
Nossa Senhora do Carmo	2.241	1.432
Santa Rita do Rio Negro	4.022	670
TOTAL	11.842	4.460

Fonte: Relatório de recenseamento do Brasil de 1872, p. 354.

Ao analisarmos a distribuição e classificação por “raça” em Cantagalo os dados nos mostram que em sua maioria os classificados como pretos somam 72% (11.842) dos 16.305, e os classificados como pardos somam 27% (4.460). A freguesia do Santíssimo Sacramento concentra o maior número dos pretos (4.749), seguido pela freguesa de Santa Rita do Rio Negro com 4.022 pretos, ambas representam e absorvem aproximadamente 74% (8.771) dos 11.842 escravizados classificados de “raça preta”. No cenário de escravizados classificados como pardos há uma modificação. A Freguesia do Santíssimo Sacramento permanece como o lugar onde absorve o maior número de escravizados, agora classificados como pardos, somando 44% (1.986) dos 4.460 do município. A mudança é que a Freguesia do Carmo

⁹⁷Os números da classificação por raça encontrados no recenseamento totalizam 16.302, três pessoas dos 16.305 não referenciadas nos dados analisados nesta tabela. Tal ocorrência carece de explicações, podendo ser algum erro de impressão ou falta de coleta de informações.

ocupa o segundo lugar com o maior número de pardos escravizados, são 32% (1.432) do total.

Após a apresentação desses dados demográficos da população escravizada de Cantagalo em 1872. Nos atentamos um pouco agora para a distribuição da população livre do município, que é inferior aos de escravizados, totalizando 12.648 pessoas. Destes a maioria são da freguesia do Santíssimo Sacramento com 5.172 habitantes, seguidos pela freguesia da Conceição de Duas Barras com mais de 3 mil habitantes, a Freguesia do Carmo com 2.237 e a Freguesia Santa Rita do Rio Negro com 1.886 pessoas. Segundo esse mesmo relatório na Cidade encontram-se os números de 3.534 livres classificados como pretos, pardos e caboclos:

Tabela 1.5. Distribuição e classificação por cor da população livre de Cantagalo no ano de 1872.

Freguesias	Livres (Total)		Cor (Total)			
	Mulheres	Homens	Pretos (as)	Caboclos (as)	Pardos (as)	Branco (as)
Santíssimo Sacramento	2.111	3.061	505	63	600	4.248
Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras	616	1.270	254	5	522	1.105
Nossa Senhora do Carmo	1.392	1.961	405	10	543	2.001
Santa Rita do Rio Negro	931	1.306	181	15	546	1.495
TOTAL	5.050	7.598	1.345	93	2.211	8.849

Fonte: Números retirados no Relatório de recenseamento do Brasil de 1872, p. 352.

Ao considerarmos a distribuição por cor de homens e mulheres livres, encontramos na Freguesia do Santíssimo Sacramento a relação do total de 5.172 pessoas, destes números totais na tabela, a distribuição por gêneros nesta Freguesia, são o número de homens 418 pardos, 174 pretos, 51 caboclos e 2.418 brancos. As mulheres desta Freguesia somam 182 pardas, 87 pretas, 12 caboclas e 1.830 brancas. Na freguesia da Conceição das Duas Barras o total de livres é de 1.886 pessoas, sendo os números de homens 372 pardos, 168 pretos, 3 caboclos e 727 brancos. Ainda nesta Freguesia as mulheres somam 150 pardas, 86 pretas, 2 caboclas e 378 brancas.

Na Freguesia do Carmo os números totais é de 3.353 livres, a relação nos mostram que a distribuição entre os homens é de 293 pardos, 230 pretos, 6 caboclos e 1.432 brancos. As mulheres são 250 pardas, 175 pretas, 4 caboclas e por último a Freguesia de Santa Rita do Rio Negro o total é de 2.239 livres, os homens são de 288 pardos, 84 pretos, 8 caboclos e 926 brancos. As mulheres são 258 pardas, 97 pretas, 7 caboclas e 569 brancas. Dos 12.648 livres relacionados neste recenseamento de Cantagalo apenas 8% são classificados como pretos, 17% como pardos, aproximadamente 2% são caboclos e 73% brancos.

A historiadora Ana Flávia Magalhães diz que no fim dos anos 1870, “os “cidadãos de cor” eram a maioria da população negra e parte expressiva entre os livres”⁹⁸. Vimos essa tendência para Cantagalo onde a população de cor em geral somando escravizados e livres neste período é a maioria, mas os números dos cidadãos de cor entre os livres é de apenas 3.649, inferior aos brancos que são 8.849. Esses números nos ajudam a compor o cenário social da população livre e escravizadas do Município em meados dos finais do XIX, podemos ligar e comparar esses números com as análises demográficas que iremos analisar no capítulo dois.

1.3. o NEGRO e o CORPO do Trabalhador NEGRO em CANTAGALO.

Este tópico apresenta um esforço da compreensão e contextualização dos olhares dos corpos de homens e mulheres escravizados e libertos. Corpos constituídos de olhares e discursos que foram mobilizados em distintos períodos e espaços, por múltiplas instituições, entre elas, com grau de relevância da Medicina e as normativas escravistas do Direito. Alinho

⁹⁸PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1624586>

a análise com a perspectiva dos trabalhadores e sujeitos de cor no município de Cantagalo, na busca de diálogos e conexões dessas problemáticas dos corpos negros traficados e escravizados.

No Brasil o comércio e tráfico de escravizados vindos da África sofreu impactos após um tratado assinado em 23 de novembro de 1826, estipulando que o Brasil teria um período de três anos para pôr fim ao infame tráfico. A iniciativa era de que no final deste período de transição todos aqueles trazidos de fora na condição de escravos -africanos- eram considerados livres. O historiador Manolo Florentino em seus estudos sobre o tráfico africano apresenta que o Brasil importava já na década de 1720, o número aproximado de mais de 3.000 escravizados/ano e o Rio de Janeiro talvez retivesse 20% dos 15 mil africanos então anualmente recebidos pela colônia⁹⁹.

Tardiamente e fora do período estipulado, apenas em 1831 a lei juridicamente estabelecia que de facto, todos os africanos chegados nos portos brasileiros, não poderiam mais sofrer com o cativo. Mas a aplicação dessa normativa se demonstrou ineficaz, pois esses mesmos portos apresentava uma fiscalização falha e quase inexistente. E mesmo os traficantes e comerciantes que se aventuram em negociações para adquirir e comercializar escravizados de forma ilegal, não sofreram penalizações severas. Pelo contrário, as vendas, compras e o tráfico no Brasil continuaram a todo vapor. Uma verdadeira festa ilegal de corpos negros escravizados persistiu por décadas, traficando alguns milhões de negros da Guiné Portuguesa, da Costa da Mina, de Angola, do Congo e de Moçambique até o desmonte escravista nos finais do século XIX.

O artigo jurídico promulgado, lei de 7 de novembro de 1831 faz saber que:

“A todos os *Subditos* do Império, que a *Assembléa* Geral Decretou, e Ella *Sanccionou* a Lei seguinte:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no *territorio* ou portos do *Brazil*, vindos de *fóra*, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é *permitteda*, *emquanto* empregados no serviço das mesmas embarcações.

⁹⁹FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel Domingues. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)**. Afro-Ásia, n. 31, p. 87, 2004.

2° Os que fugirem do *territorio*, ou embarcação estrangeira, os *quaes* serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para *fóra do Brazil*¹⁰⁰.

Mesmo o tráfico de escravizados tornando “ilegal” no Brasil em 1831, a pratica da escravidão era validada e para a continuidade do sistema escravista, o corpo escravizado passou a ser mais valorizado, na verdade, a lei trouxe poucos efeitos negativos. O que podemos informar como algo importante neste artigo jurídico, é que pela primeira vez há uma normativa e jurisdição de que o corpo negro africano chegados no território do Império são considerados “livres”. As exceções também apresentam algumas informações, pois esse, direito não contempla aqueles que estão de serviços em navios negreiros, os navios com propósitos diversos de países em quem a escravidão é permitida. Também não tem o direito aqueles que fugirem destas embarcações estrangeiras ou de um território escravista.

Neste período da promulgação da lei, o cenário de territórios escravistas nas Américas era amplo, dentre eles, os Estados Unidos e na América do Sul¹⁰¹: Argentina, Paraguai, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa. No Caribe: Belize, Cuba, Jamaica, Martinica, Barbados, Guadalupe, Santa Lucia, Trinidad e Tobago, Aruba, Curaçao. E sobre essa jurisdição os principais mercados exportadores escravistas das Américas estavam respaldados. qualquer corpo preto fugidos de embarcações ou destes territórios era considerados escravos e ilegais a serem restituídos inteiramente para seus possuidores.

Apenas em 1850, uma nova normativa, a lei “Eusébio de Queiroz”, foi promulgada e diferente de sua antecessora, essa normativa de forma lenta e gradativa teve fiscalizações ditas mais rígidas. Durante todo o século XIX no Brasil houve distintas mudanças jurídicas da estrutura escravista, entre elas, os atos e formulações das compras e vendas de escravizados. Em exemplo a proposta discutida e aprovada pelo decreto n.1695, de 15 de setembro de 1869, proibindo a venda de escravizados em leilões públicos¹⁰². Diversos outros dispositivos foram promulgados, entre eles o que impedia a separação de casais, a separação de menores de quinze anos de seus pais, a lei do “Ventre Livre”¹⁰³ e a lei do

¹⁰⁰ Link:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm

¹⁰¹ No Chile a escravidão foi revogada em 1823 e no Uruguai em 1831.

¹⁰²MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Legislação emancipacionista - 1871, 1885** (Verbete- SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018.). P.279

¹⁰³No dia 28 de setembro de 1871, foi assinada a Lei nº 2.040, conhecida como “Lei do Ventre Livre. A Lei do Ventre Livre declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos no Brasil, a partir da data da aprovação da lei.

“Sexagenário”¹⁰⁴. Um conjunto de dispositivos, que junto com a burocracia da matrícula dos escravos¹⁰⁵ mudaram as experiências do balcão do empreendimento escravista.

Observa-se a atenção de que essas leis foram aderidas, em cada espaço e tempo, com experiências distintas numa dimensão de constantes disputas e negociações políticas e sociais. A aplicação dessas leis não se instituiu de forma universal em todo o território brasileiro. As complexidades jurídicas no Brasil podem ser expostas em uma normativa da escravidão, como a citada lei de proibição a importação de escravizados em 1831, utilizado e ressignificado nos finais do século XIX, servindo para balizar as ações de liberdades na década de 1870”¹⁰⁶. Criando estratégia e jurisprudência que ajudou e fundamentou inúmeros processos e ações de liberdades.

A historiadora Wlamyra Albuquerque em suas análises sobre os usos dessa normativa em distintas instituições da administração pública da Cidade de Salvador, onde o fluxo de africanos era constantemente vigiado e reprimido pelas autoridades locais. Sinaliza que a lei é usada nos finais do século XIX para promover a expulsão de africanos livres da Província da Bahia, essa causa é justificada pela memória e repulsa da experiência da revolta Malê e seus distúrbios na cidade de Salvador. A memória desse evento perpetuo o olhar de que o corpo africano era visto com potencial rebelde e causador de rebelião¹⁰⁷. Para a Historiadora o uso dessa normativa era uma tática “dissimulada” e formulada por ações e noções racistas, que formalizou e promoveu perseguições e violências contra os homens de cor no território Brasileiro. Homens e mulheres de cor não podiam imigrar para o Brasil, fossem livres ou libertos todos deveriam ser deportados. Esse entendimento foi reproduzido em distintos espaços, limitando o trânsito de africanos pelo Brasil ou mesmo de negros e negras vindos de outros países.

Parece então que é formulado socialmente e politicamente a diferenciação dos corpos negros ditos “nacionais” ou vulgarmente denominados de “crioulos”, com outros corpos negros, especialmente os africanos. Esses mesmos corpos eram compreendidos, como um atraso que delegava a sua constante e necessária vigilância¹⁰⁸, ambos eram postos sobre suspeitas e dúvidas, ainda mais quando estes afirmavam a sua condição de livres ou recém libertos.

¹⁰⁴A lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos.

¹⁰⁵Ibidem, MEDONÇA, 2018.

¹⁰⁶ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo. Pág, 48, 2017.

¹⁰⁷Ibidem, ALBURQUERQUE, pág, 49, 2017.

¹⁰⁸SCHWARCZ, LM. **O espetáculo da miscigenação**. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., and GLICK, T., orgs. *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp.165-180.

Igualmente esse entendimento é formulado para as e dinâmicas na cultura do trabalho escravo no Brasil, onde os trabalhadores escravizados eram constantemente vigiados nas esferas sociais públicas e privadas. Buscava-se o fortalecimento da utilização desses corpos nos espaços de trabalhos, produzindo bens e artigos de consumos que abasteciam as demandas internas e mundiais, segundo o historiador João Fragoso essa é uma dinâmica estruturada por um sistema “agrário escravista-exportador”¹⁰⁹. Os “senhores e possuidores” se apresentam como ‘sentinelas’ e guardiões dessa gente de cor, e só a partir deles, é concedido o direito e prerrogativas sobre esse corpo escravizado, pois seja pelo direito de compra ou pelo espólio herdado, juridicamente o requerente pode buscar satisfazer as suas demandas pela coerção e sujeição continua desses indivíduos escravizados, de facto, até a sua morte ou a morte de sua posse (corpo escravizado).

A lei ainda traz um segundo artigo que expõe as consequências para o contrabandista e as procedências que deveriam ser tomadas após apreensão de corpos negros ilegais, faz-se saber:

“Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará effectiva com a maior possível brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos”.

Todos aqueles e qualquer indivíduo que participa da importação de escravizados para o Brasil, sofreria a penalidade no pagamento de uma multa de 200:000\$00 (duzentos contos de reis) por cada corpo traficado. Segundo a resolução, os importadores ainda deveriam arcar todos as despesas referente a viagem de volta para a África, que aliás, deveria ter o caráter de urgência e ser providenciada o mais rápido possível.

Segundo o relato do já citado viajante inglês George Gardner em 1841, ao passar por uma fazenda chamada “Monte Café”¹¹⁰ na região do então Arraial de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, pertencente a Magé e hoje Município de Sapucaia. Podemos analisar um trecho de seus relatos com indícios do tráfico de escravos africanos:

¹⁰⁹Fragoso, João. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

¹¹⁰Mapa da disposição cartográfica da Fazenda Monte Café em Sapucaia no Anexo IV.

“Havia na fazenda duzentos escravos, setenta apenas ocupados em lavrar a terra, os demais em diversos misteres, como entalhadores, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e outros mais. Poucos dias antes de nossa chegada haviam sido trazidos do Rio, em recente importação, cerca de vinte moleques, que aparentavam dez a quinze anos de idade e que ainda não falavam português”¹¹¹.

O número de 200 cativos pode parecer pequeno, mas para esse período da ilegalidade do comércio e o tráfico escravista atlântico, tal empreendimento com essa disposição de mão de obra é expressivo, ainda mais para uma fazenda recém instalada, segundo o relato de Gardner. Podemos nos atentar também aos recém chegados da praça de comércio do Rio, com o número de vinte corpos escravizados entre dez a quinze anos, seguramente africanos pois ainda não falavam o Português. Não sabemos ao certo a data do tráfico desses escravizados trazidos de África, mas atentos as suas idades e as normativas pós 1831, é certo que vieram por via do tráfico ilegal. O saldo disso é expressivos números de corpos escravizados adquiridos por meio do tráfico ilegal atlântico, que permitiu continuamente o preenchimento nos postos de trabalhos nas lavouras e nos empreendimentos do Vale do Paraíba.

O historiador Rafael Marquese articula que o Vale do Paraíba tem um papel importante na montagem da cafeicultura Brasileira, esse processo e período de estruturação durou até 1850. O território que compreende o Vale era relativamente desocupado até 1800, cremos que o entendimento como “relativamente” desocupado, colabora com a ideia posta no tópico anterior de que os territórios não eram totalmente desocupados. Em 1828 o Brasil já exercia o domínio na produção mundial do café e o Vale ao longo da década contribuiu para produção desse artigo. Marquese ainda expõe que a transformação do Vale articulado com o tráfico de escravos, a produção e exportação do café, fez com que, esses territórios em meados de 1850 já:

“havia adquirido o caráter de típica região escravista de plantation. Algo semelhante havia ocorrido em outros momentos e espaços na história do Brasil, como na Zona da Mata pernambucana e no Recôncavo Baiano na passagem do século XVI para o XVII, ou no Maranhão e em Campos dos Goitacases nas décadas finais do século XVIII”¹¹²

¹¹¹Ibidem, GARDNER, George, 1942.

¹¹²MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. O Brasil Imperial 1831-1889**, 2009.

Em uma outra análise sobre a escravidão e a diáspora africana no Vale, o historiador Marquese articula que o processo de ocupação dos antigos sertões, e posteriormente, Vale do Paraíba, estava fortemente ligada a dinâmica do tráfico negreiro transatlântico¹¹³. Os números de corpos traficados e escravizados que foram absorvidos como mão de obra no Brasil, é de mais de 450.000 africanos¹¹⁴ entre os anos 1811 e 1830. Um enorme volume de escravizados foram traficados massivamente em outro momento, estimasse os números de mais de 315.000 africanos entre 1835 e 1850 chegados nos portos do Império do Brasil¹¹⁵.

Sidney Chaloub complementa que a estrutura que absorve esses corpos escravizados capturados pelo tráfico atlântico, é viabilizada com aparatos burocráticos e de negociação. Para além disso, o tráfico interno pulverizava esses escravizados nas diferentes redes de comércio até chegar ao seu destino final¹¹⁶:

“A experiência desses escravos, arrancados de suas distantes províncias de origem e negociados no Sudeste, geralmente para fazendas de café, pode ser melhor contextualizada no quadro mais amplo do tráfico interprovincial na segunda metade do século XIX. Segundo as estimativas de Robert Slenes, esse movimento de população despejou no Sudeste, a partir de 1850, cerca de 200 mil escravos. O auge desse movimento de transferência interna de cativos ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram na região, principalmente através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Só a polícia do porto do Rio registrou a entrada de quase 60 mil escravos nos nove anos de apogeu do tráfico interprovincial”¹¹⁷.

A burocracia estipula normas, impostos e os registros de escrituras de compra e venda, enquanto a, negociação é o espaço em que o vendedor, o negociante, comprador e o transportador buscam constantemente se beneficiar das benesses do comércio escravo. Onde o comprador sai com a sua aquisição final o (corpo) e todos os outros que fazem parte desta negociação recebem suas quantias pelos serviços prestados.

¹¹³MARQUESE, Rafael de Bivar. **Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista**. Almanack braziliense, n. 7, p. 140, 2008.

¹¹⁴VER: FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em Costas Negras. Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹¹⁵Ibidem, Marquese, p. 140, 2008.

¹¹⁶Ibidem, CHALHOUB, Sidney, p. 44, 1990.

¹¹⁷Ibidem, CHALHOUB, Sidney, p. 44, 1990.

Após esta breve exposição sobre as jurisprudências e normativas da ilegalidade do tráfico de escravizados e seu comércio entraremos um pouco no mundo do campo médico e da construção das narrativas de raça para entendermos um pouco sobre o corpo do negro.

A historiadora Lilia Schwarcz observou de forma minuciosa cada indivíduo presente nesses espaços e os cenários que contribuíram para a construção de um imaginário teatral racial. A autora observa que as teorias e formalização de raça no Brasil, foram cristalizadas e absorvidas tardiamente entre 1870 a 1930.

Contribuíram para essas teorias diversos contextos econômicos, sociais e as políticas de Estado tanto no Brasil, como em outras regiões e continentes. Muitos cenários serviram de exemplos para balizar e estruturar as teorias raciais: surgem então, ajustamentos discriminatórios, bem como, a busca de diferenciações: estéticas, corporais, intelectuais, comportamentais, culturais e etc. Os resultados desses pensamentos geraram leis que visavam distanciar politicamente e socialmente negros e brancos. Políticas de segregação raciais foram criadas em distintos espaços. Entre elas as regiões no sul do Estados Unidos e posteriormente na África do Sul.

No Brasil nos finais do XIX e inícios do XX os discursos raciais foram negociados nos campos das ciências, entre eles, o chamado campo das Escolas Naturalistas: os museus etnográficos de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro que se utilizavam de argumentos evolucionistas. Que quase sempre eram referenciadas por pares que produziam artigos e estudos de caráter “científico” na busca de explicação da classificação e diferenças das espécies. Buscava-se sinais dos atrasos, entre elas o da espécie humana. Caracterizados nas deformidades físicas e traços corporais, principalmente de pessoas negras, catalogadas, inferiorizadas e introduzidas em “um olhar naturalista que classificava conjuntamente a flora, a fauna e o homem”¹¹⁸.

Iniciou-se um processo de estudos das raças no país e ao mesmo tempo houve absorção, os discursos de cunho liberais, conservadores e racistas pelas as instituições formativas do Direito e Medicina do país. Pode parecer algo novo, mas o estranhamento e a categorização dos corpos de homens e mulheres de cor, já vinha sendo hierarquizados e inferiorizados desde o século XVIII. Momento esse, que se teceu tipos de narrativas e convenções típicas das sociedades escravistas na Europa e nas Américas¹¹⁹. Encontramos no relato do já citado viajante suíço Johann Jakob Von Tschudi alguns aspectos que formalizam a

¹¹⁸Ibidem. SCHWARCZ, p. 165, 2003.

¹¹⁹DA SILVA VIANA, Iamara; GOMES, Flávio. **Do “mercado imperfeito”: sobre corpos, africanos e médicos no Rio de Janeiro oitocentista**. Maracanan, n. 21, p. 74, 2019.

ideia da exotificação de um corpo, este relato Johann Tschudi durante a sua estadia em Campos antes de chegar em Cantagalo, conheceu um anexo do hospital da Cidade chamado de “*anexo de meninas expostas*”. Segundo o autor o momento raro da sua viagem foi marcado ao se deparar especificamente com uma das meninas desta casa:

“encontrei uma, de uns doze a quatorze anos, albina, que despertou em mim a mais viva curiosidade, pois jamais eu vira caso tão perfeito de albinismo na raça negra. O cabelo, de um branco amarelado, a pele, de palidez doentia, combinados com os traços acentuados da raça, não ofereciam de modo nenhum aspecto agradável. O globo ocular não era avermelhado, como sói acontecer com o dos animais albinos, mas apresentava a cor amarelada característica dos negros. A pupila mantinha-se bastante dilatada, mas a menina nos garantiu que não sofria nada com os efeitos da luz diurna, e como prova satisfatória desta afirmação, admiramos o trabalho de agulha a que ela se dedicava. Contaram-me nesta ocasião que o Barão de Itabapuana, um dos mais ricos fazendeiros da região, possuía entre suas escravas três negras albinas, e que uma delas era pianista exímia¹²⁰.

Podemos encontrar essas convenções em outras fontes, como vimos nos anúncios de jornais descrevendo os corpos negros e africanos, também podemos encontrar nos relatos de viajantes e nos olhares médicos, botânicos, naturalistas entre outros. Essas narrativas sobre os corpos negros “tratavam-se de descrições que reuniam impressões senhoriais, mesmo que improvisadas, instantâneas e provisórias”¹²¹.

Alguns estudos de gêneros no Brasil procuram também tecer particularidades que exemplificam as leituras e as diferenças entre os corpos, entre eles, os das negras e negros escravizados e libertos¹²².

“Para negar um possível campo de intersecção entre mulheres/homens livres e mulheres/homens escravizados/as, foi necessário construir diferenças performáticas entre os corpos. A interdição do uso de sapatos, a nudez, os açoites em espaços

¹²⁰ Ibidem, TSCHUDI, p. 24, 1953.

¹²¹ Ibidem. DA SILVA VIANA, p. 77, 2019.

¹²² Ver: GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. Selo Negro Edições, 2012. COWLING, Camila. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Editora da Unicamp, 2018.

públicos com corpos *semidesnudos*, a exposição dos seios das mulheres negras escravizadas, tinham como finalidade a separação radical entre os mundos. A nudez dos corpos negros era um mecanismo para torná-los identificados como natureza, com a selvageria”¹²³.

No campo da medicina podemos observar que “o discurso médico sobre o escravo também se formou na mediação dos interesses dos médicos, políticos e da classe senhorial sobre os negros libertos e escravizados, africanos e crioulos”¹²⁴. Os doutores constituídos de suas atribuições das práticas médicas, articulava seus olhares e interesses dos corpos negros, juntos com suas demandas políticas e sociais. Principalmente aqueles doutores com graus de prestígios e que transitavam em múltiplos espaços de poder. Por fim, se caracteriza aqui um fenômeno social muito comum, como exemplo, onde o indivíduo podia ser um certo Barão com aspirações políticas, formado na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro e que mobilizava ao mesmo tempo, os interesses de suas demandas com a utilização de corpos em cativeiro e o exercício da criação de convenções deste mesmo corpo.

Os discursos e as práticas médicas nos espaços cafeeiros no Vale do Paraíba, nos informam as complexidades do labor, como também, as assistências médicas dos corpos escravizados nesses núcleos de trabalho. As fazendas deixavam de ser apenas locais de produção agrícola e se transformavam em espaços de representação social¹²⁵ com distintas experiências de negociações e conflitos.

Na região de Cantagalo durante o crescimento da produção agrícola a partir de 1840, houve um enorme fluxo e interiorização de médicos para as fazendas da região. A paz nessa região cafeeira se articulava com um conjunto de estratégias entre os senhores e os escravizados. A assistência médica se configura com uma dessas estratégias.

Para a região a historiadora Keith Barbosa analisa na sua tese de doutorado, as experiências escravas relativa à saúde e à doença nas fazendas de Cantagalo¹²⁶. Nessa contribuição são lançados os cenários e contextos da construção e utilização de enfermarias

¹²³BENTO, Berenice. **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE?**. p. 23. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022.

¹²⁴LIMA, Silvio Cezar de Souza. **Cruz Jobim e as doenças da classe pobre o corpo escravo e a produção do conhecimento médico na primeira metade do século XIX**. Almanack, n. 22, p. 254, 2019.

¹²⁵DE ALMEIDA PROENÇA, Anne Thereza. **Mande chamar o doutor: a atuação dos médicos no vale do paraíba fluminense do século XIX**. Pág, 2.

¹²⁶BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

nas fazendas, bem como conflitos e desavenças pelos serviços médicos prestados. Analisando alguns processos de inventários *post-mortem* da região, surge a figura do médico Manoel Monte Godinho, a autora mobiliza um processo de cobrança que o médico moveu pelos serviços prestados. Nessa trama a autora observa o discurso do médico faminto pelos seus reis após tratar moléstias de alguns escravizados, à também o da outra parte desse conflito, a do senhor, apresentando como contraponto e justificativas e as ineficácias dos ditos tratamentos.

Keith Barbosa observa que por meio de anotações nas décadas de 50 e 60 do século XIX, encontrou registros de cativos exercendo atividades relacionadas à cura¹²⁷ em Cantagalo, nesse caso em especial, dois barbeiros de nomes Jacinhoto e Daniel, ambos com 60 anos. Nos anos de 1852 e 1868 se identificou outros dois cativos exercendo a atividade de enfermeiros. Maria Valentina de nação Rebola, casada, pertencente a Carlos Teixeira da Silva¹²⁸ e Isaias, pardo, 49 anos e pertencente a Ana Clara Lopes Martins¹²⁹.

Uma outra contribuição das análises sobre escravidão e saúde é apresentada pela historiadora Anne Thereza Proença¹³⁰, o seu estudo acompanha a trajetória do médico italiano Carlos Eboli pelas fazendas da região de Cantagalo e Nova Friburgo. No estudo a autora busca entender a crescente interiorização de médicos nesses espaços escravistas durante o século XIX. Carlos Eboli motivado em seu caminho na busca de novas relações e laços, se insere no mundo médico no Vale do Paraíba com sua consagrada tecnologia *Hidroterápica*, que lhe deu relevância e status de medicina alternativa.

Agora iremos analisar alguns anúncios de fugas que encontramos para a região de Cantagalo em distintos jornais da província¹³¹ e regionais. Entre esses anúncios as impressões senhorias buscam transcrever e transmite o olhar do corpo negro fugido, pois é o senhor que durante o tempo de convivência com seu escravizado, constrói leituras improvisadas, instantâneas e provisórias da sua propriedade (o corpo).

A seguir iremos apresentar algumas descrições que encontramos em anúncios de fugas em jornais, são as seguintes:

¹²⁷Ibidem, BARBOSA, pág. 236, 2014.

¹²⁸Ibidem, BARBOSA, pág. 237, 2014.

¹²⁹Ibidem, BARBOSA, 2014.

¹³⁰Ver o Trabalho: PROENÇA, Anne Thereza de Almeida et al. **Vida de médico no interior fluminense: uma trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)**. 2017. Dissertação de mestrado.

¹³¹Jornal do Commercio (RJ). Os anúncios de fugas de Saturnino, Vicente e Miguel estão nos Anexos V, VI e VII.

Saturnino

“Crioulo, côm retinta, 20 anos mais ou menos, altura regular, tem sinais de cravos nos pés e alguns panos no rosto”¹³²

Vicente

“idade 21 a 26 anos, estatura regular, pardo escuro, cara comprida, olhos pequenos e vivos, dentes claros e bons, pés curtos, não tem barba, sinais de ventosas em um dos lados do peito”¹³³

Miguel

“Crioulo, baixo, grosso, reforçado, rosto redondo, muito barbado, escrotos grandes, pernas grossas... costuma trazer a deformidade encoberta por um lenço atado na cintura”¹³⁴

Essas descrições estéticas e corporais de Saturnino, Vicente e Miguel traduz o acúmulo de informações e olhares dos contextos e impactos da escravidão Atlântica, onde “milhões de homens e mulheres foram transformados em “africanos”, depois em “negros” e “escravos”¹³⁵. E assim produziu-se distintas cartilhas sociais atribuídas ao estereótipo de corpos africanos e negros. Esse corpo em fuga é imaginado e observado como podemos ver a seguir.

Esses corpos fogem na busca de sua liberdade!

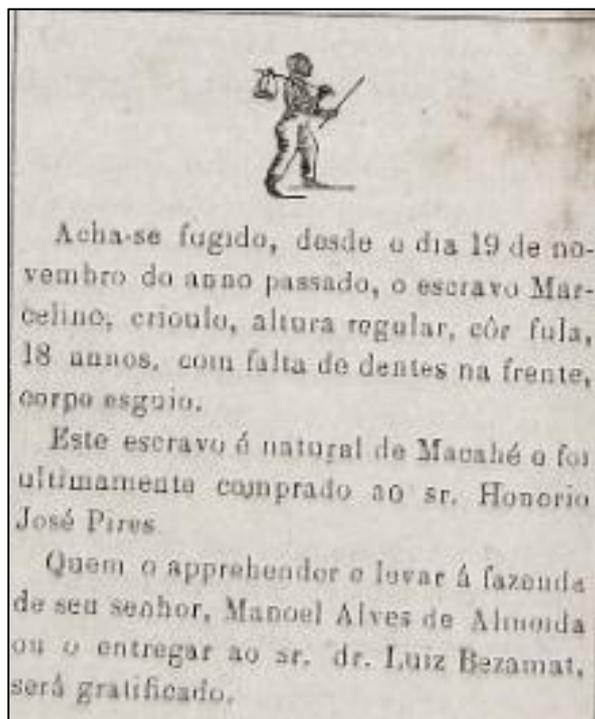
¹³²Saturnino fugiu da fazenda de João Carvalho de Sá, no Rio- Grande em Cantagallo. Gratifica-se a captura no valor a ser pago de 50:000\$000 (cinquenta conto de reis). *Jornal do Commercio* (RJ) - 19 de janeiro de 1870.

¹³³Vicente é natural de Pernambuco, fugiu da fazenda das Neves no dia 9 de fevereiro de 1870. Gratifica-se a quem o capturar e levar na fazenda mencionada ou aos cuidados do Barão de Duas Barras. (Não foi informado no anúncio a quantia) - *Jornal do Commercio* (RJ) - 7 de março de 1870.

¹³⁴Miguel fugiu perto de Barbacena, esteve com um senhor de nome Appolinario, do Porto- Novo do Cunha. Consta que partiu para Cantagallo e provavelmente acomodou-se como tropeiro. Quem o capturar deveria levá-lo a fazenda do seu senhor chamado Antônio Vicente Rodrigues Guerra, em São João Nepomuceno, no Rio Novo, província de Minas Gerais. (Não foi informado no anúncio a quantia) - *Jornal do Commercio* (RJ) 14 de março 1870.

¹³⁵Ibidem, DA SILVA VIANA, Iamara; GOMES, Flávio, p. 79, 2019.

Imagem. 1.5. Notícia de fuga do escravizado Marcelino em 1879



Fonte: Jornal O Conservador, 8 de abril de 1879.

Em breve análise essas notícias de fugas e resgates de escravizados, no jornal local de Cantagalo “O Conservador”, é possível identificar características físicas e origens de negros e negras fugidos em Cantagalo, as fugas caracterizavam como o momento em que as relações entre o senhor e os cativos não estavam mais em perfeita harmonia, os casos de castigos muitas das vezes podem ter impulsionado as fugas, pois a coerção devia ser organizada e bem implementadas entre todos os escravos “na esperança de produzir obediência e sujeição”¹³⁶. Pode se observar que a causa das fugas acontecem quando os conflitos sociais dos cativos chegaram ao limite, pois o cativo é também uma constante negociação de ambos os lados, sem isso, a paz nas fazendas não aconteceriam.

A quebra dos limites para assegurar a paz eram diversas, os maus tratos, a exaustão do trabalho na roça e, nesse caso, a não permissão do descanso ou mesmo o consumo da “água ardente” nas plantações, ou a proibição do lazer aos domingos são alguns dos poucos exemplos das dinâmicas de conflitos. A fuga de certo estabelecia o rompimento das

¹³⁶SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. Editora Companhia das Letras, 2018. GRINBER, Keila. Verbete Dicionário da Escravidão e Liberdade – “Castigos físicos e legislação”. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbetes-Dicionário da Escravidão e Liberdade). p.144.

negociações entre os cativos e o senhor. Segundo Jacob Gorender nas Américas escravistas as ações da caça e captura de escravizados fugidos estabeleceu paradigmas de mercado e negócios, de certo, a busca de um bem ou propriedade valioso, o corpo escravo, traria expressivas recompensas para o caçador (profissão). A caça entre humanos gerou contextos distintos nas Américas, pois no:

“sul dos Estados Unidos, a caça aos fugitivos tornou-se atividade profissional remunerada pelos donos dos escravos. No equipamento dos slave-hunters figuravam o cavalo, cães ferozes, armas e correntes. Além dos captores profissionais, os plantadores organizavam patrulhas regulares de cidadãos, que percorriam, todas as noites, os caminhos rurais e prendiam os escravos desprovidos de passes com autorização do senhor. Em Cuba, os captores profissionais chamavam-se rancheadores, os quais também usavam cães ferozes treinados na caça a escravos. Em Saint-Domingue, foi constituída uma tropa especial de recuperação dos fugitivos, os marechausée. No Brasil, a destruição de quilombos maiores exigia a organização de expedições onerosas para as populações que sofriam exações extraordinárias. Foi criada a categoria de homens do mato, que se regulava por regimentos especiais e tinha hierarquia própria: soldado, cabo, capitão, sargento-mor e capitão-mor do mato. A partir do posto de capitão do mato, era preciso obter uma patente concedida pela autoridade pública. Patente de que se beneficiaram não só brancos e negros livres, mas até escravos. Aliás, em Cuba também, houve escravos ativos na caça a outros escravos fugitivos”¹³⁷.

Apresentamos outros anúncios de fugas na região a seguir:

¹³⁷ Gorender, Jacob. **O escravismo colonial**. / Jacob Gorender.-- 6.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, p. 106, 2016.

Imagem. 1.6. Notícia da fuga do escravizado Jacintho em 1879¹³⁸

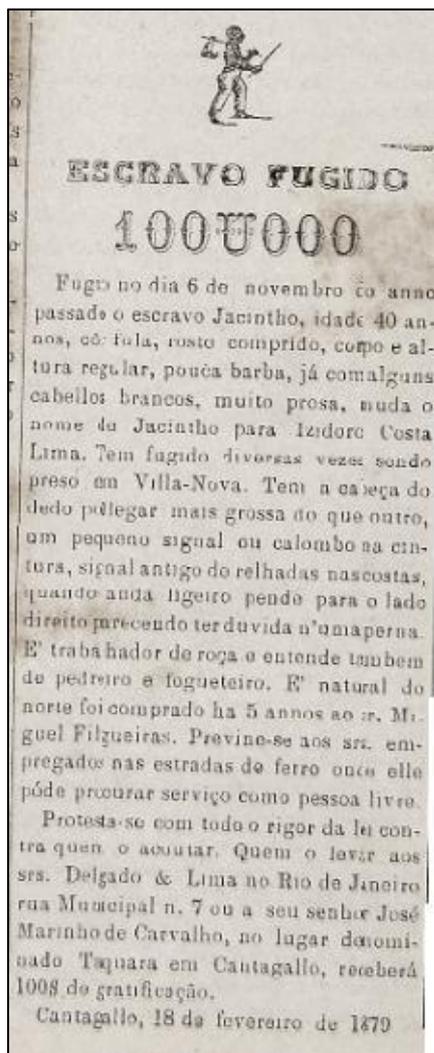
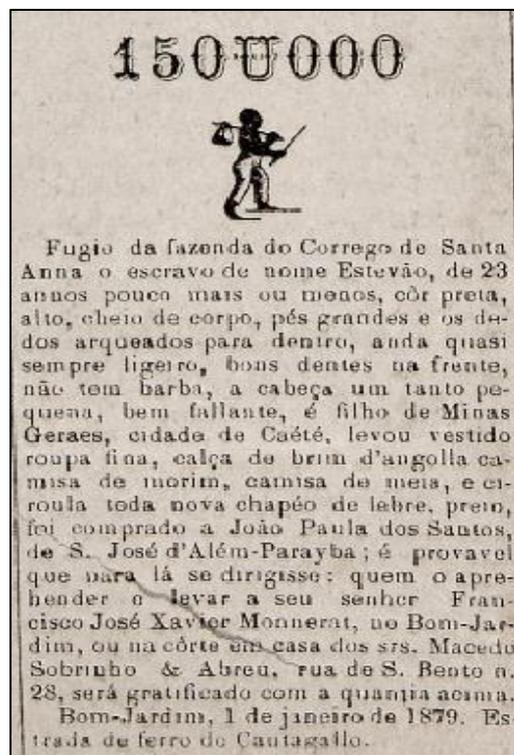


Imagem. 1.7. Notícia da fuga do escravizado Estevão em 1879



O primeiro anúncio descreve a fuga do escravo de nome Marcelino, suas características são: crioulo, altura regular, cor fula, não possuía os dentes da frente, tinha corpo esguio e 18 anos de idade, suas origens eram de Macaé, fugido desde 1878, a sua procura estendia-se por mais de um ano. O segundo anúncio se observa que o proprietário apresenta uma descrição mais densa e carregada de detalhes na busca de seu escravo fugido, diferente do primeiro, as palavras não são econômicas. O fujão se chamava Jacintho com a idade de 40 anos, partiu em 6 de novembro de 1878, em coincidências, Jacintho fugirá no mesmo ano que o jovem Marcelino, a diferença é que o primeiro antecipou em oito dias a sua jornada na busca da liberdade. Jacintho era natural do Norte, descrito como cor fula, de rosto

¹³⁸ Fonte: Jornal O Conservador, 8 de abril de 1879. Fonte: Jornal O Conservador, 7 de janeiro de 1879.

cumprido corpo e altura regular, pouca barba e de cabelos brancos, possuía o dom da lábia, mudava constantemente sua identidade -estratégia- para a manutenção da sua liberdade, as vezes se denominava Izidoro Costa Lima, entrava em cena carregado de suas histórias e prosas, persuadia aqueles que passavam por si.

Segundo o anúncio este fugiu por diversas vezes. Tem suas indicações de qualificações do labor na roça, pedreiro e fogueteiro, essa descrição dos afazeres é o diferencial desse anúncio. O mesmo se pode dizer no pedido de atenção e cuidados, na tentativa do senhor de prosa Jacintho ou por lábia Izidoro ludibriar outros como homem livre. A rica descrição também dizia que ele buscava trabalhos nas estradas de ferro, capturar esse homem de prosa se demonstrou difícil, os esforços eram numerosos, visto a recorrência do mesmo anúncio durante os meses adiante.

O último anúncio analisado é de um escravo de nome Estevão, de 23 anos pouco mais ou menos, fugido da fazenda do córrego de Santa Anna, descrições de *cor preta, alto, cheio de corpo, pés grandes, bons dentes na frente, não tem barba, cabeça pequena* e bem-falante. É apresentado como natural de Minas Gerais, na cidade de Caeté. Comprado na comarca de S. José d'além Paraíba, o seu dono é José Xavier Monnerat, da família Monnerat que possuía muitos prestígios na região. Tal prestígio devia também se perpetuado com a ordem e manutenção coercitiva de seus cativos, era preciso a pronta recuperação de sua propriedade, bem como também restaurar a reputação do controle do cativo perante a sociedade e seus escravos, para fins de não haver mais fugas ou insurreições.

O campo do saber médico priorizou o corpo negro em alguns estudos, como peça central de suas análises. O resultado final se apresentou com perspectivas discriminatórias, quase intrínsecas na formação histórica, de que todos os sujeitos negros eram “marginais”, “ladrões”, “assassinos”, “bêbados” e outras denominações pejorativas atribuídas aos homens e mulheres de cor. O mesmo destino foi instaurado aos males e moléstias que assolavam as cidades, pois discutia-se que as causas:

“de doenças características dos trópicos, singularidades nosológicas do Brasil e da África, ao mesmo tempo em que as questões acerca da legalidade e legitimidade da escravidão começaram a ser debatidas e que médicos declararam que a

vulnerabilidade dos negros era fruto de má alimentação e das condições de trabalho”¹³⁹.

Corpos negros, o seu mal agouro e as suas doenças era fruto segundos os estudos, da pouca higienização e a civilização desses, pois o requisito fundamental para entrarem na festa era a total destruição, inferiorização, desumanização, animalização e o branqueamento dessa gente. Mas as normas jurídicas não acompanhavam ou modificavam as experiências sociais que eram intrínsecas e distintas na sociedade. Chamamos aqui para contribuição, a noção Thompsoniana de que as tradições e costumes mobilizavam a ideia de direitos e normas dos indivíduos, pois de certo, os costumes e as negociações nos seus espaços e tempos, faziam parte das experiências sociais¹⁴⁰.

Como vimos anteriormente no recenseamento de 1872 para região de Cantagalo aponta uma população escravizada de 16,805 pessoas, ao analisarmos os números deste mesmo período para outras regiões, encontramos e expomos na tabela a seguir com a disposição dos números de escravizados e livres nas regiões cercanias a Cantagalo e compararmos:

Tabela 1.6. Distribuição populacional de escravizados em Cantagalo e regiões do Vale do Paraíba Fluminense em 1872.

Município	Escravizados	Livres
Campos	82.620	56.212
Vassouras	20.168	19.085
Cantagalo	16.805	12.648
São Fidelis	14.815	28.045
Santa Maria Madalena	7.502	5.556
Nova Friburgo	6.684	13.972
São João da Barra	5.280	11.552
Total	153.874	143.070

Fonte: Números retirados no Relatório de recenseamento do Brasil de 1872, p 354.

¹³⁹LIMA, Silvio Cezar de Souza. **CRUZ JOBIM E AS DOENÇAS DA CLASSE POBRE O CORPO ESCRAVO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO MÉDICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.** Almanack, n. 22, p. 253, 2019.

¹⁴⁰THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum; estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Para região de Campos neste período se registra o número acima de 82 mil escravizados, em segundo lugar em no outro extremo do Vale em Vassouras o número é de mais de 20mil escravizados. Em seguida vem os planteis de Cantagalo com o número de 16.805 escravizados seguidos pela região de São Fidelis, Santa Maria Madalena, Nova Friburgo e São João da Barra. Algo interessante nesses dados é que para este período o número de livres é maior perante aos de escravizados em São Fidelis, Nova Friburgo e São João da Barra.

Os historiadores Flavio Gomes e Iamara Viana analisando as dimensões da demografia de Vassouras no século XIX, apresentam ideia que essa região é estruturada por um “Vale escravizado entre montanhas africanas”¹⁴¹. O Vale foi preenchido por grandes contingentes de mãos negras escravizadas, isso levou a um impacto demográfico pelo intenso do tráfico africano¹⁴². Segundo o historiador Robert Slenes ao analisar o censo de 1872, sugere que em porcentagens para o Sudeste Cafeeiro, o tráfico direcionou 41% de escravizados para a Província do Rio de Janeiro, seguidos de 20% para Minas Gerais e 7% para São Paulo¹⁴³. O historiador ainda apresenta as configurações e estruturas das senzalas em Vassouras em meados do século XIX, apresentando a rotina do dia a dia do trabalho, bem como as relações sociais criadas neste ambiente escravista.

Segundo o já mencionado naturalista suíço Johann Jakob Von Tschudi, em sua viagem e relatos da região de Cantagalo em meados de 1864, expõe que Cantagalo era um ótimo espaço para adquirir e promover o trabalho escravo, haviam “grandes propriedades com elevados números de escravos”¹⁴⁴, segue o relato:

“O tratamento dos escravos é, segundo testemunho de pessoas competentes, muito bom no distrito de Cantagalo, tendo ainda apreciavelmente melhorado nesses últimos 15 ou 20 anos. As vantagens pecuniárias impeliram os donos de escravos a cuidar do bem-estar dos mesmos, pois a capacidade de trabalho de cada um representava um capital para o dono, e, assim, apresenta-se-nos o caso bastante raro dos sentimentos de humanidade marcharem de acordo com o interesse monetário”.

¹⁴¹VIANA, I.; GOMES, F. **Das Dimensões Atlânticas: notas sobre demografia escrava no Rio de Janeiro, Vassouras, C. XIX**. Revista Historiar, v. 10, n. 18, p. 38-57, 15 out. 2018.

¹⁴²Ibidem, VIANA, I.; GOMES, F, 2018.

¹⁴³SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX**. Estudos econômicos (São Paulo), v. 18, n. 3, p. 454, 1988.

¹⁴⁴Ibidem, TSCHUDI, p. 52, 1953.

Esse trecho do relato nos apresenta alguns contextos e olhares da época, como exposto, algumas testemunhas asseguravam que os contingentes de escravizados na região eram bem tratados, provavelmente essas testemunhas não eram os escravizados. Ainda se segue, que o bom tratamento vem melhorando nos últimos 20 anos, essa “melhoria” pode se explicar com os impactos das leis pelo fim do tráfico africano de 1831 e 1850, era preciso a manutenção dos corpos escravizados adquiridos pela demanda interna. Também pode se explicar com crescimento agrícola em Cantagalo a partir de 1840, foi um período que promoveu uma forte interiorização de médicos para suprir a demanda de tratamento e cura de escravizados enfermos, como já vimos, era preciso promover e estabelecer até quando for possível a longevidade e produtividade dos escravizados.

O relato segue com ideias que podemos entender como vertentes do discurso humanista e de viés econômico, segundo o suíço os donos de escravos aproveitavam as vantagens extraídas dos seus empreendimentos econômicos, para promover mais bem estar há seus escravos, o que não se lê é quais são os possíveis significados de bem-estar neste contexto, espaço e tempo para os trabalhadores escravizados. E por fim, o capital gerado pelo trabalho escravo sobre uma ótica de “bem estar” é extraído pelo dono, e segundo o autor, sobre as mais dignas convenções dos “raros sentimentos de humanidade”.

Neste capítulo apresentamos e analisamos algumas construções e as narrativas históricas do “território selvagem” nos sertões de Macuco, região essa habitada por povos indígenas, um local “sem lei” e sem o controle colonial. Com o avanço e o início da exploração nos sertões nos finais do século XVIII e inícios do XIX, o sertão de índios selvagens sofreu uma metamorfose espacial, arrasamento ambiental e êxodo populacional para a região, aliada a isso, é fomentado a força de trabalho e economia escrava.

Posteriormente essa região passa a fazer parte do chamado Vale do Paraíba, ao qual Cantagalo se estabelece economicamente com a produção do café. Apresentamos por fim, um diálogo com os estudos dos corpos negros na sociedade brasileira, com óticas e perspectivas do Direito e da Medicina, que durante anos tutelaram e forjaram a ideia de um corpo enfermo e sem humanidade. Muitos são os negros e negras traficados pelo comércio transatlântico pra preencher os postos do mercado interno. Apresentaremos assim, alguns números e análises dessa gente escravizada para a região de Cantagalo no capítulo a seguir. Tecendo um pouco sobre as complexidades das relações em meio a esse sistema perverso. Com essas contribuições, podemos analisar de maneira qualificada os olhares acerca dos trabalhadores(as) negros(as) escravizados(as) na região de Cantagalo.

CAPÍTULO II: Os pretos; crioulos; fulas; africanos e pardos: O tráfico e comércio de trabalhadores negros no município de Cantagalo nos finais do XIX.

Angola, Congo, Benguela

Monjolo, Cabinda, Mina

Quiloa, Rebolo

Aqui onde estão os homens

Dum lado cana de açúcar

Do outro lado o cafezal

Ao centro, senhores sentados

Vendo a colheita do algodão branco

Sendo colhidos por mãos negras

Eu quero ver

Eu quero ver

Quando Zumbi chegar

Jorge Ben Jor¹⁴⁵

Neste segundo capítulo apresentaremos distintos personagens inseridos nas dinâmicas das negociações e do tráfico de escravizados em Cantagalo. Surgem o vendedor, o comprador, o negociante, o caixeiro (transportador), os procuradores, juízes de paz e por último, mas não menos importante, os escravizados vendidos no comércio intraprovincial e o interprovincial. Para esta pesquisa mobilizamos como fonte, um importante registro, as “escrituras, compras e vendas de escravos” da comarca do Santíssimo Sacramento em Cantagalo, datados de 1880-1883. Esse documento jurídico e burocrático contém informações de todos os envolvidos nos “negócios da escravidão” da região nos finais do século XIX. Para essa pesquisa, articularemos as informações colhidas nas escrituras, utilizando como metodologia escrutinar algumas variáveis demo-econômicas (sexo, idade,

¹⁴⁵Canção chamada “Zumbi” do compositor Jorge Ben Jor, lançada em 1974 no álbum “A Tábua de Esmeralda”.

cor, origem, preço). Com essas categorias e variáveis, podemos apresentar distintos panoramas demo-econômico e social dos escravizados dinamizados nos negócios da escravidão neste período. Com iminente fim da escravidão, a mão de obra negra escravizada se tornou cada vez mais valiosa, o comércio não perdeu o folego, pois como veremos a seguir, a região de Cantagalo promovia de forma articulada e continuada a compra e venda de escravizados.

Mais do que números nessas fontes, estão experiências de trabalhadores e indivíduos em meio às ações e transações com fins monetárias. Pessoas vindas de diferentes regiões do país para preencher os espaços de produção cafeeira da região. Buscaremos também alguns indícios das experiências desses trabalhadores escravizados, homens e mulheres pretos; crioulos; fulas; africanos e pardos.

2.1. O LIVRO DE ESCRITURAS, COMPRAS E VENDAS DE ESCRAVIZADOS EM CANTAGALO.

Em meio aos pensamentos, rumos e ideias de pesquisa para a conclusão da minha graduação em História na UFRJ, me deparei com incertezas e dilemas, que com certeza atingem diversos alunos(as) nessa fase acadêmica, ainda que existissem distintas possibilidades de objetivos e análises para seguir. O critério valioso por mim traçado era de sempre buscar análises relacionados às histórias das experiências, lutas, culturas, tradições e sabedorias dos negros e negras no Brasil. Em 2015 uma disciplina sobre a história do Rio de Janeiro durante os períodos setecentista e oitocentista, ministrada pelo professor Dr. Flávio dos Santos Gomes na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Me fascinou as histórias das estratégias dos escravizados de ganhos, das quitandeiras, os processos de urbanização e ocupação da cidade, os lugares de sociabilidades dos escravizados (as ruas, chafarizes, padarias e comércios em geral), as manifestações culturais e religiosas (Irmandades Negras), os sincretismos religiosos e suas ressignificações, entre os temas. Foi o primeiro momento na Universidade em que tive contato com uma historiografia que discutiu as transformações da cidade, em perspectivas das múltiplas experiências dos escravizados.

O convite da disciplina era de pensar as transformações dos espaços e as experiências dos indivíduos a partir do seu local, comunidade e território social. Nasci em 1993 no bairro de Vila Isabel, morador no bairro do Engenho Novo até hoje, e esses territórios não mais respondiam às questões e lacunas que procurava, compreender mais sobre esse meu território de “origem” e de conexões ancestrais se demonstrou urgente.

Essa história não se inicia aqui na “Corte” do Rio de Janeiro como imaginava, muito menos no bairro de nascimento (Vila Isabel) e de morada (Engenho Novo). Essa origem vem de um lugar um pouco distante e muito desconhecido por mim. Esse território se chama Cantagalo¹⁴⁶, lugar onde minha avó e os filhos desta nasceram. Essa região por muito tempo foi inserida na estrutura espacial geográfica “Vale do Paraíba”. Essa extensão territorial é referenciada na historiografia, como conglomerados de territórios importantes na manutenção da produção do café, durante os séculos XVIII e XIX, bem como na utilização e fomento da mão de obra escravizada.

No ano de 2019, foi a primeira vez que viajei ao Município de Cantagalo, ao local de origem. A curta visita foi com o intuito na busca e levantamento de fontes para pesquisa, mas de certo as experiências vividas foram muito além do ofício de historiador, penetrados em arquivos.

Na antiga Câmara Municipal localizada no cruzamento da rua Dr. Chapot Prevosti com a praça Miguel de Carvalho, atrás da rodoviária, na região central do Município. Tivemos acesso mediado junto ao CMPD-CAN¹⁴⁷, administrado pelo curso de História a distância da UNIRIO, e presenciamos um belíssimo trabalho de higienização, catalogação e digitalização desse material para o acesso ao público. Destaco também que essa tarefa é feita em conjunto com alguns alunos do polo do curso de história em Cantagalo, com grande incentivo e promoção da pesquisa histórica da região.

Encontramos no antigo prédio da Câmara Municipal da Cidade, uma sala que servia como depósito, algumas estantes com livros de distintas configurações da administração pública, datados desde inícios do século XIX até meados do século XX. O acesso foi de forma improvisada e quase que ao acaso, pois o prédio havia sido fechado para reformas estruturais. Por esse motivo se tornou necessária a catalogação e digitalização desses documentos, pela falta de manutenção do casarão, a conservação de alguns documentos já configurava em estado ruim e irreversível.

Esses documentos estavam armazenados em uma sala, de forma improvisada e na espera de digitalização, trabalho esse feito de forma gradual pelos alunos de História a

¹⁴⁶O território da “Novas Minas de Cantagallo” foi frequentemente explorado nos finais dos oitocentos por aventureiros e garimpeiros clandestinos, que buscavam no chamado “Vale do Ouro” novas jazidas. O principal personagem descrito como um assaltante de ouro da região, mas conhecido como o “Mão de Luva”. Na cultura popular e história da região tem o lugar mítico do primeiro habitante e explorador da Cidade. Novas Minas de Cantagallo foi ocupado e fiscalizado pelas forças coloniais, a partir de 1787. Mobilizados pelo interesse de controlar e explorar jazidas de ouro da região, frequentemente assaltadas por aventureiros e garimpeiros clandestinos. O contrabando de ouro no Vale foi fortemente repellido pelas forças de proteção colonial.

¹⁴⁷Centro de Memória, pesquisa e documentação de Cantagalo (CMPD)

distância da UNIRIO no CPDM. Essa é principal fonte desta pesquisa, nela encontramos e absorvemos distintas informações qualitativas e quantitativas sobre os homens e mulheres negros dinamizados no espaço geográfico de Cantagalo, nos finais do século XIX.

2.2. Perspectivas e perfis sociais dos escravizados em Cantagalo.

O balcão das negociações da escravidão no Brasil apresenta distintas fases, contextos, normas e costumes no decorrer de toda a sua história. A escravidão nesse país pode ser observada a partir de uma imagem estática, articulada e afiliada a formação do Estado Nacional, ou de forma contrária, a escravidão pode ser vista de forma mais complexa como múltiplos olhares, movimentos e ressignificações que a ajudam uma melhor contribuição na construção histórica e social.

Um complexo sistema que se perpetuou por mais de 300 anos, que constituiu e forjou na tradição social, a constante vigilância e submissão desses corpos negros escravizados, seus corpos e suas almas deviam ser tutelados e serviam única e exclusivamente para o labor servil. Há um conjunto de permanências sociais e simbólicas da escravidão que ainda podem ser observadas na sociedade de hoje. Fruto do intenso enraizamento dessa estrutura escravista na formação histórica, política e social do Brasil. Segundo Muniz Sodré há:

“ideia de "humanidade" - fachada ideológica para a legitimação da pilhagem dos mercados do Sudeste Asiático, dos metais preciosos nas Américas e da mão de obra na África- consolida-se conceitualmente, na medida em que contribui para sustentar o modo como os europeus conhecem a si mesmos: "homens plenamente humanos" e aos outros como "anthropos": não tão plenos”¹⁴⁸

Na historiografia distintas análises sobre esse tema, acompanharam as lutas e pautas de diferentes historiadores e coletivos negros no mundo e no Brasil. Importantes estudos mobilizados nas décadas finais do século XX, compreendem e ressignificam o protagonismo desses corpos escravizados, homens e mulheres que sofreram a dor de um sistema altamente violento. Indivíduos em constantes movimentos, que construía e buscavam estratégias sociais e políticas para a sua liberdade. Esses sujeitos articulados durante muitos anos apenas

¹⁴⁸Ibidem, SODRÉ, pág, 13 2017.

como a “coisa” ou “homem de cor”, são detentores de profundos saberes, promoção cultural e domínio das técnicas do labor em diferentes setores, na cidade e no campo.

Em contribuição a esse raciocínio exposto, a importante produção e análise do historiador Sidney Chalhoub em “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte”, tese de doutorado apresentada na UNICAMP em 1989. Refletindo sobre a escravidão na corte e as complexas estratégias e visões da busca de liberdades pelos “cativos”. Chalhoub apresenta nos cenários públicos e privados, experiências e contextos escravistas da cidade do Rio de Janeiro. Em meio a essa sociedade na corte, os personagens protagonistas se apresentam, entre eles, os (políticos, os senhores, ex-senhores, escravizados, negociantes, advogados, juristas, abolicionistas) etc...

Focalizando na análise do primeiro capítulo “Negócios da Escravidão”, Chalhoub apresenta como principal objetivo, compreender quem são os indivíduos empenhados nas dinâmicas do tráfico e as experiências nas negociações dos escravizados na corte carioca no final do século XIX. Surgem distintos personagens nas dinâmicas das negociações e vendas categorizados com distintos graus de importância. O vendedor, o comprador, o negociante, o caixeiro (transportador), os procuradores e por último, mas não menos importante, os escravizados vendidos no comércio intraprovincial e interprovincial no Brasil. Aliando as perspectivas Chalhoub, para esta pesquisa mobilizamos como fonte, um livro com registros de “escrituras, compras e vendas de escravos” da comarca do Santíssimo Sacramento em Cantagalo, datados de 1880-1883. Um documento com características jurídicas e burocráticas, que contém importantes informações de todos os envolvidos nos “negócios da escravidão” da região.

O historiador José Flávio Motta analisa a região do Vale Paulista, mais precisamente na cidade de Piracicaba de 1861 a 1880. O trabalho discute sobre a importância de estudos que articulam o uso dos registros de compras e vendas de escravos, possibilitando a apresentação de um estudo com metodologia de variáveis demo-econômicas (sexo, idade, origem, preço)¹⁴⁹. Nessa pesquisa priorizamos algumas variáveis para uma melhor dinâmica de análise. Em oportuna e feliz semelhança, as fontes de Piracicaba e Cantagalo apresentam as respectivas informações:

“data do registro; nomes do vendedor, do comprador e de seus procuradores, quando houver; local de moradia e títulos ou patentes

¹⁴⁹MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. São Paulo: Alameda, 2012.

militares do vendedor e do comprador; idade, sexo, estado conjugal, origem, naturalidade, cor e, eventualmente, caracteres físicos, atividade produtiva e forma prévia de aquisição do(s) escravo(s) transacionado(s); preço do(s) cativo(s)”¹⁵⁰.

As escrituras de compra e vendas de escravos no estatuto jurídico no Brasil eram um documento público e oficial que garantia o contrato formal entre as partes¹⁵¹. Articulado esses conjuntos de variáveis nutridos e retirados do livro de registros, é possível mobilizarmos para a região de Cantagalo, a partir de escolhas de categorias, um ciclo demográfico e econômico e social. Como metodologia a análise quantitativa e qualitativa dessa metodologia podemos articular múltiplas informações que nos explicam algumas questões sobre os negócios da escravidão nesse recorte temporal da região nos anos finais do XIX.

Esse ciclo demográfico e econômico e social articula importantes informações sobre o vendedor e comprador, bem como informações sobre os corpos negros vendidos. Diferente de outros estudos demográficos da escravidão, buscaremos uma outra via de interpretação e apresentação das informações extraídas do livro de registros de compras e vendas de escravizados em Cantagalo. Essa via não é inédita e muito menos única, queremos contribuir seguindo um caminho -afro referenciado- para compreensão teóricas e metodológicas. Neste capítulo apresentaremos números, totalidades, porcentagens e descrições de respectivas variáveis, traduzindo assim, retratos dos conjuntos dos trabalhadores negros vendidos.

Algumas experiências podem ser observadas a partir da busca e análise de vestígios nas fontes, compreendendo as expectativas e ações de distintos personagens que se apresentam nessa sociedade escravista. Sidney Chalhoub por meio do acesso de fontes burocráticas das vendas de escravos, fontes jurídicas e criminais na corte, apresenta os bastidores que antecedem a negociação e pós-venda de escravos. Um ambiente de profundos conflitos, violências, escolhas e estratégias de ambas as partes. Pois a transação não é baseada apenas na troca monetária. Há critérios pré-estabelecidos para a efetivação do negócio, bem como a disposição e aceitação dos indivíduos envolvidos nessa dinâmica.

O sociólogo Muniz Sodré ao pensar o processo civilizatório e as influências das tradições Cultural de África no Brasil, articula que a “liturgia dos africanos e de seus descendentes prestou-se a objeto de ciência (antropológica, sociológica, psiquiátrica,

¹⁵⁰MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. **Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 42, p. 495-514, 2001.

¹⁵¹NASCIMENTO, Jarbas Vargas; SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de; NARDOCCI, Izilda Maria. **Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX**. Revista Coleção Mestrado em Linguística, v. 13, 2016.

psicanalítica) no panorama dos estudos brasileiros”¹⁵². Para Sodré essas diversas liturgias foi ressignificadas e interpretadas a partir de uma filosofia “eticizada”¹⁵³, com paradigmas euro referenciadas, o sociólogo ainda denúncia que nenhuma dessas ciências e estudos deram a palavra ao negro. Ao pensar o Nagô e sua contribuição cultural no Brasil, Muniz Sodré busca uma outra via analítica, aplicando uma metodologia chamada de “comunicação transcultural”, referenciando:

“os nagôs, último grupo étnico imigrado à força pelos escravistas brasileiros. As abordagens etnológicas de sua presença extensiva entre nós evoluíram, desde fins do século XIX, de juízos francamente depreciativos - fonte dos preconceitos que alimentaram tanto o racismo de segregação quanto o de dominação, pós-abolicionista- para juízos lenientes à medida que os formadores de uma bibliografia especializada foram dando-se conta da complexidade de seus rituais e da estabilidade de suas formas institucionais”.¹⁵⁴

Sem fugirmos muito da estrutura demonstrativa tradicional de dados numéricos e porcentagens, apresentaremos também algumas tabelas. Assim teremos uma maior compreensão das informações. Mas priorizamos a ciclicidade - círculo e a roda - símbolo “transcultural” ligado fortemente ao feminino, as fases e a criação - africanidades -. Pensaremos como Muniz Sodré, ao mobilizarmos esses números extraídos desses trabalhadores escravizados. Esses indivíduos não estão estáticos, há movimentos e circularidades nas suas experiências e vivências na sociedade escravista. Por fim, inseridos no campo das análises historiográficas da escravidão com metodologias demográficas, nos filiamos a essas perspectivas a partir da análise dos registros de compra e venda de escravizados, com o objetivo de mensurar e expor algumas amostragens sobre os trabalhadores negros escravizados no Município de Cantagalo, nos anos finais do XIX.

¹⁵²Ibidem, SODRÉ, pág. 12, 2017.

¹⁵³Ibidem, SODRÉ, pág. 8, 2017.

¹⁵⁴Ibidem, SODRÉ, pág. 12, 2017.

2.3. Mãos negras à venda, conte os seus réis!

Começamos a análise com a primeira escritura encontrada no livro, um registro datado em 17 de novembro de 1880, esse dispositivo jurídico de posse apresenta nas primeiras páginas, a venda de um escravizado pertencente a Francisco de Souza Pereira Junior, morador de Cabo Frio. Com o número de registro 1565 foi vendido ao fazendeiro José Victorio Oliveira Bettencourt, não consta no registro o seu local de residência. Ambas as partes outorgante e outorgado, foram representados por seus procuradores¹⁵⁵ no cartório perante o juiz de paz, uma prática comum da negociação e formalização burocrática, constantemente feita por representantes ou procuradores atribuídos, o proprietário na maioria das vezes é um negociador à distância.

Se registra a venda feita por Francisco de Souza Pereira Junior: “*Senhor e possuidor do escravo alto, preto, quinze anos, de raça, matriculado em Cabo Frio em 11 de junho de 1872, sob o número 1565*”¹⁵⁶. Com as informações dessa venda, podemos observar que o registro tem ambas partes (vendedor e escravizado) são oriundos da cidade de Cabo Frio. Sem o nome, a denominação e registro desse corpo matrícula nº 1565. Seu registro de matriculado foi lavrado em Cabo Frio, mas o 1565 pode ter nascido em outra comarca ou província. Matriculado em 1872, um ano depois da lei do “ventre livre” e ainda dentro do prazo para a inscrição de matrículas¹⁵⁷ de cativos, entre 1 de abril à 30 de setembro de 1872¹⁵⁸. Vendido por 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil reis), esse corpo preto, jovem de quinze anos, seguramente é um corpo de grande valor, pois está em idade de produtividade e aproveitamento máximo de sua força laboral nas grandes plantações de café da região. A descrição de ofício desse trabalhador escravizado é apresentada como “de roça”.

Segundo registro do Almanack Laemmert, a região de origem do escravizado em Cabo Frio nesse período produzia “café, assucar, feijão, milho e farinha de mandioca; também exporta grande quantidade de sal e cal, e tem desenvolvido a concha de marisco”¹⁵⁹. Esse trabalhador jovem com apenas quinze anos, provavelmente trabalhou em algumas dessas dinâmicas econômicas acima. Boa parte dos articuladores e produtores em Cabo Frio

¹⁵⁵Da parte do outorgante Francisco de Souza Pereira Junior, o seu procurador foi Francisco Ramalho, sócio da Companhia Ramalho Carneiro.

¹⁵⁶Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883. p. 1

¹⁵⁷Segundo esse decreto impositivo da matrícula, os escravizados deveriam ser registrados no seu local de residência. Mas devemos estar atentos que o local de nascimento e residência para muitos em cativeiro não eram os mesmos, haja visto, a constante circulação desses corpos nos comércios de mãos de obras escravas.

¹⁵⁸ESPÍNDOLA, Ariana Moreira et al. **Papéis da escravidão: a matrícula especial de escravos**. 2017.

¹⁵⁹Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880, p. 1145.

no ano de 1880 é descrita como “Negociantes”, seguidos de “fazendeiros de açúcar” e “lavradores”. Os números relacionados de negociantes em Cabo Frio é mais de 30, o de fazendeiros de açúcar são apenas 6 e o de lavradores é acima de 90 pessoas.

Rastreamos o nome do seu vendedor no Almanak Laemmert, na seção com as informações de Cabo Frio, não tivemos sucesso em encontrá-lo. Se levarmos em conta que a maioria do destino dos trabalhadores escravizados em zonas rurais no Vale do Paraíba, é direcionada para as plantações de café, tudo nos leva a crer que esse jovem trabalhador foi inserido nessa dinâmica de produção.

Ao analisar o livro de escrituras, compras e vendas de escravos entre 1880 a 1883, encontramos a totalidade de 313 escravizados vendidos. O livro conta com 147 páginas, sendo sua abertura datada de 10 de novembro de 1880 no Cartório do Escrivão de paz da Freguesia do Santíssimo Sacramento, principal região e centro de Cantagalo, o fechamento foi realizado em 26 de março de 1883. É importante salientar que faremos uma amostragem da totalidade das escrituras dos escravizados vendidos em Cantagalo nesse recorte temporal através deste livro.

O cartório de juiz de paz em Cantagalo, com a organização e formalização burocrática da compra e venda de escravos, provavelmente mobilizou outros livros de escrituras durante esse período. Infelizmente, muitos desses registros se perderam ou sofreram processo de deterioração, mas por outro lado, felizmente essa importante fonte mobilizada nessa pesquisa resistiu ao tempo e pode ser preservada. Segue uma imagem da escritura na próxima página:

Essa imagem acima apresenta o manuscrito do primeiro escravizado vendido, de número 1565, essa venda encontrada no livro de escrituras e os demais registros seguem o mesmo padrão e modelo descritivo dos escravizados. Apresenta-se o nome dos escravizados, do vendedor, do comprador, a cor, a idade, a situação social (solteiro ou casado), a matrícula e o valor pago. A escritura acima é um dos poucos casos em que o nome do corpo vendido não é informado, isso pode se justificar por diferentes versões. O coletor das informações, na figura do escrivão, exerce esse papel de forma protocolar, sendo assim, em muitos casos os escravos vendidos não estão presentes para prestar as ditas informações, ou mesmo, o nome pode ter sido dito, mas não foi compreendido pelo escrivão. Há também a possibilidade da não inscrição do nome por ação proposital. O nome de nada interfere no processo, apenas basta os documentos comprobatórios de “posse” apresentados pelo “dono” ou pelo seu representante instituído, para efetivar a modificação jurídica de posse (compra).

Após a apresentação da matrícula, o juiz de paz reconhece a documentação e dá “fé” às informações do escravizado. Nas partes finais do registro segue a seguinte sentença:

“Como tudo fez certo como os documentos da matrícula que apresentou, dou fé e como as possuem livres e desembaraçados de qualquer ônus, assim vendem como de facto. Vendido de hoje para sempre ao outorgado, pela quantia (réis), que já recebeu em moedas corrente deste Império, por isso lhe dão plena e geral quitação de pagos e satisfeitos para nada mais pedir em tempo algum por si, seus herdeiros e futuros sucessores. Cedendo desde já ao comprador todo o **direito, domínio, posse e ação** que tinham”¹⁶⁰

Essa sentença lavrada, é padrão em todos os registros analisados nessa fonte, esse é o momento em que as palavras escritas pelo escrivão modificam a condição jurídica do corpo escravizado vendido. As palavras como direito, domínio, posse e ação exemplificam melhor essa estratégia jurídica de não haver nenhuma dúvida do direito escravista. Por isso é preciso que todas essas palavras, que colaborem para esse entendimento, sejam empregadas. Após o pagamento e quitação, o vendedor deve estar “satisfeito” e assim não nutrir qualquer pendência futura, ou seja, aqui há um precedente que não se busque ações judiciais futuras, algo muito comum no comércio de escravizados.

¹⁶⁰Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

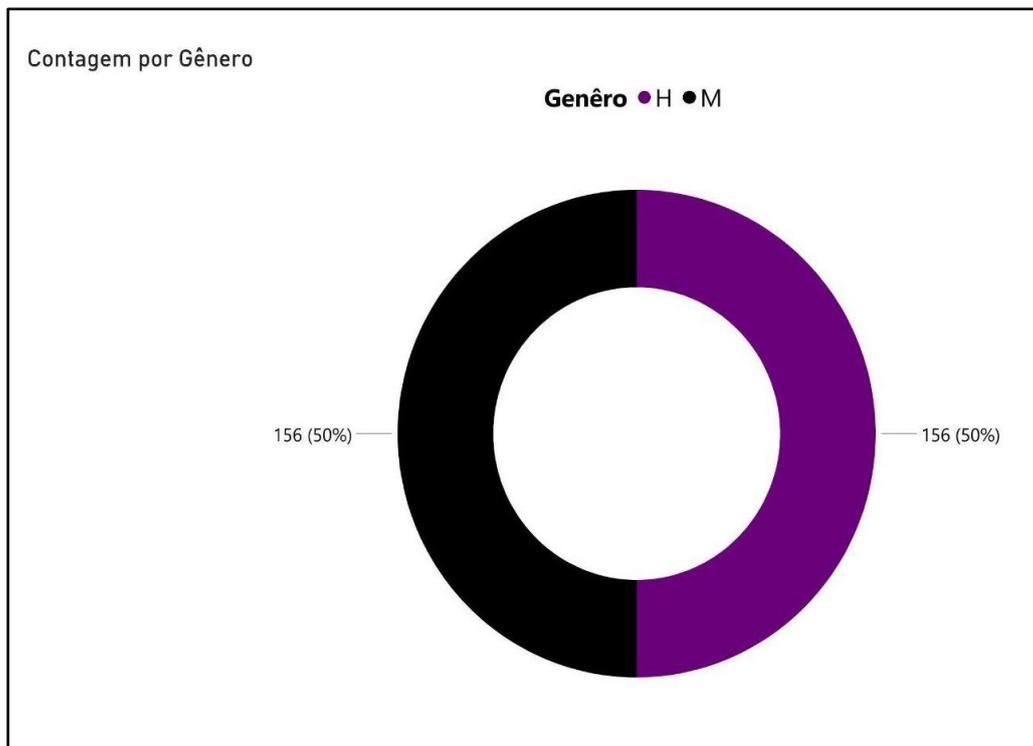
Atribuídos e dentro das normas impostas para a efetivação da compra, o outorgante (vendedor) e outorgado (comprador) selam esse trâmite burocrático do comércio escravista, agora sim o comprador pode usufruir de todas as benesses que é ter uma mão de obra escravizada. O documento lhe dá respaldo agora e em diante, do direito sobre esse corpo comprado, como também o domínio. Direito e domínio são significados bem diferentes. Um é respaldado a partir de convenções e normas estipuladas pela a Ciência do Direito, o outro, é a forma como esse direito sobre o corpo será exercido, ou seja, pela imposição e obediência (domínio).

A posse e a ação contribuem para reforçar as palavras anteriores, para questionar a coerção e tutela do corpo comprado é preciso refutar todas essas quatro palavras, pois as suas jurisprudências são específicas. Os processos de liberdades, de certo procuravam contrapor e rediscutir a imposição dessas quatro palavras sobre os escravizados. Por fim, o documento termina com as assinaturas de todos os envolvidos nesse cenário do comércio escravista, que se faz exercer e cumprir a lei.

Nesta pesquisa mobilizamos a análise de 313 escravizados encontrados nos registros, iniciamos a apresentação da quantidade por gênero de todos os vendidos. Esse círculo dos homens e mulheres dinamizados em Cantagalo, traduz múltiplos corpos (físico) negros em constantes movimentos, em diferentes direções, com experiências e histórias distintas. Ao percebermos isso, entendemos o quão complexas as análises demográficas sobre a escravidão podem ser, mostrando-se como um campo fértil de infinitas possibilidades para o historiador.

O círculo que iremos apresentar a seguir, contabiliza todos os escravizados e ingênuos encontrados nos registros deste livro, quantidade significativa de corpos comercializados e vendidos para a banda oriental do Vale do Paraíba. Mas não apenas como números, esses trabalhadores (**Círculo 2.1**) abaixo, estão em constantes circulação por diferentes espaços de trabalhos escravistas no Brasil, principalmente nos anos finais da escravidão.

Círculo 2.1 - Porcentagem e divisão por gênero de todos os trabalhadores escravizados comprados e vendidos no Livro de registros 1880 a 1883.



Fonte: **Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD)**. Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Levando em conta essa amostragem retirada de apenas um livro, é significativo os números colhidos para a região de Cantagalo. Nesse período de 1880 a 1883, os registros de 313 escravizados revelam que 50% o número de mulheres (156); e em semelhança 50% no número de homens (156) também. O número de mulheres é igual ao de homens, sem indícios de superioridade. A soma de homens e mulheres mostram que o mercado local procurou absorver e vender o maior número de escravizados de ambos os gêneros.

A condição e manutenção da exploração da mão de obra escravizada é uns dos principais fatores do sucesso de produção do café e acúmulo de riquezas dos grandes produtores na região. Os números do recenseamento de 1872 em Cantagalo apresentavam um contingente populacional de 29.453 pessoas, 57% delas (16.805) sendo escravizadas¹⁶¹.

¹⁶¹FARIA, Sheila de Castro. **Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 3.

As mãos para o labor, a venda e o reis sendo contados, se demonstrou uma prática forte nos finais de 1880 em Cantagalo. A região ainda preservava a pintura social e histórica de uma região da lavoura cafeeira escravista, onde os reis precisavam e eram empenhados na manutenção da produção do café e a exploração da mão de obra escravizada, esse cenário perdurou até o seu limite, em meio ao crescente discurso abolicionista.

No final do século XIX, no Brasil houve distintas ressignificações das dinâmicas de compras e vendas de escravizados, exemplo esse, foi a proposta discutida e aprovada pelo decreto n.1695, de 15 de setembro de 1869, proibindo a venda de escravizados em leilões públicos¹⁶². Outros dispositivos jurídicos foram implementados, como os que impediam a separação de casais, a separação de menores de quinze anos de seus pais, a lei do “Ventre Livre” e a lei do “Sexagenário”¹⁶³. Um conjunto de normas que buscavam regular as práticas da compra e venda, posteriormente, com a nova norma da matrícula dos escravos, modificou as experiências do comércio e tráfico escravista.

Gradualmente a aquarela historiográfica da escravidão no Brasil, com cenários das praças de comércios nas grandes cidades, lotadas de corpos negros acorrentados, com intermediadores, compradores, médicos e etc. Mudou a partir da implantação desses dispositivos jurídicos citados acima. Algumas práticas e costumes do comércio escravista cada vez mais foram sendo readequados. A negociação e efetivação da compra do “cativo” tornou-se cada vez mais particular e silenciosa, pode-se afirmar também a contribuição da crescente oposição ao cativo nos finais do século XIX.

Em 1880, o número de população livre ainda se mostra inferior, comparado aos de escravizados, esse mesmo cenário, vimos no recenseamento de 1872 apresentado anteriormente. Em 1872 Cantagalo o número de escravizados era 16.805 e em 1880 o número sobe para 23.679. Enquanto o número de livres curiosamente permanece o mesmo nestes dois períodos 1872 e 1880, são 12.648 pessoas. É possível mesmo que durante esses seis anos a taxa de natalidade da população livre no município tenha estado totalmente estagnada? não houve nenhuma morte? ou processo de liberdade de escravizados?

Nos parece um pouco difícil de acreditar a fidelidade deste número, visto que as interações e as complexidades sociais se modificam constantemente. É provável também que

¹⁶²SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. Editora Companhia das Letras, 2018. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Verbete Dicionário da Escravidão e Liberdade - **Legislação emancipacionista - 1871, 1885**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbetes-Dicionário da Escravidão e Liberdade). P.279

¹⁶³Ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, (2018).

a diferença das fontes sendo um relatório e o outro o Almanak Laemmert podem carecer da falta de algumas informações ou aproveitamento de amostragens.

No município de Cantagalo o contingente de trabalhadores escravizados é expressivo como podemos analisar na imagem a seguir:

Imagem 2.2: Números populacionais e sociais do Município de Cantagalo em 1880.

Superfície em kilometros quadrados	1331,88	Mudados.	53
Habitantes por " " "	9	Fallecidos.	1,430
População livre	12,648	Escravos matriculados.	23,679
Escolas de ambos os sexos.	12	Fallecidos.	2,397
Eleitores.	66	Mudados	1,207
Ingenuos matr. até Dez. de 1878.	4,175	Libertos	211
Entrados.	229		

Fonte: CRL. Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras. Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880, p. 88.

Nesta imagem encontrada do Almanak Laemmert, apontou-se que a população livre era de 12,648, enquanto a de escravizados matriculados o número é de 23,679. Neste mesmo ano o número de corpos “entrados” comprados de outras regiões e inseridos em Cantagalo, foi de 229 escravos. Esse número é mais da metade de escravizados do número total (312) coletados no livro que mobilizamos nessa pesquisa, a diferença é que o livro tem registros de 1880 a 1883. Com esse indício do número de “entrados” em 1880 (**imagem 2.2**) conseguimos encontrar no livro os registros de 65 escravizados dos 229 “entrados” para este ano. A distribuição desses 65 trabalhadores por gênero é de 34 mulheres e 31 homens. Já a contagem da classificação por cor é de 41 (62,1%) pretos, 18 (27,3%) pardos, 4 (6,1%) cabra, 2 fulas e 1 congo. O ofício atribuído nos registros desses trabalhadores é de 49 pessoas (86%) são “de roça”, 5 pessoas (8,8%) do "serviço doméstico” e um cozinheiro.

Nas informações no livro de registros encontramos cinco escravizadas indicadas com o ofício de doméstica. A primeira delas era Sabrina, preta, vinte anos, solteira, matriculada em Minas Gerais. Foi vendida por Perfirio Pinto Ferreira, morador de Paquetá ao Viúvo José Monnerat, por 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil reis). A segunda é Prina, preta, “crioula”, dezessete anos, solteira, matriculada no município de Campos - Rio de Janeiro. Foi vendida pelo Dr. Augusto de Sousa Brandão, um político e presidente da Câmara Municipal de

Cantagalo, que possuía fazenda “com engenho e terreiro de pedra”¹⁶⁴. A escravizada foi vendida a Francisco Pereira Pinto, morador de São Fidélis, por 1:300\$000 (um conto e trezentos mil reis).

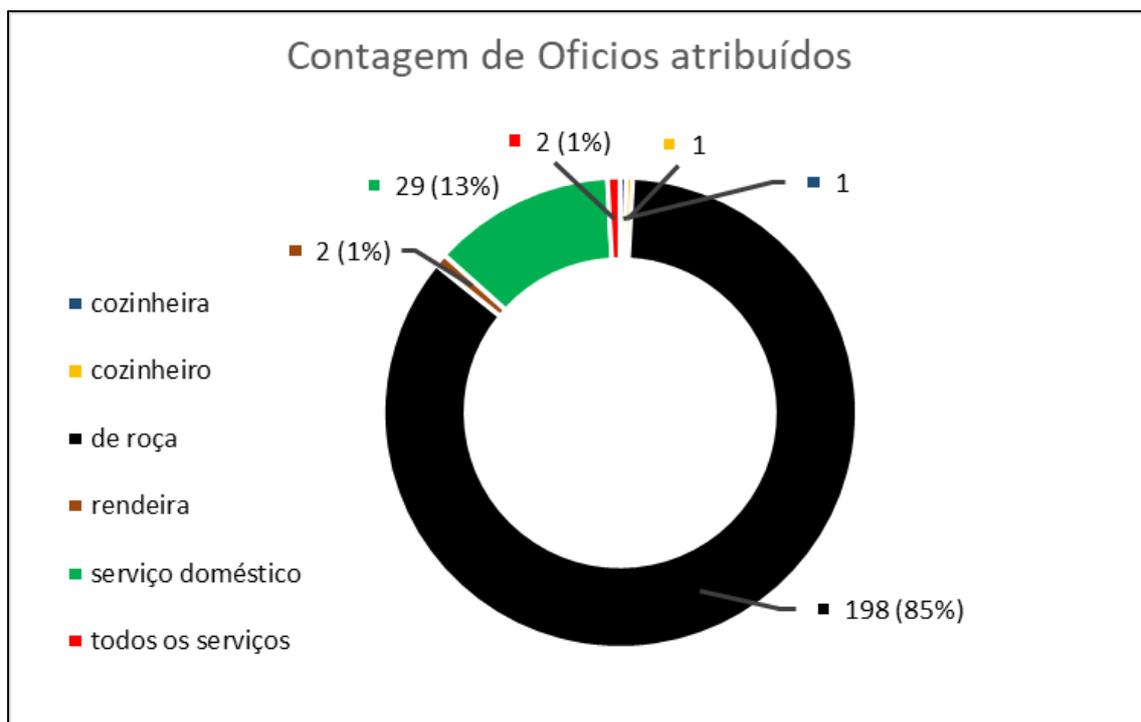
Cypriana é a terceira doméstica encontrada, preta, dezessete anos, solteira, matriculada na Bahia. Foi vendida por Antonio Marques Souza, morador da Bahia a D. Maria José da Conceição, moradora de Cantagalo pela quantia de 1:000\$000 (um conto de reis). Em seguida Maria, preta, trinta e quatro anos, matriculada no Rio Grande do Sul. Foi vendida por um morador da corte, chamado Narcizo da Silva a Manoel da Costa Ferreira pela quantia de 1:000\$000 (um conto de reis). Em meio a essa busca encontramos um caso de um cozinheiro chamado Antônio, preto, de trinta e nove anos, algo curioso, pois é raro tal ocupação para os homens no mundo rural. Foi vendido pela Veiga Companhia, situada na corte, ao Major Fortunato dos Santos Gomes pela quantia de 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil reis). A historiadora Keith Barbosa articula que o “processo de intensificação do tráfico transatlântico de escravos e o aumento da valorização do café no mercado internacional, fizeram parte do conjunto de variáveis que conduziram às transformações sociais e ascensão da economia cafeeira no Vale do Paraíba”¹⁶⁵. Por sua vez a região de Cantagalo também se beneficiou com a produção e ascensão do café¹⁶⁶.

Os números totais de ofícios atribuídos a todos os escravizados analisados nesta pesquisa, revela a característica da busca por trabalhadores que são ou já foram articulados em espaços de produção rural (plantações). O mesmo cenário visto acima onde 86% dos trabalhadores eram atribuídos como “de roca”, ocupação essa que é a maioria na distribuição entre os trabalhadores, pode ser visto ao analisar o (**Círculo 2.2**) a seguir. Apresenta-se a totalidade da distribuição de ofícios de todos os trabalhadores encontrados no livro.

¹⁶⁵BARBOSA, Keith. **Terra, trabalho e conflitos escravos no Vale do Paraíba Fluminense na segunda metade do século XIX**. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 08, dez. 2016. p. 72.

¹⁶⁶MARRETTO, Rodrigo Marins. **A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. 2014.

Círculo 2.2. Levantamento e classificação de ofícios de escravizados no Livro de registros 1880 a 1883.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Neste demonstrativo de ofício (**Círculo 2.2**) dos 313 escravizados, predomina-se nos registros os trabalhadores atribuídos como “de roça”, com o número de 198 (85%), seguido das atribuições do “serviço doméstico”, são 29 (13%) e todas mulheres. Encontramos também 2 (1%) trabalhadores classificados com o ofício de “todos os serviços”, também 1 “rendeira” e 2 cozinheiros (Antônio e Fortunata). Encontramos apenas outros dois ofícios que não sejam os “de roça” e os de “serviço doméstico”, em número menor, mas não menos importante.

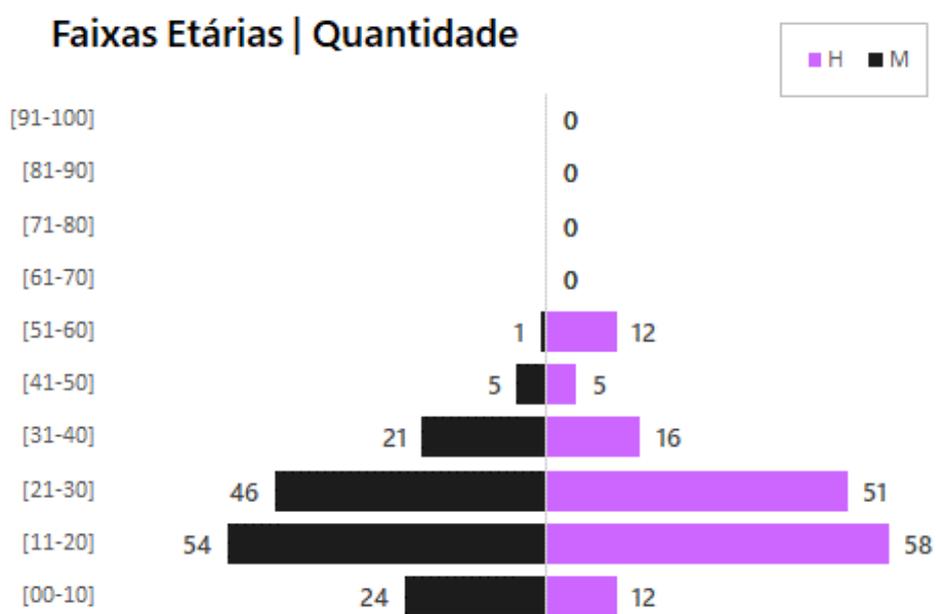
Mas, de fato, os números nos mostram que a maioria é classificada como “de roça”, indivíduos esses que possuem técnicas e experiências nas plantações. Nesta pesquisa esses trabalhadores são atribuídos e pensados como mãos articuladoras de técnicas no campo, nas suas mais diferentes finalidades, seja para a subsistência ou nas dinâmicas do labor em cativeiro. Essas técnicas não são menos relevantes, pois é preciso se adaptar e criar caminhos para suportar o dia a dia nas lavouras.

Podemos até articular uma possível negociação do uso dessas técnicas do trabalhador para o seu senhor, a fim de que nada dê errado durante o período da limpeza do campo, ao

semear, colheitar, peneirar, pesar, transportar e ensacar. Em troca da benesse do uso máximo das mãos negras, é possível que as demandas desses trabalhadores fossem analisadas e no melhor cenário atendidas. Nesses contextos, as negociações e estratégias são articuladas pelos trabalhadores escravizados com o fim de potencializar possíveis ganhos que atenuem a violência em cativeiro.

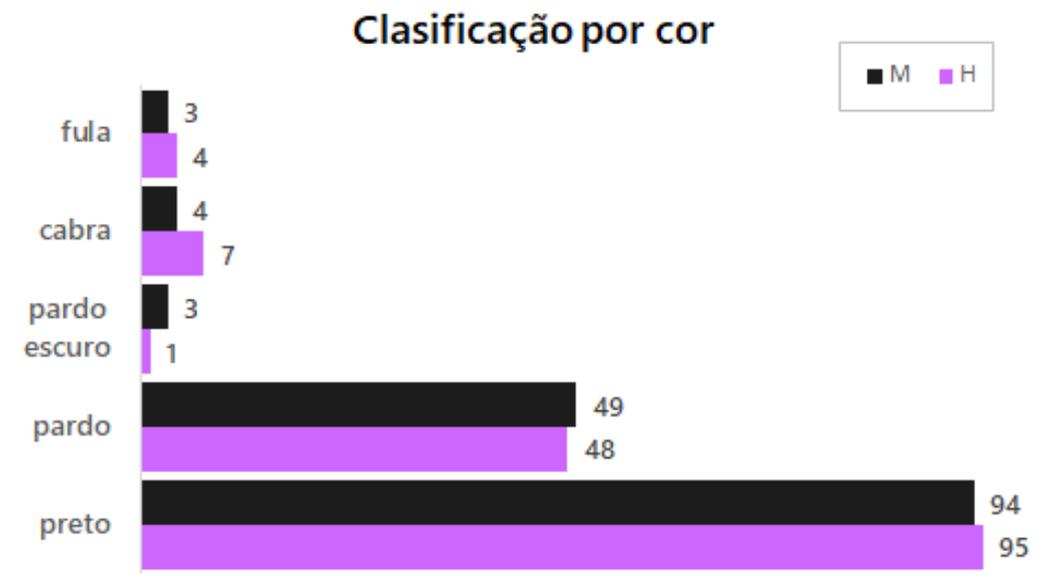
A seguir, analisamos duas variáveis dos trabalhadores que articulamos nessa pesquisa: a relação de trabalhadores por idade e a relação por cor. Na primeira é possível compreender qual a preferência em relação à idade para a compra e conjuntamente a preferência do corpo, que são comprados.

Tabela 2.1. Levantamento dos trabalhadores escravizados distribuídos por faixas etárias, encontrados no Livro de registros 1880 a 1883.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883.

Tabela 2.2. Levantamento dos trabalhadores escravizados classificados por cor, encontrados no livro de registros 1880 a 1883.



Fonte: **Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD)**. Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883.

Na (**tabela 2.1**) apresentamos a análise de idade entre 0 a 100 anos, nesse período o indicativo demonstra que a preferência pela a faixa etária entre 11 a 20 anos tem o maior percentual de escravizados, são 58 mulheres e 54 homens. Em seguida, a faixa etária entre 21 a 30 anos o número é de 51 mulheres e 46 homens, nesses dois indicativos por idade o número de mulheres vendidas é superior ao dos homens. Encontramos também alguns trabalhadores cinquentenários, classificados como africanos, são eles: Romana e Braz de 59 anos, Leandro de com 53 anos, Thomaz com 56 anos, Paulo com 59 anos, Firmino com 54 anos, Luciano com 52 anos e Venceslau com 50 anos. É curioso o fato de que a maioria desses oito africanos encontrados nos registros, serem homens e oriundos da região de Saquarema.

Na (**tabela 2.2**) a relação da atribuição por cor é apresentada, encontramos registros de 189 pessoas classificados como “pretos”, outras 92 pessoas classificadas como “pardos”, seguem o número de 11 pessoas como “cabra”, 7 como “fula e por último 4 como “pardo escuro”. Essas amostragens (**tabelas 2.1 e 2.2**) nos ajudam a entender o panorama demográfico dos trabalhadores escravizados encontrados no livro de registros, a partir de duas variáveis: a idade e a cor. Múltiplas informações que permitem formulações para

compreender o comércio de trabalhadores escravizados na região de Cantagalo, no final do XIX.

Por fim, apresentamos a quantia total por ano do coletivo de escravizados vendidos na (tabela 2.3) e indicamos nesta amostragem dos 313 escravizados, as diferentes quantias mobilizadas em distintos períodos.

Tabela 2.3. Levantamento dos números totais pagos por ano, das vendas e compras de todos os trabalhadores escravizados vendidos no livro de registros 1880 a 1883.

	1880 (novembro e dezembro)	1881 (janeiro a dezembro)	1882 (janeiro a dezembro)	1883 (janeiro a maio)
Quantia	92:100\$000	235:580\$000	87:550\$000	19:600\$000
TOTAL	434:830\$000			

Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883.

Para uma análise de comparação, ficamos atentos apenas aos números de 1881 e 1882, pois os registros destes anos contemplam todos os 12 meses do ano, observamos os contrastes de acréscimo e de decréscimo. No ano de 1881 o total de escravizados encontrados no livro vendidos, somou a quantia de 235:580\$000 (duzentos e trinta e cinco contos e quinhentos e oitenta mil reis). Já para o ano de 1882 a quantia total decresceu para 87:550\$000 (oitenta e sete contos e quinhentos e cinquenta mil reis). Isso pode ser explicado pela quantidade de escravos vendidos, em 1881 foram o total de 172 trabalhadores, no ano seguinte, em 1882 o total é de 59 trabalhadores (tabela 2.4).

Tabela 2.4. Levantamento da quantidade de escravizados vendidos e comprados por ano no Livro de registros 1880 a 1883.

	1880	1881	1882	1883
Escravizados	65 ¹⁶⁷	172 ¹⁶⁸	59 ¹⁶⁹	16 ¹⁷⁰
TOTAL	313			

Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883.

Neste tópico analisamos e apresentamos importantes informações dos trabalhadores escravizados vendidos na região de Cantagalo. Para este período as mãos negras vendidas são diversificadas, vimos que não há disparidade de registros de compras e vendas entre homens e mulheres, pelo contrário, os números se assimilam e isso demonstra que a procura da força de trabalho escravizado de ambos os gêneros se faz necessário. Vimos também que essa força de trabalho em sua maioria é caracterizada e atribuída como “de roça”, atributos esses indispensáveis para a economia cafeeira da região.

Dos 313 escravizados encontrados nos registros a maioria podem ser classificados como jovens e adultos, são escravizados na faixa etária de 11 a 30 anos, períodos esses, que podem ser explorando e exigido uma maior produtividade da força de trabalho. Essas mãos negras vendidas também se traduzem em suas classificações apresentadas nos registros, aqui resgatamos os olhares e as convenções sobre os corpos que já mencionamos. Os números de pretos vendidos são de 109, seguidos de 97 pardos. Essa análise demográfica desses trabalhadores escravizados nos proporcionam não só informações numéricas, pois acredito

¹⁶⁷A relação de todos os escravizados encontrados no livro neste período de 1880, estão apresentados no ANEXO X.

¹⁶⁸A relação de todos os escravizados encontrados no livro neste período de 1881, estão apresentados no ANEXO XI.

¹⁶⁹A relação de todos os escravizados encontrados no livro neste período de 1882, estão apresentados no ANEXO XII.

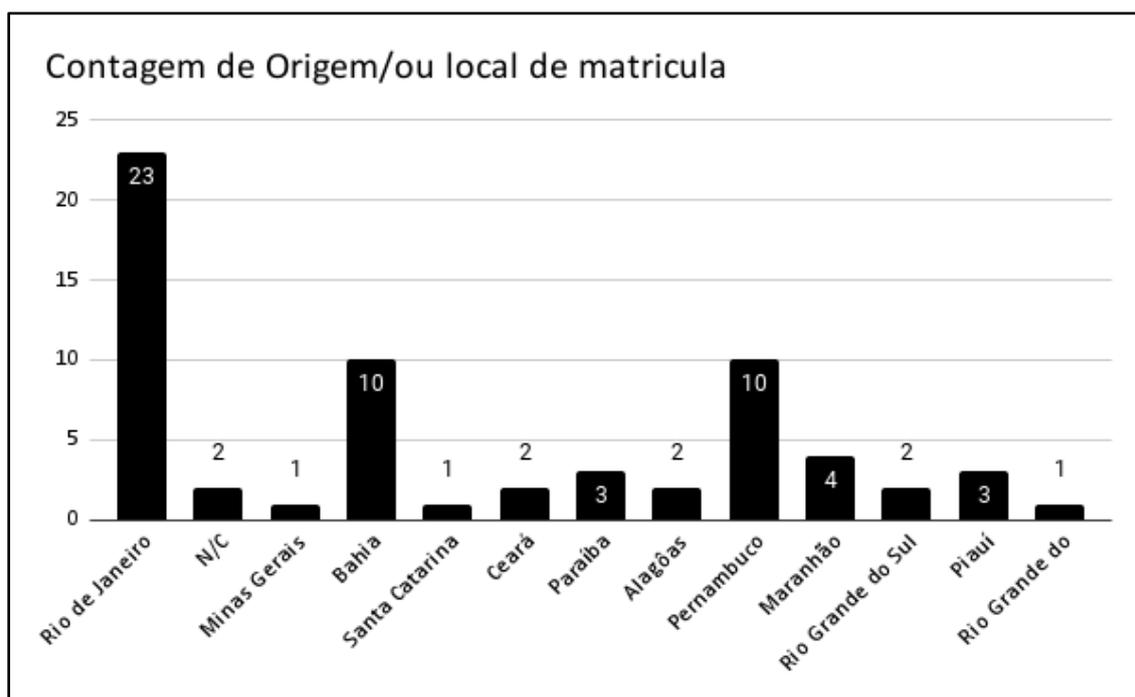
¹⁷⁰A relação de todos os escravizados encontrados no livro neste período de 1883, estão apresentados no ANEXO XIII.

que esses corpos não são só números, podemos traçar novas formas, metodologias e abordagens que nos ajudem a compreender as complexidades do corpo escravizado.

2.4. De onde é vosmecê? Pois eu vi de lá pequenininho, mas eu vim de lá pequenininho.

O tráfico de escravizados para Cantagalo no final do século XIX recorreu à mão de obra vinda de diferentes províncias do país. Articulados a redes de negociação interprovincial, observamos um expressivo contingente de trabalhadores oriundos de outras províncias, em especial as situadas no nordeste do Império. Essa importante informação traduz que o Vale do Paraíba ainda continuava exercendo forte interação com as dinâmicas do tráfico interprovincial. Como vimos na (imagem 2.2) o número de escravizados “entrados” em Cantagalo é de 229 no ano de 1880, na (Figura 2.1) abaixo podemos observar esses números de origem ou local de matrícula de alguns desses trabalhadores encontrados nos registros do livro.

Figura 2.1. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados, segundo o livro de compra e vendas de escravos em Cantagalo no ano de 1880.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Podemos observar acima encontramos a origem ou local de matrícula de 65 trabalhadores escravizados “entrados” no ano de 1880 em Cantagalo, 23 (35,9%) são matriculados no Rio de Janeiro, seguidos da Bahia com 10 trabalhadores (15,6%) e Pernambuco também com 10. Com a junção de todas as províncias do “nordeste” o número de trabalhadores matriculados nessa região é de 35 (57,7%), maior que o Rio de Janeiro. Aparentemente esses números demonstram que há um importante fluxo de escravizados vindos das províncias do nordeste para a região de Cantagalo, o comércio interprovincial de escravizados é crescente nas lavouras cafeeiras do Rio de Janeiro. No decorrer da pesquisa analisaremos algumas experiências de trabalhadores oriundos dessas regiões e os possíveis contextos das condições de suas vendas.

Nos anos seguintes observamos que ainda continua o fluxo de escravizados com origens e matrículas do nordeste, podemos ver abaixo (**figuras 2.2 e 2.3**). Aparentemente houve uma diminuição do tráfico interprovincial de escravizados do nordeste do Império para a região de Cantagalo, no ano de 1881 eram um total de 67 pessoas e em 1882 somam 25 pessoas.

Figura 2.2. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados, segundo o livro de compra e vendas de escravos em Cantagalo no ano de 1881.

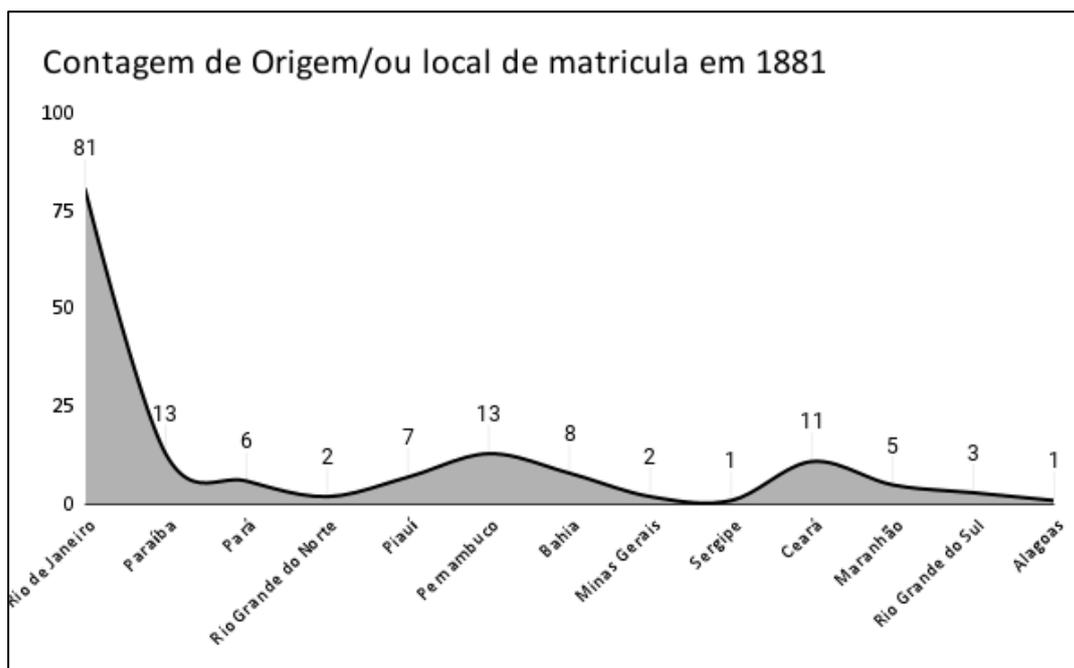
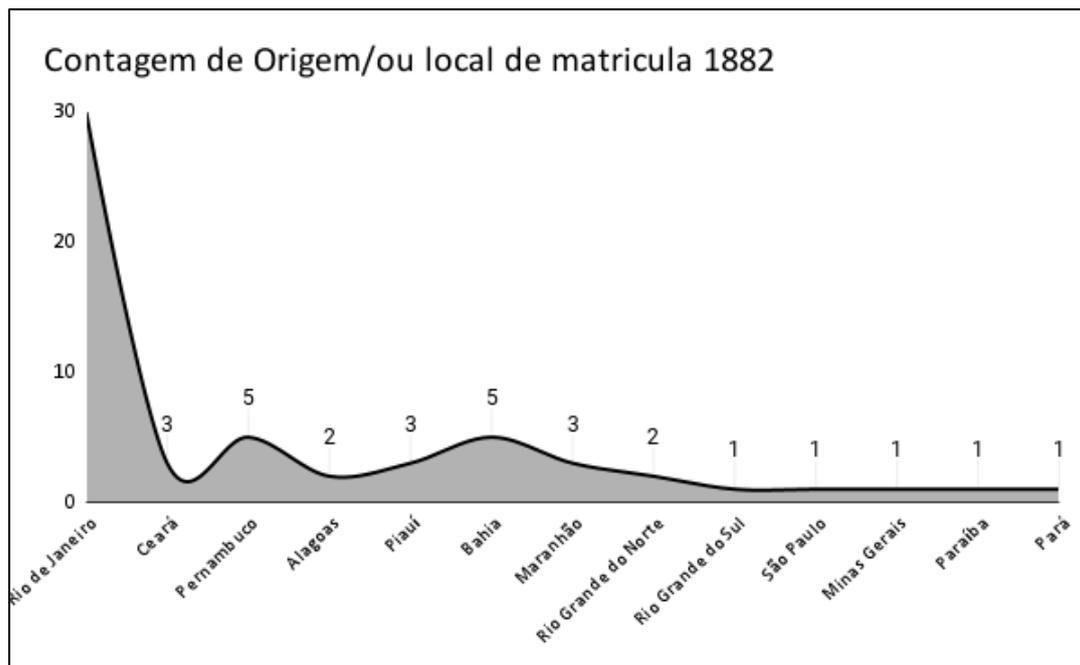


Figura 2.3. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados segundo o livro de escrituras, compra e vendas de escravos em Cantagalo no ano de 1882.

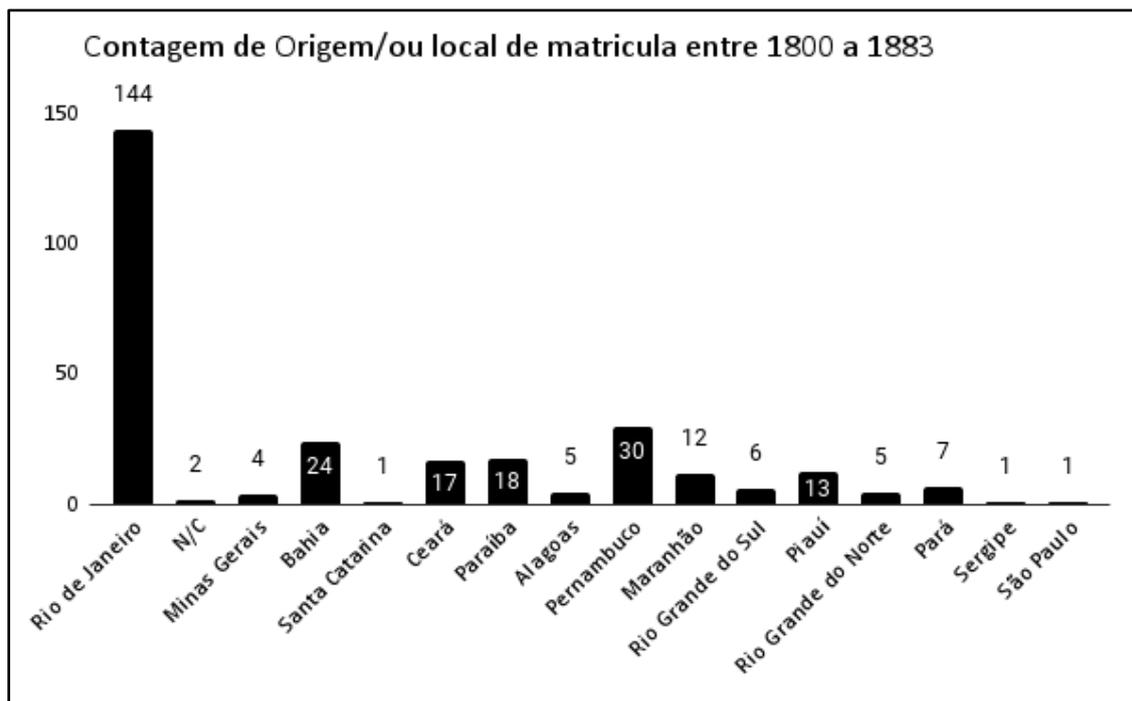


Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883. Notas (*) Descrição da fonte para ambas figuras (2.2 e 2.3).

Observamos que o mesmo aconteceu com escravizados matriculados e registrados no Rio de Janeiro, houve uma diminuição de escravizados vendidos nesse mesmo período. Em 1881 eram 81 trabalhadores e em 1882 decresceu para 30 trabalhadores, essa diminuição é acompanhada também com a diminuição dos “entrados” pelo tráfico interprovincial em Cantagalo.

A importância desta demonstração e números nos garante indícios de que, por mais que a maioria dos registros sejam de escravizados matriculados no Rio de Janeiro, o número de escravizados matriculados e vindos de outras províncias também é significativo, isso nos ajuda a compreender os fluxos de trabalhadores de distintas regiões e suas origens. A seguir apresentamos os números totais das origens ou locais de matrícula de todos os escravizados encontrados no livro. Assim podemos fazer uma comparação dos indicativos do tráfico interprovincial e intraprovincial para Cantagalo entre 1880 a 1883.

Figura 2.4. Relação de origem/ou local de matrículas dos escravizados, segundo o livro de compra e vendas de escravos em Cantagalo de 1880 a 1883.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Nesse período entre 1880 a 1883, 144 escravizados matriculados no Rio de Janeiro foram vendidos na região. Encontramos registros com matriculados em Cantagalo, Araruama, Saquarema, Itaboraí, Cabo Frio, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Capivary, Estrella, Niterói e na Corte. Em seguida, os números de matriculados registrados são da província de Pernambuco e Bahia que ocupam o lugar de maior número de trabalhadores matriculados, vendidos para a região de Cantagalo. Em outros casos encontramos matriculados nas províncias de Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Santa Catarina, Paraíba, Piauí, São Paulo, Pará, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Em comparação aos números apresentados acima, aparentemente nesse recorte temporal, Cantagalo organizava mais os negócios da escravidão intraprovincial. O comércio interprovincial de escravizados se fazem presentes com números importantes, mas em menor grau.

3.5. Mulheres, mães e trabalhadoras escravizadas em Cantagalo nos finais do século XIX.

Nas páginas seguintes encontramos múltiplas descrições e informações dos escravizados vendidos, e assim, em meio ao processo de coleta das informações dessas pessoas, priorizamos analisar as mães escravizadas encontradas no livro nesse período. Encontramos a escritura de uma escravizada vendida por Dona Maria, o sobrenome não obtive êxito em identificar. D. Maria vendeu em 17 de novembro de 1880, ao outorgado Francisco Antônio de Araújo, uma mulher chamada:

“Ignacia, preta, vinte sete anos, solteira de raça, matriculada sob números 3.184 da matrícula 2, da relação em 6 de março de 1872... acompanha a referida escrava sua filha Maria, preta, nascida em 6 de maio de 1875 e matriculada com o número 2.062.¹⁷¹

Ignacia é a segunda escravizada vendida que encontramos no livro, uma mulher jovem preta e mãe, seguramente um corpo bastante promissor e valorizado, pois as mulheres negras mães de ventre livres e os seus filhos ingênuos asseguravam uma certa estabilidade aos compradores. A tutela do “senhor possuidor” dessas crianças ingênuas era assegurada até a formalização do período de compensação, após completar a idade de 21 anos¹⁷².

Nesta venda se observa a citação dos nomes da mãe e filha, Ignacia e Maria, de 27 e 5 anos de idade respectivamente, arrematadas pelo o outorgado de nome Francisco Antônio de Araújo, pela quantia de 1:000\$000 (um conto de reis). Adquiridas juntas, assim obedecendo o dispositivo jurídico da não separação dos filhos de seus pais. Apenas nessas duas vendas desses cativos na região de Cantagalo apresentadas acima, encontramos o comércio de corpos negros jovens, muito comuns à época. O corpo sem o nome (**Imagem 2.1**), identificado apenas com algumas observações físicas “alto, preto” e de quinze anos, a tentativa de conhecer a história desse corpo e suas percepções e expectativas, deveras é muito instigante. Que experiências e vivências aconteceram com o menino de matrícula n° 1565, para onde foram e como viveram Ignacia e Maria? Essas perguntas servem como estímulos na

¹⁷¹Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883. p. 2.

¹⁷²ARIZA, Marília BA. **Crianças/ventre livre**. Dicionário da escravidão e liberdade, v. 50, p. 177-183, 2018.

construção desse trabalho, a busca dessas respostas ou indícios nos apresentará um espelho muito importante para entender as dinâmicas do balcão de vendas da escravidão de Cantagalo, bem como também, apresentar as características físicas, de origem, cor, idade e ofício desses corpos escravizados.

Os registros de compras e vendas analisados nesse primeiro momento tem o recorte temporal, nos meses finais de 1880. A primeira venda foi feita em 17 de novembro e a última em 28 de dezembro, dois meses de registros das dinâmicas burocráticas e normas para a efetivação do termo de posse. Encontramos nesses documentos os nomes e região de residência dos senhores e possuidores, como também dos compradores. Dentro dessa dimensão, observou-se que muitas vendas foram feitas por procuração e por representantes, poucos foram os casos de o “senhor e possuidor” comparecer perante o juiz de paz no Cartório. Os registros dos escravizados vendidos apresentam nomes, em alguns casos características físicas, ano de nascimento, ocupação e origem da matrícula. Neste último podemos rastrear indícios da origem desses indivíduos, pois a política de matrícula de cativos em 1872, tinha como condição o registro dos escravos no seu local de permanência¹⁷³. Atentos ao forte tráfego de cativos entre as províncias, não se pode ter uma posição sólida das origens dos cativos, essas lacunas podem ser preenchidas com análises mais aprofundadas e individualizadas.

A segunda mãe encontrada é Silveria¹⁷⁴, de vinte cinco anos, parda, solteira e de roça. Silveria tem seu registro de matrícula de 1872, na província do Alagoas, sua venda foi feita em 1880, no cartório do juiz de paz em Cantagalo por Joaquim José Pinto, morador na cidade de Laguna, província de Santa Catarina. A venda foi feita ao comprador Antônio dos Santos Thompson¹⁷⁵, morador de Cantagalo. Junto com Silveria, sua filha Leolinda acompanha outros sete escravizados na efetivação desta negociação. Esse coletivo de corpos dinamizados e negociados no comércio interprovincial custou 8:000\$000 (oito mil contos de reis) quantia essa significativa, segue abaixo descritivamente a relação de todos os escravizados nessa venda:

¹⁷³Ou local de residência.

¹⁷⁴Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883. p. 6.

¹⁷⁵No Almanak Laemmert, o capítulo do Município de Cantagalo, encontramos o nome de Antônio dos Santos Thompson na seção de "fazendeiros de café (alta lavoura) na Freguezia de Santa Rita do Rio Negro. O espaço com "alta lavoura" do café requer um número expressivo de mão de obra, o que explica a compra feita por Antônio de oito escravizados. Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880, p. 98.



¹⁷⁶ “Gustavo, cabra, vinte e dois anos... sob os números 2.357 da matrícula e relação... matriculado na cidade de Laguna, Santa Catarina.



“Homem¹⁷⁷, pardo, dezesseis anos... sob os números 581 da matrícula e 2 da relação... matriculado em Icó, Ceará”.



“Tereza, preta, vinte e três anos... matriculação na Bahia... sob os números 242 da matrícula e 3 da relação”.



“Tereza, parda, vinte um ano... sob os números 279 da matrícula e 7 da relação... matriculada na cidade de Villa Bella, Parahyba do Norte”.



“Sindolpho, pardo, vinte e nove anos... sob os números 1.833 da matrícula e 10 da relação... matriculado na Parahyba do Norte”.



“Antonio, pardo, dezenove anos... sob os números 6.517 da matrícula e 2 da relação... matriculado no Município da Purificação, Bahia”.



“Homem¹⁷⁸, pardo, vinte quatro anos... sob os números 12.317 da matrícula e 2 da relação... matriculado na Capital da Bahia”.

Aliados a essas informações, propomos a continuidade de apresentar as contribuições afro (referenciadas e culturais), ditas por Sodré ao pensar os códigos Nagô no território brasileiro. Apresentamos essa simbologia de resistência do Adinkra - Aya, conectadas a essas

¹⁷⁶Ao buscarmos pensar as construções culturais, simbologias e ancestralidades neste trabalho, aliamos às perspectivas das contribuições geracionais de África e dos afrodescendentes no Brasil. Essa simbologia adinkra chamada de “AYA” representa uma samambaia, planta resistente que pode crescer em lugares difíceis. Essa simbologia também representa a resistência, independência e perseverança. O adinkra chamado de Aya, postos antes dos nomes dos escravizados relacionados nessa venda, é uma referência ético-estética filosófica, diversas adinkras em formas de figuras e desenhos exercem dinâmicas espirituais e de comunicação entre o povo Akan de Gana. Esses modelos e desenhos afro referenciados são encontrados em tecidos, construções, adornos etc. “O maior cultivador dos adinkra é o povo Akan da costa oeste africana (Costa da Guiné, em Gana, Costa do Marfim e Togo)”. Kabengele Munaga discorre que essa simbologia prosperou e tem influência no Brasil, a partir da inserção de corpos negros sequestrados de África para a América portuguesa. Almas advindas da região do Golfo do Benin, extensão territorial que compreende e absorver distintos coletivos populacionais, entre elas, os povos iorubá, jêje, fons, ewê e fanti-ashanti, “atuais repúblicas da Nigéria, Benin, Togo, Gana e Costa do Marfim”. Ver: PETIT, Sandra Haydée; VENTURA, Wagner Maycron. **PARANGADINKRA: POTENCIALIDADES PRETAGÓGICAS, ENSINAMENTOS E FILOSOFIAS DE TRÊS ADINKRAS DO POVO AKAN EM GANA.**

¹⁷⁷No decorrer da análise e leitura paleográfica, não conseguimos identificar o nome. Isso não significa que um nome não consta no documento.

¹⁷⁸No decorrer da análise e leitura paleográfica, não conseguimos identificar o nome. Isso não significa que um nome não consta no documento.

sete pessoas vendidas, sendo 5 homens e 2 mulheres, acompanhadas de Silveria e sua filha, como estética afro referenciada. O debate identitário não é posto aqui, mas é importante e se faz necessária a análise das interlocuções transculturais da população negra no Brasil. Com essa simbologia reconhecemos esses corpos como um coletivo que articula referências culturais ancestrais, com concepções distintas de tempo e espaço, o mesmo se aplica às técnicas ancestrais para a sobrevivência do labor em cativo - a plantação, coleta, os cantos, as mandingas, a cura física e espiritual, alimentação, negociação e etc.

A seguir podemos expor alguns indícios sobre a trajetória de Silveria e os possíveis caminhos dessa trabalhadora escravizada e mãe, registrada em 1872 no Alagoas. Vendida por indivíduo de Santa Catarina para um fazendeiro de café em Cantagalo em 1880. Sua matrícula foi registrada em Alagoas, segundo o dispositivo de n 2.040¹⁷⁹, toda matrícula deveria ter todos os dados e confirmações no local de domicílio do cativo. Matriculada na alfândega em vinte nove de agosto de 1873, com apenas dezoito anos, Silveria provavelmente residiu ou transitou pela província de Alagoas, ou mesmo nasceu nesse território.

Alagoas uma província pequena comparada as vizinhas Bahia e Pernambuco, depende economicamente dessas duas províncias, para manter o equilíbrio de seus comércios. historicamente no Alagoas se organizou produtivamente com dois artigos para exportação, o açúcar e algodão, consolidou-se durante meados do século XIX os negócios do algodão. Esse retrato fez com que “a arrecadação provincial relativa ao algodão supera-se aquela do açúcar, indicando a intensa participação de Alagoas neste mercado”¹⁸⁰.

A situação na província do Alagoas em 1871, dois anos antes da matrícula de Silveria, era bastante preocupante. Segundo o relatório da província¹⁸¹, nesse mesmo ano, o comércio e a agricultura para exportação não obtinham resultados satisfatórios. As queixas se iniciam desde a falta de incentivos e capital para os produtores, também a falta de infraestruturas férreas que diminui a conexão e distribuição dos artigos para os centros comerciais da província¹⁸². Ainda afetada com o conflito da guerra do “Paraguay”, o mesmo relatório expõe que o final da guerra trouxe o “florescer de novo” para a indústria e o comércio da província.

¹⁷⁹Lei do “Ventre Livre” foi assinada pela Princesa Isabel e promulgada em 28 de setembro de 1871, considerando livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir de então. link:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm

¹⁸⁰Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ver: TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. pág. 166, 2016.

¹⁸¹ Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da Província das Alagoas no acto do presidente, de sua instalação em 3 de maio de 1871, pelo o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Link: <http://ddsnext.crl.edu/titles/163#?c=0&m=65&s=0&cv=0&r=0&xywh=-902%2C-204%2C3065%2C2162>

¹⁸² Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da Província das Alagoas, pág, 37, 1871.

Situação essa que logo mudou, com as consequências chegadas no rebote de outro conflito, a “luta franco-prussiana”, ocasionando imediatamente a baixa dos principais gêneros de exportação d'esta província no mercado europeu”¹⁸³.

Todos esses fatores e queixas em Alagoas acerca da produção e do comércio, fazem parte dos problemas, mas não só, outro fator de preocupação da elite política e social da região é sobre a diminuição da mão de obra escravizada. No relatório, ainda são discutidas melhorias para esse problema, a ideia apresentada à assembleia do Alagoas se empenha na consolidação e no estímulo à colonização e ao “Trabalho livre nacional”¹⁸⁴. Nas lavouras agrícolas na província em 1871 diminuía os braços livres para o serviço na Guarda Nacional. O relatório ainda aponta que as consequências era o abandono e a total ruína dos estabelecimentos rurais¹⁸⁵. A proposta apresentada pede ainda a formalização de um ensaio em alguma localidade agrícola apta e com acomodações, a fim de se instalar um respeitoso “contingente de trabalhadores livres, isentos do recrutamento ou do serviço da guarda-nacional”¹⁸⁶. Em Alagoas mesmo com a preocupação da falta de mão de obra escravizada, no ano de 1874 contabilizava o número de 10,3% da sua população como escravizados, ao passo que a província maior de Pernambuco tinha 12,4% e a Paraíba detinha apenas 7%¹⁸⁷.

Apresentados essa contextualização do local de registro de Silveria, a província do Alagoas, podemos apresentar alguns indícios da sua trajetória. No seu registro da venda em Cantagalo, aparece como seu senhor Joaquim José Pinto, morador na cidade de Laguna, província de Santa Catarina. Não encontramos o nome do provável “senhor e possuidor” da Silveria no Alagoas, informação importante para sabermos sua posição e status nessa sociedade, bem como seu fomento econômico. Também não encontramos a informação de em que ano foi vendida para Joaquim José Pinto. Assim, diante da falta dessas informações, buscamos o cruzamento do registro de compra e venda da Silveria e os relatórios das províncias do seu local de registro de matrícula.

Podemos articular que a sua venda pode ter sido influenciada pela falta de estímulos por parte do poder público à lavoura nesse período, como no mencionado relatório acima. A venda de escravizados para o acúmulo de capital se mostrou bastante comum nas décadas finais do século XIX. Outra linha ou indícios da venda de Silveria se apresenta como um

¹⁸³idem p,37, 1871.

¹⁸⁴idem, p,39, 1871.

¹⁸⁵idem, p,39, 1871.

¹⁸⁶idem, p,39, 1871.

¹⁸⁷ROCHA, Solange P. **Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade. Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, p. 86, 2012.

negócio em meio ao circuito do comércio interprovincial de escravizados da região. A historiadora Luana Teixeira discute esse cenário do comércio de corpos negros nos principais portos de Alagoas, também apresenta a inserção dos escravos na estrutura econômica de “exportações-importações na região. No caso de Alagoas, ao que tudo indica, esses negócios eram quase exclusivamente realizados por meio da cabotagem¹⁸⁸, a via terrestre encareceu os negócios, além de ser mais demorado e fadigoso.

A via marítima era o principal corredor de tráfego de corpos negros para outras províncias no nordeste e sudeste, e provavelmente, por via marítima que Silveria se deslocou da província do Alagoas. Nesse caminho Silveria pode ter tido experiência do trabalho na região do sul (Laguna). Silveria foi vendida a um residente da cidade de Laguna - Santa Catarina, ocasionando um hiato de informações de 1872 a 1880. Mas se acompanharmos esses indícios, essa mulher, mãe e trabalhadora “de roça” pode ter dinamizado sua força laboral em três diferentes regiões do país, no Alagoas, em Santa Catarina e em Cantagalo no Rio de Janeiro. Vivendo com distintas experiências de trabalhos, expectativas e percorrendo espaços geográficos completamente diversificados.

A terceira escravizada e mãe vendida é Felícia, preta, quarenta e três anos, matriculada em Saquarema. Nesta escritura Felícia foi vendida por Francisco Manoel Ramalho, representante de Ramalho Carneiro Companhia. Francisco, morador de Araruama, concluiu a venda para o novo outorgante de Felícia, chamado Antônio de Souza Coelho, um membro pertencente à diretoria da Casa de Caridade de Cantagalo. Antônio é referido como ocupante do cargo de secretário desta instituição¹⁸⁹, a Casa de Caridade tinha como principal administradora a Sociedade Maçônica de Cantagalo.

Mãe e escravizada, Felícia foi vendida junto com suas duas filhas, Maria, parda, oito anos; e Fabriciana, parda, quatro anos pela quantia de 1:300\$000 (um conto e trezentos mil reis). O ofício descrito na escritura expõe que a função de Felícia é “de roça”, não encontramos nenhuma informação se o seu comprador possuía alguma lavoura ou roça. Porém, na prospecção do Almanak Laemmert de 1885, Antonio de Souza Coelho não aparece mais como secretário da Casa de Caridade de Cantagalo. Encontramos o seu nome no espaço destinado a “Fazendeiros e Lavradores”¹⁹⁰, na região de Bom Jardim. É provável que Felícia e suas duas filhas se ocupavam do serviço na lavoura cafeeira, pois na região, a motriz

¹⁸⁸Ibidem, TEIXEIRA, Luana. p. 145, 2016.

¹⁸⁹Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880, p. 90.

¹⁹⁰Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1885, p. 903.

econômica principal “é o café que exporta anualmente pela estrada de ferro de Cantagallo cerca de 3,000,000 de kilogrammas”¹⁹¹.

A Companhia Ramalho Carneiro vendeu outros sete escravizados, neste mesmo dia, para quatro diferentes compradores. Foi vendido Fernando, preto, dezenove anos, matriculado no Rio de Janeiro. Nos registros encontramos duas vendas com informações de Fernando nesse mesmo cartório, na primeira escritura Fernando foi vendido por Eugenio Julio, morador de Cantagalo à Ramalho Carneiro Companhia, o valor pago foi de 2:000\$000 (dois mil contos de reis).

O segundo registro é a compra exposta acima por Francisco Manoel Ramalho representante da mesma Companhia. Portanto, num intervalo de quatorze dias, Fernando foi revendido para um novo “senhor e possuidor”, uma mulher chamada Maria Souza, moradora de Santa Maria Madalena, o valor pago foi 2:200\$000 (dois mil e duzentos mil reis). A companhia Ramalho Carneiro recebeu um acréscimo de 200 reis pelo escravizado vendido. Em outra venda, a Companhia Ramalho Carneiro vendeu a Antônio Gomes da Silva, morador de Cantagalo, o escravizado Geraldo, preto, quarenta e três anos pela quantia de 1:450\$000 (um conto quatrocentos e cinquenta mil reis).

Encontramos Antônio Gomes da Silva no Almanak Laemmert de 1885, e era descrito como proprietário de um açougue na Freguesia do Santíssimo Sacramento¹⁹². Ele possuía “carros e carroças”, provavelmente também exercia os serviços de transportes na cidade. Não encontramos nenhum registro de Antônio com atividade da lavoura, mas se o escravizado Geraldo permaneceu em posse de Antônio entre os anos de 1880 a 1885, podemos concluir com esses indícios, que o preto Geraldo exercia alguma atividade ligado ao açougue e/ou dos transportes nos carros e carroças da Cidade.

A última venda da Companhia foi de Oleria, preta, vinte três anos e Antônio, preto, vinte sete anos, ambos matriculados em Saquarema. Vendidos a Romualdo José do Carmo, morador de Cantagalo pela quantia de 3:400\$000 (três contos e quatrocentos mil reis). Romualdo exercia a função de escrivão policial¹⁹³, no distrito de S. Sebastião da Parahyba, esse cargo ocupado na força policial, proporciona forte interação e contato com os conflitos da região. Além de exercer o papel de coleta e transcrição de todos os acontecidos neste distrito de Cantagalo,

¹⁹¹Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1885, p. 903.

¹⁹²Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1885, p. 887.

¹⁹³Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880, p. 90.

Romualdo provavelmente se deparava com questões ligadas a escravizados “fujões”, conflitos domésticos entre senhor e escravizados,

E por fim para este recorte nos dois meses finais de 1880 neste cartório, os registros de uma quarta mãe, “preta”¹⁹⁴, vinte um ano, matriculada na região de “Capivary” no Rio de Janeiro. Nesta compra foram vendidos em conjunto Manoel, preto, treze anos, matriculado em Saquarema, a mãe preta e suas duas filhas ingênuas: Januária, preta, quatro anos; e Adelaide, preta, apenas um ano e oito meses de idade. Todos foram vendidos a Francisco Dias de Oliveira, morador de Cantagalo, pela quantia de 3:300\$000 (três contos e trezentos mil reis), nesta venda observamos o quão jovens são os corpos dinamizados nesse negócio escravista.

Tabela 2.5. Levantamento e distribuição de todas mães vendidas no Livro de registros de 1880 a 1883.¹⁹⁵

Mães	Idade	Matriculada em	Filhos	Idade
Ignacia	27	N/C	Maria	5
Silveria	25	Alagoas	Leolinda	2
Felicia	43	Rio de Janeiro	Maria Fabriciana	8 4
Agostinha	30	Pernambuco	Aleixo Gêmeas (M)	6 0
Roza	26	Rio de Janeiro	Antonio Cristiano	8 0
Fe[...]	19	Rio de Janeiro	Roza	2
Firmina	39	Rio de Janeiro	Izidora	11
Maria	40	Rio de Janeiro	Lidia	3
Balbina	23	Rio de Janeiro	Filha	0
Eva	19	Rio de Janeiro	Lauriana	2
Roza	26	Rio de Janeiro	Filha	6
Aguida	24	Bahia	Alexandrina	0
Luiza	22	N/C	Joana	1
Severa	25	Rio de Janeiro	Maximino	0
Luzia	25	Ceará	Raymundo	13
Domingas	28	Rio de Janeiro	Laurentina	13
Maria	25	Pernambuco	Josepha	5
			Ignacia	13

¹⁹⁴No decorrer da análise e leitura paleográfica, não conseguimos identificar o nome. Isso não significa que um nome não consta no documento.

Paula	31	Paraíba	[Belina] Adelina	8 5
Senhorinha	30	Rio de Janeiro	Filha Macario	13 0
Ana	36	Rio de Janeiro	Carlos Mafalda	3 0
Reginalda	47	Rio de Janeiro	Margarida Luiza	11 9
Francisca	29	Rio de Janeiro	Anselmo ¹⁹⁶	0
Florença	32	Rio de Janeiro	Carlota Augusto (M)	5 3 1

Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883.

Durante os registros analisados de 1880 a 1883 foram encontradas de 23 mães escravizadas vendidas em Cantagalo. A idade mínima era de 19 anos e a máxima de 47 anos, seguida da média máxima de idade, entre 25 e 30 anos. Neste demonstrativo (**tabela 2.5**), encontramos os nomes e idades de cada ingênuo, totalizando 34 crianças, também os nomes e idades das mães. No relatório da Provincia do Rio de Janeiro de 1885 encontramos informações sobre os filhos livres de mulheres escravizadas matriculados e averbados em Cantagalo até o dia 30 de junho de 1884, os números são de 2.555 homens e 3.005 mulheres. Segundo o relatório os números de filhos livres só são superados pelos Municípios de Valença com 3.607 homens e 3.956 mulheres, seguidos pelo Município de Campos com o número de 5.212 homens e 5.190. O Município de Vassouras tem números de 2.590 homens e 2.593 mulheres, extrato esse muito semelhante a Cantagalo. Já a região fronteiriça de Nova Friburgo tem números muitos inferiores com 404 homens e 407 mulheres.

Outro indicativo muito importante que encontramos no relatório é os números de distribuição desses filhos e filhas no espaço geográfico de Cantagalo. Segundo o relatório destes filhos os pertencentes a população urbana são 26 homens e 24 mulheres, muito inferior aos números de alocados nas áreas rurais de 2.529 homens e 2.981 mulheres. Esse

¹⁹⁶Anselmo (inocente) foi liberto na pia batismal. A alforria dada durante o cerimonial de batismo, se demonstrou uma prática recorrente durante o século XIX. Algumas pesquisas articulam que a mística que envolve essa prática religiosa, está ligada aos distintos cenários sociais, estratégias e vínculos entre o senhor e o escravizado. Para a região de Cantagalo, ocorreram alguns batismos e alforria na pia batismal. Ver: Palma, Renata. “A alforria de “inocentes” na pia de batismo: análise das relações familiares em Cantagalo no século XIX”. UNIRIO, 2018.

demonstrativo e números provavelmente absorveram os filhos e filhas das mães encontradas nos registros de compras vendas (**Tabela 2.5**), mesmo considerados livres (ingênuos), as crianças acompanhavam suas respectivas mães e se estabeleciam sobre condições de tutela respaldados pelas leis e dispositivos pós ventre livre.

Em um decreto de 1887 foi estipulado que os filhos e órfãos ingênuos pobres deviam ser encorajados permanecer junto a fazendeiros, posseiros e agricultores. Se recomendava que na falta de outras instituições de assistência, os juízes de Órfãos poderiam optar o encaminhamento destes menores para propriedades agrícolas. Ainda segundo o decreto era preciso o comprometimento da assinatura do termo de tutela e garantia de educação¹⁹⁷. Mas de fato, a tutela de filhos de mulheres escravizadas e livres pobres forneceu o uso de desfruto da mão de obra desses ingênuos em troca do seu bem estar. Segundo Maria Aparecida Papali na região de Taubaté logo no início de 1888, houve um crescimento de alforrias incondicionais, a maioria para mulheres que tiveram seus filhos considerados órfãos pelas condições de pobreza e miséria de suas mães, para tal, esses seriam os requisitos para a formalização das tutelas¹⁹⁸.

Para uma maior compreensão dos números apresentados dos filhos livres de mulheres escravizadas, indicamos abaixo a tabela retirada do relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro em 8 de agosto de 1885. Esse gráfico contém informações importantes dos diversos espaços da Província do Rio de Janeiro. Optamos por evidenciar os municípios com os números mais expressivos de filhos livres neste período.

¹⁹⁷Papali, Maria Aparecida. **Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume, 2003.

¹⁹⁸Ibidem, Papali, Maria Aparecida, 2003.

Imagem 2.3. Quadro demonstrativo dos filhos livres de mulheres escravizadas em Cantagalo até 30 de junho de 1884.

Quadro demonstrativo dos filhos livres de mulher escrava, matriculados e averbados na Provincia do Rio de Janeiro, até 30 de Junho de 1884

MUNICIPIOS	Matriculados e averbados até 30 de Junho de 1884		FALLECIDOS		MUDADOS		Existentes em 30 de Junho de 1884		Pertencentes á população urbana		Pertencentes á população rural		Menores de 8 annos		Maiores de 8 annos		Em' poder dos senhores das mães por opção dos serviços ou sem declaração respectiva.		Entregues ou a serem entregues ao Estado por opção já declarada de título de renda.		Entregues ás mães libertas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Angra dos Reis.....	640	675	184	209	57	65	399	401	28	46	371	355	284	276	115	125	378	377	4	21	20
Araruama.....	1.807	1.705	575	513	98	92	1.134	1.100	4	3	1.130	1.097	641	632	493	468	1.123	1.093	11	7
Barra Mansa.....	2.568	2.581	820	705	89	32	1.659	1.844	63	68	1.596	1.776	1.038	1.064	621	780	1.642	1.831	17	13
Cabo Frio.....	785	802	267	259	46	62	472	481	102	95	370	386	330	351	142	130	456	465	13	14	3	2
Campo.....	1.490	1.499	575	565	75	81	840	853	35	16	805	837	710	704	130	149	807	834	8	6	25	13
Cantagallo.....	6.593	7.010	1.737	1.776	41	44	5.212	5.190	1.008	764	3.004	4.428	4.240	4.300	963	800	5.205	5.195	1	1	6	3
Capivary.....	4.217	4.619	1.513	1.449	149	136	2.555	3.005	26	24	2.529	2.981	1.414	2.123	1.141	882	2.544	2.997	11	8
Carmo.....	923	1.009	282	313	36	40	595	612	595	612	305	280	327	362	559	629	6	13
Estrella.....	544	515	31	36	1	1	512	478	2	1	510	477	315	355	127	133	512	478	10	9
Itaguahy.....	967	985	360	371	77	64	590	560	9	14	521	516	440	481	80	90	212	213	11	13
Iguassú.....	1.365	1.281	511	462	55	70	769	749	6	8	763	741	612	610	157	122	755	738	14	10
Itaborahy.....	1.441	1.549	520	497	45	45	876	1.007	23	28	843	979	524	648	352	350	839	997	17	11
Macahé.....	2.368	2.270	704	653	52	53	1.512	1.544	24	40	1.488	1.524	1.095	1.081	417	483	1.505	1.557	5	3	2	2
Magé.....	996	983	291	320	64	66	575	547	11	12	564	535	245	291	330	326	566	541	4	6
Mangaratiba.....	206	212	57	63	16	18	133	128	11	6	122	122	89	83	44	45	130	126	3	2
Maricá.....	1.225	1.262	411	424	45	40	760	798	20	21	749	777	518	509	251	289	751	772	18	26
Nitheroy.....	1.699	1.782	531	454	97	67	1.071	1.261	214	280	857	981	901	1.021	170	240	1.010	1.180	61	31
Nova Friburgo.....	1.250	1.175	470	399	376	360	404	407	34	48	350	359	291	275	118	132	399	402	5	5
Parahyba do Sul.....	3.799	3.861	1.322	1.260	115	105	2.362	2.487	12	8	2.350	2.479	1.554	2.155	408	302	2.237	2.339	125	148
Paraty.....	285	315	116	105	16	8	151	202	83	80	71	122	90	100	61	102	151	139	3	3
Petropolis.....	78	72	21	20	10	8	47	44	28	26	19	18	33	24	14	20	46	44	1	1
Pirahy.....	2.465	2.276	677	727	85	77	1.708	1.472	4	8	1.699	1.461	1.101	901	602	568	1.693	1.456	10	16
Rez n'de.....	1.959	2.060	661	676	97	126	1.231	1.198	60	63	1.171	1.135	836	782	395	416	1.201	1.176	27	22
Rio Bonito.....	1.739	1.745	642	573	89	84	993	1.088	999	1.088	469	537	530	551	990	1.068	9	20
Rio Claro.....	423	415	168	168	43	43	217	204	1	4	216	200	118	101	99	103	217	204	25	25
Sant'Anna de Macacu.....	841	783	303	239	92	75	449	469	57	107	362	362	316	329	133	140	424	444
Santo Antonio de Padua.....	1.117	1.010	38	27	4	1	1.075	982	1.075	982	758	638	317	299	1.075	982	4	8
Santa Maria Magdalena.....	2.107	2.133	634	663	96	73	1.327	1.386	1	1.326	1.385	1.131	1.143	196	243	1.323	1.373	20	19
S. Fidels.....	3.814	3.807	1.097	1.032	1.110	923	1.697	1.823	20	23	1.677	1.800	1.133	1.235	561	583	1.675	1.804	16	14
S. João da Barra.....	960	877	235	132	29	28	706	667	46	51	660	616	393	419	313	248	690	633	9	7
S. João do Principe.....	1.114	1.206	380	403	47	66	678	732	9	7	669	725	551	630	97	82	669	725	16	10
Sapucaia.....	1.487	1.534	539	573	15	20	943	942	22	15	921	927	637	677	46	50	927	982	13	14
Saquarema.....	1.160	1.145	469	447	53	61	617	637	2	3	615	634	363	367	270	270	634	633	9	9
Valença.....	5.915	6.198	2.226	2.187	282	258	3.607	3.953	24	38	2.783	3.035	2.184	2.321	1.423	1.632	3.598	3.944	13	14
Vassouras.....	3.937	3.964	1.310	1.272	97	99	2.500	2.593	24	38	2.566	2.553	1.906	1.903	684	691	1.878	1.857	684	691	28	15
Somma.....	64.986	65.553	20.780	20.176	3.355	3.293	40.671	42.116	3.475	2.891	37.196	39.282	28.871	29.773	12.300	12.348	39.393	40.821	713	719	565	576

Secretaria do Governo da Provincia do Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1885.

O secretario, CARLOS SILVEIRA MARTINS.

tráfico e comércio de escravizados para a região absorveu muitas mulheres mães para o trabalho escravo, os números aqui contabilizados são apenas as que encontramos registradas nesse livro, mas certamente, há muitas outras por toda a região de Cantagalo e atrelado a isso, pode haver também subnotificação.

Enfim, os exercícios e narrativas expostas neste capítulo, buscou compreender quem são esses trabalhadores encontrados no livro de compras e vendas de escravos em Cantagalo. Encontramos e apresentamos informações com variáveis demográficas retiradas nos registros, os nomes, idades, cor, origem, ofícios, colaborando na discussão e análise de algumas amostragens que podem nos ajudar a compreender mais sobre esses 313 escravizados na região de Cantagalo, neste período de 1880 a 1883. Essas mãos negras à venda são protagonistas nesta análise, pois estão fortemente alinhadas aos contextos e experiências do tráfico e comércio de escravizados brasileiro.

Buscamos também compreender e constituir indícios de trajetórias de alguns desses trabalhadores, em meio às experiências do comércio e o tráfico de escravos, em especial as trabalhadoras e mães vendidas para a região. Cantagalo incluído no setor cafeeiro do Vale do Paraíba, continuou a promover a compra de coletivos de escravizados durante o iminente fim da escravidão. Foi possível entender as dinâmicas do tráfico e comércio de escravos intraprovincial durante o século XIX, principalmente entre as regiões próximas. O comércio de escravizados em Cantagalo, também nesse período, mobiliza negócios com proprietários de escravos de outras províncias, inseridos assim em contextos do comércio escravistas interprovinciais, absorvendo diversos trabalhadores escravizados vindos de diferentes regiões do Império.

CAPÍTULO III. Dos negócios da escravidão do negociante João Joaquim Gonçalves Braga a emancipação recente: um convite para a “Festa dos Negros” em Cantagalo.

*Será...
Que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será...
Que a Lei Áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu¹⁹⁹*

Hélio Turco, Jurandir e Alvinho

Neste capítulo, avançaremos para as análises de contextos e experiências de compras e vendas de escravizados até o dia da “festa dos negros²⁰⁰” em Cantagalo. Diante do cenário da abolição em Cantagalo, buscamos compreender esse momento de ruptura e ressignificações das estruturas sociais e políticas nesse espaço rural. Mobilizaremos algumas atas da câmara Municipal de Cantagalo no final de 1888, bem como, colunas e opiniões nos jornais da região: “*O Conservador*” e “*Voto Livre*”. Buscaremos os discursos contra e/ou a favor da manutenção da escravidão e os distintos impactos sociais para os trabalhadores

¹⁹⁹Com o enredo chamado “100 anos de liberdade - realidade ou ilusão?” de 1988, a Estação Primeira da Mangueira pôe na avenida reflexões sobre o fim da escravidão no ano em que comemoravam o seu centenário. Neste mesmo ano foi promulgado a nova constituição do Brasil após o fim da ditadura. Encontramos um trecho da [Sinopse] do carnavalesco de 1988 da Mangueira Júlio Matos: “O pensamento que influenciou na escolha deste enredo, são os festejos do centenário da abolição da escravatura e a forma de vida levada pelos homens e mulheres de cor negra, que já no tempo da colônia sustentavam o sistema econômico, no Ciclo da Cana de Açúcar, com o trabalho escravo. Neste tempo os escravos, que fugiam da operação e do jugo dos senhores cruéis, que os torturavam e os reduziam a uma situação pior que a dos animais, e da perseguição dos capitães - de - mato, acabaram por construir povoações (Os quilombos) para enfrentá-los e conseguirem a tão sonhada liberdade. Nos tempos modernos, a grande maioria negra passou a viver nas favelas devido à falta de estrutura dos pós libertação, tendo em vista que não lhe foi dado o mínimo para enfrentar a nova realidade social. A favela está pronta para explodir, como um barril de pólvora, com toda a comunidade sofrida, abandonada pelo poder público”. Link: <http://academiadosamba.com.br/passarela/mangueira/ficha-1988.htm>

²⁰⁰A “Festa dos Negros” título de um enunciado, dias após o 13 de maio, no jornal o “Correio de Cantagallo”. Editorial de prospecto conservador, o Correio não celebrou as manifestações e passeatas pela cidade pelo fim da escravidão. O descontentamento foi evidenciado pelo o jornal adversário da região, o “Voto livre” de corrente liberal. O “Voto Livre” Respondeu em uma edição ao “Correio de Cantagallo”. Ao que chamou de “desorientação dos últimos acontecimentos” por parte do jornal adversário, que na manchete “A festa dos negro” qualificou como “maltrapilhos” todos aqueles que celebravam e festejavam o dia abolição. Ver o trabalho Álvaro Lutterback “O Conservador x Voto Livre: a imprensa que fez história em Cantagalo”. 2011.

negros. Assim podemos compreender diferentes contextos e experiências dos trabalhadores escravizados na sociedade de Cantagalo em meio a iminente abolição da escravidão.

3.1. Um negociante e vendedor de escravizados nas terras de Cantagalo: O português João Joaquim Gonçalves Braga.

Os negócios da venda de mãos negras em Cantagalo no final do século XIX eram discretos, mas constituídos de distintas redes de sociabilidade em meio ao tráfico de escravizados. Como vimos anteriormente, a configuração dos escravizados dinamizados é extremamente diversa, trabalhadores de diferentes províncias do país, com a média de idades entre 11 a 30 anos. Existiam cenários de negociação com compras de números expressivos de escravizados, bem como, negociações de vendas com menor quantidade de trabalhadores direcionadas apenas para um outorgado.

Na análise das escrituras encontramos o nome de João Joaquim Gonçalves Braga, que aparece com frequência nos registros em ambas as partes, tanto como comprador quanto vendedor. Essa presença marcante na “praça” de negociação em Cantagalo, nos fez querer entender mais quem era esse indivíduo que firmou grandes negociações de trabalhadores negros na região.

João Joaquim Gonçalves Braga nasceu no Reino de Portugal, na região de Barcelos, mais precisamente na freguesia de São Salvador da Lama. De certo, a busca de indícios sobre o João Joaquim é repleta de mistérios, a começar pelo seu ano de nascimento. Essa data não encontramos, nem mesmo no seu testamento. A primeira informação que encontramos em sua referência data de 1865, mesmo ano de fundação da Confraternidade Maçônica de Cantagalo, à qual João fez parte como maçom. Essa informação nos mostra que esse personagem já mantém relações e dinâmicas sociais em Cantagalo desde 1865.

No livro de escrituras, João é mencionado vinte três vezes, na totalidade, 19 vezes como vendedor e 4 vezes como comprador. Essa superioridade como vendedor nos leva a crer que João priorizava a negociação com fim do lucro da venda de escravos. Buscando atrair para si fiéis clientes na região do Vale do Paraíba.

Tabela 3.1. Os números de escravizados comprados e vendidos por João Joaquim Gonçalves Braga no Livro de registros 1880 a 1883.

	1800	1881	1882	1883
Vendidos	6	42	2	—
Comprados	2	1	1	—
TOTAL	53			

Fonte: **Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD)**. Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883.

Na tabela acima observamos os números dinamizados por João Joaquim na efetivação dos negócios da escravidão, atentos que no ano de 1880 os registros do livro são apenas entre os meses de novembro e dezembro. Podemos ver que João negociou e vendeu 7 escravizados: Paula²⁰¹ (22 anos); Raphael²⁰² (15 anos); Joana (30 anos)²⁰³; Joaquim (15 anos)²⁰⁴; José (14 anos)²⁰⁵ e Eva²⁰⁶ (19 anos) e um preto que não teve o seu nome identificado²⁰⁷ (24 anos). Nesta relação de escravizados vendidos por João a média de idade é entre 14 e 30 anos, assim apresenta-se, uma preferência pela negociação de trabalhadores jovens, com condições físicas e saúde revigoradas para o seu maior aproveitamento. A maioria desses trabalhadores vieram da província de Pernambuco (4), Bahia (1), Piauí (1) e Paraíba (1). Pernambuco tem o maior número de escravizados matriculados e comercializados no tráfico interprovincial nos finais do século XIX.

²⁰¹preta, solteira, de roça, com a matrícula na região de Pedra de Fogo em Pernambuco. Foi vendida a Manoel José Cerdy em 03/12/1880, pela quantia de 1:700\$000 (um conto e setecentos mil reis).

²⁰²cabra, solteiro, de roça, com a matrícula na região de Capim Grosso na Bahia. Foi vendido a Francisco Bernardes de Arruda em 22/12/1880, pela quantia de 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil reis).

²⁰³fula, solteira, de roça, com a matrícula na região de Jerumenha no Piauí. Foi vendida a Dr. Vicente em 23/12/1880, juntos com outros três escravizados. A quantia paga foi de 7:200\$000 (sete conto e duzentos mil reis).

²⁰⁴ preto, solteiro, de roça, com a matrícula na região de Goiana em Pernambuco. Vendido ao Dr. Vicente, junto aos outros dois acima.

²⁰⁵ preto, solteiro, de roça, com a matrícula em Pernambuco. Vendido ao Dr. Vicente, junto com os outros três acima.

²⁰⁶ preta, solteira, de roça, com a matrícula na região de São João na Paraíba. Foi vendida a José Ferreira Pinto, morador da freguesia do Santíssimo Sacramento. Pela quantia de 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil reis).

²⁰⁷ preto, solteiro, de roça, com a matrícula em Recife - Pernambuco. Foi vendido junto com a Joana ao Dr. Vicente.

Glauber Guedes, em seu artigo, articula que nesse período em passos crescentes, houve uma transição da mão de obra escravizada para a livre na província de Pernambuco. Mas esse não é o principal motivo do forte comércio interprovincial, segundo o historiador “no período de 1871-1881, verifica-se uma grande intensificação no comércio interprovincial, onde regiões como Pernambuco e Bahia passam a se tornar grandes exportadoras de escravos”²⁰⁸ (figuras 2.1 e 2.2)²⁰⁹.

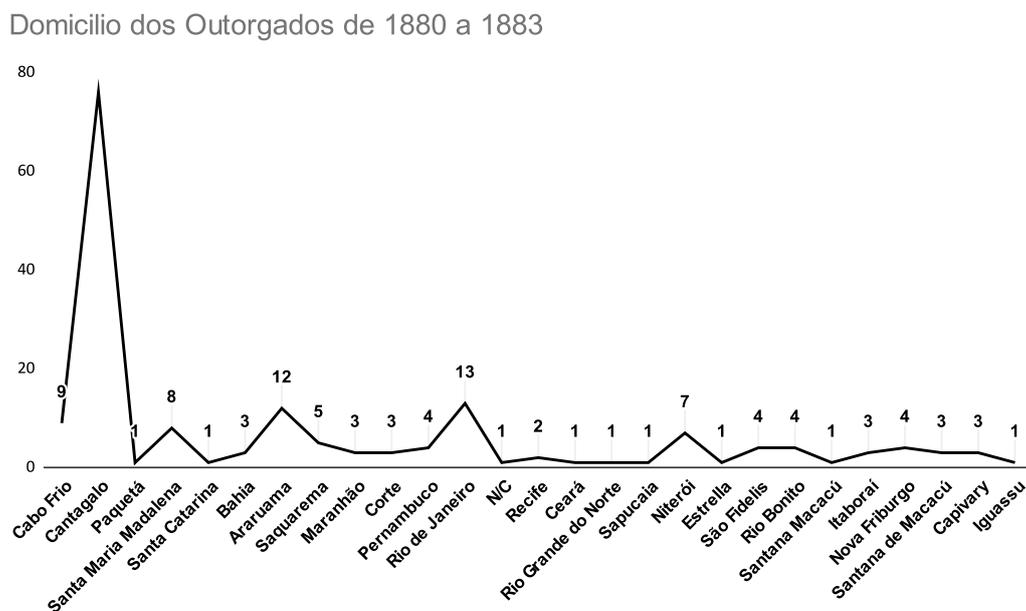
Regiões essas que encaravam a falta de estímulos para a produção açucareira e a baixa dos preços do artigo²¹⁰. Em comparação com a situação de Alagoas como vimos acima, já em 1871 apresentava esses mesmos contextos da falta de estímulos e estagnação econômica. Nesse contexto de compreender o local de origem, encontramos também nos registros do livro, os domicílios dos vendedores e dos compradores de escravizados. Primeiro totalizamos as informações sobre o local das residências de todos os vendedores (outorgantes) de 1880 a 1883 (**figura 3.1**) e os números nos mostram que as recorrências de citações são majoritariamente da região de Cantagalo aparecendo 76 vezes, aproximadamente 43,4%.

²⁰⁸ DE LIMA, Glauber Guedes Ferreira. **O Tráfico Intraprovincial Em Pernambuco (1871-1880): Aspectos Do Fluxo Do Comércio De Escravos Em Pernambuco Num Período De Crise.**

²⁰⁹Nas figuras 2.1 e 2.2 apresentadas no capítulo II. Na figura 2.1 os números de escravizados vendidos e comprados para o ano de 1880 com origem/matricula da (Bahia e Pernambuco) são de 10 escravizados. Enquanto na figura 2.2 os números de origem/matricula oriundos de Pernambuco é de 13 escravizados e da Bahia 8 escravizados.

²¹⁰ Ibidem, DE LIMA.

Figura 3.1. Números de recorrências de domicílios dos vendedores encontrados no Livro de registros de 1880 a 1883.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Respectivamente após Cantagalo os quantitativos das regiões estão distribuídos em: Rio de Janeiro 13 (7,4%), Araruama (6,9%), Cabo Frio 9 (5,1%), Santa Maria Madalena 8 vezes (4,9%), Niterói 7 vezes (4%), Saquarema 5 vezes (2,9%), Pernambuco, São Fidelis, Nova Friburgo, Santana de Macacu e Rio Bonito são citados 4 vezes cada um; a Província da Bahia, Maranhão, Itaboraí, Corte e Capivary 3 vezes (1,7%). Por último as Cidades/Municípios e Províncias com menos recorrências são Recife 2 (1,1%), Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Sapucaia, Estrella, Paquetá e Iguassu com 1 (0,6%). Os números acima mostram a totalidade entre 1880 a 1883, mas apresentaremos também recortes e amostragens de cada ano para uma melhor análise desta questão. A seguir apresentamos os quantitativos das regiões por ano, começamos apresentando as recorrências de domicílios dos vendedores no ano de 1880 (**tabela 3.2**).

Tabela 3.2. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos em 1880.

Cidade/Município/ Província		%
Cantagalo	10	21,7%
Araruama	7	15,2%
Rio de Janeiro	5	10,9%
Pernambuco	4	8,7%
Corte	3	6,5%
Maranhão	3	6,5%
Bahia	3	6,5%
Recife	2	4,3%
Cabo Frio	2	4,3%
Saquarema	1	2,2%
Ceará	1	2,2%
Rio Grande do Norte	1	2,2%
Santa Catarina	1	2,2%
Paquetá	1	2,2%
Santa Maria Madalena	1	2,2%

Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Nos registros os números desse período entre novembro e dezembro nos mostram que o Município de Cantagalo é o mais citado como de origem do vendedor, seguidos por Araruama e Rio de Janeiro. Os números de vendedores oriundos de Santa Maria Madalena região essa mais próxima é de 2,2%, não encontramos nenhum vendedor de Nova Friburgo, cidade essa vizinha de Cantagalo. Entre novembro e dezembro de 1880 nos registros, a cidade de Cantagalo foi citada dez vezes como local de origem dos vendedores (**tabela 3.2**), seguidos da região de Araruama citada sete vezes. Destaca-se também a origem de outros vendedores oriundos dos municípios de Saquarema, Paquetá e Cabo Frio. Bem como também vendedores com registros de domicílios de outras províncias, a região mais citada é a província de Pernambuco (8,7%), seguido por Bahia, Maranhão e respectivamente por Recife, Ceará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Esses “senhores e possuidores” de diferentes locais, ou mesmo de Cantagalo, venderam 65 escravizados nesses dois últimos meses de 1880. Abaixo podemos analisar os quantitativos de Cidades/Municípios e Províncias dos vendedores citados nos registros para os anos de 1881,1882 e 1883.

Figura 3.2. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos em 1881.

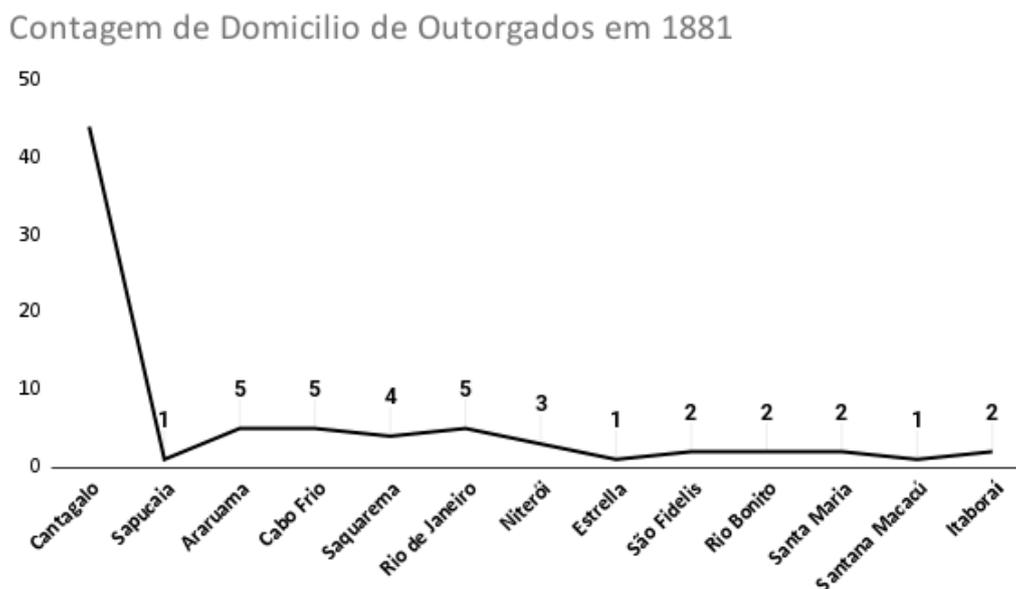
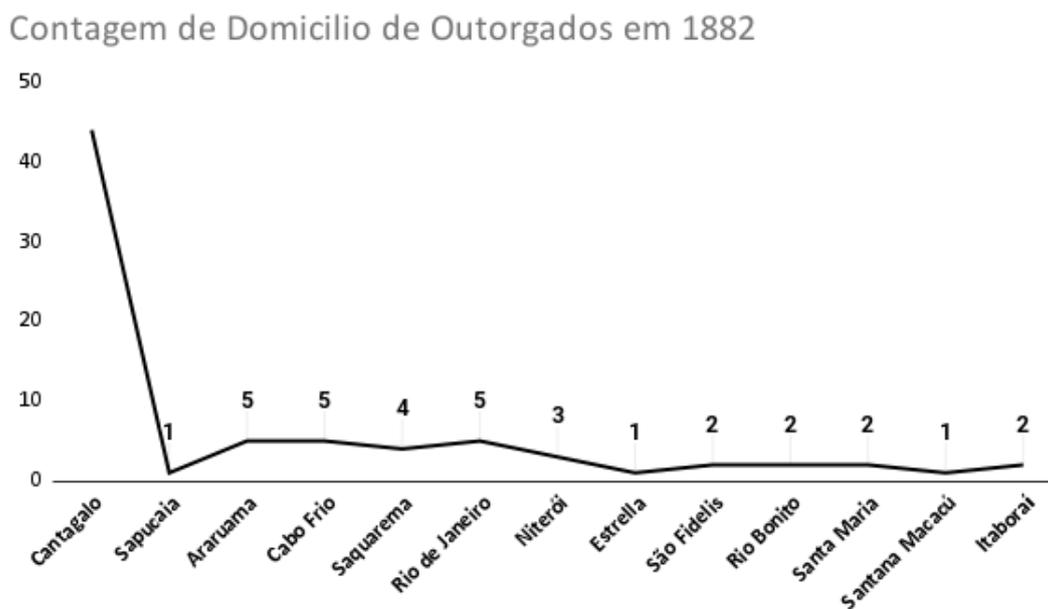


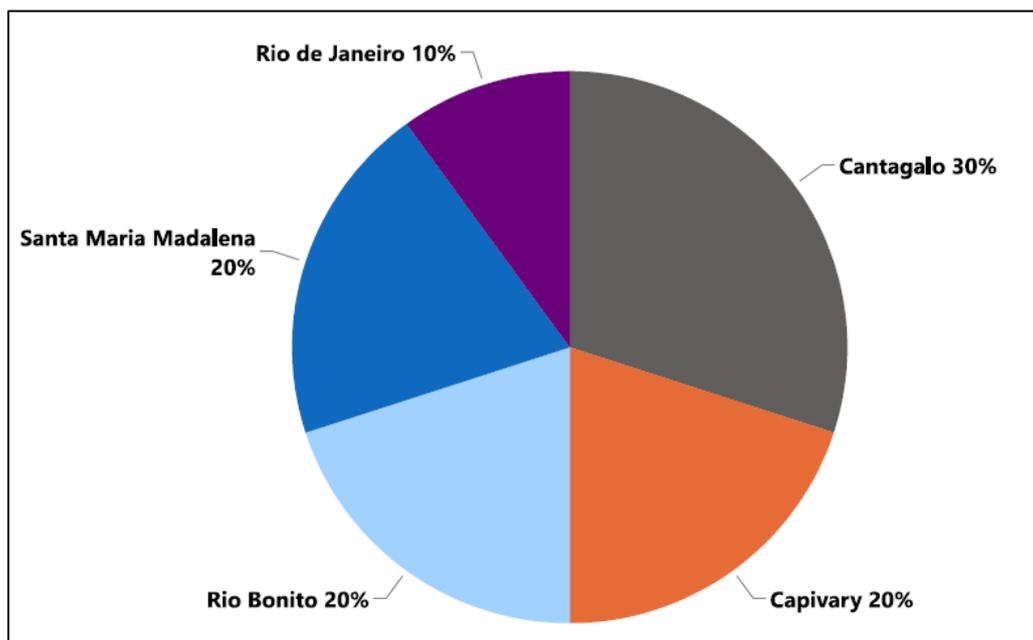
Figura 3.3. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos no ano de 1882.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883. Nota (*) ambas figuras.

Os números nesses dois círculos acima nos mostram que tanto em 1881 (**Figura 3.2**) e 1882 (**Figura 3.3**) o local de origem da maioria dos vendedores nos registros são oriundos de Cantagalo. No ano de 1881 o número de vendedores residentes em Cantagalo é de (57,14%), seguido por vendedores residentes em Araruama (6,49%), Cabo Frio (6,49%) e Rio de Janeiro (6,49%). No ano de 1882 houve uma pequena diminuição nos números de vendedores residentes em Cantagalo passando para 45,24%, mesmo com esse indicativo, esse percentual se mantém maior que os demais. Podemos observar também a mudança de cidades e Municípios nos registros, pois diferente de 1881 em que se apresentam numericamente abaixo de Cantagalo, e respectivamente, Araruama, Cabo Frio e Rio de Janeiro; já no ano de 1882 constam Niterói e Nova Friburgo (ambos com 9,52%) e Santa Maria Madalena (7,14%). Essa mudança nos indica que neste ano de 1882 o comércio de escravizados foi negociado com vendedores de regiões mais próximas. Nos registros encontramos também números de 1883, apresentamos abaixo os números e porcentagens a seguir:

Círculo 3.3. Levantamento de ocorrências de Cidades/Municípios e Províncias de origem dos vendedores nos registros de vendas de escravos em 1883.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Para esse ano levando em conta que os registros são apenas entre janeiro a maio, o número de vendedores residentes em Cantagalo é aproximadamente de 30%, seguidos respectivamente por Capivary (20%); Rio Bonito (20%); Santa Maria Madalena (20%) e do Rio de Janeiro (10%). O município mais próximo de Cantagalo é o de Santa Maria Madalena, encontramos números populacionais para essa região. Nas páginas do Almanak Laemmert no ano de 1880 Santa Maria Madalena²¹¹ é indicada com o número de 10.366 de população livre e a população de escravizados matriculados até 1877 é de aproximadamente 13 mil pessoas. Nos registros encontramos uma venda que João Joaquim fez, de um menino chamado Rodolfo, dezesseis anos, pardo e matriculado no Rio de Janeiro, foi vendido a Luís da Silva Castro morador de Santa Maria Madalena pela quantia de 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil reis).

Vimos acima importantes informações sobre o local de residência dos vendedores assim podemos preencher algumas lacunas, formular perguntas e indicar alguns indícios sobre as dinâmicas de compras e vendas na região de Cantagalo. Uma das questões que podemos formular é sobre a pouca interação de compra e vendas entre Nova Friburgo e Cantagalo nesse período final do século XIX, pois essas duas regiões são:

“dois espaços estão profundamente ligada aos momentos de introdução e desenvolvimento da cafeicultura na bacia do rio Paraíba. Pensando nesse sentido, temos Cantagalo como coração do sistema agrário cafeeiro voltado para a exportação e sua área adjacente, Nova Friburgo, como tributária da produção de café e também produtora de gêneros de subsistência que abastecia tanto a região de Cantagalo como a Corte”²¹².

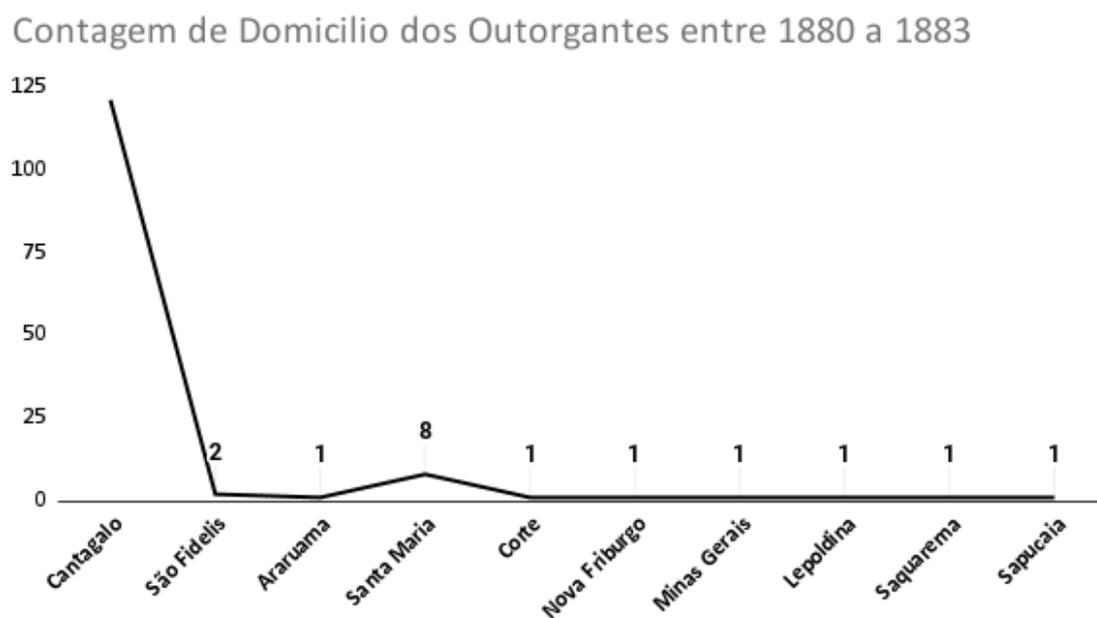
Pelo menos no livro de registros de compra e venda de escravos de Cantagalo nesse período analisado, essa pouca interação foi notada. Mas esse sinal não nos traz algo em definitivo, pois existem outros meios e fontes que poderíamos encontrar registros de escravizados que apresentassem interrelações e trocas entre essas duas regiões, entre eles, registros de alforrias, inventários e testamentos. Desse modo esse levantamento e cruzamento de fontes poderia esclarecer essas lacunas aqui imposta. Nesse estudo não buscaremos nos

²¹¹Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880, p. 221.

²¹²MARRETTO, RODRIGO MARINS. **Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura escravista no contexto da segunda escravidão**. IN: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, p. 1-10, 2017.

aprofundar nessa questão, mas acreditamos e entendemos como importantes os estudos e análises desta problemática na historiografia sobre a escravidão na região. Por último apresentamos a amostragem e números dos locais de residências dos outorgantes (compradores) encontrados nos registros do livro entre 1880 a 1883.

Figura 3.3. Números de recorrências de domicílios dos compradores encontrados no livro de 1880 a 1883.



Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo - 1880 a 1883.

Depois de analisarmos as amostragens sobre os domicílios dos vendedores, apresentaremos também os números sobre os locais de domicílios dos compradores. As ocorrências nos mostram que os números das localidades dos compradores de escravizados encontrados no livro são de 121 (87,1%) da região de Cantagalo, Santa Maria Madalena 8 (5,8%), São Fidelis 2 (1,4%), seguidos de Araruama, Nova Friburgo, Leopoldina, Saquarema, Sapucaia, a Corte e a província de Minas Gerais todos apenas com 1 ocorrência (0,7%). Em oito recorrências a região de Santa Maria Madalena é citada nos registros como local de residência dos compradores de escravizados, mais que a região vizinha de Nova Friburgo com apenas uma citação. Esses números apresentam indícios de que a econômica de compra

e venda de escravizados neste período era voltada fortemente para as demandas locais de Cantagalo. Mostrando-se também que nos finais do século XIX ainda era preciso investir na mão de obra escravizada.

Após as análises acima, podemos retornar de novo a discorrer sobre o negociante português nas terras de Cantagalo. Diferente do que foi exposto acima, João comercializou e vendeu tanto para Cantagalo como para outras regiões vizinhas, tratava-se de um negociante com oferta maior de trabalhadores escravizados para a venda, era preciso encontrar espaços com a maior demanda e oferta de mão de obra e, nesse período as regiões aos arredores de Cantagalo lhe forneciam bons negócios. Para o sucesso como vendedor e negociante de escravizados necessitava obter o maior número de laços, redes, recomendações e também um certo prestígio, com uma “boa” imagem construída a partir da “boca a boca”. O negociante buscava propagar as qualidades de seus negócios e segurança na aquisição final de posse de um novo escravizado, neste sentido essas “garantias” formavam parte dos critérios essenciais daqueles interessados nesse tipo de comércio

Ao analisarmos todas as vendas de João Joaquim nos registros, encontramos informações do importante quantitativo de 50 escravizados comercializados neste período (**tabela 3.3**) abaixo estão distribuídos alguns números de ocorrências das Províncias de origem e matrícula dos escravizados vendidos por João Joaquim Gonçalves Braga.

Tabela 3.3. Números de ocorrências de origem/matricúla dos escravizados vendidos por João Joaquim Gonçalves Braga²¹³.

Províncias	Mulheres	Homens
Pernambuco	4	5
Bahia	—	5
Piauí	3	2
Paraíba	7	2
Pará	1	5
Rio Grande do Norte	1	—
Maranhão	2	3
Ceará	1	2
Alagoas	1	—
Rio de Janeiro	5	1
TOTAL		50

Fonte: Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD). Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883

A distribuição nesta tabela confirma que as pessoas escravizadas vendidas por João Joaquim Gonçalves Braga haviam sido matriculadas ou nascidas predominantemente na região do nordeste do Império, a exemplo do que vimos na (**figura 2.4.**) há um número expressivo de trabalhadores vindos dessa região. Do total de 50 escravizados vendidos por João, registrados nesse livro, a maioria veio das províncias de Pernambuco (9) e Paraíba (9), seguidos por Rio de Janeiro (6) e Paraíba (6). Confirmando o exposto anteriormente, Pernambuco se configura como local onde se tem um grande fluxo e oferta de mãos negras ao tráfico interprovincial neste período.

Menciona-se nos registros que o negociante João Joaquim Gonçalves Braga era residente em Cantagalo, permitindo a aproximação com o coletivo social da região e provavelmente construindo uma clientela de confiança, o que lhe dava recorrência como negociante de escravizados no Município.

A maior venda encontrada nos registros em números de escravizados e da quantia paga, foi feita por João Joaquim Gonçalves Braga a Joaquim Luís Pinheiro, mais conhecido como Barão de Paquequer, residente na fazenda Conceição do Pinheiro, localizada na Vila de

Duas Barras. Na venda feita em 29 de dezembro de 1881 ao Barão, apresenta o número de 35 escravizados vendidos ao total na expressiva quantia de 39:000\$000 (trinta e nove contos de reis). Esse foi o maior valor pago que encontramos nos registros no livro, segue a relação abaixo de todos os escravizados vendidos nesta negociação (**tabela 3.4**).

Tabela 3.4 - Relação dos escravizados vendidos na negociação de 29 de dezembro de 1881 ao Barão de Paquequer.

Nome	Idade	local de matrícula	Cor
Maria ²¹⁴	25	Pernambuco	Preto
Josefha *	5	Pernambuco	Pardo
Paula ²¹⁵	31	Paraíba	Preto
Ignacia *	13	Paraíba	Pardo
[Belina] *	8	Paraíba	Pardo
Adelina *	5	Paraíba	Pardo
Izaias ²¹⁶	16	Bahia	Pardo
Raymunda ²¹⁷	17	Pará	Preto
Eufrazino	18	Pará	Pardo
Francisco	16	Pará	pardo escuro
Mariano	29	Pará	Preto
Romunaldo ²¹⁸	37	Paraíba	Preto
Cassiano ²¹⁹	15	Pernambuco	Pardo
Maria	16	Maranhão	Preto
Luiza ²²⁰	14	Maranhão	Preto
Jacob ²²¹	15	Paraíba	Preto
Francisco ²²²	14	Ceará	Pardo
Inocência ²²³	33	Paraíba	Pardo
[Z]eferino	38	Maranhão	Preto
Mariana ²²⁴	43	Rio de Janeiro	Preto
Bernarda ²²⁵	20	Paraíba	Pardo
Luiz ²²⁶	29	Bahia	Cabra

²¹⁴ Mãe de Josefha, Da região de Cabrobó.

²¹⁵ Mãe de Ignacia, [Belina] e Adelina, Da região de Cabaceiras.

²¹⁶ Da região de Capim Grosso.

²¹⁷ Da região de Acará.

²¹⁸ Da região de Pilar.

²¹⁹ Da região de Flores.

²²⁰ Da região de Bréjo.

²²¹ Da região de São João.

²²² Da região de Baturité.

²²³ Da região de Bananeiras.

²²⁴ Da região de Itaboraí.

²²⁵ Da região de Pilar.

Roza ²²⁷	45	Alagoas	Preto
Benedito	25	Pernambuco	Preto
Senhorinha ²²⁸	30	Rio de Janeiro	pardo escuro
Ani[e]ta*	13	Rio de Janeiro	Preto
Macario*	0	Rio de Janeiro	Preto
Ana ²²⁹	36	Rio de Janeiro	Preto
Carlos*	3	Rio de Janeiro	Preto
Mafalda*	0	Rio de Janeiro	Preto
Reginalda ²³⁰	47	Rio de Janeiro	Preto
Margarida*	11	Rio de Janeiro	Pardo
Luiza*	9	Rio de Janeiro	Pardo
José	18	Rio de Janeiro	Preto
Domingos	18	Rio de Janeiro	Preto

Fonte: **Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD)**. Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos, Cantagalo- 1880 a 1883. **Notas: (*) sinalizam filhos e filhas vendidos juntos com as suas mães.**

Como vimos anteriormente no Capítulo 2, para esse período em Cantagalo (**Figura 2.2.**), a tendência do comércio de escravizados advinha do tráfico intraprovincial e fortemente dinamizada entre as regiões vizinhas de Cantagalo. Mas, nesse caso específico, certamente o conjunto de escravizados oferecidos por João Joaquim ao Barão de Paquequer são oriundos do tráfico interprovincial, e haviam sido matriculados nas províncias da Paraíba, Pará, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Maranhão e no Ceará. Para João Joaquim Gonçalves Braga obter esse enorme coletivo de trabalhadores, provavelmente foi necessário promover negociações com diferentes redes e vendedores em diferentes regiões e províncias.

Destes 35 escravizados, encontramos 20 mulheres (57,1%) e 15 homens (42,9%), na classificação por cor são atribuídos como pretos (57,1%), pardos (34,3%), pardo escuro (5,7%) e cabra (2,9%). Encontramos nessa venda cinco mães mencionadas anteriormente na (**Tabela 2.5**) no Capítulo 2, todas vendidas juntas com seus filhos ingênuos, com o total de dez crianças. Esse número expressivo de trinta e cinco escravizados, provavelmente preencheu os postos de trabalhos na fazenda, mais precisamente nas plantações de café. Encontramos alguns registros do Barão de Aquino, filho do Barão de Paquequer no Arquivo

²²⁶ Da região de Santa Isabel.

²²⁷ Da região de Boa Vista.

²²⁸ Mãe de Ani[e]ta e Macario.

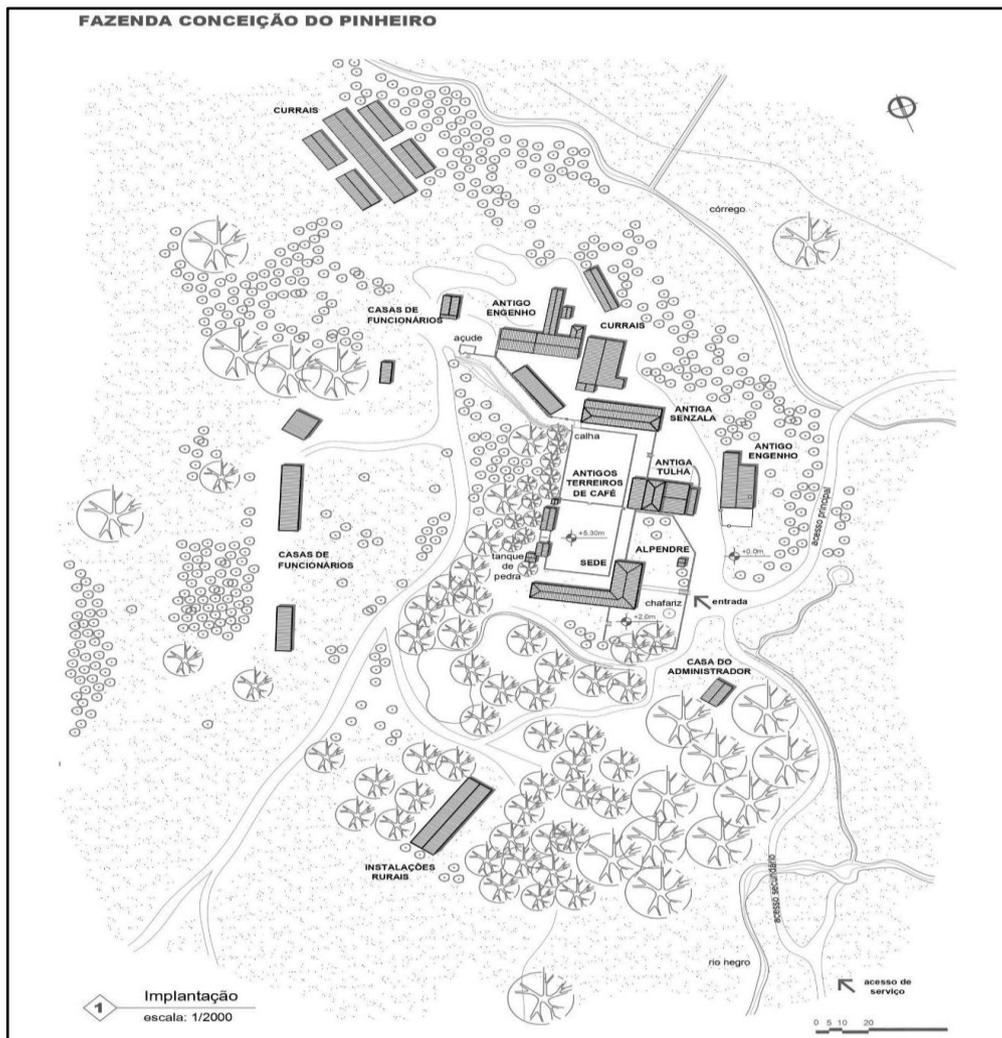
²²⁹ Mãe de Carlos e Mafalda.

²³⁰ Mãe de Margarida e Luiza.

Nacional, na esperança de encontrar registros com a relação de escravizados empenhados na fazenda, infelizmente não encontramos menções sobre escravizados no acervo da família. Portanto essa relação de escravizados na (**tabela 3.4**), contém informações importantes, pois mostra indícios da disposição de escravos comprados por essa importante família de Cantagalo.

A família Pinheiro tinha grandes propriedades, uma delas a fazenda Conceição do Pinheiro, na freguesia de N. Senhora da Conceição das Duas Barras em Cantagalo (**Imagem 3.1**) abaixo. A fazenda tem dimensão de mais de 130 alqueires em hectares, produzia café e comportava dois engenhos de açúcar, na cartografia abaixo, podemos ver a dimensão territorial e a distribuição de todas as instalações desse complexo. O espaço mais importante, o terreiro de café, é localizado em frente ao casarão central (sede) e na frente da senzala, uma configuração espacial muito comum nas fazendas escravistas do Vale do Paraíba.

Imagem 3.1. Cartografia da Fazenda Conceição do Pinheiro.



Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense²³¹.

João Joaquim Gonçalves Braga fez bons negócios com um importante Barão da região, demonstrando assim, que a sua “boa reputação” lhe rendeu bons frutos. Provavelmente se encontrássemos outros livros de escrituras de anos seguintes, não nos surpreenderia se encontrássemos o nome de João Joaquim Gonçalves Braga entre eles, pois é nítido o seu empenho nos negócios da escravidão.

²³¹Link:http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/2_faz_conceicao_do_pinheiro.pdf

Imagem 3.2 - Notícia de fuga do escravizado Severino



Fonte: Jornal Gazeta de Notícias (RJ) - 13 de setembro de 1880²³².

Na imagem acima, a notícia com o título “Cantagallo e Magdalena” encontramos a menção do negociante João Joaquim Gonçalves Braga. O escopo da notícia se inicia com a futura gratificação de quem colaborar na captura do “preto, fula de 24 anos de idade”, um homem de “altura regular, grosso, bons dentes, com uma cicatriz no rosto, um pequeno buço e principiando a barba do queixo” e o valor por esse feito é de 200\$000 (duzentos contos de reis). A descrição física é um instrumento importante para o sucesso dessa empreitada de recuperação do “fujão” Severino, cada detalhe desse corpo delituoso deve ser observado pela comunidade a quem o noticiário se dirige. João Joaquim se somou à caça a fim solucionar esse infortúnio do “senhor e possuidor” que fora seu cliente, mas não só isso, era preciso também manter a ordem e disciplina da escravaria da região. As fugas geralmente se caracterizam como um dos elementos mais recorrentes nos anúncios de jornais com relação a percepções sociais nas relações entre o senhor e os cativos.

²³²Hemeroteca digital, Arquivo Nacional. link:http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/1258

Em muitos casos os maus tratos, a exaustão do trabalho nas roças, a não permissão do descanso, ou mesmo, até a proibição do consumo da “água ardente” nas plantações propagavam conflitos. Em outros casos a proibição do lazer aos domingos, a proibição de formação de laços familiares ou mesmo uma falta de autonomia, são alguns dos poucos exemplos de outras dinâmicas de conflitos. A fuga de certo, estabelecia o rompimento das negociações entre os cativos e o senhor, era se não, o fim da “plena harmonia” do cativo. A coerção deve ser organizada e bem implementada entre os escravizados “na esperança de produzir obediência e sujeição”²³³. Pode-se observar que em muitos casos as fugas acontecem quando os conflitos chegam ao limite ou demandas não são atendidas, pois o cativo é também um espaço de constante negociação de ambos os lados.

Severino fugiu no ano de 1878, ou seja, estava desaparecido há dois anos e “sem motivo” algum, segundo o anunciante, o escravo foi seduzido por algum cigano. Este foi vendido a José Antônio Pereira Bravo Sobrinho, fazendeiro em Freguesia de S. Francisco de Paula (Santa Maria Madalena). Não sabemos se finalmente encontraram Severino, podemos imaginar que tão ação de fuga na busca pela a liberdade tenha tido sucesso, os indícios da procura durante dois anos nos ajudam a tal compreensão. Essa notícia nos possibilita compreender que encontramos João Joaquim em distintas dinâmicas da escravidão, nesse último, como colaborador na busca pelo escravizado fugido, em um periódico de circulação para além dos limites de Cantagalo.

Encontramos outras informações em alguns jornais, como o “*Jornal do Commercio*”, o “*Diário de Notícias*” e o “*Gazeta de Notícias*”. Avançamos para o ano de 1885, e encontramos uma menção a João Joaquim no “*Jornal do Commercio*”, onde mostra-se uma outra atividade que não a venda de escravizados. No anúncio João aparece como uns dos mandatários da empresa “Chaves Braga & Companhia”²³⁴, com sede na rua primeiro de março n° 28, Corte do Rio de Janeiro. Essa Companhia administrava uma casa de “secos e molhados”, nesse mesmo jornal encontramos recorrentes menções aos artigos importados pela Companhia para a comercialização, entre eles: “ácido, chapéus, couros e peles preparadas, calçados, objetos de armarinho, bacalhau, vinho” e outros mais. Uma mudança

²³³SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. GRINBER, Keila. *Verbete Dicionário da Escravidão e Liberdade – “Castigos físicos e legislação”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (*Verbete-Dicionário da Escravidão e Liberdade*). P.144.

²³⁴Hemeroteca digital, Arquivo Nacional. *Jornal do Comércio*, link:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22chaves%20braga%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=14085

significativa dos negócios, onde em 1880 negociava e vendia escravizados e em meados de 1885 se estabelecia aos negócios de “secos e molhados”.

Provavelmente essa mudança pode ter sido ocasionada por uma diminuição da oferta de mão de obra escravizada, e impactos das recentes leis de regulamentação da escravidão. É possível também que o negociante mantivesse ambos os negócios, de venda de escravizados e a casa de secos e molhados na capital do Rio de Janeiro. Os dados já apresentados e tais hipóteses nos auxiliam a compreender as fases desse negociante de escravizados no Município de Cantagalo, o seu capital adquirido provavelmente fomentou as aventuras e empreitadas em novos negócios. De certo, sabemos que João Joaquim Gonçalves Braga migrou para outros caminhos de investimentos, o que não durou muito. Em 3 de janeiro de 1888, encontramos um anúncio em que a casa de secos e molhados da Chaves Braga & Companhia, foi posto à venda²³⁵, o empreendimento não era mais de interesse entre os sócios.

Em 3 de fevereiro de 1889, agora com a escravidão já abolida, encontramos outra menção a João Joaquim Gonçalves Braga no jornal, referente a uma venda de “uma hospedaria, botequim e bilhares na rua General Cadwell n. 84, muito bem afreguesado”, o motivo da venda é que o seu dono “ter de retirar-se para a Europa. Tratar-se na rua primeiro de março, n. 28 em Chaves Braga & Companhia”²³⁶. Isso indica que além da casa de secos e molhados, João ainda possuía uma hospedaria, com localização próxima ao Campo de Santana.

Buscando compreender mais sobre esse negociante português, construímos de forma introdutória um pouco de sua trajetória, João Joaquim apresenta-se como um indivíduo importante nessa pesquisa, pela sua recorrência nos registros analisados no livro de compras e vendas de escravizados de Cantagalo. A abolição tirou do negociante português a continuidade desse “infame” empreendimento para seus clientes escravistas. João Joaquim Gonçalves Braga como vimos anteriormente, já planejava a sua retirada e volta para Europa.

O negociante veio a falecer em 8 de outubro de 1890 no Rio de Janeiro, não conseguindo concretizar o desejo de partir para a sua terra natal em Portugal. Em seu

²³⁵Hemeroteca digital, Arquivo Nacional. Jornal do Comércio, link:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22chaves%20braga%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=19432

²³⁶Hemeroteca digital, Arquivo Nacional. Jornal do Comércio, link:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22chaves%20braga%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=22182

testamento²³⁷ destinou como “universal herdeira” sua filha natural e reconhecida, D. Isolina Gonçalves Paes de Villas Boas, casada e residente na cidade do Porto em Portugal. No testamento é declarado que João Joaquim é casado com D. Amélia Rodrigues Gonçalves Braga. Segue trechos do testamento abaixo:

“Deixo ao meu sobrinho Eduardo Raphael Gonçalves Braga um relógio, corrente e abotoadura para camisa. Deixo à Sociedade de Benefício Portuguesa do Rio de Janeiro, a quantia quinhentos mil reis em moedas deste Império. Deixo a todos os meus afilhados e afilhadas residentes em Portugal e no Brasil a quantia de duzentos mil reis fortes a cada um, devendo, porém, firmarem essa qualidade de afilhados como ao [...] certidão do batismo. Deixo a cada um dos meus irmãos e irmãs, quem sobreviverem, a quantia de um mil reis fértes, e a minhas irmãs Ana e Maria Joaquina, além daquelle legado, mais a pensão de dois mil reis por mez a cada uma. Deixo a pensão de dez mil reis fértes por mez a meu sobrinho José até completar seus estudos... Deixo meu anel de brilhante ao meu neto Joaquim...”

A família de João Joaquim começa a aparecer em seu testamento, sua filha, esposa, irmãos, sobrinhos e afilhados são agraciados com o espólio de seus bens. Curioso o fato que para satisfazer os desejos em testamento de João, foi preciso empenhar duas moedas, tanto de Portugal como do Brasil. Esse negociante de escravizados, distribuiu o seu capital a todos os seus familiares em territórios dos dois lados do oceano Atlântico. Esse indício demonstra que mesmo com o fim da escravidão no Brasil e conseqüentemente o fim de sua atividade como negociante, ainda assim, os reis adquiridos nos períodos de seus empreendimentos escravistas, de certo, lhe proporcionaram bem-estar a si e a seus descendentes, por outro lado, não podemos esquecer que a situação social econômica desse negociante português é fortemente ligada por cada uma das subjetividades e vivências de trabalhadores negros e negros durante a escravidão, e também, a dor de muitos que foram vendidos aos “senhores e possuidores” nas terras de Cantagalo.

Em meio a esse contexto e as informações levantadas, conhecemos um pouco de alguns números e operações de vendas de escravizados por esse português junto aos habitantes da região. Bem como, a compreensão de alguns aspectos e números sobre os

²³⁷Testamento de João Joaquim Gonçalves Braga, base de dados GISA - Arquivo Municipal do porto. Link: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/18068/?>

compradores e vendedores encontrados no livro. Por fim buscamos entender esse negociante de escravizados inserido no universo da escravidão em Cantagalo, e os impactos com os processos e mudanças do sistema escravista até a sua abolição em 1888.

3.2. E esse tal do 13 de maio, nós estamos livres mesmo senhorzinho?

3.2.1. Qual é teu preço?

Antes de tecer análises dos acontecimentos da abolição em Cantagalo, procuramos entender um pouco sobre alguns contextos específicos que movimentam percepções e narrativas dos contrários, ao fim da escravidão na região. E para isso, preferimos focar um pouco nos impactos econômicos da diminuição dos preços dos escravizados nos anos finais da década de 80 do século XIX na região. As informações colhidas foram aparadas na coleta e análise de algumas escrituras de compras e vendas de escravizados e inventários. Na escritura de 29 de dezembro de 1887, no Cartório do tabelião Pimentel compareceu como vendedor Henrique Delphino Duprat²³⁸, com a disposição de venda de dez escravizados para José Joaquim Gonçalves de Andrade. Na escritura estão descritas as vendas de:

Honório, 18 anos
Antonio, pardo 18 anos
Josepha, preta, 42 anos, serviço doméstico
Firmino, preto, 21 anos
Marcellino, preto, 23 anos
Luiza, preta, 21 anos
Felisbela, parda, 45 anos
Catharina, parda, 26 anos
Rodrigo, pardo, 23 anos
Manoel, preto, 25 anos²³⁹

Todos descritos como “de roça”, vendidos para José Joaquim pela quantia de 6:000\$000 (seis contos de reis). Essa informação é importante, sobre o ponto de vista dos números da economia e negociação da venda de escravizados na região. Henrique Delphino Duprat negociou um preço final de escravizados vendidos no ano de 1887, por um valor menor em comparação aos números analisados nos anos anteriores (1880,81,82 e 83) no Livro de registros de compra e venda, como vimos no capítulo 2. Essa percepção pode ser

²³⁸No Almanak Laemmert de 1885, Henrique Duprat é referido como um engenheiro e agrimensor.

²³⁹Fonte: Centro de Memória e Documentação de Cantagalo, SOUC-LE001- Livro de escritura.

compreendida ao observarmos o ANEXO IX²⁴⁰ o preço final dos escravizados vendidos no ano de 1880, encontramos uma venda feita novamente pelo negociante escravista João Joaquim Gonçalves Braga já mencionado em outro tópico.

Nesta venda estão dispostos o número de 4 escravizados vendidos pela quantia total de 7:200\$000 (sete contos e duzentos mil reis). Sete anos depois, no final de 1887 comparamos com a venda acima feita por Henrique Delphino, com o número de 10 escravizados pela quantia total de 6:000\$000 (seis conto de reis). A diferença dessas duas vendas é de apenas 7 anos, uma em 1880 com uma menor quantidade de escravizados (4) vendidos por um preço alto; a outra venda no final de 1887, com uma maior quantidade de escravizados (10) vendidos por um preço menor. Demonstra-se, uma disparidade significativa entre a quantidade de escravizados vendidos nos anos iniciais de 1880 e a desvalorização com o fim da década.

O fenômeno de compras e vendas de escravizados neste período de 1880 a 1888 absorveu profundas mudanças e impactos, entre eles, a diminuição da oferta da mão de obra escravizada, aumento de impostos da burocracia escravista para efetuação da compra de escravizados ocasionando a diminuição de seu valor²⁴¹. Robert Slenes expõe que já era sabido ou de certa forma pulverizado, entre aqueles mais interessados na manutenção do trabalho coercitivo, que o esgotamento da escravidão estava próximo e para muitos as expectativas da condição servil não passava de 1890²⁴². Talvez seja por isso, que a venda de uma grande quantidade de escravizados por um preço menor se justifique neste período final da década de 80. O que é dado como certo, é que apenas cinco meses depois da venda feita por Henrique Delphino Dupratt em Cantagalo em 1887, o Brasil instituía o fim da escravidão em todo o seu território. Do ponto de vista econômico, essa venda foi oportuna e benéfica para o Henrique Delphino, pois se, houvesse um adiamento ou mesmo insucesso na negociação, poderia acarretar prejuízos após o treze de maio.

Em outro inventário datado também do ano de 1887 de Maria Eyer Reis moradora de Cantagalo, mais precisamente na localidade de Cordeiro, também encontramos uma relação e os valores dos escravizados. Segundo o inventário Maria Eyer possui mil pés de “café sete anos” na divisa com a propriedade de Henrique Delphino Dupratt, ainda no inventário foi

²⁴⁰Ver as vendas dos números 43 ao 46.

²⁴¹MOTTA, José Flávio. **Derradeiras transações: o comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo)**. Almanack Braziliense, n. 10, p. 147-163, 2009.

²⁴²SLENES, Robert W. **The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market**. In: JOHNSON, Walter. *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press, p.327.2004.

descrita a propriedade de Maria Eyer Reis como uma “vivenda em mau estado, cozinha, dispensa... Casa de 30 palmos, com moinhos e preparos de fazer farinha de mandioca. Casa de 190 palmos que servem de armazém, senzalas, engenho de cana, paiol, galinheiro...”. Encontramos também neste inventário a relação de sete escravizados de sua posse: Sabino, preto, 28 anos; Macario, pardo, 47 anos; Sophia, preta, 16 anos; Maria, preta, 21 anos; Luiz, preto, 24 anos; Sabina, parda, 18 anos e Joaquim, preto, 34 anos.

Tabela 3.5. Levantamento acerca dos valores de escravizados descritos no inventário de Maria Eyer Reis no ano de 1887.

Nomes	Valor
Luiz	900\$000
Joaquim	800\$000
Sabina	675\$000
Maria	675\$000
Sabino	450\$000
Macario	300\$000
Sophia	675\$000
Total	4\$475:000

Fonte: CMDC: Acervo Keith V, de O. Barbosa, Inventários de Cantagalo, pasta nº 518.

O preço final dessa venda ainda está inferior aos valores pagos nos inícios de 1880, como contrastes, usaremos como exemplo uma venda feita no ano de 1881 (**ANEXO X**). Encontramos o registro da venda de dois escravizados com os valores finais semelhantes a venda descritas nos parágrafos anteriores. José Ferreira Pinto vendeu dois escravizados à Alexandrino Ferreira Pinto²⁴³. A primeira é a Eva, preta, 20 anos e matriculada na Paraíba, e acompanha Christiano, preto, 24 anos e matriculado no Rio Grande do Sul, ambos “de roça”, foram vendidos em conjunto pela quantia de 4\$000:000 (4 contos de reis). Esse valor se assemelha a quantia final de todos os escravizados descritos no inventário de Maria Eyer Reis (**Tabela 3.5**), ou seja, neste período que antecede a abolição ouve uma forte redução dos valores individuais dos corpos escravizados, assim como, a diminuição e acumulação de capital advindos dos negócios da escravidão (compra e venda). Talvez esse seja um dos indícios para que o negociante de escravizados João Joaquim Gonçalves Braga tenha buscado

²⁴³ Não foi possível conformar se havia algum grau de parentesco entre os dois negociantes mencionados.

outras formas de investimentos, como uma loja de secos & molhados e um bar que mencionamos anteriormente.

Em outro inventário datado de 1887, Francisco da Silva Marques morador de um lugar denominado “Taquara” há dezoito quilômetros distante de Cantagalo. O inventariante avalia e apresenta a descrição de seus bens, como: “uma vivenda com quarenta metros de frente e quinze meio *dictos* de fundos, uma sala, oito quartos e uma cozinha. A distribuição de suas terras agrega quatro mil pés de cafés de cinco anos”. Os números de escravizados em sua posse são: João, pardo, 26 anos, do Ceará; Vitalina, preta, 29 anos, do Rio de Janeiro; Silveria, preta, 43 anos, de Minas Gerais; Maria, parda, 33 anos e Marcela, parda, 40 anos.

Ao avaliar os escravizados e o preço final de João é de 900\$000 (novecentos mil reis), Vitalina é de 685\$000 (seiscentos e oitenta cinco mil reis), Silveria por 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil reis), Maria avaliada por 600\$000 (seiscentos mil reis) e por último Marcela por 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil reis). Com a posse destes cinco escravizados, quatro mulheres e um homem, se totalizou a quantia de 3:085\$000, ainda inferior aos números pagos de 4\$000:000 (quatro mil reis) aos dois escravizados comprados por Alexandrino Ferreira Pinto em 1881. Abaixo cruzamos e apresentamos informações dos escravizados e seus valores atribuídos nos registros de escrituras de compras e vendas e inventários no ano de 1880 e 1887.

Tabela 3.6. Comparação de preços finais de escravizados descritos em inventários no ano de 1880 e 1887 em Cantagalo²⁴⁴.

1880 (Inventários) ²⁴⁵			1887 (Inventários) ²⁴⁶		
Escravizados	Idade	Preço	Escravizados	Idade	Preço
Cecílio	32	2:300\$000	João	26	900\$000
Severino	28	3:250\$000	Sabino	28	450\$000
Lourentino	16	1:600\$000	João	20	900\$000
Felicidade	30	1:200\$000	Vitalina	29	685\$000
Rosalina	25	1:300\$000	Maria	21	675\$000
Nasaria	11	800\$000	Sophia	16	675\$000
TOTAL		10:450\$000			4:285\$000

Com esses números podemos comparar e instigar novas análises sobre os impactos dos preços dos escravizados nos finais na década de 80 do século XIX. Na economia escravista esse fenômeno da diminuição de preço e seus impactos aos senhores e possuidores de escravizados foram sentidos em outras regiões e províncias. José Flávio Motta para este mesmo período, analisa a diminuição abrupta do preço final de escravizados no Vale Paraíba Paulista, mais precisamente, em Areias, Piracicaba e Casa Branca. Segundo José Flávio Motta essa região em 1885 sofre uma diminuição dos preços finais atribuídos aos escravizados, e os números por ele levantados se assemelham aos apresentados na (**Tabela 3.6**) para o ano de 1887. Como em algumas regiões do Vale do Paraíba Paulista, esse

²⁴⁴**Fonte:** CMDC: Acervo Keith V, de O. Barbosa, Inventários de Cantagalo. Inventário de Bernardina Ferreira Pinto, pasta nº 502; Inventário de Maria Eyer Reis, pasta nº 518; Inventário de Francisco da Silva Marques, pasta nº 517; Inventário de Luiz Corrêa Rocha, pasta nº 531. Notas (*) Para a construção desta tabela foram colhidos a avaliação dos preços de escravizados encontrados em um inventário de 1880 e outros dois inventários de 1887. Não apresentamos todos os escravizados descritos no inventário de Luiz Corrêa Rocha, pois priorizamos, uma amostragem qualitativa com fins de comparação entre 1880 e 1887

²⁴⁵Para compor essa tabela usamos o inventário de Bernardina Ferreira Pinto datado no ano de 1880, pasta nº 502. Optamos por inserir na tabela a composição de seis escravizados descritos no inventário; Cecílio, Severiano, Lourentino, Felicidade, Rosalina e Nasaria. Priorizamos a composição de três homens e três mulheres com idades iguais e/ou próximas para fins de comparação.

²⁴⁶Para compor essa tabela usamos o inventário de Maria Eyer Reis datado no ano de 1887, pasta nº 518. Optamos por inserir na tabela a composição de três escravizados descritos no inventário; Sophia, Maria e Sabino. Priorizamos a composição de duas mulheres e um homens com idades iguais e/ou próximas para fins de comparação.

fenômeno também se fez em Cantagalo, essa tendência impactou e diminuiu o preço final dos escravizados²⁴⁷, se observa que o preço:

“ampliam-se muito no decênio de 1870, durante o qual os homens atingiram seus valores mais altos de todo o período. Para essa ampliação contribuiu também a Lei do Ventre Livre, impactando decerto no declínio dos preços no início da década de 1870, em especial no caso das mulheres. Os valores elevam-se a partir de 1874; todavia, enquanto os dos homens atingiriam um novo patamar, superando os “melhores momentos” dos anos de 1860, os das mulheres retomariam nível semelhante ao observado no decênio anterior, agora com maior estabilidade. Nos anos de 1880, a queda abrupta dos preços ocorreu para homens e mulheres; para elas, contudo, o declínio parece ter-se iniciado um pouco mais tarde, talvez até por força dos valores mais baixos atingidos em finais da década de 1870”.²⁴⁸

Para introduzir sobre os acontecimentos da abolição em Cantagalo a seguir, salientamos e entendemos a importância da observação para as dinâmicas e mudanças nos preços finais pagos, ou mesmo, a diminuição do acúmulo de capital advindos da posse de escravizados. Além dos crescentes discursos políticos sobre o fim da escravidão, há também, o descontentamento dos contrários ao fim da condição servil, que se explica em muitos casos pela discrepância dos números apresentados anteriormente e pela perda do valor econômico de seus bens (o corpo). Esta pesquisa não tem o intento de se aprofundar neste tema, contudo, encorajamos análises sobre os impactos econômicos nos preços finais de corpos escravizados neste período na região de Cantagalo, na busca de preencher lacunas e encontrar indícios da organização socioeconômica dos contrários e dos favoráveis da escravidão.

3.2.2. O dia da festa dos negros em Cantagalo

Em Cantagalo as notícias da abolição chegariam em poucos dias após o 13 de maio, contudo, resquícios fortes do fim da condição servil já eram bem disseminados no meio social e político dessa região rural, bem como também entre os cativos, pois com o número crescente de fugas e insurreições, a “paz cafeeira” já era então abalada nos finais do século XIX no Vale do Paraíba e em outras regiões. Os libertados antecipadamente, fugidos ou apadrinhados tiveram como experiência o “balcão de negociações” da liberdade, sendo esse status indissociável às dinâmicas do trabalho, pois a liberdade de usar a energia, os braços para o ofício emancipatório, é restrita, mesmo para aqueles libertados antes do 13 de maio.

²⁴⁷Ver: COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*, 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

²⁴⁸Ibidem, MOTTA, José Flávio, p. 159, 2009.

A “festa dos negros” e a celebração da liberdade nos distintos espaços e territórios do Brasil, foi a experiência de uma ruptura política e social de uma estrutura que regeu as dinâmicas do país por mais de 300 anos. Diversas foram as celebrações e manifestações que tomaram os principais espaços públicos das grandes cidades. Na corte uma grande aglomeração nos arredores do Senado no Campo de Santana recebia as notícias do fim da escravidão. Instituições que fomentavam ideias abolicionistas, aparamentaram suas sedes para os festejos, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, entre outras irmandades, confrarias e algumas redações de “jornais liberais”²⁴⁹ e a “imprensa negra”²⁵⁰.

A lei assinada pela princesa Isabel durante muito tempo foi apresentada como o momento ápice da “festa”, o mesmo podemos dizer na representação da missa campal nas proximidades da propriedade privada da família real em São Cristóvão, no dia 17 de maio de 1888. Uma multidão acompanhou os festejos religiosos da abolição, entre eles o escritor Machado de Assis.²⁵¹

Assim, como podemos pensar sobre esse dia que estremeceu o império? E como é possível relacionarmos e entendermos a “Festa dos Negros” no contexto escravista da região de Cantagalo?

Para a professora doutora Jaci Maria Ferraz de Menezes o processo de abolição no Brasil se resume a uma “campanha popular”, onde pós 1871 o fluxo de movimentos antiescravistas galgava o caminho da emancipação gradual. Segundo a autora essa fase

“se caracteriza o movimento popular pela Abolição, são adotadas três vias: a) a via parlamentar, legal; b) a Campanha Popular, propriamente dita, através da edição de jornais, da criação de Sociedades Abolicionistas, revivendo uma, congregando outras, da agitação através da promoção de Encontros, Conferências Públicas, Congressos, eventos, Quermesses, não só com a finalidade de manter vivo o debate sobre a Abolição como para angariar fundos e realizar libertações de escravos; e c) a ação direta, através do incentivo à fuga dos escravos e mesmo, a

²⁴⁹Ver: FIGUEIREDO MORAES, R. A República e as festas da abolição: resistência e liberdade no pós-abolição. *Acervo, [S. l.]*, v. 33, n. 1, p. 40–62, 2019

²⁵⁰Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

libertação de bairros inteiros, cidades inteiras, províncias inteiras, tanto por alforria paga, como gratuita.”²⁵²

Essas campanhas tem distintas vertentes, podendo ser antagônicas e conflituosas. Na via parlamentar alguns projetos de iniciativa de Joaquim Nabuco com fins da emancipação foram discutidos, como por exemplo, o recebimento de terras organizadas em colônias para libertos, ou mesmo, o ensino primário obrigatório dos ingênuos. Tais propostas foram esvaziadas e rechaçadas pelos contrários. Diferentemente da campanha popular por meios de jornais e Sociedades Abolicionistas, espaços em que mais se logrou um certo status de sucesso, pois muitas Sociedades e Jornais abolicionistas são criados não só no Rio de Janeiro como em todo país²⁵³. Também se destacam algumas figuras nessa “agitação popular” como José do Patrocínio (1853-1905), João Clapp (1840-1902), Luiz Gama (1830-1882) e André Rebouças (1838-1890).

Muitos jornais abolicionistas celebravam um projeto de transformação de país, onde uma sociedade escravista não era mais vista com bons olhos perante ao mundo. Promoveram-se narrativas de que o fim da escravidão traria a “civilidade” para Império. Mas por outro lado é verdade que alguns discursos antiescravistas eram acompanhados fortemente por um “ideológico alienado das essências do povo formador da nação, [que] desqualificava e barrava com artifícios morais, econômicos, políticos, estéticos, religiosos, e mesmo cientificistas o meio social de descendentes de africanos”²⁵⁴, ou seja, a liberdade é condicionada e engessada com pensamentos limitantes e preconceituosos para o povo negro.

Analizamos dois jornais da região de Cantagalo, o “*Voto Livre*” e o “*Correio de Cantagalo*” que protagonizaram fortes embates acerca dos interesses da manutenção ou não da escravidão na região. O primeiro de status liberal e o segundo conservador, ambos apresentavam em suas páginas perspectivas políticas e sociais de país.

No dia 13 de maio, o Jornal *Voto Livre* não apresentou nenhuma notícia sobre a nova lei, podendo ser explicado pela demora na chegada da notícia e pela falta de tempo hábil pra prospecção dos exemplares. Independentemente da ausência de notícias sobre os eventos e festejos da abolição, foi possível mapear outro debate que passa as temáticas da emancipação.

²⁵²DE MENEZES, Jaci Maria Ferraz. **Abolição no Brasil: a construção da liberdade**. Revista HISTEDBR On-line, v. 9, n. 36, p. 83-104, 2009. , p. 91, 2009.

²⁵³Ibidem, DE MENEZES, p. 92, 2009.

²⁵⁴SIQUEIRA, José Jorge. **Liberdade Cidadã e a Questão do Negro na I República: o caso do Vale do Paraíba Fluminense**. Sankofa (São Paulo), v. 02, p. 01-23, 2012.

Em análise do exemplar do *Voto Livre*, em 13 de maio, se encontra uma resposta do Dr. Antônio Pinto de Mendonça, político da cidade, contra uma publicação dirigida em seu nome no “Diário Novidade” com o título “O Moleque do Sr. Antônio Pinto”. Em sua resposta iniciada com as palavras “Má fé”, consta as seguintes palavras:

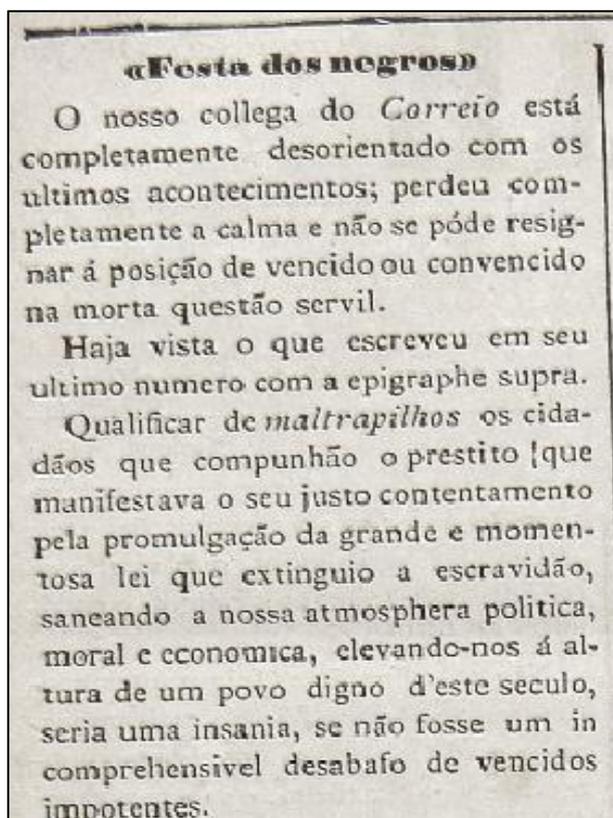
“Com esta epigrafe publicou há dias o Novidades uma notícia ridícula e caluniosa, a propósito da libertação que eu dei a um escravo meu no ano de 1882, em uma festa abolicionista nesta corte. E para que a tal notícia corresse mundo, o interessado a fez reproduzir no jornal do Commercio.... Saiba o Novidades que nunca tive em minha companhia, nesta corte, escravo algum, e o mesmo que eu libertei estava no Ceará”²⁵⁵

Na busca da restauração pública de sua decência, o Dr. Antônio Pinto de Mendonça apresentou sua versão dos fatos no exemplar, sendo um político antiescravista não poderiam sobrar quaisquer dúvidas do seu posicionamento. A resposta traz algumas informações de que em 1882 em uma festa abolicionista Antônio Pinto libertou um escravizado. Infelizmente não encontramos a notícia “caluniosa” no “*Jornal Novidades*”, essa informação seria importante para observamos quais ataques foram direcionados para o Dr. Antônio Pinto. Mas é certo, que dado momento esse abolicionista tinha em suas mãos um escravizado e segundo ele o mesmo se encontrava no Ceará. Por falta de informações podemos lançar algumas hipóteses, a primeira de que Antônio Pinto mesmo sendo abolicionista, como muitos outros, ainda podia possuir alguns escravizados domésticos, e para esses, alguns acreditavam que escravidão podia ser considerada mais mansa, quase que branda. Outra hipótese é que mesmo entre os abolicionistas muitos davam a liberdade gradativamente, a demora se dava as vezes por empecilhos judiciais envolvendo outras partes ou até mesmo em ações de promessas ou de certa benevolência futura, na busca da responsabilidade econômica de seus bens.

Em 20 de maio de 1888, o *Voto Livre* publicou em suas páginas críticas à publicação do jornal “*Correio de Cantagalo*”, sete dias após a assinatura da Lei Áurea. Pela resposta dada ao *Correio de Cantagalo*, podemos supor que a festa em torno da comemoração não foi bem recebida por alguns, como podemos ver na publicação abaixo:

²⁵⁵Jornal Voto Livre, 13 de maio de 1888.

Imagem 3.3. Notícia sobre o dia da Abolição em Cantagalo: “Festa dos negros”.



Fonte: Publicação retirada do jornal “*Voto Livre*”, 20 de maio de 1888.

Esse momento em que se apresenta a “festa dos negros”, como evento que podemos nos debruçar ainda que brevemente a respeito das mentalidades e imaginários sociais não só na região de Cantagalo, mas por todo o Brasil no final do século XIX. Os partidários escravistas do Jornal o *Correio de Cantagalo* ao pontuarem suas insatisfações, descrevem a tal festa do 13 de maio repleta de muitos “maltrapilhos”. Denominação essa pejorativa em relação aqueles que festejavam o fim da escravidão, ou seja, para os conservadores Cantagalenses essa gente não era digna de uma boa definição.

No relato não se tem características ou nomes de quem eram essas pessoas descritas pelo jornal *Correio de Cantagalo*, a não ser os trechos em que diz que as ofensas foram direcionadas à “concidadãos distintos a todos os respeitos”²⁵⁶. Em outra publicação um trecho expõe a seguinte nota: “ao chegar a notícia da sanção de S.A. Imperial ao decreto legislativo que aboliu a escravidão no Brasil, diversos moços de boa vontade saudarão com inúmeros

²⁵⁶Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

foguetes”²⁵⁷, o espetáculo de “pirotecnia” improvisada foi seguido, segundo os relatos, de uma procissão cívica pela cidade.

A tentativa de identificar os concidadãos presentes nesse dia pode ser uma tarefa difícil, mas é possível por meios das publicações dos jornais da região, a análise e compreensão das reações diversas que expõem uma sociedade partida. De um lado é nítido o sentimento do “progresso” para o seu tempo e contexto; no outro lado, a ideia de que precisava ser um avanço cauteloso e lento pois muitos escravistas já se faziam saber que as mudanças logo viriam e, buscavam estratégias para reverter o déficit de mão de obra escravizada, ou mesmo, a busca de compensação monetária.

Em um noticiário seguinte sob o título “Festa da liberdade” a publicação discorre sobre a preparação de um festejo no dia 27 de maio em um domingo. Visto que se trataria de um dia religioso e de presença na missa para aqueles mais devotos, abdicar dessa tarefa para ir em festejos poderia ser considerado um “pecado”, porém em números menos expressivos como na corte, se fez presente aqueles que já não mais celebravam a escravidão.

“A pergunta em aberto se preenche com a preocupação no convite para os festejos, foi aberto a convocatória a todos os cidadãos para a manifestação popular, se pede entretanto o esquecimento de qualquer ressentimento até o dia do festejo, observação essa da manchete em que se pode refletir que houve atritos entre os campos opostos, “A abolição da escravidão é hoje um facto contra o qual seriam impotentes todas as reações, e se para alguns dos nossos concidadãos pode parecer precipitada, é certo que nem por isso deixará de ser ela uma gloriosa conquista para a pátria comum...”²⁵⁸

Foi arrecadada para os festejos uma quantia de 500 mil reis de pelo menos 100 pessoas subscritas, seriam esses indivíduos de “boas almas”?

Notícias de Milão mudaram os rumos dos festejos, o Imperador não se encontrava bem de saúde²⁵⁹ e por bom senso, a comissão organizadora resolveu cancelar os festejos. Todos aqueles que contribuíram com quantias, teriam seus reis de volta. De fato, em Cantagalo os festejos da abolição só aconteceram no dia 14 de maio, mas houve também no dia 20 de maio, como noticiado pelo jornal *Voto Livre*, uma “reunião de libertos” na estação

²⁵⁷Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

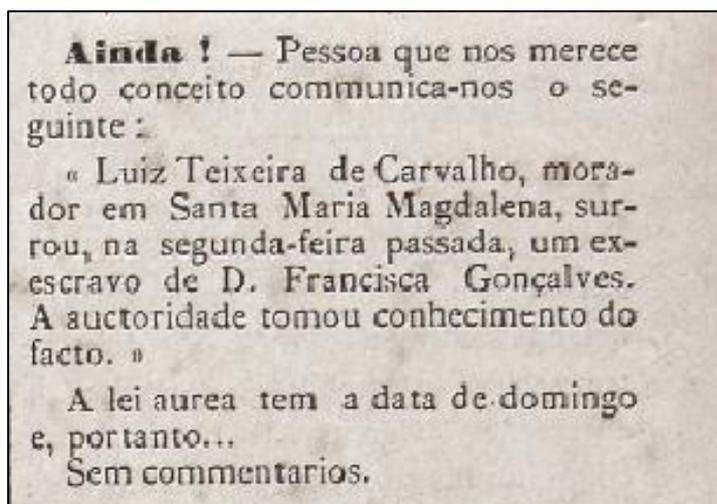
²⁵⁸Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

²⁵⁹Jornal Voto Livre, 27 de maio de 1888.

de Macuco, aglomerou-se perto de 1.000 libertos que ali fizeram local de seus festejos, promoveram “danças, ao toque das duas excelentes bandas de música do Sr. Capitão João Lopes Martins e da Exma. Sra. D. Anna de Pinho, ambas compostas de libertos”²⁶⁰. Segundo a notícia após o dia de festejos e diversão, partiram de volta para as fazendas onde trabalhavam, e a paz se fez durante todo tempo que ali festejaram, não havendo nenhum incidente.

No mesmo Jornal *Voto Livre* encontramos uma notícia que traduz melhor alguns cenários e conflitos na região. Na noticia acima a palavra “Ainda” invocada em negrito, ferramenta essa usada para chamar atenção ao enunciando, nos apresentam um contexto e observância de que imediatamente os indivíduos reagem e articulam códigos sociais e culturais que os constitui e fazem parte de suas subjetividades. Luiz Teixeira de Carvalho surrou um “ex escravo” que fora cativo de D. Francisca Gonçalves, um dia depois do 13 de maio, em plena segunda-feira. A notícia não apresenta os motivos para tal fúria pelo castigo perpetrado contra o corpo preto, que por normas jurídicas não era mais posse de senhor e possuidor algum. Mas atentam-se que a palavra escolhida para se referir a vítima, sua condição não é de liberto e sim de um ex escravo, traduzindo o pensamento intrínseco a sociedade escravista vigente.

Imagem 3.4. Noticia de espancamento a um ex- escravo em Santa Maria Magdalena.



Fonte: Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

²⁶⁰Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

O comentário de defesa de tal ação foi negado, pois em características dos contextos da época, as justificativas da ação não seriam mais apresentadas ou aceitas, mesmo assim é possível identificar resquícios de práticas escravistas que foram acionados no dia imediato a abolição. Corpos negros nos códigos jurídicos em tese não poderia mais sofrer quaisquer castigos ou chibatadas desde 1886²⁶¹, mas as normas jurídicas não acompanhavam ou modificavam as normas sociais que eram intrínsecas e distintas nos espaços. A exemplo disso somente em 1910 na cidade do Rio de Janeiro a cultura das chibatadas foi questionada por determinados grupos de marinheiros negros, dos quais eram punidos sobre as mesmas dinâmicas outrora estabelecidas pelo o Estado escravista. A revolta da Chibata, conforme ficou conhecido como o episódio, trouxe à tona o quanto ainda era necessário a luta, reivindicação e garantia da integridade física dos corpos e condições de trabalho dos descendentes de ex escravizados.

No Relatório de Provincia do Rio de Janeiro de 1888, na seção Secretaria de polícia da Provincia, encontramos

“Na Villa do Carmo, na noite de -30 para 31 de agosto, penetraram os ladrões na casa de negócio de Franga Sobrinho, no *logar* denominado Quilombo, e roubaram o que *poderam*. Pelo inquérito a que se procedeu ficaram indiciados como autores do roubo três escravos de Lucas Rodrigues da Silva, que andavam fugidos, dois dos quaes foram capturados em Cantagallo, em virtude do mandado de prisão expedido pelo respectivo juiz municipal, e recolhidos á cadêa”²⁶².

(...)

“Em Cantagallo. Tendo-se de *efectuar* a captura de *tres* escravos acoutados nas *mattas* da fazenda de Santa Rita, de onde *sahiam* munidos de garruchas e outras armas para assaltar os viajantes e roubar as casas do povoado á noite, tendo sido antes autores do roubo feito á França Sobrinho, na vila do Carmo, deu-se no dia, 6 de setembro *conflicto* entre os mesmos e os que pretendiam *prendelos*, sendo morto um deles, que na *resistencia*, *opposta*, tentou desfechar um tiro no *official* de justiça Vicente José Paulo. A autoridade policial tomou conhecimento deste facto, tendo

²⁶¹GRINBERG, Keila. **Castigos físicos e legislação**. Dicionário da escravidão e liberdade, v. 50, 2018,p.148.

²⁶²Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima setima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, dr. José Bento de Araújo.

Link:http://ddsnext.crl.edu/titles/184?terms=Cantagallo&item_id=4730#?h=Cantagallo&c=4&m=110&s=0&cv=147&r=0&xywh=-1205%2C-1%2C4568%2C3223

No primeiro informe encontrado na seção “Secretaria de polícia da Província”, é possível compreender mais, um pouco mais sobre as complexidades da sociedade escravista. Neste informe se descreve que na data de 30 de agosto de 1888, na Vila do Carmo em uma localidade denominada “quilombo”. Três ladrões saquearam tudo que puderam da casa de negócios de Fraga Sobrinho, o inquérito foi instaurado e foram indiciados como autores esses três ladrões, “todos escravos” e fugidos de Lucas Rodrigues da Silva dos quais dois foram capturados e presos. O que observamos neste episódio é que o curto intervalo de tempo entre abolição e o dia do roubo, apenas três meses, não se estabelece modificações não estabelecem nas categorias jurídicas e sociorraciais.

Demonstra-se que os “ladrões” ainda eram lidos socialmente como escravizados, pois o, seu dono Lucas Rodrigues da Silva os reivindicava ou esperava algum tipo compensação financeira. E por último o caso relatado de três “escravos” escondidos nas matas da fazenda de Santa Rita. Segundo o relatório estes sujeitos munidos de armas, assaltavam viajantes e invadiam casas, como no ocorrido à França Sobrinho na Vila do Carmo. As forças policiais foram acionadas e sobre confrontos um acusado foi morto e os restantes presos. O mérito que indicamos destes fatos não estão relacionados aos crimes ditos praticados, mas sim, a continuidade da percepção da condição social servil em documentos da administração pública. De fato, é provável que esses relatórios foram feitos antes da data da promulgação do fim da escravidão. Apresentado apenas em agosto de 1888, três meses depois do 13 de maio, é notável que não houve preocupação de revisões e modificações das nomenclaturas nos documentos oficiais. Talvez por falta de tempo hábil e logística, mas também, por mero desinteresse ou importância para tal assunto.

No contexto nas Américas os processos de emancipações e abolições da escravidão tiveram experiências distintas formuladas em meio as disputas políticas e sociais com graus de permanências e violências diferentes. O historiador Eric Foner ao analisar a escravidão nos processos de emancipações nas Américas no século XIX, busca contextualizar as estruturas escravistas nos distintos espaços no Caribe Inglês e Francês e os processos de liberdades dos cativos. Eric Foner em suas análises se conecta num campo bastante estimulado e reconhecido nos Estados Unidos, os “estudos emancipatórios” e ou da chamada

²⁶³Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, dr. José Bento de Araújo.

“reconstrução”, para compreender as influências e dinâmicas da complexa reconstrução americana.

No Caribe Francês, a revolta dos escravizados no Haiti no início do século XIX, foi durante muito tempo – e continua sendo – reivindicado como um modelo de nação a não ser seguido. Pela primeira vez um território outrora colonial foi gerenciado politicamente por indivíduos negros, indivíduos esses que ousaram formalizar a independência e implementar uma República. Mas esse ato foi acompanhado de discursos e olhares de inferiorização e de caráter civilizatório, por tal ousadia, ser capitaneada por “crioulos”. A afronta foi rechaçada pelas potências internacionais, o medo da “onda negra” Haitiana durante muitos anos ficou no imaginário social nos espaços escravistas, em especial no Império brasileiro.

As experiências da formalização de liberdades nas Américas, ocasionou “tensões e disputas em torno do sentido de cidadania”²⁶⁴. Na esfera do trabalho, distintas metodologias e normas foram instauradas para a manutenção da disciplina dos trabalhadores. Instituíram a formalização de contratos por períodos, criação de turmas, escalas ou mesmo a imposição do trabalho forçado. Os salários foram inseridos no dia a dia da labuta, bem como a concessão de terras para atrair os trabalhadores negros. Em meio a essas disputas entre os senhores e os trabalhadores, houve protestos, greves e múltiplas violências nos núcleos de trabalhos com repressão social e política. Em experiências comuns desses espaços nas Américas “toda sociedade caracterizada pela grande lavoura experimentou, ao passar por um processo de emancipação, um amargo conflito em torno do controle da mão de obra”²⁶⁵.

Eric Foner argumenta ainda que múltiplas complexidades específicas surgiram nessas sociedades escravocratas após fim das escravidões. Em São Domingos a primeira emancipação e “revolução negra” das Américas produziu uma profunda ruptura das relações de poder da sociedade, resultando o massacre da maioria da população branca ou seu exílio²⁶⁶. Houve conflitos com fazendeiros brancos, mesmo que lideranças negras em um primeiro momento optaram por políticas de cooperação com os fazendeiros franceses. Os libertos mesmo livres ainda eram obrigados a trabalhos forçados, posteriormente, as normas foram sofrendo alterações e a “obrigação de trabalhar” foi novamente sacralizada sob forma de lei, com horários, salários e penalidades rigorosas para “vagabundagem”²⁶⁷.

²⁶⁴Ibidem, ALBURQUERQUE. p. 97, 2017.

²⁶⁵FONER, Eric. **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e terra. p. 27, 1983.

²⁶⁶Ibidem, FONER, Eric. p. 28, 1983.

²⁶⁷ Ibidem, FONER, Eric. p. 31, 1983.

Em regiões do Caribe Inglês as colônias promoveram a transição da escravidão para o trabalho livre, com o programa de aprendizado, ou seja, “todos os escravos na lavoura serviriam por seis anos como aprendizes, período durante o qual seriam pagos por seus trabalhos”²⁶⁸. A tensão desse método instituiu o seu fracasso e descontentamento por parte dos fazendeiros, em muitos casos as reclamações eram por “insubordinação, preguiça e das reivindicações de salários mais altos”²⁶⁹, demandas essas que traduzem o grande descontentamento e precariedade das relações do trabalho para os libertos.

3.3. Os Trabalhadores e Homens de cor em Cantagalo nos finais do século XIX

O fim da escravidão trouxe um novo paradigma social onde os negros recém libertos ou aqueles que já não viviam mais juridicamente sob o regime de escravidão, tiveram como experiência um período de estagnação ou coerção da sua mobilidade social. As preposições e análises sobre os trabalhadores e homens de cor apresentam categorias que, em contextos sociais e do mundo do trabalho brasileiro, não são indivisíveis para esses indivíduos presentes nesse tempo e espaço. Ousamos instigar a análise para além do recorte temporal desta pesquisa, pois as complexidades da escravidão persistem socialmente no Brasil no dito imediato pós abolição.

Acabar com a falta da liberdade individual e da consolidada relação do trabalho de indivíduos em cativeiro, se demonstrou um processo mais que complexo, pois em paralelo se propunha a era da “modernização” e “civilização” para o país²⁷⁰, onde os “homens de cor” são teorizados e apresentados em discursos raciais legitimados em estudos ditos “científicos”. Surgem noções, crenças e narrativas de que o negro é um “mau trabalhador”, então é preciso substituí-lo.

Em disputas da permanência nos núcleos de trabalhos, os “libertos” – denominação muito usada ainda durante os primeiros anos da primeira República – tinham que articular suas habilidades e forças na busca de novos horizontes e perspectivas, podemos nos distanciar assim de alguns estudos em que colocam as migrações dos recém libertos para longe de seus locais de cativeiro, como apenas associada ao processo do fim da escravidão. Se sabe que no imediato pós-abolição, os libertos buscavam a estabilidade em seus

²⁶⁸ Ibidem, FONER, Eric. p. 36, 1983.

²⁶⁹ Ibidem, FONER, Eric. p. 39, 1983.

²⁷⁰ Ver: SIQUEIRA, José Jorge, 2012.

respectivos núcleos de trabalhos, em outras estratégias, a busca da migração pode ter sido fomentada também pela perpetuação da violência e na busca de uma maior educação²⁷¹.

A exemplo a mensagem no jornal *Nova Pátria* de 1 de dezembro de 1889 (Anexo IX), direcionada aos Lavradores da região de Cantagalo, a manchete consta o pedido para um melhor diálogo sobre as dinâmicas dos trabalhos com os libertos. A fim de tirar quaisquer dúvidas sobre os pesadelos assinalados nessa manchete, do temor da volta dos tempos escravistas, a partir disso podemos articular e observar que o medo dos libertos não se dava pela volta da estrutura escravista, que dê certo não se fazia iminente, mas sim um sinal de que nos núcleos de trabalhos agrícolas, após um ano da abolição, ainda se mantem nas dinâmicas e características sociais da escravidão.

O historiador Walter Fraga Filho analisou as tensões e negociações no Recôncavo açucareiro Baiano após o fim da escravidão, muitos senhores tensionaram e procuravam promover o não “ressentimento” por parte dessa gente recém liberta. Buscava-se os resgates de “benesses” ou de “bondades” que por ventura o senhor tenha feita aos seus escravizados durante o cativo, a exemplo também, o jogo das relações como “figurinos paternalistas que faziam parte das expectativas senhoriais para encaminhar a passagem da escravidão para o trabalho livre”²⁷². Mas o que se viu de fato no recôncavo baiano foi a crescente narrativa da parte senhorial de enorme desorganização, insegurança, insubordinação nas lavouras²⁷³. Os protestos e tensões eram vistos por todo o Império, muitos abandonavam os trabalhos nas lavouras na busca de melhores remunerações e jornadas de trabalho.

Meses depois da abolição foi instaurado a demanda de forças policiais para manter a paz e a ordem, a fim de belar futuros protestos ou motins, tal temor não se deu apenas em Cantagalo, nesse sentido a secretaria policial do Estado do Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1889, ordenou que por meio de comunicados e por intermédios de subdelegados das regiões, informassem que os “libertos continuariam a gozar dos direitos que lhe foram concebidos pela mesma lei”²⁷⁴. Aqui podemos indicar indícios de determinados descontentamentos em diversas regiões no Rio de Janeiro. Para tal, foi necessário o empenho de forças policiais para apaziguar os conflitos nos espaços de trabalhos.

²⁷¹COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

²⁷²FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Campinas: Unicamp, p. 215, 2004.

²⁷³ Ibidem, FRAGA FILHO, Walter, p. 217, 2004.

²⁷⁴ Jornal Nova Pátria, 1 de dezembro 1889.

A preocupação por outro lado não era exclusiva aos libertos, a Associação dos Lavradores de Cantagalo, gerenciada por João Antônio da Silva Peres, em uma publicidade no *Voto Livre*, desde 29 de agosto de 1888, pede que os senhores fazendeiros e os lavradores do município, declarem na rua de Santa Anna, número 72, a quantidade de famílias de imigrantes que desejavam para serem empenhados em seus estabelecimentos agrícolas, e pede-se também a indicação da preferência das nacionalidades estrangeiras. A associação informa que todo mês de setembro ou outubro espera se receber imigrantes “italianos (Norte da Itália), Aosta, Ivreal, portugueses do continente e ilhas, alemães e talvez gallegos, todos sabidos das populações rurais”, os imigrantes receberiam hospedagens e acomodações sem custos aos senhores fazendeiros, em uma hospedaria instalada em Cordeiro.

Imagem 3.5. Associação dos Lavradores de Cantagalo informando sobre a chegada e demanda de imigrantes europeus.



Fonte: Jornal Voto Livre, 29 de agosto de 1888.

A ideia de que a imigração estrangeira nesses espaços rurais promoveu imediata migração dos libertos para outras regiões, não traduz a totalidade das experiências de muitos libertos, muitos desses permaneceram nos seus núcleos de trabalhos que outrora foram coercitivos. Pois abandonar a estabilidade não era, de certo a melhor opção, pois as incertezas dos trabalhos e das sociabilidades em lugares longínquos e desconhecidos, era um dos fatores de receio por parte dos trabalhadores negros e negras recém libertos. Essas estratégias e

buscas de estabilidades forneciam momentos de acirramentos com os novos quadros estrangeiros empregados nos espaços de trabalhos. Segundo o historiador Carlos Eduardo Coutinho, muitos trabalhadores libertos ou descendentes de escravizados buscaram distintas estratégias, que iam de migração por temporada para trabalhar nas lavouras em outras regiões, como a baixada fluminense, após a colheita esses trabalhadores voltavam para o seu local de origem. Também haviam aqueles que migravam com anseios definitivos para trabalhar e se estabelecer em outras regiões, por períodos mais longos de trabalhos, mas depois de alguns anos acabavam voltando para suas regiões de origem, na busca da estabilidade.

Segundo Coutinho, de fato a forte imigração definitiva do contexto do Vale do Paraíba entre libertos e descendentes para as regiões metropolitanas, só ocorreu a partir do ano de 1920. A busca da estabilidade e condições de sobrevivência apresentavam seus limites, pois ao adquirir a liberdade significava também o exercício constante de ações e estratégias em meio a complexidades sociais vigentes, no qual a busca do trabalho, terras, moradias, educação, interação social e conservação da família se apresentou como uma busca permanente – renegociação – com reverberações até os dias atuais²⁷⁵.

Muitas dessas estratégias se relacionam com as construções das sociabilidades desses indivíduos nos seus espaços de trabalhos, onde a escolha da permanência nas fazendas, a manutenção de relações com as famílias senhoriais e/ou a conservação das relações paternalistas, levavam em conta as redes criadas. Os laços forjados e conquistados com as estruturas familiares, principalmente daqueles que já possuíam o status de “confiança” construídas ao longo do tempo, de certo, traziam uma certa condição de segurança para os libertos. Para muitos, essa condição da confiança se estabeleceu como única estratégia para a sua estabilidade e sobrevivência. Por fim, a “boa reputação” para o trabalho neste período de transição da (frágil) liberdade, se demonstra inconstante e incerto, mantê-la e sobretudo renova-la exige a continuidade do uso da mão de obra desses homens e mulheres negros, por meio de condições e relações de trabalhos precarizados, algo que se configurou como prática comum durante muitos anos aos mais pobres e homens de cor no mundo do trabalho²⁷⁶.

Avançamos um pouco e analisamos algumas atas da Câmara Municipal de Cantagalo no recém novo regime republicando instaurado. Em seção extraordinária em 20 de novembro

²⁷⁵ Ver: Mattos, Rios, 2004.

²⁷⁶Ibidem, Mattos, Rios, 2004. Ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Campinas: Unicamp, 2004.

de 1889, no paço Municipal de Cantagalo, vereadores chegavam e se concentravam na sala das seções, começando os trabalhos do dia as 13 horas da tarde. Estavam presentes o Dr. Francisco José de Souza Gomes, Antônio Viera Torres, Dr. Manoel Figueiredo, Capitão Joaquim Baptista Lapér, Dr. Herculano José de Oliveira e outros cinco vereadores não compareceram à seção, o único a apresentar justificativas por ofício pela sua ausência foi o vereador Dr. Augusto Mello. Cinco dias após o 15 de novembro, foi iniciada a seção que discutiu e elaborou uma moção pública da câmara municipal de Cantagalo, resultado alguns trechos abaixo:

“Meus Concidadãos. Os acontecimentos memoráveis do dia 15 de novembro que unidos por movimento militar, em que o exército e armada nacionais se levantaram unidos para depor o ministério (...) vindicta consequente a humilhação que esse governo pretendia infligir a suas gloriosas classes dos melhores servidores do país, deram em resultado a queda da monarquia e a proclamação da República pelo povo no paço municipal do Rio de Janeiro... foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brazil, pelo povo, exército e armadas nacionais na mais completa e absoluta comunhão de ideias e sentimentos”²⁷⁷

Lida a moção e votada perante o pares, se observa algumas palavras que representam os sentimentos de alguns, como as “classe servis” que já não estavam mais contentes com os rumos políticos e sociais do regime monárquico, seguidas de palavras mais duras de significativas como a vindicta (vingança) que para muitos foi consequência da humilhação das mudanças que se deram nos finais do século XIX no país, o resultado de tal vingança foi a queda da monarquia pelo povo, em comunhão com as instituições do exército e as armadas nacionais.

A ata nos fornece palavras que surgiram naquele dia no prédio da municipalidade da cidade, onde finalmente os atingidos pelo fim da escravidão ou mesmo os republicanos puderam se expressar politicamente. Seguindo as próximas linhas da moção foi dito que o “Imperador se retirou das terras brasileiras, onde a sua presença ou de qualquer membro de sua família, poderia constituir em perigo a ordem e tranquilidade da República”²⁷⁸.

²⁷⁷ATA DA CAMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, 20 de novembro de 1889.

²⁷⁸ATA DA CAMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, 20 de novembro de 1889.

De imediato as tentativas de homenagens do novo regime foram apresentadas pelo presidente, foi proposto que mudassem os nomes do Largo da Matriz para Largo 15 de Novembro, o mesmo com a rua Princesa Imperial para Benjamin Constant. Em continuidade, a euforia de mudanças, foi apresentada também a proposta de modificação do nome da praça Municipal para praça Marechal Deodoro, ambas propostas aprovadas.

Em 5 de janeiro de 1890, foi lido o decreto estadual de dissolução das câmaras municipais, que passava a administração pública ao conselho de intendência do Governo do Estado, foi pedido e convidado pelos vereadores da cidade o intendente para comparecimento no paço, o que não aconteceu. A posse do intendente de fato ocorreu três dias depois, em 8 de janeiro às 11 da manhã, os membros do conselho foram apresentados e de fato nesse dia foi declarada a dissolução da Câmara. Foram tomadas a posse de suas cadeiras os novos membros, a presidência da municipalidade foi designada por decreto ao republicano Dr. João Baptista Lapér²⁷⁹ um dos filhos da Baronesa de Cantagalo. Em meio a essas novas dinâmicas Republicanas muitos senhores com títulos de nobrezas monárquicos tiveram de abdicar dos mesmos. E ainda que extintos muitos destes títulos e influências se perpetuaram na “boca do povo”, ao passo que senhores nobres, políticos e fazendeiros, que possuíam escravos, se tornariam membros estimados de partidos Republicanos regionais e nacionais.

Essas mudanças sociopolíticas estabeleceram e delegaram aos indivíduos a manutenção de seus status políticos e influências. O exemplo pode se traduzir no prisma apresentado acima do filho da Baronesa de Cantagalo o Dr. João Baptista, que tomou posse de um importante cargo político do Município de – Presidente da Câmara –. Durante as análises não conseguimos lincar os contextos políticos ou se houve algumas relações de influências deste “nobre” para formalizar tal feito. Mas de fato, como vimos nos tópicos anteriores o medo e incertezas do esvaziamento da mão de obra, ocasionou o fomento e incentivo de braços estrangeiros para Cantagalo. E a grande parcela da população recém liberta não foram chamadas para a “festa”, o que se viu, foi a total descrença e desinteresse político com estratégias e planos para a transição do trabalho livre dos trabalhadores negros.

As mudanças sociais para muitos trabalhadores recém libertos não perpassaram para transformações reais nas relações de trabalhos, direitos, sociabilidades, salários, educação, família, saúde e qualidade de vida. O marco temporal da abolição já contabiliza 134 anos, e

²⁷⁹Nasceu em Cantagalo, em 20 de junho de 1848, filho de João Batista Lapér e de Francisca Cândida de Gouveia. Graduou-se médico na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, foi proprietário rural, deputado provincial em 1884 e eleito senador constituinte em 1890, ocupou o mandato até 1896, faleceu em 1901.

mesmo passados tanto tempo, muitas dessas transformações reais ainda não se concretizaram para a maioria da população deste país, que é preta.

4.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, esse momento de finalização e argumentação de todas as ideias e análises apresentadas neste trabalho, de certo, é um momento de grande alívio e animador. Ouso organizar e apresentar as considerações a seguir com narrativas sobre os processos, percursos e esforços para a minha formação como historiador. As fases que estruturam a pesquisa histórica é sem dúvida um processo inspirador e prazeroso, desde a busca de um objeto de interesse e mobilizador, passando pelas visitas nos arquivos e o contato com as diversas fontes e suas informações, esse processo traduz uma experiência emancipadora e de grande responsabilidade.

Assim, a escrita deste trabalho se organiza e inicia com a apresentação da temática, sua cronologia e espaço, bem como, as contribuições historiográficas que nos ajudam a estruturar esta pesquisa. Em seguida apresentamos as fontes que moveram as análises, a principal delas, o Livro de registros de compras e vendas de escravizados da Freguesia do Santíssimo Sacramento 1880-1883. Um livro da burocracia escravista, preenchido com importantes informações de todos os envolvidos, entre elas, os protagonistas desta pesquisa: os “trabalhadores”; “homens e mulheres negros(as)”; “escravizados(as)” em meios as complexidades da condição servil em Cantagalo nos finais do século XIX. Outras fontes mobilizadas e que nos ajudam preencher questões apresentadas neste trabalho são; testamento, inventários, relatórios de províncias, atas da Câmara Municipal de Cantagalo e jornais (locais e Provincial).

O escopo metodológico que contribui e norteia esta pesquisa, estão alinhados com perspectivas analíticas de três importantes intelectuais que pesquisam as complexidades sociais; O conceito de “experiência” fomentado pelo historiador inglês E. P. Thompson, pois as experiências são fatores essenciais na intensificação das ações sociais dos indivíduos. O historiador Flavio Gomes e suas reflexões sobre as experiências do “campesinato negro”, proporcionou entendermos que a ideia e debates para construção de campesinato negro, extrapolam o sentido territorial, pois o campo é um organismo vivo, ao qual é possível articular corpos, ideias, experiências, tensões e negociações. Por isso, entendemos que o número de 198 (82,16%) dos 313 escravizados encontrados no Livro de registros classificados como “de roça”, não traduz totalmente as suas funções e dinâmicas no campo.

Muito menos as atribuições, experiências, expertises, saberes e técnicas que produzem e modificam não só a terra, mas também a sociedade e a cultura do trabalho.

Em complemento a essa perspectiva, pensamos a complexidade da sociedade escravista brasileira, a partir das contribuições e influências dos africanos e seus descendentes como uma outra via analítica, aplicando um conceito chamado de “comunicação transcultural”²⁸⁰ – herança – mobilizado pelo sociólogo Muniz Sodré, que rompe o tempo e o espaço geográfico. Para isso, Muniz Sodré expõe que ao “Pesarmos o Nagô” rompemos com estruturas fortificadas dos estudos brasileiros com paradigmas euro referenciados. Pensar o nagô ainda é romper as fronteiras e olhares filosóficos que não nos ajudam a entender as complexidades do ser negro, do sistema escravista. Mobilizamos neste trabalho uma perspectiva analítica que busca entender e considerar dimensões e contribuições culturais, estéticas e ancestrais afro-referenciadas. Essas contribuições transculturais são apresentadas neste trabalho em forma da simbologia andikra de “AYA”, bem como, por epígrafes com letras e músicas que perpassam as experiências e subjetividades das histórias das resistências e das culturas dos negros no Brasil.

“Canta que o Galo é preto”

A produção histórica social busca a análise de múltiplas experiências de sociedades e seus indivíduos, a partir de análises dos fatos, respaldados por técnicas e normas das Ciências e suas interdisciplinaridades. Uma das fases desta pesquisa, a escolha temática e recorte temporal, nasce por incertezas, lacunas e uma certa curiosidade sobre a história da família da minha mãe Maria nascida em Cantagalo no ano de 1962, mais precisamente na fazenda de “Bem Posta”. As lembranças da infância estão cercadas de relatos e histórias deste município, suas roças, “lendas”, costumes e cultura que finalmente pude conhecer em uma viagem no ano de 2019. Esta viagem produziu uma enorme “metamorfose” pessoal, pois além reconectar e (re)conhecer a(s) história(s) que constituiu algumas vivências e experiências de trabalhadores escravizados da região. Pude identificar, mesmo que provisoriamente, muitas experiências, códigos, transmissão de saberes e legados dos antepassados dos homens e mulheres negras que perpassam e conectam subjetividades ancestrais.

Exemplo esse, são as figuras dos meus avós Ernestina e Guilherme que tiveram sete filhos, e destes, apenas três filhos resolveram enfrentar as incertezas na Capital. Minha mãe e minha tia “Vilma” migram para a Capital do Rio de Janeiro nos finais da década de 80 na

²⁸⁰Ibidem, SODRÉ, p. 12, 2017.

busca de melhores empregos e oportunidades, se estabelecendo até os dias atuais no bairro do Engenho Novo. Em um outro caso está a história do tio “Jorge” o primeiro a sair da zona rural e ir para a “Cidade grande” antes de 1980 para trabalhar como pedreiro, com o intuito de juntar dinheiro. Tal empreitada durou o tempo necessário com os fins de acúmulo de capital -trabalho por temporada-, após esse período, Jorge retornou para Cantagalo se estabelecendo por lá até os dias atuais. Algumas semelhanças dessas experiências são apresentadas pelo o historiador Carlos Eduardo Coutinho, com análises sobre as migrações pós-abolição de libertos e descendentes de escravizados do Vale do Paraíba que buscaram e articularam estratégias distintas na busca de novos postos e melhores relações de trabalhos, bem como, maiores remunerações e educação²⁸¹. Esse fio condutor proporcionou uma melhor compreensão das complexidades e impactos nas gerações de famílias que tiveram ancestrais escravizados, pois esse fenômeno ainda é recente e persiste.

Assim, foi possível percorrer nesta pesquisa as temáticas sobre o território, os corpos e a memória dos negros em Cantagalo. Propomos, portanto como ponto de partida desmitificar o senso comum e as narrativas da construção histórica da região, como um espaço fundado e organizado tão só e apenas pela imigração europeia. Esse prisma, contribuiu para o apagamento e subalternidade das experiências e histórias dos indígenas e os negros em Cantagalo. Os povos indígenas habitaram os espaços dos sertões de Macacu durante o século XVIII e XIX, indivíduos esses que se tornaram obstáculo e resistência a invasão ao “primitivo” no Rio de Janeiro. Entendemos que compreender esses processos de genocídios, invasões, violências, assimilações perpetradas aos povos indígenas da região, apontam uma outra narrativa sobre as complexidades da formação e ocupação dos territórios neste período. Posteriormente, esses territórios são historicamente construídos e denominados como o “Vale do Paraíba”, lugar que recebeu inúmeros corpos de negros traficados e escravizados ilegalmente da África. Cantagalo está inserido no contexto geográfico de avanço, dominação, arrasamento ambiental e criação de novas vilas, povoados e freguesias durante os oitocentos.

A consolidação dos espaços de Cantagalo e suas subdivisões como a Freguesia do Santíssimo Sacramento, Freguesia Nossa Senhora do Carmo, Freguesia Conceição das Duas Barras e Freguesia de Santa Rita do Rio Negro distribuía segundo o recenseamento de 1872

²⁸¹ Ver: DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. **"Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade": Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)**. Editora Appris, 2020.

o número de 28.751 pessoas, sendo 16.805 escravizadas. Para este mesmo ano comparado a outras duas regiões do Vale do Paraíba com número importante de trabalhadores escravizados, Cantagalo está a baixo em números apenas de Campos e Vassouras, respectivamente com (82.620) e (20.168) escravizados. Para o ano de 1880 os números de matriculados em Cantagalo acresce para o de 23,679 escravizados. Isso demonstra que Cantagalo no cenário da Província do Rio de Janeiro se estabelece como um dos principais locais com concentração de mão de obra escravizada sob a economia da agricultura extensiva e escravista, priorizando o café.

Formulamos uma densa análise nos registros de compras e vendas de escravizados em Cantagalo, foi possível organizar uma tabela com informações de 313 escravizados encontrados nestes registros Anexos(X, XI, XII, XIII). Esses dados sociais dos trabalhadores escravizados distribuídos por gênero, cor, idade, local de matrícula, ofício e quantia paga pela sua compra contribuiu para análises qualitativas e quantitativas nesse período finais do século XIX. Articulamos também informações dos compradores e vendedores encontrados em todos os registros.

Em meio ao cenário dos “festejos dos negros” em Cantagalo analisamos anúncios de fugas e críticas de jornais de visões distintas da região, traçamos algumas experiências desse momento de ruptura e ressignificações das estruturas sociais e políticas que acompanhou esse espaço rural e os trabalhados libertos. Por último expomos um esforço da compreensão desses homens e mulheres negros recém libertos no mundo do trabalho, inseridos em novos discursos sociais, políticos e laborais.

5.1. Arquivos e sites:

CMDC - CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DE CANTAGALO

ARQUIVO D.JOÃO VI

ARQUIVO NACIONAL - HEMEROTECA

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO

IBE/USP- INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

6.1. Fontes:

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1844-1889. Almanak Laemmert de 1880 e 1885.

CMDC - Livro de Escrituras, compras e vendas de escravos da comarca do Santíssimo Sacramento - 1880 a 1883.

CMDC- SOUC-LE001- Livro de Escrituras 1881-1887

CMDC- Inventários de 1880 e 1887.

Relatório de recenseamento do Brasil de 1872

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, dr. José Bento de Araújo.

Jornal Voto Livre (Cantagalo -RJ)

Jornal O Conservado (Cantagalo – RJ)

Jornal Gazeta de Notícias (RJ)

Jornal O Comércio (RJ)

Testamento de João Joaquim Gonçalves Braga, base de dados GISA- Arquivo do Porto.

7.1. Bibliografia

ARIZA, Marília BA. Crianças/ventre livre. Dicionário da escravidão e liberdade, v. 50, p. 177-183, 2018.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira et al. Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888). 2014. P, 114. Tese de Doutorado.

_____, trabalho e conflitos escravos no Vale do Paraíba Fluminense na segunda metade do século XIX. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 08, dez. 2016.

BARCANTE, Eliana Vinhaes. “Família e elite no agro fluminense: Cantagalo dos Oitocentos.” In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Micro História e os caminhos da História Social. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

CARDOSO, Vinicius Maia. "Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui" Conflitos, querelas e desavenças nos sertões do Macacu-Capitania do Rio de Janeiro, século XVIII. TEMPUS Revista em Historia General, n. 10, p. 8, 2019.

CARNEIRO, André Rocha. Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense–Barra Mansa no século XIX, p. 45, 2013.

CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. DA. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, 15 set. 2010.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). Topoi (Rio de Janeiro), v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DA SILVA VIANA, Iamara; GOMES, Flávio. Do “mercado imperfeito”: sobre corpos, africanos e médicos no Rio de Janeiro oitocentista. Maracanan, n. 21, 2019.

DE LIMA, Glauber Guedes Ferreira. O Tráfico Intraprovincial Em Pernambuco (1871-1880): Aspectos Do Fluxo Do Comércio De Escravos Em Pernambuco Num Período De Crise.

DE MELO ALVARENGA, Felipe. POR UM VALE DO PARAÍBA INDÍGENA: CONFLITOS ÉTNICOS E A TRANSFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS ÍNDIOS EM VALENÇA (1780-1835). *Revista de História*, n. 181, 2022.

DE MENEZES, Jaci Maria Ferraz. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 9, n. 36, p. 83-104, 2009.

DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Rio Bonito, Rio de Janeiro: Artes Gráficas Cantagalo Ltda, 1980.

DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. *Estudos Avançados*, v. 33, 2019.

ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. NitPress, 2008.

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira et al. *Papéis da escravidão: a matrícula especial de escravos*. 2017.

FARIA, SHEILA DE CASTRO. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 26, e04d1, 2018. Epub 11-Jun-2018. <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e04d1>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História de Família: Casamentos, Alianças e Fortunas*. Léo Christiano Editorial, 2008.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras. Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas: Unicamp, 2004.

FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE? Berenice Bento, p. 23. *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil* / Flávio dos Santos Gomes. — 1a ed.— São Paulo: Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda brasileira).

GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Cantagallo na Província do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado. Seropédica, UFRRJ, 2004.

GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Cantagallo na Província do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado. Seropédica, UFRRJ, 2004.

GOENDER, Jacob. O escravismo colonial. / Jacob Goender.-- 6.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.

LANGFUR, Hal. ÍNDIOS, TERRITORIALIZAÇÃO E JUSTIÇA IMPROVISADA NAS FLORESTAS DO SUDESTE DO BRASIL. Os Índigenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX), p. 173, 2019.

LEMONS, Marcelo Sant'ana et al. O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836). 2004.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. CRUZ JOBIM E AS DOENÇAS DA CLASSE POBRE O CORPO ESCRAVO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO MÉDICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX. Almanack, n. 22, 2019.

MACEDO, Valter. Província fluminense: um território a serviço da nação. Editora Dialética, 2022.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n°16, p. 143.

Maia Cardoso, V. Às margens dos sertões: a economia de abastecimento e pequeno escravista do Vale do Macacu - século XVIII. *Caminhos Da História*, 24(2), 22–42, 2020.

MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 42, p. 495-514, 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. Almanack braziliense, n. 7, 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. O Brasil Imperial 1831-1889, 2009.

MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. Revista De História, São Paulo, no 169, P. 229, julho e dezembro 2013.

MARRETTO, Rodrigo Marins. A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX. 2014.

_____. Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura escravista no contexto da segunda escravidão. IN: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, p. 1-10, 2017.

MATTOS de Castro, Hebe Maria. Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995/ Nova fronteira, 1998.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo; Editora Itatiaia Limitada, 1978.

MELNIXENCO, Vanessa Cristina. Friburgo e Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888). (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MOTTA, José Flávio. Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense—fase III. INEPAC/Instituto Cidade Viva. Rio de Janeiro, v. 3, p. 297, 2010.

_____. “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial.” In: MUAZE, M. & SALLES, R. (orgs.). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações, 2009.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história. A República e a questão do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, p. 11-26, 2005.

_____. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de; NARDOCCI, Izilda Maria. Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX. Revista Coleção Mestrado em Linguística, v. 13, 2016.

Papali, Maria Aparecida. Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume, 2003.

PETIT, Sandra Haydée; VENTURA, Wagner Maycron. PARANGADINKRA: POTENCIALIDADES PRETAGÓGICAS, ENSINAMENTOS E FILOSOFIAS DE TRÊS ADINKRAS DO POVO AKAN EM GANA.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Verbete Dicionário da Escravidão e Liberdade - Legislação emancipacionista - 1871, 1885*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbete-Dicionário da Escravidão e Liberdade).

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. GRINBER, Keila. *Verbete Dicionário da Escravidão e Liberdade – “Castigos físicos e legislação”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbete-Dicionário da Escravidão e Liberdade).

SCHWARCZ, LM. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., and GLICK, T., orgs. *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp.165-180.

SECRETO, Maria Verônica. *Novas perspectivas na história da escravidão*. Tempo, Volume 22, n 31, 2016.

SIQUEIRA, José Jorge. *Liberdade Cidadã e a Questão do Negro na I República: o caso do Vale do Paraíba Fluminense*. Sankofa (São Paulo), v. 02, p. 01-23, 2012.

_____. **PÓS-ABOLIÇÃO, INTELECTUAIS NEGROS E PROJETO DE BRASIL: NOTAS DE UM ESTUDO**. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v.10, n.25, p. 82-100, jun. 2018. ISSN 2177-2770.

SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos econômicos (São Paulo), v. 18, n. 3, 1988.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Editora Vozes Limitada, 2017.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio. *Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história*. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 293-338, 2013.

TEIXEIRA, Luana. *Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado*, 2016.

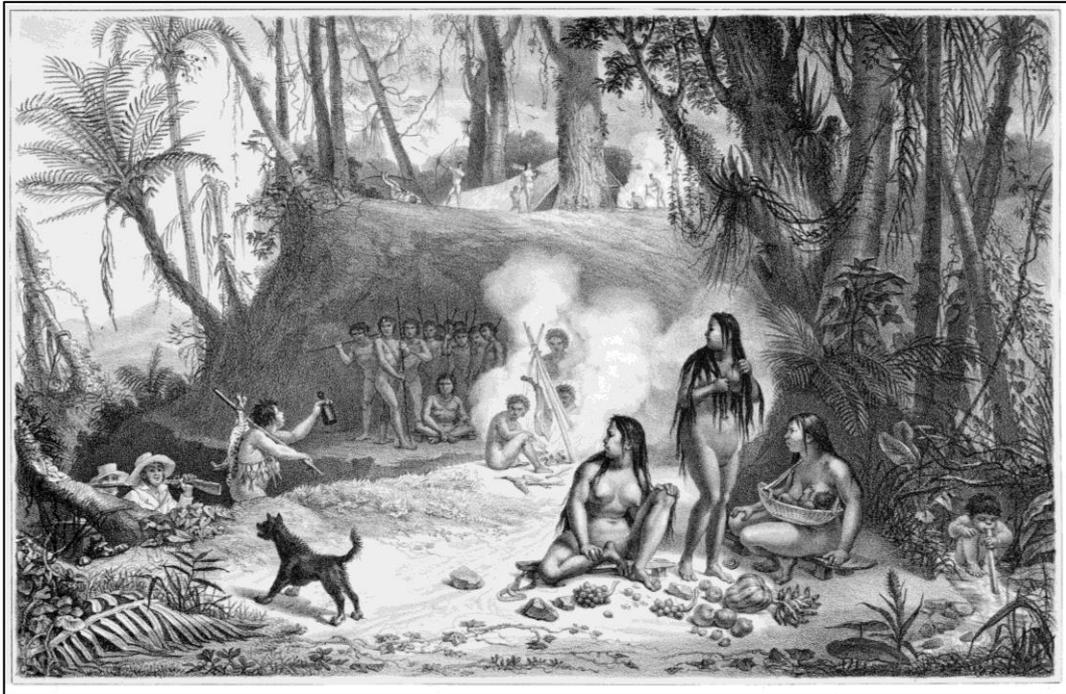
THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

VIANA, I.; GOMES, F. *Das Dimensões Atlânticas: notas sobre demografia escrava no Rio de Janeiro, Vassouras, C. XIX*. *Revista Historiar*, v. 10, n. 18, p. 38-57, 15 out. 2018.

Witt, M. (2014). *Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas*. *Revista História: Debates E Tendências*, 14(1), 21-35. <https://doi.org/10.5335/hdtv.14n.1.33>

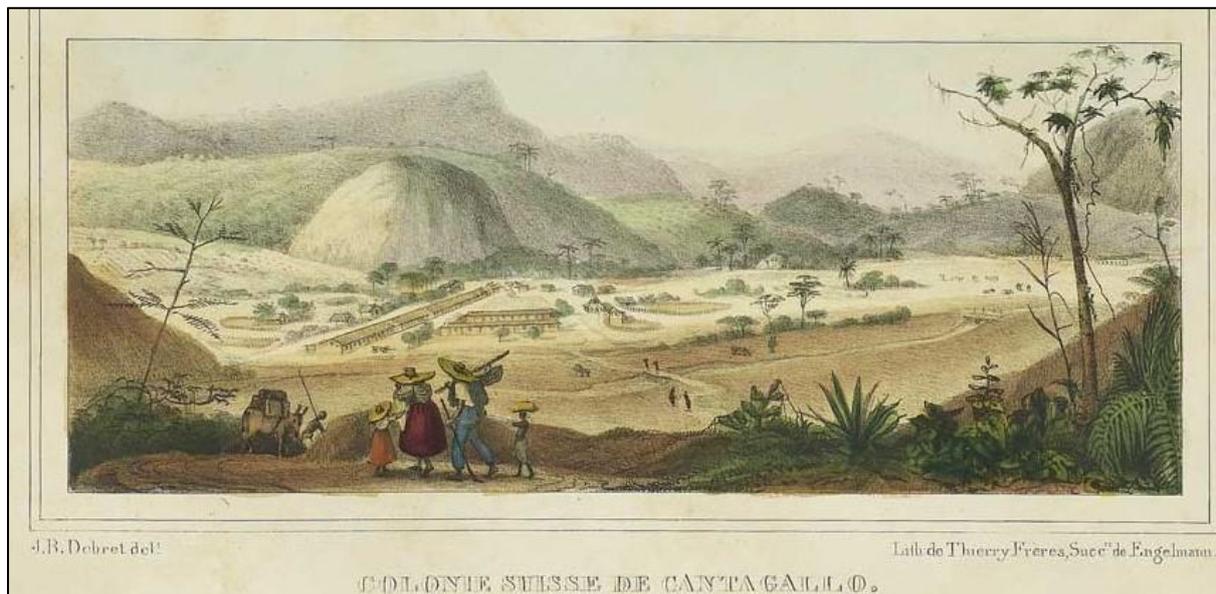
ANEXO I

“Aldea de cabocles a Canta-Gallo” - Aldeia de caboclos em Cantagalo, 1834.²⁸²



ANEXO II

“Colonie Suisse de Cantagallo”²⁸³

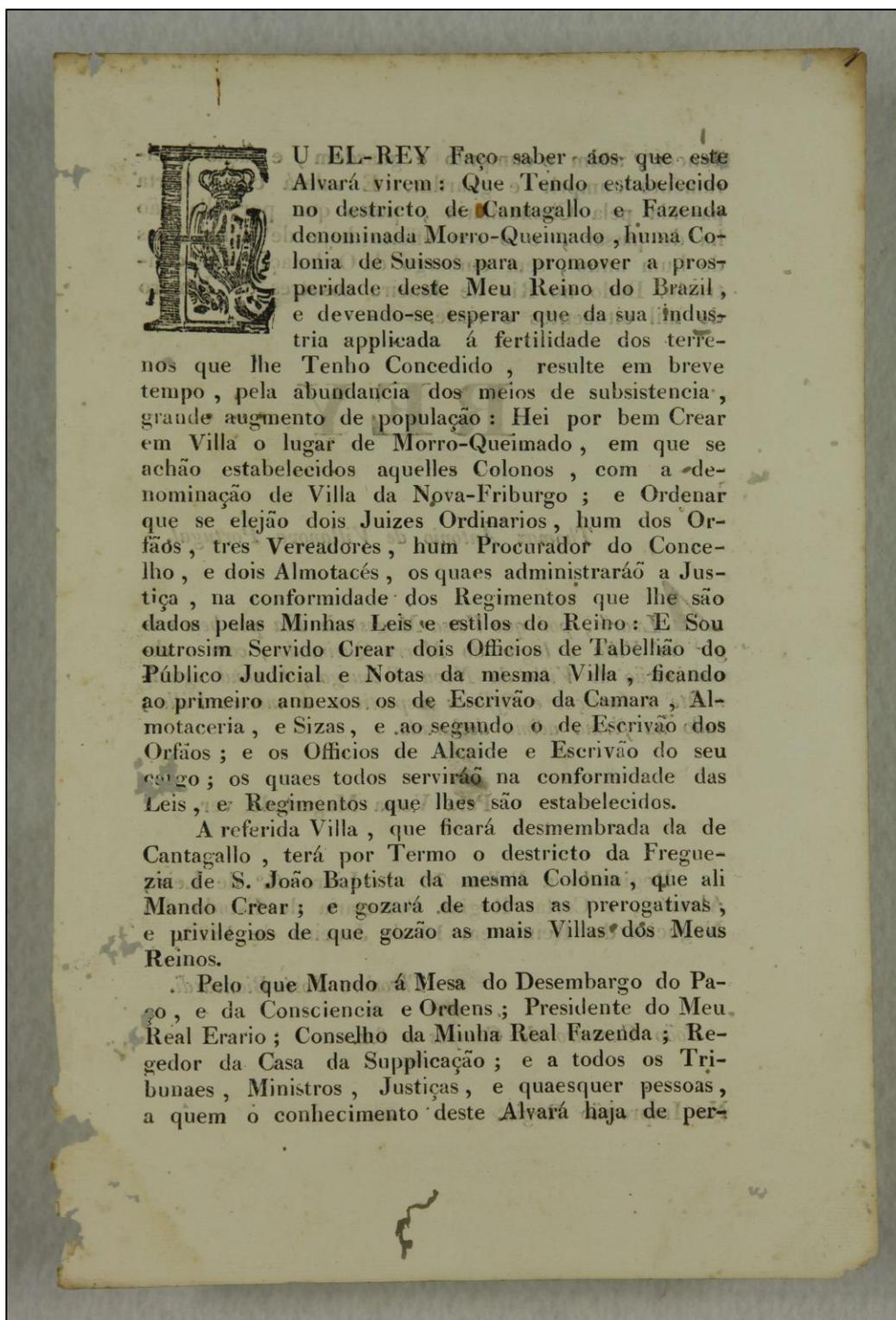


²⁸²Link: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3660>

²⁸³Link: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/30098>

ANEXO III

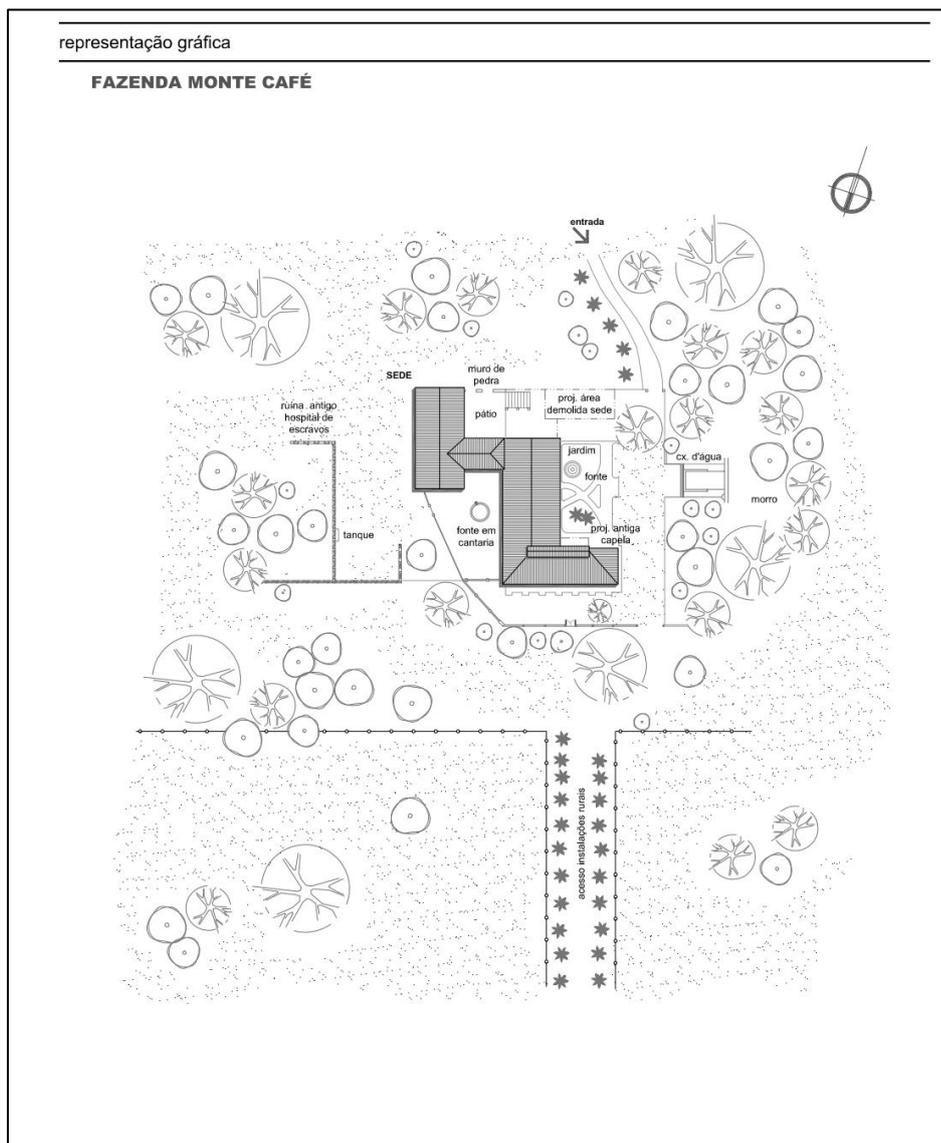
Alvará de criação da Vila no Morro Queimado para os imigrantes Suíços.²⁸⁴



²⁸⁴ Link: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1473>

ANEXO IV

Mapa da disposição cartográfica da Fazenda Monte Café em Sapucaia.



Link: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=1099>

ANEXO V

Anúncio de fuga do escravizado Saturnino no Jornal do Commercio (RJ) - 19 de janeiro de 1870

Ano 1870 | Edição 00019 (2)

50\$000.

Fugio, da fazenda de João Carvalho de Sá, no Rio-Grande, em Cantagallo, um escravo por nome Saturnino, crioulo do Rio de Janeiro, côr retinta, idade 30 annos, mais ou menos, altura regular e falla muito bem: tem signaes de cravos nos pés e alguns pannos no resto.

Gratifica-se com a quantia acima a quem a apprehender e levar á dita fazenda, ou na côrte ao escriptorio de Candido Torres, Soares & C., á rua dos Benedictinos n. 14.

ANEXO VI

Anúncio de fuga do escravizado Vicente no Jornal do Commercio (RJ) - 7 de março de 1870

ESCRAVO FUGIDO.

Fugio, da fazenda das Neves, em Cantagallo, de Moraes & Sobrinho, no dia 9 de Fevereiro do corrente anno, o escravo de nome Vicente, comprado ao Sr. Antonio José de Abreu, com os signaes seguintes: idade 21 a 26 annos, estatura regular, pardo escuro, cara comprida, olhos pequenos e vivos, dentes claros e bons, pés curtos, não tem barba, signaes de ventosas em um dos lados do peito, natural de Pernambuco, levou a roupa em sacco de couro de carneiro; gratifica-se a quem o apprehender, ou der noticias certas na fazenda mencionada, ou ao Exm. Sr. barão das Duas Barras, e na côrte aos Srs. F. Henriques & Macedo Sobrinho, rua de Bragança n. 4.

ANEXO VII

Anúncio de fuga do escravizado Miguel no Jornal do Commércio (RJ) 14 de março 1870

ATENÇÃO. 

Fugio, a 1 de Janeiro de 1861
crioulo Miguel, escravo de Antonio
Vicente Rodrigues Guerra, que
comprou-o a Antonio Francisco Or-
nellas, morador no Boçade, perto
de Barbacena; esteve junto com
um senhor de nome Appolinario,
do Porto-Novo de Cunha, e dahi
retirou-se para Cantagallo. Esse
escravo tem os signaes seguintes:
baixo, grosso, reforçado, rosto re-
dondo, muito barbado, escrotes
grandes, pernas grossas e repre-
senta ter de idade 33 annos, mais
ou menos; é muito esperto e ces-
tuma trazer a deformidade enco-
berta por um lençoadado á cintura.
Consta que está para as bandas de
Cantagallo e ajusta-se com tropei-
ros para tocador de burros. Quem
o apprehender e levar á fazenda
de seu senhor, conhecida pela de
S. Domingos, em S. João Nepomu-
ceno, no Rio Novo, provincia de
Minas, será gratificado e pago das
despesas que fizer com a appre-
hensão e entrega do mesmo es-
cravo.

ANEXO VIII

Anúncio de fuga do escravizado Eugenio no Jornal do Commércio (RJ) 2 de janeiro de 1887.

120\$000

Continúa fugido desde 25 de Dezembro de 1885,
o escravo Eugenio, preto, alto bem feito de corpo, en-
tradas na testa, barba serrada no queixo, rendido de
uma das verilhas, falta de um dente de um lado da
frente da parte superior, dado ao vicio da embria-
guez, trabalha de carpinteiro e pouco de ferreiro, e
é natural da provincia de Minas, para onde se des-
confia que tenha ido. Gratifica-se com a quantia
acima a quem o apprehender e levar ao abaixo assi-
gnado ou delle der noticias exactas. Cantagallo, 2
de Janeiro de 1887.—Francisco Coelho de Magalhães.

ANEXO IX

Noticia direcionada “aos lavradores” de Cantagalo no Jornal A Pátria (RJ) 1 de dezembro de 1889

Aos lavradores. — Divulgando-se n'esta cidade, e em diversos outros pontos do Estado o boato de que os libertos, por uma má interpretação do actual estado politico, julgarão que ião ser reescravizados, julgamos que convem, não só aos Srs. proprietarios de estabelecimentos agricolas como a seus prepostos, procurarem por meios suosorios, convencil-os do contrario.

As instituições republicanas, cujos primeiros fundamentos acabão de ser lançados, são um regimen de plena liberdade: ellas não se coadunão com a escravidão, qualquer que seja o terreno em que esta se manifeste.

ANEXO X

Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1880
(novembro - dezembro)

	1880						1880				1880		
	Nome	Idade	Genêro	Origem/ou local de matricula	Cor	Situação social	Matricula	Oficio	Outorgante	Domicilio	Outorgado	Domicilio	Quantia
1	N/C	15	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	1565	de roça	Francisco de Souza PereiraJunior	Cabo Frio	José Victorio de Oliveira...[?]	N/C	2 contos e 200 mil reis
2	Ignacia	27	M	N/C	preto	Solteiro	13.184	de roça	Dona Maria Bu[?]	Cantagalo	Francisco Antonio de Araujo	Cantagalo	1 conto de reis
3	Maria/filha de Ignacia	5	M	N/C	preto	Ingênuo	20[?]		-		-		-
4	Sabrina	20	M	Minas Gerais	preto	Solteiro	2.806	serviço doméstico	Perfírio Pinto Ferreira	Paquetá	Viuvo Monnerat e Filhos- José Monnerat	Cantagalo	1 conto e 500 mil reis
5	Pri[n]ja	17	M	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	14.3[?]	serviço doméstico	Dr. Augusto de Sousa Brandão	Cantagalo	Francisco Pereira Pinto	São Fidelis	1 conto e 300 mil reis
6	Maria	23	M	Bahia	cabra	Solteiro	674	de roça	Antonio José de Azevedo	Santa Maria Madalena	Victorino José da Cruz	Cantagalo	1 conto e 400 mil reis
7	Gustavo	22	H	Santa Catarina	cabra	Solteiro	2.367	de roça	Joaquim JoséPinto [?]	Santa Catarina	Antonio dos Santos Lima Thompson	Cantagalo	TODOS
8		16	H	Ceará	pardo	Solteiro	581	de roça					JUNTOS

9	Tereza	23	M	Bahia	preto	Solteiro	242	de roça					VENDIDO S POR 8 CONTOS DE REIS
10	Tereza	21	M	Paraíba	pardo	Solteiro	279	de roça					
11	Silveria	25	M	Alagoas	pardo	Solteiro		de roça					
12	Leolinda/ filha de Silveria	2	M		pardo								
13	Sindolfho	29	H	Paraíba	pardo	Solteiro	1.833	de roça					
14	Antonio	19	H	Bahia	pardo	Solteiro	6.517	de roça					
15		24	H	Bahia	pardo	Solteiro	12.317	de roça					
16	Cypriana	17	M	Bahia	preto	Solteiro	1.4[?]8	serviço doméstic o	Antonio Marques Souza	Bahia	Dona Maria José da Conceição	Cantagalo	1 conto de reis
17	Fernando	19	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	4.669	de roça	Eugenio Julio [?]	Cantagalo	Ramalho [Carneiro] [?]	Araruama	2 contos de reis
18	Estolano	28	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro		de roça	Ramalho [Carneiro] [?]	Araruama	Eugenio Julio [?]	Cantagalo	2 contos e
19	Genovevo	52	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro		de roça					400 mil reis
20	Bazilia	33	M	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	6.014	de roça	Francisco Manoel Ramalho	Araruama	José Luiz da Silva	Cantagalo	3 contos
21	Domingas	30	M	Rio de Janeiro	preto	Solteira	748	de roça	Francisco Manoel de Abreu	Araruama	-		de reis
22	Manoel	13	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	4.197	de roça	Ramalho Carneiro Companhia	Araruama	Francisco Dias de Oliveira [?]	Cantagalo	3 contos
23	[Fructuza]	21	M	Rio de Janeiro	preto	Solteira	1.225	de roça	-				e 300
24	Januaria	4	M	Rio de Janeiro	preto		789		-		-		Mil
25	Adelaide	0	M	Rio de Janeiro	preto		1.180						Reis

26	Cândida	28	M	Rio de Janeiro	fula	solteira	1.754	de roça	Joaquim Antonio dos Reis	Saquarema	José Leal	Cantagalo	1 conto e 300 mil reis
27	Sabino	45	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	825	de roça	Antonio [?] Cardozo da Motta	Cabo Frio	Jose Joaquim da Roza	Cantagalo	1 conto e 200 mil reis
28	Paula	22	M	Pernambuco	preto	solteira	434	de roça	João Joaquim Golçaves Braga	Cantagalo	Manoel José [Cerdy]	Cantagalo	1 conto e 700 Mil reis
29	Sei[...]	30	H	Maranhão	preto	solteiro	2..058	de roça	Manoel da Silva Campello	Maranhão	João Joaquim Golçaves Braga	Cantagalo	5 conto de reis
30	Severino	27	H	Pernambuco	preto	solteiro	2.900	de roça	João Joaquim Alves da Silva	Cantagalo	-		
31	Augusto	18	H	Maranhão	preto	solteiro	1.087	de roça	Antônio dos Santos Silva [?]	Maranhão	-		
32	Maria	34	M	Rio Grande do Sul	preto	solteira	7.609	serviço doméstico	Narcizo da Silva [Galliano]	Corte	Manoel da Costa Ferreira	Cantagalo	1 Conto de reis
33	[Satyra]	14	M	Piauí	cabra	solteira	473	serviço doméstico	Boaventura Placido	Corte	Dr. João Damasceno Pinto de Mendonça	Cantagalo	1 conto de reis
Revendido	Fernando			Rio de Janeiro	preto	solteiro		de roça	Ramalho Carneiro Companhia	Araruama	Maria Souza	Santa Maria Madalena	2 contos e 200 mil reis

34	Geraldo	43	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.011	de roça	Ramalho Carneiro Companhia	Araruama	Antônio Gomes da Silva	Cantagalo	1 conto e 450 mil reis
35	Oleria	23	M	Rio de Janeiro	preto	solteira		de roça	Ramalho Carneiro Companhia	Araruama	Romualdo José do Carmo	Cantagalo	3 contos e 400 mil 1 conto e 300 mil reis
36	Antonio	27	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro		de roça	-		-		
37	Felicia	43	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	972	de roça	Ramalho Carneiro Companhia		Antônio de Souza Coelho	Cantagalo	
38	Maria/ Filha	8	M	Rio de Janeiro	pardo		73						
39	Fabriciana/]filha	4	M	Rio de Janeiro	pardo								
40	Agostinha	21	M	Pernambuco	pardo	solteira	919	de roça	Antonio de Souza Dias	Pernambuco	Antonio Borges Delgado	Corte	1 conto e 750 mil reis
41	[?]	37	H	Maranhão	preto	solteiro	2.171	de roça	Duarte Fonseca Companhia	Rio de Janeiro	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	1 conto e 500 mil reis
42	Rafhael	15	H	Bahia	cabra	solteiro	141	de roça	João Joaquim Golçavez Braga	Cantagalo	Francisco Bernardes de Arruda	Cantagalo	2 conto de 200 mil reis
43	Joana	30	M	Piauí	fula	solteira	158	de roça	João Joaquim Golçavez Braga	Cantagalo	Dr. Vicente	Cantagalo	7 conto e 200 mil
44	[?] ercula	24	H	Pernambuco	preto	solteiro	14.902	de roça	-		-		
45	Joaquim	15	H	Pernambuco	preto	solteiro	3.525	de roça	-		-		

46	José	14	H	Pernambuco	preto	solteiro	2.320	de roça	José [?] seu Procurador-João Joaquim Golçavez Braga	Pernambuco	-		reis
47	1.Manuela	24	M	Rio Grande do Sul	preto	solteira	875	de roça	1.José Joaquim da Silva Guimarães 2.Amelia Maria Melo 3.Antônio da Gloria Dantas	Rio de Janeiro	Francisco dos Santos Pacheco	Cantagalo	9 conto
48	1.Virginia	30	M	Bahia	preto	solteira	783	de roça	-	Rio de Janeiro	-		de
49	1. Joana	28	M	Alagoas	pardo	solteira	45	de roça	-	Rio de Janeiro	-		reis
50	2. Cecilia	26	M	Bahia	preto	solteira	1.011	de roça	-	Bahia	-		
51	3. Eva	20	M	Rio de Janeiro	pardo	solteira	27.705	de roça	-	Rio de Janeiro	-		
52	Luis	16	H	Bahia	preto	solteiro	29	de roça	1.Francisco José de Araujo	Bahia	Antônio Guerreiro Bogado	Cantagalo	8 contos
53	Félix	23	H		pardo	solteiro	573	de roça	.Vespaziano Lopes de Carvalho	N/C	-		De

54	[Cipriaco]	26	H	Bahia	preto	solteiro	348	de roça	Antônio José de Souza	Recife	-		Reis
55	Manoel	20	H	Ceará	pardo	solteiro	34	de roça	Manoel Cypriano Ferro/ Victorde Souza Vieira/ Maria Gonçalves Vieira/ Antônio Gonçalves Vieira	Ceará	-		
56	Fidelis	60	H	Rio de Janeiro	congo	solteiro	4376	de roça	João [Chrisostom oFil...]	Cantagalo	Antonio Vieira de Carvalho e Souza	Cantagalo	
57	Eva	19	M	Paraíba	preto	solteira	2.148	de roça	João Joaquim Golçavez Braga	Cantagalo	José Ferreira Pinto	Cantagalo	1 conto e 600 mil reis

58	1.Antera	24	M	Piauí	preto	N/C	770	N/C	1.D. [Forquata] da Cunha e Silva Gonçalves 1. Gustavo	Maranhão	Manoel Gonçalves da Silva	Santa Maria Madalena	3 contos e 600 mil reis
59	2.[Pomfico]	30	H	Pernambuco	preto	N/C	1.747	N/C	-	Recife	-		
60	Antonio	39	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	44.585	cozinheiro	Veiga Companhia	Corte	Major Fortunato dos Santos Gomes	Cantagalo	1 conto e 800 milreis
61	1. Martino	12	H	Maranhão	preto	solteiros	2.254	de roça	1. Antonio Van [Erven] 2. Manoel Alves de Faria	Cantagalo	D. Maria Angelica [..] Neves	Nova Friburgo	3 contos e 400 mil reis
62	2.Vicente	12	H	Rio Grande do Norte	pardo	solteiros	1.905	de roça	-	Rio Grande do Norte	-		
63	1.Cosme	13	H	Pernambuco	pardo		505		1. Juviliano 2. José Francisco de Azevedo Lyra	Pernambuco	Antonio Rodrigue sde Moraes	Cantagalo	4 contos de reis
64	2. Belmira	13	M	Pernambuco	pardo		880		-	Pernambuco			
65	2. Maria	13	M	Pernambuco	pardo		4.051		-		-		

ANEXO XI

Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1881
(janeiro a dezembro)

	1881						1881				1881		
	Nome	Idade	Genêro	Origem/ou local de matricula	Cor	Situação social	Matricula	Oficio	Outorgante	Domicilio	Outorgado	Domicilio	Quantia
66	Emiliano	16	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	12.232	de roça	Francisco Manoel de Abreu	Cantagalo	Boaventura José dos Reis	Cantagalo	1 conto e 500 mil reis
67	Bemvinda	31	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	3.184	serviço doméstico	D. Maria Luiza Lemgruber	Cantagalo	Dr. João Damasceno Pinto de Mendonça	Cantagalo	1 conto de reis
Revendida	Bemvinda								Dr. João Damasceno Pinto de Mendonça	Cantagalo	Luis Monnerat	Cantagalo	N/C
68	Jorge	21	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	1.848	serviço doméstico	João Ferreira de Campos	Cantagalo	[Philipe] Luldof	Cantagalo	2 conto e 200 mil reis
69	Rodolfo	16	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	3.994	de roça	João Joaquim Golçaves Braga	Cantagalo	Luis da Silva Castro	Santa Maria Madalena	1 conto 950 mil reis
70	Ana	30	M	Paraíba	preto	solteira	632	serviço doméstico	Luis Caetano da Costa	Cantagalo	Joaquim Baptista Loper	Cantagalo	2 conto de reis

71	Rodolfo	20	H	Pará	fula	solteiro	310	de roça	João Joaquim Golçaves Braga	Cantagalo	Henrique [Fribauilet]	Cantagalo	2 conto e 200 mil reis
72	Raymundo	21	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	13.308	de roça	José Joaquim Soares	Cantagalo	[Nomenato] José Sant'anna	Minas Gerais	2 conto de reis
73	[Ju...]	13	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	9.674	de roça	Harold	Cantagalo	Locadia Nery de Sá	Cantagalo	1 conto e 400 mil reis
74	Apolinaria	15	M	Rio Grande do Norte	cabra	solteira	93	de roça	João Joaquim Golçaves Braga	Cantagalo	Viúva [Lyqq..] e filhos	Cantagalo	7 conto e 50 mil reis
75	Sofhia	19	M	Rio de Janeiro	fula	solteira	5.182	de roça	-		-		
76	[?]	15	M	Piauí	preto	solteira	808	de roça	-		-		
77	Agostinha*	30	M	Pernambuco	preto	solteira	573	serviço doméstico	Antonio Nunes da Silva	Sapucaia	Francisco da Cunha Ferraz [Bo..]	Cantagalo	
78	Aleixo-filho	6	H		preto		2.202						De reis
79	Horcolia(G)	0	M		preto		5.253						
80	[C]olitha(G)	0	M		preto		5.254						
81	Genoveva	15	M	Piauí	pardo	solteira	1.680	serviço doméstico	Antonio Mende Vieira	Cantagalo	Manoel Ferreira Soares	Cantagalo	1 conto de reis
82	[Paulinio]	19	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	5.087	N/C	Ramalho Carneiro Companhia	Araruama	Cathariana Roza de Macedo	Cantagalo	4 conto de reis
93	Luiz	30	H	Rio de Janeiro	preto		2.966	N/C					

94	Fe[...]*	19	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	608	de roça	D. Catharina Roza de Macedo	Cantagalo	Ten. Coronel José Antonio da Silva Freire	Cantagalo	1 conto e
95	Roza-filha 2		M		preto		4.871						300 mil reis
96	Cecilia	16	M	Piauí	pardo	solteira	880	serviço doméstico	Dr. Luis Paulinio [...] de Souza	Cantagalo	Francisco Mazz[.]	Cantagalo	1 conto 300 mil reis
97	[...]	21	H	Rio de Janeiro	preto	N/C	540	de roça	José Joaquim Silveira	Cabo Frio	José Joaquim da Roza	Cantagalo	4 conto
98	Theodoro	12	H	Rio de Janeiro	fula	N/C	4774	de roça	Thodorico Brito de Souza	Saquarema			e 500
99	[...]	19	M	Rio de Janeiro	preto	N/C	6537	de roça	Francisco Pereira de Andrade	Araruama			mil reis
100	Candido	21	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	2322	de roça	Feliciana Bernadina de Souza	Saquarema	Januario Pinto de Freitas		4 conto
101	[...]	13	H	Rio de Janeiro	preto		630	de roça	[...]				de reis
102	Pio	13	H	Rio de Janeiro	pardo		5152	de roça	[...]				
103	Maria	25	M	Bahia	pardo	solteira	2736	de roça	José Ferreira Pinto	Cantagalo	Joaquim José de Carvalho	Cantagalo	1 conto 550 mil reis
104	Feliciano	30	H	Bahia	preto	solteiro	6.712	de roça	Joaquim Antonio de Carvalho	Cantagalo	Frederico Costa [Fun..]	Cantagalo	17 conto e 800 MIL REIS
105	Maria Rita	28	M	Minas Gerais	preto	solteira	6.314	de roça					

106	Roza*	26	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	6.316	de roça					
107	Antonio	8	H		N/C		548						
108	Cristiano	0	H		N/C								
109	Adão	23	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	6.318	de roça					
110	Rita	25	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	6.317	de roça					
111	[..]ferina	19	M	Rio de Janeiro	preto	solteira	6.320	serviço doméstico					
112	João	16	H	Rio de Janeiro	preto		6.321	de roça					
113	José	22	H	Sergipe	pardo	solteiro	2.917	de roça					
114	[Bemvinto]	22	H	Pernambuco	preto	solteiro	3.819	de roça					
115	José [..]	59	H	Ceará	pardo	solteiro	812	de roça					
116	Romana	59	M	Rio de Janeiro	preta	Viuva	4.963	de roça	José Custódio [Cuntrin] da Silva	Rio de Janeiro	José Joaquim Coimbra	Cantagalo	5 conto
117	Marcelino	30	H	Rio de Janeiro	preto/fu la	solteiro	5.021	todos os serviços					De
118	Alexandre	27	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	4.964	todos os serviços					reis
119	Braz	59	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	4.998	de roça	José Custódio [Cuntrin] da Silva	Rio de Janeiro	Manoel Goulart de Souza	Cantagalo	1 conto e 200 mil reis
120	Firmina*	39	M	Rio de Janeiro	Pardo	solteira	5.431	de roça	[...] Angelica Victorina de Sousa	Araruama	Catharina Roza de Macedo	Cantagalo	8 conto
121	Izidora-filha	11	M	Rio de Janeiro	Pardo	solteira	5.436	de roça					e 700
122	Marcellino	15	H	Rio de Janeiro	Pardo	solteiro	1.648	de roça	João Pedro Gômes	Araruama			mil
123	Celestino	31	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.818	de roça	Antonio José	Cabo Frio			reis

124	Salvador	21	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.820	de roça					
125	Marcos	28	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	974	de roça	José Joaquim da Silveira	Niterói	José Botelho Ferreira Bezerra	Cantagalo	1 conto e 900 mil reis
126	Maria*	40	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	26.921	serviço doméstico	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	Coronel Augusto de Souza Brandão	Cantagalo	1 conto e 800 mil reis
127	Lidia-filha	3	M	Rio de Janeiro	Pardo		4.082						
128	Valentin	16	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.786	de roça	Antonio José Alves	Cabo Frio	José de Almeida Perreira	Cantagalo	3 contos
129	Balbina	23	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.823	de roça					750 mil reis
130	Filha	0	M	Rio de Janeiro	pardo escuro								
131	Adriano	29	H	Rio de Janeiro	Pardo	solteiro	7.895	de roça	José Rodrigues Milagres	Cantagalo	Domingues José Rodrigues	Lepoldina	Por dividas condicono u um escravo-empersti mo
132	Victorina	23	M	Ceará	Pardo	solteiro	471	rendeira	Francisco Bernades de Arruda	Cantagalo	João Joaquim Golçaves Braga	Cantagalo	1 conto de reis
133	João	12	H	Rio de Janeiro	Preto		112		D. Maria Magdalena Ferreira [..]	Estrella	Antonio Luiz Pinheiro	Cantagalo	1 conto e 100 mil reis

134	Generosa	20	M	Paraíba	Preto	solteiro	1527	de roça	Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	José Luiz Pereira	Cantagalo	3 conto de reis
135	Roza	14	M	Paraíba	Pardo	solteiro	1.949	de roça					
136	Luia	38	M	Piauí	Preto	solteiro	36	de roça	José Castelo Branco da Cruz	Niterói	Antonio Ignacio Herdy	Cantagalo	1 conto e 600 mil reis
137	Matilda	37	M	Minas Gerais	Preto	solteiro	7.405	de roça	João Luiz de Souza [...]	São Fidelis	Cap. José Lopes Martins	Cantagalo	800 mil reis
138	José	14	H	Rio de Janeiro	Preto		13.802		Ramalho e Companhia	Araruama	Barão de Duas Barras	Santa Maria Madalena	15 contos E 650 mil reis
139	[?]	16	M	Rio de Janeiro	Preto								
140	Olympio	19	H	Rio de Janeiro	Preto		5.795		Antonio José Alves	Cabo Frio			
141	Frederico	31	H		Pardo		5.810						
142	Vidal	41	H	Rio de Janeiro	Preto		5.817						
143	Candida	19	M	Rio de Janeiro	Preto		5.800						
144	Andreza	27	M	Rio de Janeiro	Preto		5.778						
145		23	H	Rio de Janeiro	Preto		5.772						
146	Eva*	19	M	Rio de Janeiro	Pardo		5.827						
147	Lauriana	2	M	Rio de Janeiro	pardo escuro		2.035						
148	Roza	26	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.994	de roça	José Manoel Antunes	Rio Bonito			
149	[?]lídia-Filha	8	M		Pardo		432						
150	Manoel	6	H		Pardo		1.205						
151	Antonio	3	H		Pardo		1.905						
152	[Preciliana]	17	M	Rio de Janeiro	Pardo	solteiro	6.831	de roça	[?]				

153	Marcos	51	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.768	de roça	Antonio José Alves	Cabo Frio	Manoel Joaquim de Moraes	Santa Maria Madalena	900 mil reis
154	Casemiro	25	H	Pará	Preto	solteiro	1.219	de roça	João Joaquim Golçalves Braga	Cantagalo	Francisco Rodrigues da Costa	Cantagalo	8 contos E 700 Mil reis
155	Augusto	18	H	Maranhão	Preto	solteiro	1.087	de roça					
156	Fermino	14	H	Bahia	Cabra	solteiro	697	de roça					
157	Antonio	11	H	Ceará	Fula	solteiro	939	de roça					
Revendida	Victorina	23				solteiro	471	rendeira					
159	Maria	15	M	Piauí	Pardo	solteiro	448	serviço doméstico	João Joaquim Golçalves Braga	Cantagalo	José Luiz Pereira	Cantagalo	1 conto e 400 mil reis
160	Josepha	24	M	Bahia	Pardo	solteiro	798	serviço doméstico	Francisco Machado de Oliveira	Cantagalo	João Pires da Veiga	Cantagalo	1 conto e 300 mil reis
161	Paulo	21	H	io Grande do S	Preto	solteiro	1.872	de roça	Diogo da Fonseca Coelho	Rio de Janeiro	José da Cruz [..]Sampaio	Cantagalo	2 conto dereis
162	Philomena	13	M	Ceará	Pardo		41	de roça	D. Helena de Andrade Guimarães	Santa Maria Madalena	José Bueno Alvares de Azevedo Macedo	Saquarema	1 conto e 400 mil reis

163	Antonio	30	H	Pernambuco	Pardo	solteiro	2.993	de roça	João Joaquim Golçalves Braga	Cantagalo	Antônio da Silva Santos	Cantagalo	2 contos e 100 mil reis
164	Aguida	24	M	Bahia	Preto	solteiro	1.445	serviço doméstico	Manoel [Rezende] Cordeiro	Cantagalo	Coronel Augusto de Souza Brandão	Cantagalo	1 conto e 500 mil reis
165	Alexandrina	0	M		Preto		6.086						
166	[Prascedes]	29	M	Pernambuco	Pardo	solteiro	580	de roça	Souza Machado	Cantagalo	D.Francisca da Conceição Mattozo	Cantagalo	5 conto de Reis
167	Raymundo	12	H	Pernambuco	Pardo	solteiro	581	de roça					
168	Pedro	19	H	Pernambuco	Pardo	solteiro	549	de roça					
169	Raymundo	19	H	Ceará	Pardo	solteiro	1.265	de roça	Souza Machado	Cantagalo	João Pedro Marques Mattozo	Cantagalo	2 conto reis
170	[Quiteria]	35	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	20.576	serviço doméstico	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	Nicolau Kroph	Cantagalo	1 conto e 300 mil reis

171	Leandro	53	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.009	de roça	José Custodio Cotrim da Silva	Saquarema	José Joaquim de Mattos/Candido Joaquim de Mattos/Maria José de Mattos	Cantagalo	5 conto e 700 mil reis
172	Thomaz	56	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.001	de roça					
173	Paulo	59	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.011	de roça					
174	Luiza	22	M		Preto	solteiro	5.074	de roça	Francisco de Souza [..]	São Fidelis	João Vieira de Mattos	Cantagalo	1 conto dereis
175	Joana*	1	M	Rio de Janeiro	Preto		5.545						
176	Maria	24	M	Pernambuco	Pardo	solteiro	77	de roça	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	João José Lages	Cantagalo	2 conto e 200 mil
177	Firmino	54	H	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	5.012	de roça	José Custodio Cotrim da Silva	Saquarema			
178	Casimiro	13	H	Bahia	Preto	solteiro	1.153	de roça	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	José Marinho de Carvalho	Cantagalo	

179	Luciano	52	H		Preto	solteiro	12.939	de roça	Dr. Eduardo Teixeira de Carvalho [..]		José Borges Delgado		4 conto e 500 mil Reis
180	Jesuina	14	M		Preto	solteiro	13.027	de roça					
181	Belmiro	37	H		Preto	solteiro	12.948	de roça					
182	Antonio	25	H	Rio de Janeiro	Fula	solteiro	16.994	de roça	Joaquim da Fonseca Barbosa	Rio de Janeiro	Antonio Naz de Carvalho		4 conto e 500 Mil Reis
183	Candido	27	H	Rio de Janeiro	Cabra	solteiro	16.995	de roça					
184	Sevéra	25	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	16.997	serviço doméstico					
185	Maximiano*	0	H	Rio de Janeiro	Preto		5.875						3 conto de reis
186	Luciana	37	M	Rio Grande do Sul	Preto	solteiro	6.168	de roça	José Gomes da Silva Casquilho	Cantagalo	João Albino Dias da Silva	Cantagalo	
187	Vicente	28	H	Pernambuco	Preto	solteiro	329	de roça					
188	Sabina	11	M	Ceará	Preto		361		Souza e Machado	Cantagalo	D. Maria Francisca de Medonça [Mangeon]	Cantagalo	1 conto dereis
189	Jovina	17	M	Rio Grande do Norte	Pardo	solteiro	434	de roça	Souza e Machado	Cantagalo	D. Maria Carolina Lima	Cantagalo	1 conto e 200 mil reis
190	Joana	17	M	Ceará	Pardo	solteiro	489	de roça	Souza e Machado	Cantagalo	D. Maria Josefa Clair de Medonça	Cantagalo	1 conto e 600 mil reis

191	Honorio	10	H	Rio de Janeiro	Preto		11.720		Manoel [Ro.] Cordeiro	Cantagalo	Dr. Vicente Moncada	Cantagalo	1 conto e 600 mil reis
192	Joana	16	M	Paraíba	Preto	solteiro	1.422	de roça	Souza e Machado	Cantagalo	José Francisco Furtado de Mendonça	Cantagalo	11 conto 350 mil Reis
193	Luzia	30	M	Ceará	Pardo	solteiro	490	de roça					
194	Raymundo*	13	H	Ceará	Pardo		486	de roça					
195	Lucinda	19	M	Ceará	Pardo	solteiro	809	de roça					
196	Maria	13	M	Rio de Janeiro	Preto		4.349	de roça	Joaquim Argelio de Oliveira e Antonio José da Silva Nicotte	Niterói	-		
197	Augusto	10	H	Rio de Janeiro	Preto		4.350	de roça					
198	Domingas	28	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	36.021	de roça	Diogo da Fonseca Coelho	Rio de Janeiro	-		
199	Lauretina*	13	M	Rio de Janeiro	Preto		36.024	de roça					
200	[Ro...]	10	M	Rio de Janeiro	Preto		36.027	de roça					
201	Luiz	15	H	Rio de Janeiro	Pardo	solteiro	18.812	de roça	Custodio Xavier de Souza	Cantagalo	Pedro [..erbino]	Cantagalo	800 mil reis
Revendida	Luzia				Pardo				Souza e Machado	Cantagalo	José Francisco Furtado de Mendonça	Cantagalo	5 conto

Revendido	Raymundo*				Pardo									850
202	Phelomena	31	M		Pardo		405							Mil
Revendida	Maria				Preto									reis
Revendida					Pardo				Souza e Machado	Cantagalo	D. Maria Josefa Clair de Mendonaça	Cantagalo		1 conto e 500 mil reis
203	Alexandrina	25	M	Maranhão	Preto	solteiro	3.574	serviço doméstico	Luiz Antonio da Silva Santos	Santa Maria Madalena	Ricardo José da Silva Costa	Santa Maria Madalena		1 conto 480 mil reis
204	Graciana	14	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	2.314	de roça	[Justinario] José de Torres [..]	Rio Bonito	D. [Manciana] do Carmo Oliveira	Cantagalo		1 conto 700 mil reis
205	Eva	20	M	Paraíba	Preto	solteiro	2.148	de roça	José Ferreira Pinto	Cantagalo	Alexandrin o Ferreira Pinto	Cantagalo		4 conto dereis
206	Christino	24	H	Rio Grande do Sul	Preto	solteiro	972	de roça						
207	Rozalia	17	M	Rio de Janeiro	Preto	solteiro	14.884	de roça	Maria Gertudes [..]	Cantagalo	Manoel de Souza Cunha	Cantagalo		1 conto e 500 mil reis

208	Demilthilde	N/C	M		preto	solteiro		de roça	Francisco Rodrigues da Silva	Cantagalo	Ten. Coronel José Lourenço [..]	Cantagalo	4 conto e 500 mil reis 3 conto e 300 mil reis 1 conto e 600 mil reis
209	Margarida	N/C	M		preto	solteiro		de roça					
210	[?]	N/C	H		preto	solteiro		de roça	Maria Mafalda de Jesus	Cantagalo			
211	José	14	H	Piauí	preto	solteiro	2.837		João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	João Antonio Ferreira	Cantagalo	
212	João	12	H	Piauí	preto	solteiro	2.838						
213	Josefa	23	M	Pernambuco	pardo	solteiro	1.368	de roça	Antonio Joaquim de Carvalho	Santana Macacú	Marciana do Carmo Oliveira	Cantagalo	
214	Maria	25	M	Pernambuco	preto		222		João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	Barão de Paquequer		
215	Josefha*	5	M	Pernambuco	pardo		307						
216	Paula	31	M	Paraíba	preto		640						
217	Ignacia*	13	M	Paraíba	pardo		641						
218	[Belina]*	8	M	Paraíba	pardo		23						
219	Adelina*	5	M	Paraíba	pardo		45						
220	Izaías	16	H	Bahia	pardo		3						
221	Raymuda	17	M	Pará	preto		139						
222	Eufrazino	18	H	Pará	pardo		4.391						
223	Francisco	16	H	Pará	pardo escuro		4.398						
224	Mariano	29	H	Pará	preto		391						

225	Romunaldo	37	H	Paraíba	preto		101					
226	Cassiano	15	H	Pernambuco	pardo		839					
227	Maria	16	M	Maranhão	preto		3.143					
228	Luiza	14	M	Maranhão	preto		1.726					
229	Jacob	15	H	Paraíba	preto		201					
230	Francisco	14	H	Ceará	pardo		387					
231	Inocencia	33	M	Paraíba	pardo		1.213					
232	[Z]eferino	38	H	Maranhão	preto		2.171					
233	Mariana	43	M	Rio de Janeiro	preto		3.779					
234	Bernarda	20	M	Paraíba	pardo		572					
235	Luiz	29	H	Bahia	cabra		3009					
236	Roza	45	M	Alagoas	preto		3.721					
237	Benedito	25	H	Pernambuco	preto		18					
238	Senhorinha	30	M	Rio de Janeiro	pardo escuro		6.225		Antonio Francisco	Itaboraí		
239	Ani[e]ta*	13	M	Rio de Janeiro	preto		6.256					
240	Macario*	0	H	Rio de Janeiro	preto		2.319					
241	Ana	36	M	Rio de Janeiro	preto		6.228					
242	Carlos*	3	H	Rio de Janeiro	preto		2.250					
243	Mafalda*	0	M	Rio de Janeiro	preto		2.334					
244	Reginalda	47	M	Rio de Janeiro	preto		6.227					
245	Margarida*	11	M	Rio de Janeiro	pardo		6.247					
246	Luiza*	9	M	Rio de Janeiro	pardo		360					
247	José	18	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	5.725	de roça	Manoel Francisco	Itaboraí		
248	Domingos	18	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	6.083	de roça				

39
Conto de
reis

ANEXO XII

Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1882 (janeiro a dezembro)

	1882						1882				1882		
	Nome	Idade	Ge nê ro	Origem/ou local de matricula	Cor	Situação social	Matricula	Oficio	Outorgante	Domicilio	Outorgado	Domicilio	Quantia
249	Serafim	43	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	1.214	de roça	José Joaquim de Macedo	Nova Friburgo	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	1 conto dereis
250	Sebastião	22	H	Ceará	pardo	solteiro	597	de roça	José Joaquim da Cerqueira	São Fidelis	Eduardo Antonio Corrêa	Cantagalo	4 conto de reis
251	Zacarias	15	H	Pernambuco	pardo	solteiro	2.832	de roça	Justino Barbosa da Cruz	Santa Maria Madalena			
Revendido	Serafim						1.214		João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	Luiz Caetano da Costa	Cantagalo	1 conto e 100 mil reis
252	[Bertioleza]	25	M	Alagoas	preto	solteiro	1.440	de roça	Antonio Carlos Bustamante	Cantagalo	Carlos José Peris	Cantagalo	1 conto e 700 mil reis
253	Joana	20	M	Piauí	pardo	Solteiro	1.130	Serviço doméstico	Luiz Caetano da Costa	Cantagalo	Barão de Paquequer	Cantagalo	3 conto de reis
254	Roberta	15	M	Piauí	pardo	Solteiro	1.132	Serviço doméstico					

Revendido	[Prascedes]			Pernambuco	pardo	solteiro	580	de roça	Fortunato Vieira de Souza	São Fidelis	João Machado Botelho	São Fidelis	5 contos
Revendido	Raymundo			Pernambuco	pardo	solteiro	581	de roça					de reis
Revendido	Pedro			Pernambuco	pardo	solteiro	549	de roça					
255	Raphael	16	H	Bahia	cabra	solteiro	141	de roça	Francisco Bernades de Arruda	Cantagalo	Dr. Vicente [Mancada]	Cantagalo	3 contos
256	Catharina	16	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	81	de roça					e 500 mil reis
257	Francisca	29	M	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	661	de roça	Diogo da Fonseca Coelho	Rio de Janeiro	João Pedro Marques Mattazo	Cantagalo	1 conto e
258	Anselmo*	0	H		pardo						Francisco Alves de Melo		500 mil reis
259	[Senção]	31	H	Maranhão	preto	solteiro	2.058	de roça	João Joaquim Gonçalves Braga	Cantagalo	Francisco Alves de Melo	Cantagalo	2 conto de reis
260	Berttoleza	25	M	Alagoas	preto	solteiro	1.440	de roça	Antonio Carlos Bustamante		Carlos José Peres		1 conto e 700 mil reis
261	João	37	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro		de roça	Maria Eliza [Folly]	Cantagalo	Antonio Pinto Pereira	Cantagalo	2 conto de reis

Revendido	João								Antonio Pinto Pereira	Cantagalo	Antonio Eugenio da Silva	Cantagalo	2 conto de reis
262	Elias	14	H	Piauí	pardo	solteiro	289	de roça	Dr. Manoel Monte	Cantagalo	João José de Sant'anna	Cantagalo	3 conto de reis
263	Izidoro	26	H	Bahia	preto	solteiro	4.013	de roça					de reis
264	Eva	18	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	1.167	de roça	João Peres da Veiga	Cantagalo	Dr. Vicente Moncada	Cantagalo	1 conto e 700 mil reis
265	Ventura	54	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	8.400	de roça	João Miranda e Companhia	Rio de Janeiro	Jacinto Dias de Almeida	Cantagalo	400 mil reis
266	Euclides	15	H	Maranhão	preto	solteiro	4.393	serviço doméstico	Manoel José Teixeira	Niterói	Luiz Ribeiro da Silva	Cantagalo	3 conto de reis
267	Olegaria	21	M	Bahia	preto	solteiro	958	Serviço Doméstico					de reis
268	Joana	19	M	Maranhão	preto	solteiro	1.443	serviço doméstico	Antonio Mendes Viera	Santa Maria Madalena	Augusto Pereira da Rocha	Sapucaia	N/C
269	[Camullo]	27	H	Rio Grande do Norte	pardo	solteiro	115	de roça	Dr. João Damasceno Pinto	Cantagalo	Tent, Coronel José Antonio da Silva Freire	Cantagalo	N/C
270	Damazia	50	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	6.246	de roça	José Alves de Carvalho	Cantagalo			600 mil reis
271	Maria	19	M	Pernambuco	pardo	N/C	830	N/C	[Hemetério] José Pereira Guimarães	Cantagalo	Francisco dos Santos Pacheco	Cantagalo	2 conto

272	Ana	16	M	Rio Grande do Norte	pardo	N/C	121	N/C						200 mil reis
273	Izidoro	22	H		preto	solteiro	2.432	de roça	[..] Fernandes de Carvalho	Santana de Macacú	Prudencio José da Silva	Cantagalo		5 conto
274	Cezario	14	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	3.985	de roça	Carlos Gomes Xavier	Niterói				700 mil
275	Ventura	25	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.750	de roça	Marcelino de Oliveira Cruz	Santana de Macacú				Reis
276	Paulo	32	H	Rio Grande do Sul	preto	solteiro	158	de roça	José da Cruz [..] Sampaio	Cantagalo	Vicente Ferreira de Moraes	Santa Maria Madalena		1 conto 600 milreis
277	Fortunata	38	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	3.790	cozinheira	Venceslau Cordovil	Capivary	José Botelho Ferreira Bezerra	Cantagalo		4 conto e
278	Leopoldina	16	M		preto	solteiro	1.021	de roça						600 mil
279	Luciano	20	H		preto	solteiro	2.125	de roça						reis

280	Ignacia	35	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	3.201	de roça	Januario [...] de Carvalho	Santana de Macacú	Luiz Caetano da Costa	Cantagalo	1 conto 450 mil reis
281	Querino	15	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	2.248	de roça	Eugenio Soares de Alvarenga [...]				7 conto De Reis
282	Porfirio	12	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	2.230	de roça					
283	Florença	32	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.225	de roça					
284	Carlota*	5	M	Rio de Janeiro	preto		1.020						
285	Augusto*	3	H	Rio de Janeiro	preto		1.431						
286	[...]*	1	M	Rio de Janeiro	preto		5.741						
287	Jacinto	20	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.232	de roça					
288	João	24	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	1.186	de roça					
289	João	22	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	244	de roça	Manoel Sartunino da Silveira Faria	Nova Friburgo	Francisco Antonio de Araujo	Cantagalo	3 conto de reis
290	Luiz	32	H	São Paulo	preto	solteiro	142	de roça					
291	[Pedunio]	37	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.243	de roça	Eugenio Soares de Alvarenga [...]	Cantagalo	Antonio Luiz Pires	Santa Maria Madalena	2 conto reis
292	Joaquim	37	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.630	de roça	Manoel Sartunino da Silveira Faria	Nova Friburgo	Francisco Antonio de Araujo	Cantagalo	800 mil reis
293	Firmino	34	H	Minas Gerais	preto	solteiro	1.128	de roça	Manoel Sartunino da Silveira Faria	Nova Friburgo	Nuno Augusto de Gouvêa	Cantagalo	1 conto e 800 mil

													reis
294		19	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	6.225	de roça	D. Luiza Cordovil Pires	Iguassu	Bartholomeu Cordovil de Siqueira e Melo	Cantagalo	1 conto e 500 mil reis
295	João	21	H	Ceará	pardo	solteiro	249	de roça	D. Francisca Lepoldina de Oliveira	Cantagalo	Francisco da Silva Marques	Cantagalo	1 conto de reis
296	Justino	26	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	14.797	de roça	Antonio Vieira Torres	Cantagalo	João Manoel Luiz Fernandes	Cantagalo	2 conto de reis
Revendido	Quiteria							serviço doméstico	Nicolau Kroph	Cantagalo	Floriana Francisca da Conceição	Cantagalo	1 conto de reis
297	Felicidade	31	M	Rio de Janeiro	pardo	solteiro		de roça		Cantagalo	Eduardo Antero Corrêa	Cantagalo	1 conto e 400 mil reis

298	Evangelina	15	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	516	de roça	Antonio José	Cabo Frio	Firmino José Gomes	Cantagalo	1 conto [..]
299	Damiana	33	M	Paraíba	preto	solteiro	773	de roça	Jacinto Ribeiro do Amaral	Niterói	D. Martha Ludolf	Cantagalo	800 mil reis
300	[Raymundo]	17	H	Ceará	pardo	solteiro	839	de roça	José Joaquim da Silva Freire	Santa Maria Madalena	José Lopes Martins	Cantagalo	1 conto e 300 mil reis
301	Sibania	33	M	Rio de Janeiro	preto	N/C	6.334	N/C	Francisco Joaquim da Silveira	Niterói	José da Cruz [..] Sampai o	Cantagalo	3 conto de reis
302	[?]	13	M	Rio de Janeiro	cabra	N/C	713	N/C	Bitteun Calazares	Cabo Frio			
303	Samuel	26	H	Bahia	preto	solteiro	1.487	de roça	José Ferreira Pinto	Cantagalo	Alexandrin o Ferreira Pinto	Cantagalo	6 conto De Reis
304	Julio	21	H	Rio de Janeiro	pardo	Solteiro	189	de roça					
305	Cyrino	24	H	Pará	pardo	Solteiro	103	de roça					
306	[?]	19	M	Bahia	pardo	Solteiro	1.030	de roça					
307	Januario	29	H	Rio de Janeiro	cabra	solteiro	1.351	serviço doméstico	Antonio Joaquim Alves da Costa	Itaboraí	Maria Justina da Purificação	Cantagalo	1 conto e 200 mil

ANEXO XIII

Escrituras de Compras e Vendas de escravizados – Comarca do Santíssimo Sacramento, Cantagalo 1883
(janeiro a maio)

	1883						1883				1883		
	Nome	Idade	Genêro	Origem/ou local de matricula	Cor	Situação social	Matricula	Oficio	Outorgante	Domicilio	Outorgado	Domicilio	Quantia
308	[?]	20	M	Bahia	preto	solteiro	11.134	de roça	José Gomesda Silva	Cantagalo	Associação da Casa de Caridade de Cantagalo	Cantagalo	1 conto e 400 mil reis
309	Florinda	N/C	M	Pernambuco	preto	solteiro	3.552	de roça	José Ferreira Pinto	Cantagalo	[..] Ferreira Pinto	Cantagalo	1 conto e 500 mil reis
310	Geralda	0	M		preto		7.333						
311	Sebastião	24	H	Ceará	pardo	solteiro	597	de roça	Eduardo Antero Corrêa	Santa Maria Madalena	Manoel de Castro	Cantagalo	3 conto e 200 mil reis
312	Iguez	33	M	Paraíba	pardo	Solteiro	256	de roça					
313	Zacarias	21	H	Pernambuco	pardo	solteiro	2.883	de roça	Eduardo Antero Corrêa	Santa Maria Madalena	Guilherme [...]	Cantagalo	3 conto e

314	Rufino	32	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	2.933	de roça						500 mil reis
315	Martinha	38	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	28.533	serviço doméstico	Joaquim de Mello	Rio de Janeiro	Carlos Corrêa da Rocha			4 conto e 600 mil reis
316	Carlos	16	H	Rio de Janeiro	preto	Solteiro	28.534	Serviço doméstico						
317	Justiniano	16	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	2.918	de roça	D. Joaquina Maria da Conceição	Capivary				
318	Barbara	16	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	1.673	serviço doméstico	Manoel Lealde Araujo	Capivary	D. Emilia Maria da Rocha	Cantagalo		1 conto 400 mil reis
319	Delfino	52	H	Rio de Janeiro	pardo	solteiro	3.497	de roça	Gabriel Moreira Damasco	Rio Bonito	Julião Baptista de Araujo Pinheiro	Cantagalo		1 conto
320	Maria	22	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	361	de roça	Antonio Pereira da Costa	Rio Bonito				
321	Venceslau	50	H	Rio de Janeiro	preto	solteiro	631	de roça	[..]Bittencourt Callazares		[Epiphano] José Bernardes			500 mil reis
322	Eva	21	M	Rio de Janeiro	preto	solteiro	4.740	de roça	Francisco Coelho de Magalhães Sobrinho	Cantagalo	Manoel Coelho de Magalhães	Cantagalo		2 conto de reis
323	Bejamin	33	H	Rio de Janeiro	pardo	Solteiro	3.327	de roça						

